



# **TRABALHO, POLÍTICA E CULTURA EM GRAMSCI**

**OS 70 ANOS DA MORTE DE GRAMSCI**

**MARCOS DEL ROIO (ORG)**



*"Il mondo è grande e terribile e  
complicato." A. Gramsci*

Marcos Del Roio  
(org)

TRABALHO, POLÍTICA E CULTURA  
EM GRAMSCI

(OS 70 ANOS DA MORTE DE GRAMSCI)

MARÍLIA  
2007

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
Faculdade de Filosofia e Ciências  
Câmpus de Marília  
**Diretor:** Tullo Vigevani  
**Vice-Diretora:** Maria Candida Soares Del Masso

**Promoção**

Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp - FFC  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp - FFC  
Grupo de Pesquisa 'Cultura e Política do Mundo do Trabalho' - CPMT  
Instituto Astrojildo Pereira - IAP  
International Gramsci Society - IGS

**Comissão científica**

Antonio Carlos Mazzeo (Unesp)  
Carlos Nelson Coutinho (UFRJ)  
Célia Tolentino Unesp  
Fátima Cabral (Unesp)  
Giorgio Baratta (Universidade de Urbino-Italia)  
Giovanni Semeraro (UFF)  
Jair Pinheiro (Unesp)  
Lincoln Secco (USP)  
Marcos Del Roio (Unesp)  
Maria Orlanda Pinssi (Unesp)  
Paulo Ribeiro da Cunha (Unesp)

**Comissão organizadora**

Célia Tolentino  
Debora Goulart  
Edilene Cruz  
Geraldo Magella Neres  
Jair Pinheiro  
Marcos Del Roio  
Sylvia Helena Horiguela de Moraes  
Tatiana Fonseca

T758 Trabalho, política e cultura em Gramsci / organização de Marcos  
Del Roio.-- Marília: Oficina Universitária Unesp, 2007.  
299 p. ; 23cm

ISBN 978-85-60810-06-2

DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2>

1. Trabalho. 2. Marxismo. 3. Política. I. Del Roio, Marcos.  
II. Título.

CDD 335.4

## Gramsci: conceitos

Antonio Gramsci o americanismo e o fordismo Roberto Leme Batista .....	5
A diferença da concepção dos intelectuais orgânicos e tradicionais em relação aos trabalhadores e sua cultura a partir dos Cadernos do Cárcere de Gramsci Edmir Aparecido Bergamon .....	11
O intelectual orgânico e a hegemonia burguesa Luzimar Barreto França Junior .....	15
Antonio Gramsci e o intelectual nacional-popular Claudio Reis .....	19
Intelectual orgânico Alessandro Antonio Rodrigues .....	23
Sociedade civil e movimentos sociais: a contribuição gramsciana Mária Lúcia Duriguetto .....	27
Do fordismo ao trabalho flexível: Gramsci, hegemonia e controle social Renan Araújo .....	31

## Gramsci, marxismo e política

O partido em Gramsci Luiz Carlos de Freitas .....	37
Pontuações metodológicas acerca da teoria dos Partidos Políticos Alexandre dos Santos Lopes .....	41
Metapolítica e revolução radical: a crítica da razão política em Marx Claudinei Cássio de Rezende .....	45
O marxismo da internacional socialista Caio Martins Bugiato .....	49
A separação entre o político e o econômico no capitalismo: as abordagens de N. Poulantzas e J. Hirsch Danilo José Dalio .....	53
Hannah Arendt e Hebert Marcuse: visões da violência Simone Maria Magalhães .....	59

Os caminhos do PRC: de Gramsci para a social democracia?  
Silvia de Bernardinis ..... 63

A teoria de partido de Gramsci e as limitações da organização no campo  
Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira ..... 67

## Gramsci: comunicação e jornalismo

Re-descrevendo a comunicação popular à luz do pensamento gramsciano  
Eduardo Yuji Yamamoto ..... 73

O pesar do consenso na formulação da hegemonia: a imprensa como *protetora*  
Priscila Marchini Marins ..... 77

Hegemonia, imprensa e Venezuela  
Alessandro da Silva Lima ..... 81

Neo-integralistas e a propaganda política de extrema direita no Brasil contemporâneo  
Jefferson Rodrigues Barbosa ..... 85

Projeto hegemônico de democracia na revista veja  
Luis Fernando Guimarães Zen ..... 89

Uma reflexão a partir de Gramsci sobre imprensa  
Carla Luciana Silva ..... 93

## Trabalho e marxismo no Brasil por lentes gramscianas

Nos marcos da revolução passiva à brasileira  
Tatiana Prado Vargas ..... 99

Paulo Mercadante e a conciliação: um caso de revolução passiva?  
Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves ..... 105

Teatro, educação e política: o grupo forja  
Cleiton Daniel Alvaredo Paixão ..... 109

Neoliberalismo e programas de voluntariado: a formação de um "novo tipo de trabalhador"  
Rafael Dias Toitio ..... 113

A valorização do capital na produção de aviões: implicações sobre os trabalhadores da empresa líder em aeronáutica no Brasil  
Lívia de Cássia Godoi Moraes ..... 117

A fábrica - e tudo que ela comporta - como tudo que é sólido, desmancha no ar  
Alessandro de Moura ..... 123

Gramsci: revolução passiva e interpretação do Brasil Ricardo Rodrigues Alves de Lima .....	129
A consolidação do projeto industrialista: Roberto Simonsen e o Congresso Brasileiro de Economia de 1943 Arthur de Aquino .....	133

## Gramsci: cultura e ideologia

Gramsci contra bucharin: crítica à leitura sociológica do marxismo Estevam Alves Moreira Neto .....	139
O debate marxista sobre democracia em tempos neoliberais Débora Cristina Goulart .....	143
Americanismo e fordismo em tempos modernos Lilian Victorino F. de Lima .....	147
Sociedade civil: Gramsci e o debate de inspiração habermasiana Rodrigo de Souza Filho .....	151
García Márquez e Gramsci: um diálogo Anne Gerald Pimentel .....	155
O materialismo histórico e a idéia de cultura: perspectivas gramscianas Yuri Brunello .....	161
Para compreender os Cadernos do Carcere Tatiana Fonseca Oliveira .....	165
Revolução passiva e transformismo em Gramsci Davi Maciel .....	169

## Gramsci em diálogo

Considerações acerca da questão camponesa em Gramsci e Lênin Tânia Mara de Almeida Padilha .....	175
A relação entre sociedade civil e sociedade política: de Norberto Bobbio a Antônio Gramsci Marcelo Lira Silva .....	179
As influências de Rosa Luxemburg em Gramsci Sheila Aparecida Rodrigues Soares .....	187
Althusser e a interpretação gramsciana de Maquiavel Danilo Enrico Martuscelli .....	187

Autonomia e mediação na construção do conhecimento: Gramsci e Vigotski Edilene Cruz .....	193
Gramsci e Michels: diálogos sobre a burocratização Renato César Ferreira Fernandes .....	197
Estado burguês e reforma moral e intelectual; a dialética do improvável Leandro de Oliveira Galastri .....	201
Regularidade e automatismo sociais em Antonio Gramsci Henrique Amorim .....	205

## Gramsci e educação

Contribuições do método histórico dialético na pesquisa em educação Luciana Aparecida de Araújo Penitente; Rosane Michelli Castro; Sílvia Regina Barboza Garrossino .....	213
Entre educação e trabalho: o ensino médio no Brasil e a idéia da Politecnia Luciana Aparecida de Araújo Penitente; Rosane Michelli Castro; Sílvia Regina Barboza Garrossino .....	217
Educação brasileira e Politecnia: implicações de um conceito gramsciano Thaís Mesquita Favoretto .....	221
O conceito de intelectuais orgânicos de Gramsci aplicado aos profissionais de educação de ONGs Cíntia Pereira Dozono de Almeida; Dulce Consuelo Andreatta Whitaker .....	225
Gramsci & o “americanismo e o fordismo”: elementos para o entendimento da política educacional na atualidade Elione Maria Nogueira Diógenes .....	229
Estado educador e reforma administrativa em minas gerais Lorene Figueiredo .....	233
Pós-modernidade e crise da educação Roberto Carlos Simões Galvão .....	239
Gramsci e a formação humana Dileno Dustan Lucas de Souza; Maria das Graças Soares Floresta; Simone da Silva Ribeiro .....	243
O ensino Politecnico como alternativa ao sistema educacional brasileiro Rachel Aguiar Estevam do Carmo .....	255

Formação de professores e trabalho docente e a contribuição do pensamento de Antônio Gramsci para o cotidiano escolar Iraci de Souza Macedo; João Ferreira Filho; Maria Lúcia Alves Vilela .....	259
---	-----

## Trabalho e marxismo no Brasil (e América Latina)

Olhares sobre a relação PCB e "campesinato" Ailton Souza de Lima .....	265
A formação da burguesia no Brasil na perspectiva de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré Anderson Deo .....	269
Concepções da democracia e do socialismo no partido dos trabalhadores Paula Berbert .....	273
A reforma intelectual e moral gramsciana: observações sobre a trajetória do MST Maria Socorro Ramos Militão .....	277
Comparações inevitáveis a parti do "educador" Antonio Gramsci Josuel Stenio P. Ribeiro; Leandro Rosa Rodrigues; Anie Caroline Paixão .....	281
A influência do marxismo no movimento estudantil (1960) Jordana de Souza Santos .....	285
Teoria marxista e práxis revolucionária: Mariátegui e o marxismo na América Latina Gilberto Grassi Calil .....	289
O movimento armado comunista na Colômbia: dialogando com Gramsci Ana Carolina Silva Ramos e Silva .....	293





O volume que ora se apresenta é produto do Seminário Internacional Gramsci, realizado entre os dias 28 e 30 de agosto de 2007, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP (campus de Marília). A sua publicação neste formato se justifica pela qualidade dos trabalhos apresentados tanto como resultados de pesquisas concluídas ou quase, quanto pelos projetos ainda em desenvolvimento. A pretensão dessa brochura é bastante limitada, estando reduzida a tornar pública a riqueza (e talvez o calor) do debate travado nos dias do Seminário, mas a sua utilidade é evidente.

Os pesquisadores aqui agrupados percorrem temas variados, mas que sobre caminhos bem delimitados. É analisado o complexo universo conceitual de Gramsci, assim como é posto em contraponto com outros autores e formulações geradas na tradição cultural do marxismo. Por outro lado, Gramsci fornece um rico instrumental analítico para interpretações ricas e inovadoras da própria realidade brasileira, mormente a que versa sobre trabalho e cultura.

A diversidade de formação dos pesquisadores também é notável. São doutores já formados e com boa experiência profissional, mas são também bacharelados intentando seus primeiros esforços de pesquisa. Mestres e Doutorandos compõem a maioria, porém. Pode-se também perceber a diversidade de campos de pesquisa: há cientistas políticos, sociólogos, filósofos, historiadores, jornalistas, educadores.

De certa forma, esse volume é também uma prestação de contas às agências financiadoras e à comunidade acadêmica que deu respaldo a esse Seminário concebido e organizado pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho.

*Marcos Del Roio*



Gramsci: conceitos



## Antonio Gramsci o americanismo e o fordismo

Roberto Leme Batista\*

Este trabalho analisa como Gramsci apreende o fenômeno Americanismo e do Fordismo, os meios pelos quais o taylorismo e fundamentalmente o fordismo se constituiriam no fenômeno que viria a nortear o desenvolvimento industrial, servindo como norte ideológico na organização da economia e do universo simbólico-cultural do americanismo no século XX.

Antonio Gramsci é levado a ocupar-se com o problema do americanismo e do fordismo em decorrência da vitória do fascismo na Itália, fato que corresponde à derrota do movimento operário. O corporativismo fascista destrói a combatividade da classe operária, que passa a ser mero apêndice do Estado. Isto constitui-se para Gramsci em problema a ser resolvido pela práxis.

Analisando o corporativismo fascista, Gramsci observa haver nos Estados Unidos da América um fenômeno moderno, resultado de uma economia programática, em que as relações sociais de produção são organizadas pelos homens de forma muito diferente daquilo que ocorre na revolução passiva italiana. Gramsci busca compreender como se organizam a economia e o universo simbólico cultural, a partir das formas de trabalho, suas relações e mediações com a produção da subjetividade humana no concreto histórico.

Para Gramsci há nos Estados Unidos da América, uma racionalização da sociedade que gera um ambiente determinado, uma estrutura social e também um tipo de Estado determinado, enfim uma reunião de condições necessárias que geram uma densidade demográfica e uma integração orgânica da economia, que garantem um ambiente favorável ao sistema de organização racional, facilitando o desenvolvimento capitalista.

Gramsci, portanto, ocupa-se com a reflexão sobre o fordismo em decorrência das "diversas tentativas para introduzir na Europa alguns aspectos do americanismo e do fordismo",<sup>1</sup> que, na opinião do líder comunista, era inconciliável com "a velha e anacrônica estrutura social demográfica européia", pois a indústria americana de Ford possui "uma forma moderníssima de produção e de modo de produzir"<sup>2</sup>.

Segundo Gramsci, "o americanismo em sua forma acabada, exige uma condição preliminar," qual seja, a existência de "uma composição demográfica racional". Na América não há classes numerosas sem função essencial. Não há "classes totalmente parasitárias", sem função no mundo da produção, como ocorre na Europa, onde:

... a 'tradição', a 'civilização' (...) caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela 'riqueza' e a 'complexidade' da história passada, que deixou um punhado de sedimentações

\* Doutorando em Ciências Sociais - UNESP/Marília.

<sup>1</sup> GRAMSCI, A. "Americanismo e Fordismo", *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 2ª ed. RJ, Civilização Brasileira, 1976, p. 377

<sup>2</sup> *Ibidem*

passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade agrícola, do comércio de rapina e do exército inicialmente profissional. ...<sup>3</sup>

Após discutir longamente o parasitismo social existente na Europa, mostrando como ele deteriora as condições de existência do operário e também do camponês, ou seja, daquele que é obrigado a sobreviver do trabalho manual, Gramsci afirma que:

...cada sistema tem a sua lei das proporções definidas na composição demográfica, seu equilíbrio 'ótimo' e desequilíbrios que, não sendo corrigidos através de uma legislação oportuna, podem se tornar catastróficos, pois esgotam as nascentes da vida econômica nacional, sem contar outros elementos de dissolução...<sup>4</sup>

Na visão do autor em questão, os Estados Unidos da América, apesar de não "possuir grandes tradições históricas e culturais", favorece o desenvolvimento da produção racionalizada, do tipo fordista, pois não está envolvida pela "camada de chumbo" que representa as classes parasitárias. Este fenômeno facilita a acumulação de capitais na América, além de possibilitar às classes populares um nível de vida superior ao do europeu. A racionalização da produção e do trabalho é facilitada pelos antecedentes históricos, permitindo ao fordismo a destruição do sindicalismo operário de base territorial e a persuasão através dos altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica que convergem para um sistema bem arquitetado de dominação de classe.

Para Gramsci, nos Estados Unidos da América, graças à ausência da sedimentação social de classes sociais parasitárias enraizadas no passado histórico, como acontece na Europa, a hegemonia vem da fábrica, pois toda a vida do país está baseada na produção. Neste sentido, afirma que na América:

a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme ao novo tipo de trabalho e de produção (...). A ausência da fase histórica européia, que, inclusive, no campo econômico é assinalada pela Revolução Francesa, deixou as massas populares americanas no estado primitivo, devendo-se acrescentar a isto a ausência de homogeneidade nacional, a mistura das culturas-raças, a questão dos negros.<sup>5</sup>

Gramsci parte do pressuposto que na Itália o enraizamento da acumulação de capitais do tipo feudal, o sistema corporativista e a forma jurídica existente dificultam a transformação industrial do tipo fordista. Para ele, a política econômica predominante na Itália era extremamente prejudicial à modernização econômico-social da nação. A modernização da Itália na perspectiva do americanismo exigia a superação urgente da forma jurídica do Estado. O Estado corporativista é incompatível com o americanismo. Este exige um determinado tipo de Estado: o liberal.

O processo de racionalização da produção e do trabalho, verificado na América é uma forma radical de controle dos operários, onde o elemento fundamental é o proibicionismo, elemento ao qual a racionalização está intimamente ligada. Gramsci afirma que "...os inquéritos sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a 'moralidade' dos operários são necessidades do novo método de trabalho..."<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Ibidem

<sup>4</sup> Idem, p. 381.

<sup>5</sup> Idem, p. 382

<sup>6</sup> Idem, p. 396.

O pensador italiano, analisando o fenômeno fordista, afirmava que a nova base produtiva e os novos métodos de organização do trabalho “estão indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro.”<sup>7</sup> O fordismo constitui-se em uma forma particular de caráter progressivo do desenvolvimento das forças produtivas do capital, com capacidade para apropriar-se das inovações da Revolução Técnico-científica do final do século XIX e da forma de gestão da organização Científica do Trabalho, dando a elas uma nova forma de racionalização.

Gramsci, nesta linha de argumentação irá ressaltar que é o controle e o proibicionismo exercido pelo capital sobre o trabalho que permitem “...compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, **um tipo novo de trabalhador e de homem**”.<sup>8</sup>

O fordismo para além do proibicionismo puritano puro e simples, constitui-se também no desenvolvimento de uma nova ética do trabalho que se expressa na regulamentação de uma “nova ética sexual”. Os homens do capital interessam-se por tudo na vida de suas famílias, inclusive pelo controle das relações sexuais de seus dependentes. Ou seja, o processo de constituição de um novo tipo de homem passa necessariamente pela regulamentação racional do instinto sexual. Do contrário a racionalização da produção e do trabalho estará seriamente prejudicada.

As transformações, no entanto, exigem mudanças de muitas das instituições sociais estruturadas de acordo com o regime de acumulação que antecedeu o Fordismo. Neste sentido: “Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo, e de ação do Estado estavam vinculadas, ao ver de Gramsci, ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador ‘adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo.’”<sup>9</sup>

Entretanto, para Gramsci, é necessário entender que as relações entre estrutura e superestruturas são dialéticas, razão pela qual a perspectiva teórico-metodológica tem que buscar o entendimento das mudanças superestruturais não como simples e meras decorrências de transformações nas estruturas; quando, ao contrário, as mudanças superestruturais podem desencadear mudanças estruturais através de práticas político-culturais.

Para finalizar, é importante ressaltar que para Gramsci, o que melhor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana são os princípios de Taylor, quais sejam:

...desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal.<sup>10</sup>

É interessante lembrarmos que esta foi a fórmula utilizada por Taylor para selecionar o operário do tipo bovino.

<sup>7</sup> Id. Ibidem.

<sup>8</sup> Idem, p. 396 (os grifos são meus).

<sup>9</sup> HARVEY, D. op cit, p. 121-122.

<sup>10</sup> Idem, p. 397.



## CONCLUSÃO

O líder comunista italiano apreende criticamente em sua análise, a “essência” do fordismo, traduzindo-o como um fenômeno moderno, que representava, naquela época, década de 1930, o sistema mais avançado de racionalização da produção e do trabalho. A história se encarregou de demonstrar isso, pois o fordismo se constituiu durante várias décadas na forma de ser do capital. Gramsci tece também uma importante análise das implicações desse fenômeno sobre a URSS. A via americana de desenvolvimento capitalista, expressa pelo fordismo não poderia constituir-se em “modelo” para o socialismo. Este, no dizer de Marx teria que forjar sua poesia no futuro.

## A diferença da concepção dos intelectuais orgânicos e tradicionais em relação aos trabalhadores e sua cultura a partir dos Cadernos do Cárcere de Gramsci

Edmir Aparecido Bergamon\*

Para Gramsci a primeira indagação a ser feita em relação aos intelectuais, é saber se eles são um grupo autônomo e independente, ou se cada grupo social cria para si sua própria categoria de intelectuais. (Gramsci, 2002, página 15). No primeiro caso tem-se o intelectual tradicional, que se julga independente de sua classe social, sem nenhum compromisso com ela. Este intelectual é o representante aqui da burguesia infiltrada na classe trabalhadora, porque busca apenas conservar o poder de domínio do Estado Burguês. Como exemplos mais típicos deles pode-se citar os líderes sindicais teóricos e os reformistas do PSI. Por isso mesmo também podem ser chamados ainda de intelectuais orgânicos/tradicionais da burguesia, mesmo estando presente nas organizações da classe trabalhadora como dirigentes dela. Nas palavras de Gramsci, os intelectuais tradicionais são:

Todo grupo social "essencial", contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta, estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias de intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos [...] (Gramsci, 2002, página 16).

Assim, todo o grupo social que emerge na história, para Gramsci encontra categorias de intelectuais que representa uma continuidade histórica que não é interrompida por nenhuma forma de modificações sociais e políticas, nem pelas mais radicais como a revolução. A classe trabalhadora ao organizar-se para ser uma classe dominante a partir da fábrica, não foge a essa regra. Por isso cabe aos trabalhadores a incumbência, de como intelectuais orgânicos do seu movimento operário revolucionário, não apenas dominar e expulsar esses intelectuais tradicionais de suas fileiras de comando, uma vez que isso seria muito simples. Mas, principalmente, se possível, transformar cada um deles de intelectuais tradicionais em orgânicos. Para que a hegemonia operária se concretize vitoriosamente, como sendo um Estado Operário antes mesmo de derrubar o poder central dos burgueses, que se mantém no poder pela força militar.

Isto quer dizer que para Gramsci esses intelectuais tradicionais, ao verem os trabalhadores como uma massa a ser dominada, são prejudiciais a revolução. Porque continuam a ver a sociedade nesse Estado Burguês durante o período revolucionário, como algo que não muda no

---

\* Universidade Tuiuti do Paraná

processo histórico ocorrido. Mesmo com a mobilização da classe trabalhadora na forma de um partido político consciente de seu papel de fundar o Estado Operário na Itália, que gradualmente vai ganhando terreno nessa luta pela conquista ideológica dos trabalhadores nas fábricas. Assim, para esses intelectuais tradicionais presentes nas organizações operárias, no papel principalmente de seus líderes reformistas do PSI e dos sindicatos teóricos, o trabalhador italiano nunca conseguirá realizar a revolução socialista, nunca se repetirá na Itália o exemplo da revolução Russa. (Gramsci, 2004, página 89) Assim, como afirma Gramsci (2002, p. 19)

Uma das características mais importantes de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. O enorme desenvolvimento obtido pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que emergiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções dos intelectuais [...].

Dessa forma, ao lutar pela assimilação dos intelectuais tradicionais, esta se evitando que a realidade da exploração burguesa do empresário capitalista na Itália em relação às péssimas condições de trabalho da classe trabalhadora nas fábricas, seja transferida, para dentro das organizações da classe operária: PSI e sindicatos. Na perspectiva que nessa realidade ela deixa de ser instituições que deveriam defender os interesses dos trabalhadores, passando a trair a confiança deles, e assegurando assim a continuidade da exploração burguesa dentro da própria classe.

Assim, para Gramsci, o intelectual tradicional é aquele que quer dominar a classe trabalhadora de longe, ao considerar todos não intelectuais. Já, por outro lado, o intelectual orgânico, é aquele que atua na vida prática como construtor, persuasor permanente, sendo um especialista ou um dirigente ligado aos trabalhadores. Dessa forma o intelectual orgânico é o agente que mantém uma relação orgânica, para ser um participante atuante no seu partido político. Porque agora todos os trabalhadores como sendo considerados intelectuais podem dar sua contribuição para aumentar o poder dos trabalhadores neste Estado Burguês. (JESUS, 1989, p. 64).

Gramsci esta defendendo nos Cadernos do Cárcere que todos os trabalhadores são intelectuais orgânicos e assim dirigentes da classe trabalhadora, numa gestão democrática operária da classe. Por isso todos são importantes na sua função para o andamento da revolução na Itália. Jamais pode existir na visão de Gramsci uma hierarquia entre intelectuais e a classe trabalhadora em suas organizações partidárias como deseja os intelectuais tradicionais. Porque para Gramsci (2002, p. 18):

Na verdade, o operário ou o proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (sem falar no fato de que não existe trabalho puramente físico, e de que mesmo a expressão de Taylor, do "gonila amestrado", é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora

O que Gramsci esta querendo demonstrar com esta passagem é que todos os trabalhadores, mesmo no mais mecânico e degradado serviço na fábrica tem uma atividade intelectual e por isso mesmo é um intelectual orgânico para sua classe. Portanto, o trabalhador jamais é puramente

um "gorila amestrado" como afirma Taylor, pois todo o trabalhador tem um mínimo de atividade intelectual criadora. Nesse sentido todo o trabalhador pode fazer parte de um partido político, não só como massa, mas como dirigente atuante. Isto porque independente de sua função, ele tem capacidade intelectual, como qualquer outro operário, para dar uma opinião que melhore sua condição de trabalho e de classe.

Nesse sentido de Gramsci (2004, página 56), é preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob a forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos de fatos brutos e desconexos. Ao querer demonstrar que intelectual é uma pessoa importante, e por isso distante de sua classe social, como fazem os intelectuais tradicionais burgueses. Nessa realidade, o intelectual deverá depois classificar esse conhecimento em seu cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder em seguida, em cada ocasião concreta, responder aos vários estímulos do mundo exterior. Mas isso não é cultura para Gramsci, é pedantismo, não é inteligência, mas intelectualismo, e é com toda razão que se pode e deve reagir contra isso, numa atitude revolucionária do proletariado. Gramsci (2002, p. 52) com isso busca afirmar:

Quando se distingue entre intelectuais e não intelectuais, faz-se referência, na realidade, somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais... Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não intelectuais. Mas, a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade especificamente intelectual.

Assim para Gramsci, como um intelectual orgânico de sua classe, é impossível existir a separação entre intelectuais e não intelectuais como afirma os intelectuais tradicionais. Porque para Gramsci todos os trabalhadores são intelectuais em sua função de trabalho. A única coisa que muda é o esforço intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso que estão presente em todos os trabalhadores, porém em diversos graus de atividade.

Por isso a cultura que faz todos os trabalhadores serem um intelectual orgânico para sua classe é essa organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior. No sentido que é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. É uma tomada de consciência dos trabalhadores que se forma não sob a pressão brutal das necessidades fisiológicas, mas através da reflexão inteligente, primeiro de alguns e depois de toda uma classe. (Gramsci, 2004, p. 58).

## BIBLIOGRAFIA

- DIAS, E. F. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. Editora Xamã: São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O outro Gramsci*. Editora Xamã: São Paulo, 1996.
- Gramsci, A. *Cadernos do Cárcere*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Escritos Políticos*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1995.
- JESUS, A. T. *Educação e hegemonia*. Ed. Universidade de Campinas: Campinas, 1989.

- JESUS, A. T. *O Pensamento e a Prática Escolar de Gramsci*. Editora Autores Associados: Campinas, 2005.
- JOLL, James. *As idéias de Gramsci*. Cultrix: São Paulo, 1979.
- LOWI, M. *Método dialético e teoria política*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1978.
- MOCHCOVITCH, L. G. *Gramsci e a escola*. Ática: São Paulo, 1988.
- NOSELLA, P. *A escola de Gramsci*. Artes Médicas Sul: Porto Alegre, 2004.
- NEGTO, O. *Dialética e história: crise e renovação do marxismo*. Ed. Movimento/Goethe Institut: Porto Alegre, 1984.
- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Editora Cortez: São Paulo, 1980.
- SCHLESENER, A. H. *Revolução e cultura em Gramsci*. Editora UFPR: Curitiba, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Editora UFPR: Curitiba, 1992.
- WEFFORT, F. *Qual Democracia*. Companhia das Letras: São Paulo, 1992.

# O intelectual orgânico e a hegemonia burguesa

Luzimar Barreto França Junior<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho inaugura, da nossa parte, uma reflexão mais acurada da obra gramsciana, em específico, o tema relacionado ao papel da intelectualidade na construção/desconstrução do discurso hegemônico. Nossa expectativa nesta primeira tentativa, é darmos início à problematização e ao debate acerca do tema – Intelectualidade orgânica e ordem hegemônica burguesa. Iremos apenas lançar algumas idéias, ainda sem qualquer tipo de conclusão a respeito.

Apresentaremos neste trabalho, de início, nosso entendimento a respeito do conceito de “intelectual” e sua classificação dicotômica básica encontrados na obra do grande pensador italiano. Após, trataremos da função do intelectual orgânico na formação/construção do pensamento hegemônico, para, ao final, lançarmos nossa indagação quanto à existência ou não de uma intelectualidade orgânica burguesa nos tempos atuais.

## O PAPEL SOCIAL DO INTELECTUAL

Havendo um momento em que um determinado bloco histórico alcança a hegemonia, qual seria o papel desempenhado pelo intelectual, seja ele da direita ou da esquerda, diante deste fato?

Ao iniciar o *Caderno 12* (Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais)<sup>2</sup>, Gramsci informa a existência de dois tipos possíveis de intelectuais: o *orgânico* e o *tradicional*. Segundo o pensamento gramsciano, aos intelectuais incumbiria uma função bastante importante no processo de produção/reprodução do pensamento geral, à medida que ocupam espaços sociais de decisões práticas e teóricas. Em todos os extratos sociais hão de existir seus intelectuais, tanto na esquerda revolucionária, quanto na direita reacionária.

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Presidente Prudente. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrando em Ciências Sociais e Política na FFC/Unesp – Marília.

<sup>2</sup> Os intelectuais são os prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominantes à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2002, p.21)

O intelectual do tipo *orgânico* seria aquele nascido dentro – e concomitantemente –, de um determinado grupo social, com a função precípua de organizar e homogeneizar a consciência de sua classe “*tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe*”. Ele está estritamente afeto à busca da obtenção da hegemonia. Enquanto os intelectuais da classe ora dominante (a burguesia) exerceria as funções de hegemonia do governo político em nome desta classe, os intelectuais orgânicos da esquerda, tratariam de exercer uma função contra-hegemônica.

Já o intelectual *tradicional* preexiste à situação/força atual, emergindo a partir de uma estrutura econômica anterior, representando uma continuidade histórica não interrompida. Gramsci cita o intelectual eclesiástico como sendo o mais típico desta categoria. Em razão de sua natureza contínua, os *tradicionais* acabam por assumir uma postura autônoma e independente do grupo social dominante, porém, sempre se aproximando do grupo hegemônico.

Para conceituar o intelectual orgânico, Gramsci leva em conta a ocorrência da dualidade hegemonia/ contra-hegemonia, característica marcante do tempo em que viveu o grande pensador italiano (1891/1937). Devemos lembrar que o *Caderno 12* foi escrito no ano de 1932, período este de intenso combate entre o pensamento reacionário burguês e a esquerda revolucionária altamente influenciada pelo pensamento marxista. A questão que se coloca neste trabalho é discutir se na atualidade, havendo um arrefecimento (e quase desaparecimento) do debate entre o discurso da direita e esquerda que, nas últimas décadas, fundiram-se em uma poderosa corrente política que já se tornou hegemônica e que, tal qual no discurso reacionário anterior, tem forte propensão a defender os interesses das velhas classes dominantes (muito embora propagando a idéia de representar todas as classes),<sup>2</sup> haveria espaço para o intelectual orgânico burguês? Esta questão leva em conta que a ideologia dominante na atualidade é a ideologia burguesa, não havendo força nem ameaças políticas para impor-se uma contra-hegemonia, pelo menos da forma em que ocorria ao tempo de Gramsci.

É na relação com o poder hegemônico que se deve analisar e considerar a atuação dos intelectuais. Ou endossando e representando, ainda que de forma parcial o estrato dominante e hegemônico, ou apontando os antagonismos sociais e exprimindo as contradições em luta na expressão mais abrangente da realidade histórico-política. Ocorre, todavia, que na concepção gramsciana, o conceito de intelectual orgânico está umbilicalmente ligado à dualidade hegemonia/ contra-hegemonia.

## O INTELLECTUAL ORGÂNICO EM TEMPOS DE HEGEMONIA BURGUESA

Antes de se aprofundar o debate com relação à existência ou não do intelectual burguês do tipo orgânico na fase atual, mister atentar-nos para o que Gramsci nos revela com relação ao conceito de hegemonia. A noção de hegemonia está espalhada por toda a obra gramsciana, está por exemplo, no § 37 do *Caderno 13*: “*O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria,*

<sup>2</sup> *New labour*, Terceira Via, Social Democracia.

*expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados”*. (GRAMSCI, 2002, p.95)

Seria então possível dizer que nos dias atuais haveria uma crise de hegemonia da forma como descrito por Gramsci no § 23 do Cardeno 13? *“(…) a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burguesas intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto”* (GRAMSCI, 2002, p.60). Ou, ao contrário disso, poderíamos então dizer que o momento atual é de plenitude hegemônica da ordem burguesa? É de se indagar ainda: haveria espaço para uma crise de autoridade na atual ordem burguesa? Há reivindicação contra-hegemônica? Cremos que, da forma como as coisas estão postas, não<sup>3</sup>. Então, não havendo conflito de hegemonia, haveria, ainda assim, espaço para o intelectual orgânico burguês?

Em Gramsci, o intelectual do tipo orgânico seria aquele que desenvolve sua teorização/ação com a finalidade de efetivar a mudança no processo com a elevação da classe representada pelo intelectual. A primeira atividade do intelectual do tipo orgânico seria desconstruir a ordem posta (ou a que tem condições de se tornar hegemônica), portanto, neste sentido, a burguesia hegemônica dos dias atuais não poderia (nem precisaria) possuir intelectuais do tipo orgânico. Ora, se a ordem burguesa é hegemônica e não está ameaçada, não haveria papel para o intelectual orgânico burguês. Será mesmo que a dita “esquerda” brasileira atual (v.g.: PT, PSOL, CUT, MST e outros) representa alguma ameaça ao ideário burguês? Ou, num sentido mais amplo, bastaria analisar a atuação dos partidos ditos de esquerda no restante do mundo.

A conclusão acima não afasta a possibilidade de existir intelectuais orgânicos tanto da direita quanto da esquerda, isto, quando diante da dualidade de correntes políticas, diante da existência de forças antagonicas – pré e contra-hegemônicas. Gramsci, em seus cadernos, trabalhava com a idéia latente de uma disputa ideológica pelo poder que dominou o mundo na maior parte do século XIX e XX. Sob esta perspectiva, ao tempo de Gramsci, a burguesia era uma classe disputando o poder, porém, nos dias atuais, a burguesia não é classe, é o poder, é o Estado.

Poderíamos, em tese, reconhecer no cenário internacional a existência de casos específicos de conflitos de hegemonia, tal qual ocorrem na Venezuela, Bolívia e Equador, entretanto, a posição econômica e geo-política destas nações não nos permitem grandes expectativas (ao menos não de uma forma concreta e imediata). Os exemplos que vêm do leste asiático (a China como expoente) também não são inspiradores, na medida em que, visivelmente, a ordem e o ideário capitalista burguês passam a ser absorvidos pelo Estado dito “comunista”.

<sup>3</sup> Nossa opinião está longe de aceitar ou compactuar com o discurso hegemônico burguês. Apenas, fazemos uma constatação do papel desempenhado pelos partidos, movimentos sociais e sindicatos ditos de esquerda que, nas últimas décadas, voltaram-se em defesa das mesmas proposições do ideário burguês. Aliás, tal fenômeno é analisado pelo próprio Gramsci, ao apresentar a idéia de “transformismo”.



A idéia da inexistência de uma classe intelectual orgânica burguesa, na atualidade, encontra respaldo no pensamento marxista de superação de lutas de classe. Ora, no momento em que revolução proletária se der, impondo-se sobre a ideologia burguesa, realizando a esperada sociedade regulada, onde não haveria mais classes, não haveria mais reivindicações, não haveria mais o que se desconstruir. A intelectualidade orgânica proletária tornar-se-ia obsoleta, dissolvendo-se nas massas. Este mesmo fenômeno se dá, de forma reversa, nos dias atuais em relação à burguesia e sua intelectualidade.

### **Considerações finais**

A indagação posta neste trabalho reforça a idéia de construção ou recuperação de uma consciência de classe proletária. *A priori*, seria este o papel do intelectual orgânico da esquerda para os dias atuais. É preciso lembrar que não há luta de classes, sem classes. Dito isto, reconstruído o discurso contra hegemônico, com atores sociais comprometidos com a classe proletária, haveria então a possibilidade de se restabelecer o embate direta-esquerda (hegemonia *versus* contra-hegemonia). De outro modo, enquanto o discurso da esquerda não representar qualquer tipo de ameaça, não há sentido em falar-se em intelectual orgânico burguês.

### **BIBLIOGRAFIA**

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárceres*. Volume 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

## Antonio Gramsci e o *intelectual nacional-popular*

Claudio Reis<sup>1</sup>

Como se sabe, Gramsci foi um dos principais autores a refletir sobre a figura do "intelectual" no século XX. E muitas das suas reflexões, referente a esse *tipo social*, ainda são bastante utilizadas neste início de século XXI. Ainda que ele tenha discutido o tema dos intelectuais antes da prisão fascista – principalmente em seu texto inacabado, intitulado *A questão meridional*, no qual faz referência ao significado político-cultural de Benedetto Croce, entre outros – será nos *Cadernos do Cárcere* o espaço de maior contribuição à questão. Será, precisamente, em sua obra carcerária que o autor italiano analisará historicamente como os intelectuais se transformaram.

De maneira geral, para Gramsci o significado de intelectual deveria ser compreendido de modo amplo. No seu caderno 12, encontra-se uma das mais conhecidas passagens sobre essa questão. Diz ele, "todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais..." (Gramsci, 2001, p. 18) De certo modo, com essa afirmação, o autor rompe com o princípio de que somente alguns iluminados possuíam a capacidade de exercer uma tarefa "intelectual". Para ele, qualquer atividade profissional específica, desempenhada na sociedade, exige um certo tipo de intelectual. Assim, tanto o cozinheiro quanto o filósofo precisam do intelecto para desempenharem seus trabalhos. Ainda que de modo completamente diferente, ambos são responsáveis por atividades que nem todos podem desempenhar, isto é, o ato de fazer pratos sofisticados ou de trabalhar os conceitos mais abstratos, não são tarefas para qualquer indivíduo.

No entanto, Gramsci, além de pontuar de maneira abstrata o significado de "intelectual", também faz algumas identificações concretas do mesmo. Tentando analisar esse *tipo social* na dinâmica histórica, o autor italiano desenvolve quatro categorias fundamentais para entendê-lo: o "orgânico" e o "tradicional", o "cosmopolita" e o *nacional-popular*.

O primeiro se configura por todo aquele que desempenha atividades organicamente ligadas a uma determinada classe social. Atividades essas que podem ser tanto de cunho filosófico e científico, quanto puramente técnico. Na Idade Média, por exemplo, a nobreza tinha a sua volta figuras como o padre e o cavaleiro, ambos fundamentais para a manutenção do *status quo*. "A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade." (Gramsci, 2001, p. 16) Na era capitalista, os "intelectuais orgânicos" passaram a assumir outras configurações específicas, ainda que mantendo as mesmas

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais, pelo IFCH/Unicamp. Membro dos Grupos de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho FFC/Unesp; e Marxismo e Teoria Política do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) IFCH/Unicamp.

atividades de defesa da classe social fundamental. "O empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc." (Gramsci, 2001, p.15) Este, então, é o sentido essencial do "intelectual orgânico" na história humana.

Sobre os "intelectuais tradicionais", Gramsci também revela profundo interesse. Para ele, são tradicionais todos aqueles intelectuais que não têm sua existência social fundada numa determinada classe social. E aqui, pode-se pensar, mais uma vez o clero, pois, ele, mesmo tendo sobrevivido às Revoluções Burguesas, não o fez sem perdas significativas. Ao sair da Idade Média e entrar no Capitalismo, a categoria dos eclesiásticos, deixou de ser representante "orgânica" de sua classe específica, ou seja, a nobreza feudal. Em outras palavras, o padre que foi um dos principais "intelectuais orgânicos" da aristocracia, na era capitalista, passou a desempenhar uma atividade "tradicional". Sendo que os "intelectuais tradicionais sentem com 'espírito de grupo' sua ininterrupta continuidade histórica e sua 'qualificação', eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante." (Gramsci, 2001, p. 17) Portanto, de maneira geral, "intelectual tradicional" é aquele que não se sente parte e nem está sustentado estruturalmente por uma determinada classe fundamental da sociedade.

Outra categoria de intelectual importante na reflexão gramsciana, refere-se ao chamado "cosmopolita". Para o autor, esta foi a forma específica de intelectual que marcou amplamente o Renascimento. O predomínio do "intelectual cosmopolita" na história italiana, foi um dos elementos principais para o caráter anti-popular dos vários movimentos político-culturais existentes na península. O seu perfil caracterizado pelo não reconhecimento dos problemas específicos da *vida nacional*, fez com que toda a sua atividade se tornasse estranha e até oposta aos interesses das maiorias. "No que diz respeito à Itália, o fato central é precisamente a função internacional ou cosmopolita de seus intelectuais, que é causa e efeito do estado de desagregação em que permaneceu a península, desde a queda do Império Romano até 1870." (Gramsci, 2001, p.26) Todavia, essa *herança histórico-nacional*, de caráter anti-popular, na visão de Gramsci, permaneceu até o seu tempo. E o grande exemplo de "intelectual cosmopolita" de sua época foi Benedetto Croce.

Em contraposição a essa tradição cosmopolita dos agrupamentos de intelectuais do seu país é que o autor sugere o *intelectual nacional-popular*. Na verdade, esta forma de intelectualidade é uma fundamental derivação do seu projeto nacional. Para Gramsci, a nação italiana somente seria popular à medida que determinados intelectuais incorporassem suas questões como fonte de suas atividades. Segundo sugere o autor, historicamente, o *intelectual nacional-popular*, surge de modo definido na Itália com Nicolau Maquiavel. A preocupação do Secretário Florentino em pensar as soluções para a fragmentação da península e para a opressão das potências europeias sobre seu território, deu-lhe, seguindo sugestões gramscianas, a configuração de *intelectual nacional-popular*.

Internacionalmente, o autor dos *Cadernos*, encontrou tal intelectual em dois momentos fundamentais da história. O primeiro, corresponde ao movimento revolucionário francês do período jacobino. Na opinião de Gramsci, o jacobinismo foi o principal responsável pelo caráter popular da Revolução Francesa de 1789, tudo graças ao seu alcance nacional. Ao se aproximarem dos setores populares, como os camponeses, os intelectuais jacobinos passaram de fato a representar a *vida nacional* francesa. Desse modo, transformaram-se em *nacional-populares*. O segundo

momento, diz respeito ao processo revolucionário russo, já no século XX. De acordo com a leitura gramsciana, os bolcheviques foram vitoriosos pelo fato de terem incorporado os principais anseios das classes populares. E isso somente foi possível, graças à postura de figuras, como V. Lenin, que tiveram um profundo respeito às particularidades nacionais da Rússia, Lenin, na verdade, foi o grande “tradutor” da “filosofia da práxis” (universal) em solo russo (particular), tarefa indispensável para transformar toda a insatisfação das classes populares numa revolução social radical em toda a *vida nacional* do país. Graças ao seu aspecto *nacional-popular*, o revolucionário russo conseguiu encaminhar o início de uma nova forma de sociabilidade naquele país. Diferentemente de Trotski e Stalin, pois enquanto o primeiro foi *popular sem ser nacional*, o segundo foi *nacional sem ser popular*.

De volta à Itália, Gramsci busca “traduzir” toda essa *herança histórico-internacional* popular e progressista para a península, pois, em sua época, ainda era possível sentir o peso da *herança histórico-nacional* elitista e cosmopolita. Era preciso difundir a ideia entre os comunistas da necessidade de se conhecer e se inserir na *vida nacional* italiana. Somente assim, seria possível ser verdadeiramente popular e revolucionário. Era necessário, romper com a tradição cosmopolita dos movimentos político-culturais tão fortes na nação italiana. Daí a importância de se construir um “Anti-Croce”, já que esse filósofo, representante do elitismo e do cosmopolitismo, exercia uma profunda influência entre os intelectuais da península.

Tudo indica que o próprio Gramsci foi o mais importante *intelectual nacional-popular* da Itália de sua época. Na melhor tradição maquiaveliana, o autor sardo, buscou o tempo todo conhecer concretamente a complexidade da *vida nacional* do seu país. Para as classes subalternas, tão importante quanto formar seus “intelectuais orgânicos” era formar seus *intelectuais nacional-populares*. Somente assim, seria possível redirecionar os rumos da *vida popular* italiana, marcada pelas opressões burguesa e latifundiária. Em decorrência, seria possível romper com a nação das elites e fundar o *nacional-popular*, até então desprezado pela *herança* conservadora do cosmopolitismo.

Mesmo tendo em vista tais princípios teóricos e políticos, Gramsci não pode ser considerado um “nacionalista”. Muito ao contrário, a sua defesa do internacionalismo em nada é alterada. Ainda no momento pré-carcerário, o autor sardo expressa a sua proximidade ao posicionamento de Lenin sobre essa questão. No artigo *A obra de Lenin*, publicado em 1918, Gramsci afirma: “Lenin se encontra entre os defensores mais entusiastas e convencidos do internacionalismo do movimento operário. Toda ação proletária deve estar subordinada ao internacionalismo e coordenada com ele (...) Qualquer iniciativa que em qualquer momento, e ainda que seja transitoriamente, chegar a entrar em conflito com esse ideal supremo, tem que ser inexoravelmente combatida...” (Gramsci, 1970, p.52)

Portanto, na leitura de Gramsci, Lenin era um importante exemplo a ser seguido pelos revolucionários das outras nações e certamente da Itália, pois ele buscou, ao mesmo tempo, encontrar uma saída verdadeiramente nacional para os problemas russos, inserindo-os no amplo processo da luta internacional das classes populares.

Dentro dessas quatro categorias de intelectuais parecem existir certas relações. Por exemplo, seguindo Gramsci, pode-se dizer que em alguns momentos, o “intelectual tradicional” acaba por se aproximar do “cosmopolita”, pois em certo sentido ambos se descolam seja da classe social fundamental, seja da vida concreta nacional. Portanto, ambos não apresentam

os elementos suficientes para se construir um movimento popular capaz de alterar as bases sociais da velha sociedade. Ao contrário disso, a relação que se pode estabelecer entre o “intelectual orgânico” e o *nacional-popular* se fundamenta por meio de outros princípios. Tanto um quanto o outro desempenham suas atividades intimamente ligados aos anseios das classes sociais. Neste sentido, a criação de um movimento político-cultural progressista disposto a alterar o *status quo* elitista e conservador, da sociedade burguesa, deve necessariamente buscar a união entre eles.

Entretanto, independentemente dessas relações, é interessante notar que o *intelectual nacional-popular* é o único, seguindo as sugestões gramscianas, indiscutivelmente voltado ao avanço histórico das classes progressistas. Isto porque, no caso das demais categorias, o intelectual não é uma conformação necessariamente popular e revolucionária. Diferentemente do *nacional-popular* que como foi ressaltado, historicamente, é inconcebível pelas elites e pelos movimentos conservadores já existentes.

#### REFERÊNCIAS

Gramsci, A. *Cadernos do Cárcere*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001, V2.

\_\_\_\_\_. *Antologia*, In: Sacristán, M. (Org.), Ed. Siglo XXI, México, 1970.

# Intellectual orgânico

Alessandro Antonio Rodrigues\*

## INTRODUÇÃO

Quando falamos da atualidade da questão emancipação humana, nos dirigimos no caminho de grandes tendências teóricas. A realidade nos coloca determinações e são através destas que conhecemos o avanço da ciência e os avanços tecnológicos, que no âmbito destas relações revestem-se de uma linguagem que oculta a nova realidade, não aparecendo suas determinações.

Mas, de certa forma, é importante colocar esta discussão, pois voltamos à necessidade do debate das relações que constituem o real. A contribuição de Antonio Gramsci é neste sentido de especial importância no papel dos intelectuais à formação de uma nova cultura e moral.

A função orgânica dos intelectuais, no processo da reprodução social, de decisões práticas e teóricas tem nos Cadernos do Cárcere um objeto de longa análise. Sendo a principal função destes a formação de uma nova moral e uma nova cultura, que podemos entender como uma contra-hegemonia, posto que o objetivo final das lutas organizativas seria o socialismo no seu momento histórico. Desta forma, uma perspectiva da formação humana e da emancipação como espaço de desenvolvimento contra-hegemônico e ideológico. A perspicácia e a profundidade das análises de Gramsci o trazem, ao lado de Lênin e Lukács, como um dos mais brilhantes intelectuais de esquerda do século XX.

## INTELECTUAIS E A HEGEMONIA

O tema dos intelectuais e da cultura italiana foi um dos grandes temas desenvolvidos nos Cadernos do Cárcere. Tomando os intelectuais como grupo social autônomo, com uma função social de porta-vozes dos grupos ligados ao mundo da produção. Com isso Gramsci enfrenta, neste trabalho, as teorias de Benedetto Croce que influenciaram decisivamente no seu país as concepções de mundo.

Para Gramsci a luta também se dava no campo ideológico, pela superação de sínteses chave, por teses de maior significação e de uma importância para a organização socialista e social. Sendo assim, o grupo social que possui função no mundo da produção, empresários, trabalhadores, elaboram os seus intelectuais para darem maior homogeneidade e consciência a esta classe e da sua função. Ao criar o técnico industrial e os cientistas da economia política, o empresário capitalista favorece a própria classe e a sua expansão.

---

\* Mestrando em Ciências Sociais – FFC/Unesp – Marília.

Antonio Gramsci tenta também compreender o ponto sobre os qual estão unidos os intelectuais. Até mesmo em atividades físicas, em que o operário parecia apenas exercer suas funções mecânicas, o trabalho intelectual criador esta presente.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais", isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma continua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, p.41-42).

A sociedade moderna cria um novo tipo de intelectual, diferente do intelectual tradicional, daquele que é conhecido filósofo, literato ou artista. O intelectual moderno está ligado ao mundo do trabalho industrial, que supera o espírito abstrato, mas mistura-se constantemente na vida prática, como organizador e construtor, superando a relação técnica-trabalho para chegar à técnica-ciência e tornando-se dirigente e especialista.

Antonio Gramsci define as duas categorias de intelectuais: o orgânico, que provém da classe social que o gerou, tornando-se seu especialista e organizador; e o tradicional, que das classes sociais acredita estar desvinculado. Esse torna-se casta, pois nasce em uma determinada classe e cristaliza-se.

Gramsci distingue duas posições em relação aos intelectuais no interior do partido político: a primeira em que o partido para alguns grupos é o modo de elaboração das categorias de intelectuais orgânicos nos campos ideológicos e a outra, para todos os grupos, onde o partido funciona como aglutinador dos intelectuais orgânicos e tradicionais, capazes de organizar a vida civil e política para torná-los intelectuais dirigentes.

A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma "natureza humana" abstrata fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que a natureza é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filologia e as críticas. Portanto a ciência política deve ser concebida em seu, contudo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento. Todavia, deve-se observar que a formulação dada por Maquiavel à questão da política (isto é, a afirmação implícita em seus escritos de que a política é uma atividade autônoma que tem princípios e leis diversos daqueles da moral e da religião, proposição que tem um grande alcance filosófico, já que implicitamente inova a concepção da moral e da religião, ou seja, inova toda a concepção do mundo) é ainda hoje discutida e contraditada, não conseguiu tornar-se senso comum. (GRAMSCI, p.56).

O movimento dos intelectuais consistia na crítica ao senso comum, resgatando o núcleo de bom senso; o segundo na crítica à Filosofia dos intelectuais que corroboravam a sustentação ideológica dominante. Para Gramsci cabe aos intelectuais orgânicos, que são dirigentes e organizadores das massas, ajudar na superação dialética do fragmento para uma visão de uma totalidade, e sendo assim, ter uma visão unitária do mundo que é o elemento imprescindível, segundo Lênin, para se chegar à Hegemonia.

Há uma relação estrutura-superestrutura ideológica. A estrutura determina a superestrutura e disso deriva a estreita conexão entre política e filosofia. A filosofia está na política. Momento máximo da política é a revolução, a criação de um novo Estado, de um novo poder e de uma nova sociedade. É por isso que Gramsci diz que a máxima contribuição de Lênin à filosofia está na ditadura do proletariado, está na obra de transformação revolucionária. Essa estreita identidade de filosofia e política transformadora, e que o filósofo seja o homem político como transformador. É o caso de Lênin, dirigente da ditadura do proletariado como teórico e como prático. (GRUPPI, p. 4-5).

A filosofia da práxis é a grande reforma dos tempos modernos, é uma reforma intelectual e moral que realiza em escala nacional, o que o liberalismo não teve êxito em realizar e difundir.

É fundamental ser realizada esta divulgação entre os homens simples, porque de modo geral não têm consciência teórica clara da sua ação. Pode habitar duas formas de visões teóricas contraditórias na sua consciência: uma herdada do passado, normalmente não explícita, que influi em sua vontade, moral e chega até a condicionar atitudes passivas morais e políticas; e outra implícita em sua ação, a qual ajuda a transformar a realidade. Assim se processa o desenvolvimento da superação do senso comum numa unidade cada vez mais intensa de uma compreensão intelectual unida ao progresso.

Cabe ao intelectual orgânico a função de trabalhar incessantemente para elevar a intelectualidade das camadas populares, cada vez mais vastas para dar personalidade ao elemento de massa, e que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de um novo tipo que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos.

#### REFERÊNCIAS

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3 v. 2001.
- GRUPPI, Luciano. *Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.





## Sociedade civil e movimentos sociais: a contribuição gramsciana

Maria Lúcia Duriguetto\*

A categoria sociedade civil vem sendo utilizada no debate acadêmico brasileiro desde os fins dos anos 70 para qualificar o campo da ação dos movimentos sociais emergentes no processo de redemocratização. No entanto, sociedade civil vem sendo definida e defendida de diferentes formas, com diferentes conteúdos, não mais exclusivamente pensada em articulação com os movimentos sociais. É a partir desta constatação que apontamos a necessidade de se examinar a discussão que se trava hoje no Brasil em relação à noção de sociedade civil. Nosso interesse é resgatar um correto tratamento da categoria, e esse resgate é por nós buscado no pensamento de Gramsci, o qual tomaremos como parâmetro para dialogar e contrapor às versões apolíticas e a-classistas do mesmo, atualmente tão em moda no debate internacional e nacional.

É com a análise das mudanças ocorridas na esfera social e estatal de sua época histórica, que Gramsci visualiza uma nova dimensão da vida social, a qual denomina de *sociedade civil*. Sociedade civil, para o marxista italiano, é o espaço em que se manifesta a organização e representação dos interesses dos diferentes grupos sociais (movimentos sociais, sindicatos, partidos, etc), esfera da elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias (atividades culturais, meios de comunicação, etc), que tornam ou não conscientes os conflitos e as contradições sociais. É nela que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe.

A constatação teórica e prático-política das especificidades da sociedade civil, possibilita a Gramsci defender que as classes subalternas podem ascender ao poder pela estratégia da "guerra de posição", ou seja, por conquistas progressivas ou "processuais" de espaços de direção político-ideológica no campo da sociedade civil. A noção de *hegemonia* como "direção intelectual e moral" assume relevância central na estratégia da "guerra de posição". A hegemonia expressa a direção e o consenso ideológico (de concepção de mundo) que uma classe consegue obter dos grupos próximos e aliados, alargando e articulando seus interesses e necessidades para a construção de um novo projeto societário hegemônico das classes subalternas.

A partir da década de 1970, a categoria sociedade civil ganha uma grande relevância e centralidade no debate ideológico-político internacional e nacional. Sua utilização aparece diretamente associada à emergência dos chamados "novos movimentos sociais" e suas demandas democratizantes relacionadas a acontecimentos históricos diversos ( reivindicações por direitos civis e políticos nos países do leste europeu; burocratização estatal nos regimes do *Welfare State*, resistência contra os regimes autoritários no contexto dos processos de (re)democratização da América Latina.

---

\* Profa. Adjunta da Fac. de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

Os fundamentos teóricos da concepção de sociedade civil emergente nestes contextos são fundamentalmente encontrados nas elaborações do pensador alemão Jürgen Habermas (1987). O autor sustenta que as sociedades modernas apresentam um processo de diferenciação das estruturas da racionalidade, que acabou por gerar dois sistemas: a racionalidade instrumental - inerente às ações que se desenvolvem nas esferas da economia e da administração pública, em que os indivíduos se orientam estrategicamente pela busca do lucro e do poder político-, e a racionalidade comunicativa, que trata do campo da interação social. Denominado por Habermas de "mundo da vida", é nesse campo que se processa a defesa e a reação dos indivíduos frente à burocratização e à mercantilização, buscando formas de solidariedade e de coesão social.

A canalização dos fluxos comunicativos gerados no "mundo da vida" cabe ao conjunto de associações voluntárias desvinculadas do mercado e do Estado, marcada pelas práticas de solidariedade social, do discurso, da ação comunicativa, a que Habermas (1997:22) denomina de *sociedade civil*. Essas organizações visariam processos de formação de identidade, produção de solidariedade e argumentação moral visando à constituição de uma *esfera pública* entre o mercado e o Estado.

É com base nos referenciais *classistas* ou *comunicativos* explicitados que analisaremos o desenvolvimento da categoria sociedade civil no debate brasileiro.

A categoria *sociedade civil* foi comumente empregada no contexto brasileiro, a partir do final da década de 1970, para expressar a reativação do movimento sindical e a ação dos chamados "novos movimentos sociais", que passaram a dinamizar processos de mobilização de defesa, conquista e ampliação de direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas. As produções acadêmicas e a prática sócio-política dos sujeitos sociais participantes destes movimentos apresentavam, como substrato teórico comum, uma perspectiva oposicionista na relação entre sociedade civil, mediada pelos movimentos sociais, e Estado. A segunda metade da década de 1980 se destaca pelas ações relacionais entre movimentos sociais e Estado, cujo marco foi o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 e dos espaços institucionais participativos que estipula no campo das políticas sociais.

No entanto, a conjuntura constitucional foi contrarrestada pelo avanço do projeto neoliberal, que passa a investir na desresponsabilização estatal na área social e na participação social da *sociedade civil*, concebendo-a como esfera do bem-estar social, das práticas voluntárias, filantrópicas, solidaristas e apolíticas, o tão propalado "terceiro setor". *Sociedade civil aqui é sinônimo de terceiro setor*.

Neste mesmo contexto, também vai estar presente um outro conjunto de elaborações acerca da relação sociedade civil e movimentos sociais. Entretanto, essas elaborações vão na direção da denúncia da desresponsabilização estatal na área social e da defesa da ampliação das práticas de interlocução e negociação pública para a criação, reconhecimento, garantia e consolidação de direitos. Evidencia-se na prática social dos movimentos sociais, nos conselhos, ONGs, fóruns, etc, disputas de interesses e demandas no âmbito do interesse público e da legitimidade do direito bem como a publicização das identidades e práticas sócio-culturais.

Dagnino (2000). A partir desses processos de interlocução e publicização de interesses e demandas é que a categoria sociedade civil vem sendo concebida. *Sociedade civil é pensada em e na articulação com a noção de espaço público, de uma nova esfera pública, não-estatal e democrática.* Particularmente em relação à questão da intermediação e da representação de interesses, Costa evidencia que o entendimento do conceito de sociedade civil como esfera pública não-estatal é adequado por abrigar sujeitos e formas organizativas que sustentam um processo de constituição do interesse coletivo que se desenvolve fora da esfera estatal e das outras organizações político-representativas. Enquanto estas podem ser classificadas a partir de interesses vinculados à esfera da política (partidos) e da economia (sindicatos), os da sociedade civil apresentam uma constituição diferenciada nos seguintes aspectos: *conteúdo dos interesses representados*, as associações e atores da sociedade civil tematizam questões e problemas de relevância para toda a sociedade; *base de recursos*, baseia-se na capacidade de canalizar as atenções públicas para suas campanhas; *formas de comunicação*, seus atores buscam o convencimento do conjunto da sociedade sobre a justiça de seus propósitos; *constituição dos grupos*, a identidade é constituída no contexto das próprias ações coletivas segundo adesão voluntária (Costa, 1995: 62-63 e 1997: 17). Dessa forma, a sociedade civil (transmutada em esfera pública) é vista como uma esfera que transcende a lógica estatal e privada tanto em relação aos interesses que representa quanto em relação à sua dinâmica político-organizativa.

#### UM BREVE BALANÇO CRÍTICO

Como visto anteriormente, a sociedade civil é conceitualizada como esfera dotada de autonomia e auto-organização em relação ao Estado e ao mercado. Suas organizações e movimentos estariam voltados para a defesa do interesse público, do “bem comum” através da negociação e do entendimento. O debate acaba assim por esvaziar essas “lutas sociais” de qualquer determinação econômica e das contradições e conflitos de classe. Em direção contrária a esses fundamentos teóricos, pensar os projetos ideo-políticos e prático-operativos do conjunto dos movimentos e organizações das classes subalternas implica, necessariamente, analisar a esfera da sociedade civil na perspectiva da totalidade social, entendê-la a partir da contradição central capital/trabalho, espaço em que se disputam projetos societários antagônicos.

Fortemente calcada no referencial marxista, particularmente gramsciano, a concepção de sociedade civil aqui incorporada e defendida é a que a vê como espaço em que se desenvolvem os processos que objetivam organizar os interesses das classes subalternas e projetá-los em termos de ação hegemônica na direção da construção de um novo projeto societário. Na concepção de sociedade civil transmutada em *esfera pública*, a ação política é o convívio consensual que não gera sujeito coletivo revolucionário, portanto não gera *hegemonia*.

Quanto ao aspecto da divisão das organizações por esferas supostamente separadas, cabe apontar que a consequência prático-política que decorre dessa análise compartimentalizada da realidade é a perda de uma perspectiva teórica e prático-política de articulação, convergência e unidade das lutas, organizações e movimentos das classes subalternas, o que contribui para que as mesmas se dispersem na multiplicação de demandas de grupos de interesses corporativos, cada vez mais fechados em si mesmos.

Entretanto, é preciso demarcar que as tematizações da sociedade civil enquanto “*esfera pública não estatal de cidadania*” configuram, antes de tudo, um campo de resistência. Estamos inteiramente de acordo quanto ao entendimento de que, para um enfrentamento crítico da contra-reforma neoliberal do Estado e da transformação ideológica da sociedade civil em “terceiro setor”, exige-se que suas ações, movimentos e organizações tenham, *para além da luta pela hegemonia*, a luta para fazer avançar as conquistas democrático-populares pela defesa e ampliação dos direitos sociais.

No entanto, qualquer projeto efetivo de emancipação tem de descartar o reformismo limitado. Enfrentar, então, com maior consistência teórico-analítica e prático-política o projeto neoliberal, ainda em curso, implica resgatar o conceito de sociedade civil em sua dimensão fortemente classista, contraditória e política, ou seja, como espaço de luta organizada e articulada das classes subalternas na busca da criação de um novo projeto contra-hegemônico ao do capital.

#### REFERÊNCIAS

- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- COSTA, S. A democracia e a dinâmica da esfera pública. In: *Lua Nova*, n. 36, 1995.
- \_\_\_\_\_. Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, n. 43, 1997.
- DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S., DAGNINO, E., ESCOBAR, A (Orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- DURIGUETTO, M. L. *Sociedade civil e democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007. No prelo.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v.5.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 1987.

## Do fordismo ao trabalho flexível: Gramsci, hegemonia e controle social

Renan Araújo\*

Ao refletirmos sobre o processo de reestruturação produtiva e as metamorfoses do mundo do trabalho contemporâneo, mais especificamente, a introdução dos métodos de trabalho flexível na produção, dentre as inúmeras problemáticas que emergem desse processo ganha relevância a questão do controle social. Ao nosso ver, à época da mundialização, um dos desafios à interpretação crítica está em compreender os nexos que articulam o "sujeito" capital produtivo ao conjunto da vida social. Ou seja, conforme sugere Mészáros, considerá-lo enquanto sistema *sócio-metabólico de reprodução social*.

Por outro lado, uma análise dessa natureza exige que entendamos a complexidade das relações sociais estranhadas como expressão de relações que se fundam na realização do valor. Neste sentido, o trabalho flexível, ainda que dotado de particularidades, subordina-se à acumulação. Dialeticamente, quando visto numa perspectiva totalizante, o Sistema de Produção Toyota expressa uma linha de continuidade, ainda que represente modificações/adaptações, ou mesmo complementando a anterior Organização Científica do Trabalho implementadas por Taylor e Ford. Neste sentido, para melhor conhecer alguns dos múltiplos significados da flexibilização do trabalho, faz-se oportuno retomar importantes teses de Gramsci sobre o *Americanismo Fordismo*.

Retomar as reflexões de seu clássico trabalho, não significa, porém, efetuar uma transposição mecânica do conjunto de suas teses para nossa contemporaneidade. É preciso considerar as particularidades históricas que distinguem o *continuum*, mas distintos momentos da modernidade capitalista.

Ao debruçar-se sobre a nova racionalidade do trabalho *taylorismo/fordismo*, Gramsci não a toma como sendo um processo restrito ao universo fabril. Ao contrário, busca aprender o objeto em sua historicidade, analisando como essa racionalidade expressa uma nova realidade social totalizante e em processo (*americanismo*). Dentro dessa perspectiva, não endossa as críticas que se fundavam na tradição ou na cultura européia, pois, a tradição antes de tudo: "*significa resíduo passivo de todas as formas sociais ultrapassadas na história*".

Numa perspectiva histórica, suas teses permitem-nos apreender que no momento em que uma determinada forma de produção material e espiritual entra em crise, resistir apoiando-se em valores fundados unicamente na tradição reveste-se de um profundo caráter conservador. Gramsci preocupa-se em combater essa forma de análise amplamente difundida na Europa, sobretudo na Itália.

---

\* Doutorando em Sociologia, Unesp/Araraquara-SP. Orientação: Prof<sup>a</sup> Livre-docente Maria Orlanda Pinassi. Pesquisa financiada pelo CNPq.

Se, por um lado, Gramsci não poupa críticas aos segmentos ou frações de classes “economicamente passivas”, demonstrou por sua vez, que o posicionamento questionador expresso no “fanatismo regional” decorria justamente do seu anacronismo em relação às novas tendências históricas. O que caracterizava politicamente esses segmentos em face da emergente racionalidade fundada no trabalho, era a tentativa de preservar um modo de vida material/espiritual em decadência, daí sua tenaz oposição ao americanismo. A construção/disseminação da nova hegemonia capitalista tendia a alterar não só o modo de produzir, mas a forma inclusive, da maneira como os homens produziam sua existência no plano espiritual/cultural.

Do ponto de vista do antagonismo de classes, o incipiente modo de produção fordista colocou a classe operária norte-americana no centro dos debates, pois historicamente é nela que estavam depositados os elementos de negação dessa emergente forma de relação social e de produção. Contudo, o movimento operário americano, ao se contrapor ao processo de destituição do saber operário, do brutal processo de adaptação psicofísico, não questionava a hegemonia capitalista, ao contrário, de acordo com Gramsci: “a luta na América era ainda pela propriedade do ofício, contra a propriedade industrial”.

Como Gramsci procurou apreender essa postura defensiva do movimento operário norte-americano? De que maneira compreendeu as lutas de resistência do proletariado de “ofícios” como não tendo caráter conservador? Ora, neste processo de mudanças, o autor valoriza o fato de que o proletariado também estava sendo transformado, aqueles segmentos cujo imaginário social ainda se encontrava imerso nas oficinas e ofícios, eram justamente a composição da “classe em superação”, pois, à luz do processo histórico, as formas de lutas e resistências do proletariado na América contra a nova racionalidade do trabalho via-se fragilizada diante da sua própria forma de ser proletário, cada vez mais ampliada e heterogêneo.

Gramsci reconhece na racionalidade taylorista/fordista um movimento do capital que tendia a converter-se em hegemônica, e no proletariado norte-americano busca apreender os elementos de afirmação/negação da ordem ainda em processo. De forma dialética, aponta que do ponto de vista da luta de classes, a heterogeneidade não era algo que se reduzia à forma de ser do proletariado, antes, indicava a emergência de um novo conteúdo histórico. Portanto, o proletariado sem dar conta desta nova problemática, enfrentaria maiores dificuldades no sentido de contrapor-se à nova ofensiva do capital monopolista e seu aparato estatal/social coercitivo.

Se, o americanismo representou um salto histórico qualitativo na forma de ser do capital, desenvolvendo-se no Novo Continente sem o ônus da experiência européia. Ao reconfigurar as esferas da produção e da vida social seu antagonista histórico (a classe operária) também em transformação, encontrava-se menos representada nos operários de ofícios, mas em segmentos que emergiam como força política/social resultante dessas mudanças. Neste sentido, parece-nos que as reflexões de Gramsci buscavam compreender, então, não só as condições históricas específicas da qual emergiam esse novo proletariado, mas como este poderia afirmar-se enquanto elemento de negação dessa nova ordem produtiva e de controle social assentada no *americanismo fordismo*.

É por isso que quando afirmou que a “hegemonia vinha da fábrica”, Gramsci estava procurando indicar as particularidades das novas formas de controle social que tomando inicialmente o

espaço da produção como campo privilegiado de "gestação", todo aparato ideológico fordista expandir-se-ia como forma sistêmica para o conjunto da sociedade. Ou seja, concomitantemente ao esforço do capital em aumentar a produtividade, expandir o consumo com base nos maiores salários pagos aos operários das empresas monopolistas. Estas empresas procuraram, ainda, obter maior controle sobre as práticas sexuais, diminuir e se possível evitar o consumo de bebidas alcoólicas, incentivar práticas religiosas estabelecendo um padrão de família e comportamento social adaptado à nova necessidade da indústria e da ordem social.

Desde as últimas décadas do século passado o mundo capitalista vem sofrendo em diferentes graus um processo de mudanças. No Brasil, uma ampla produção intelectual vinculada à Sociologia do Trabalho tem procurado analisar a disseminação das estratégias do trabalho flexível. Em especial, ganham destaque os estudos sobre os impactos na organização política/sindical, sobre a nova composição de segmentos da classe operária como os metalúrgicos vinculados às montadoras na região do ABC paulista. Enfatizam a emergência de um perfil operário jovem que gozam de maior escolaridade, qualificação profissional, maiores salários quando comparados com a média salarial brasileira. Trata-se ainda, de um novo segmento operário cuja convivência com a velha geração é marcado por inúmeros conflitos.

De fato, os dados empíricos são importantes à medida que podem trazer alguns indicativos preliminares em relação às metamorfoses sofridas pela classe operária. Informações sobre a nova composição social, os dilemas e desafios a serem enfrentados pelo proletariado em sua luta contra o capital. Contudo, o método positivista adotado por esse amplo e majoritário segmento da Sociologia do Trabalho, os impede de analisar as contradições inerentes ao processo de reestruturação produtiva.

Ao analisarem a emergência do trabalho flexível restringe a análise aos aspectos daquilo que definem como sendo um "novo modelo industrial". Em relação às metamorfoses sofridas pelo proletariado limitam-se em quantificar aqueles que se encontram "com e os sem" direitos trabalhistas, ou, os que se encontram na condição de "mais" e os que encontram na condição de "menos" precarizados. E fundamentalmente, ao se referirem à juventude metalúrgica prendem-se ao seu maior poder aquisitivo, e tentam reduzir seus conflitos com velha guarda operária a uma questão geracional.

Neste sentido, contrapondo-se a este enfoque linear e fragmentado, é que devemos, partindo da perspectiva analítica de Gramsci em *Americanismo Fordismo*, refletir sobre o trabalho flexível e seus impactos na forma de ser, agir e pensar do novo proletariado. Dessa forma, poderemos desnudar os dilemas, os desafios relativos à sua forma de organização, suas práticas políticas e seus mecanismos de resistência. Ou seja, as teses de Gramsci sugerem que se considere a instauração do trabalho flexível compreendendo-o numa dimensão histórica totalizante.

Deste modo, de forma dialética, cabe reconhecer que se a classe operária tem se metamorfoseado com a disseminação do trabalho flexível, perdendo sua "unidade" anteriormente identificada na forma de ser (objetiva e subjetivamente) do operário de perfil fordista, o mesmo aconteceu com o operário de ofício em relação ao fordista. Contudo, tendo como referência o método adotado por Gramsci, podemos questionar: é possível encontrar um elo capaz de unir a fragmentada e multifacetada classe operária hoje? Pensamos que numa perspectiva histórica, na essência, tanto o sistema produtivo fordista como o flexível, não alteraram o conteúdo social do trabalho



no capitalismo. Apesar de reconhecermos as mudanças na maneira de como se realizam as tarefas no espaço produtivo, ambos só existem para o capital enquanto produtores de mais-valia.

Porém, uma das peculiaridades do sistema produtivo flexível decorre da sua capacidade/necessidade à época da mundialização (momento em que a composição do capital produtivo e sua lógica concorrencial adquirem novos parâmetros), em adequar o conjunto do sistema produtivo às novas necessidades da acumulação. Para tanto, o capital procura criar mecanismos de controle/consentimento operário concomitantemente ao uso de novas tecnologias que permitam a aumentar a taxa de mais-valia absoluta e relativa. Neste caso, se Gramsci no *americanismo fordismo* salientava que após o período de adaptação aos mecanismos de controle da produção fordista o operário teria seu cérebro livre para refletir, inclusive sobre sua condição operária. É interessante notar então, que as técnicas do trabalho flexível, preocupa-se em ocupar a “cabeça” do operário através das estratégias do trabalho participativo.

Por fim, cabe salientar, que os aspectos acima arrolados não desautorizam as análises desenvolvidas por Gramsci. Ao contrário, é preciso reconhecer seu valor, pois identificado com a classe operária antecipou a lacuna fundamental existente nas formas de controle fordista abrindo a possibilidade da luta contra-hegemonia. As lacunas que o trabalho flexível tem procurado preencher, inclusive quando necessário adotando práticas de terror, procuram mobilizar a “mente” operária em prol da acumulação, por isso, o trabalho flexível se configura também como forma de controle social. Práticas adotadas no ambiente de trabalho, nas células de produção mais especificamente, criam um novo vocabulário (fazer 5s, nossa equipe, etc.) que invadindo os “lares”, paulatinamente são incorporados ao cotidiano operário determinando suas formas de sociabilidade. Gramsci tinha razão: “a hegemonia vem da fábrica!”.

Gramsci, marxismo e política



## O partido em Gramsci

Luiz Carlos de Freitas\*

Para se compreender a concepção gramsciana de partido faz-se necessário levarmos em consideração o momento histórico vivenciado por ele e os embates internos no Partido Socialista Italiano (PSI), em que Gramsci iniciou sua militância político-partidária. A princípio podemos destacar dois momentos de compreensão de Gramsci sobre o partido político. Um primeiro caracterizado pela sua militância no Partido Socialista Italiano, de 1913 a 1919. Um segundo que se inicia a partir da experiência "derrotada" das greves que ocorreram em Turim nos anos de 1919 e culminam com seu desligamento do PSI e a criação do Partido Comunista Italiano em 1921

No período de 1913 a 1919 Gramsci teve uma militância comum dentro do PSI, até então não havia perspectiva revolucionária, a curto prazo, na Itália. A avaliação feita pela II Internacional, à qual era filiado o PSI, era de que não estavam dadas as condições objetivas para uma revolução proletária, portanto a disputa do parlamento seria o caminho para a tomada do poder. A revolução socialista na Rússia, iniciada em 1917, coloca em xeque esta visão. Contrariando as orientações da II Internacional, os bolcheviques tomam o poder na Rússia, mesmo este sendo um país de capitalismo extremamente atrasado. Teoricamente Lênin comprovou, através de seu escrito *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*, que o capitalismo estava plenamente desenvolvido e, portanto já era possível derrotá-lo mesmo em países atrasados. O PSI, mantém, mesmo depois da tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia, uma posição bastante apática com relação a revolução via organização das massas.

O socialismo italiano da época de Gramsci era vítima do 'esperismo', tanto da sua ala reformista, comandada por Filippo Turati, para quem a evolução econômica levaria ao socialismo (...) quanto da ala maximalista (defensora do programa máximo da social democracia), cujo líder, Serrati, dissera: 'Nós marxistas, interpretamos a história e não a fazemos', o que o levava a ficar à espera do 'grande dia' da revolução (SECCO, 2006, p.24).

Por este motivo, em 1919 Gramsci, juntamente com outros militantes do PSI, dentre eles Tasca, Togliatti e Terracini, iniciaram um debate interno no partido, tendo como principal instrumento da divulgação de suas idéias a revista, criada por eles, denominada *Ordine Nuovo*. Os textos publicados nesta revista, especialmente os de Gramsci, buscam demonstrar e convencer os militantes da necessidade da construção da revolução a partir do momento histórico em que estavam vivendo. Por isso vê nas organizações de trabalhadores já existentes na Itália, os embriões, por onde deve começar o processo de construção de um pensamento revolucionário que tencione a luta de classes para a tomada do poder.

Neste aspecto cabe observar duas questões relevantes para diferenciar o pensamento de Gramsci do pensamento do movimento socialista dominante naquele momento: percebe a importância da subjetividade para que a revolução ocorra de fato; e que já havia condições

\* Mestrando em educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Cascavel-PR.

objetivas, pelo menos na Itália, de se organizar a revolução. A partir destas duas constatações, possíveis principalmente por causa do exemplo histórico dos bolcheviques, Gramsci se dedicará a pensar formas de instrumentalizar politicamente e cientificamente o proletariado para tomarem e assumirem o poder na direção do Estado.

Como deveria agir o partido diante desta realidade? Qual deveria ser sua função num momento de perspectiva revolucionária? Diante destas questões Gramsci passará a valorizar as iniciativas dos trabalhadores e enxergar o partido como um catalisador destas iniciativas, de forma dialética, influenciando e deixando-se influenciar pelas organizações proletárias de massa.

Gramsci inventa os Sovietes italianos procurando-os no movimento real, naquilo que já existe, isto é, nas Comissões Internas, que devem ser desenvolvidas e transformadas em organizações com um poder e com uma capacidade representativa muito maior (GRUPPI, 1980; p.74).

As greves ocorridas em 1919 na cidade de Turim apontaram os Conselhos de Fábrica como o órgão de representatividade legítima do proletariado. Estes conselhos ocuparam várias fábricas e passaram a dirigi-las, demonstrando uma alta capacidade organizativa dos operários. Isto leva Gramsci a entender os Conselhos de Fábrica como Lênin compreendeu os Sovietes na Rússia pré-revolução socialista. Ou seja, Lênin tinha clareza de que o partido não conseguiria atingir a massa como os soviets conseguiram, por isso seu lema "*Todo poder aos soviets*". Gramsci terá a mesma compreensão com relação aos conselhos de fábricas, afirmando que estes demonstram capacidade de dirigir a massa e que o partido deve então estar junto deles, visto que os militantes alcançados pelas organizações dos conselhos de Fábrica, são um número muito maior do que os militantes do Partido Socialista.

A partir deste entendimento a questão que se coloca ao partido socialista é: como estreitar as relações políticas com os Conselhos de Fábrica? Na visão de Gramsci e do grupo da *Ordine Nuove* o papel do partido seria o de radicalizar o processo de ocupação das fábricas pelos conselhos através de uma formação teórica e do convencimento político, levando sempre em conta a experiência concreta surgida dos próprios operários.

O que Gramsci desenvolve neste caso é uma concepção de partido muito próxima da concepção que Lênin desenvolveu em sua obra "*Que Fazer?*", para a Rússia, em 1902, principalmente no que diz respeito às críticas à social democracia. O PSI não passava de "um pobre tabelião que registra as operações realizadas espontaneamente pelas massas" (GRAMSCI, IN: GRUPPI, 1978, p.56). Para Gramsci o PSI estava impossibilitado de influenciar na formação da consciência revolucionária do proletariado. Esta impossibilidade não estava ligada às questões objetivas do desenvolvimento histórico do capitalismo, como afirmavam os dirigentes do partido, mas à concepção de partido assumida pelo PSI. O PSI

move-se, e não pode deixar de fazê-lo, preguiçosa e tardiamente: expõe-se continuamente ao perigo de transformar-se em objeto de conquistas de aventureiros, de carreiristas, de ambiciosos. Por causa de sua heterogeneidade, nos inumeráveis atritos de suas engrenagens, não está nunca em condições de assumir o peso e a responsabilidade das iniciativas e das ações revolucionárias, que os eventos incessantemente colocam diante dele (Idem, p. 56).

Este modelo de partido também foi duramente atacado por Lênin no período do governo provisório russo, após a revolução democrático-burguesa de março de 1917. Em "*As Teses de*

*Abriu!* podemos ver a seguinte declaração de Lênin ao expor sua primeira tese, tratando sobre a questão da guerra:

Não somos embromadores. Devemos apoiar-nos tão somente na consciência das massas. Se é necessário permanecer em minoria, pois bem, fiquemos em minoria. É conveniente, às vezes, recusarmos a ocupar uma posição majoritária, não podemos ter medo de ficar em minoria" (LÊNIN, 1967, p. 21).

O partido, tanto para Gramsci quanto para Lênin, deveria dar conta de criar um núcleo centralizado com sólida formação política e disposição para a luta revolucionária e ao mesmo tempo manter a ligação com as massas para elevar sua consciência sem, contudo, tirar sua capacidade criadora.

Diante deste desafio é que Gramsci lançará mão de um aprofundamento do conceito de hegemonia, enquanto um dos principais aspectos a ser trabalhado pelo partido que pretende tomar o poder e destruir as estruturas do capitalismo, construindo em seu lugar o socialismo.

Gramsci recupera explicitamente o conceito teórico-prático de hegemonia, tomado de Lênin. O contexto que preside a essa recuperação revela-se tão esclarecedor quanto uma simples análise interna de seus componentes (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.229).

Embora Lênin tenha trabalhado com este conceito, acaba por não se prender em uma análise mais sistemática sobre isto. Dado o momento histórico russo, às vésperas da tomada do poder pelo proletariado e a necessidade de se combater a direitização do marxismo provocada pela II Internacional, Lênin se vê obrigado a enfatizar exaustivamente a defesa da ditadura do proletariado..

O que Gramsci faz é alargar o conceito de hegemonia já defendido por Lênin,

(...) Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes a capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e à dominação. Lênin ao contrário, entende por hegemonia, sobretudo a função dirigente (GRUPPI, 1978, P. 11).

O conceito de hegemonia em Gramsci, como destacado acima, diz respeito não apenas à ditadura do proletariado enquanto força de coerção, mas também enquanto um mecanismo de convencimento de classes sociais divergentes a trilharem juntas um mesmo caminho.

É necessário então todo um processo afim de que as classes subordinadas fiquem autônomas, se dêem um partido, uma linha política, uma concepção cultural. Então conquistada esta autonomia, lutam para ficar hegemônicas, dirigentes. Elas podem ficar hegemônicas ainda antes da conquista do poder, isto é, podem difundir em toda a sociedade sua própria concepção não só política, mas cultural. A hegemonia se conquista antes da conquista do poder, e é uma condição essencial da conquista do poder (GRUPPI, 1980, p. 82).

A formação de uma consciência proletária na Itália, avalia Gramsci, é uma condição necessária para a revolução. Portanto o papel do partido político se faz extremamente importante na condução do proletariado para a construção de um projeto hegemônico de sociedade, mesmo antes da conquista do poder. Podemos então concluir que Gramsci pensa o partido como um agente educativo das massas e não somente como um dirigente político destas.

## REFERENCIAS

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o estado*. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1978.

\_\_\_\_\_. *Tudo começou com Maquiavel – as concepções de Estado em Marx, engels, Lênin e Gramsci*. Trad. Dario Canali. 3ª ed. Porto Alegre-RS: L&PM Editores Ltda, 1980.

Lênin, Vladimir Ilitch. *As teses de abril*. Texto traduzido da versão francesa. In: *As palavras que abalaram o mundo: antologia bolchevique, 1917-1924*. Edições du Seuil: Paris, 1967.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

## Pontuações metodológicas acerca da teoria dos Partidos Políticos

Alexandre dos Santos Lopes<sup>\*</sup>

A proposta de se debruçar sobre categorias desenvolvidas pelo autor italiano, Gramsci, nasce da necessidade de compreensão à dinâmica interna quanto externa dos partidos políticos existentes na sociedade brasileira. Não somente acerca dos partidos políticos, assim como também, a estrutura da sociedade política e a sociedade civil.

O moderno príncipe,<sup>1</sup> não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada pela ação. Este organismo é o partido: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a ser tornar universais e totais.

Para Gramsci, existem três fundamentos básicos para que exista um partido: um elemento difuso de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade e não pelo espírito criativo e altamente organizativo. Sem esse grupo o partido não existiria. Eles representam uma força na medida em que houver quem os centralize, organize e discipline. Sem esta força disciplinadora de coesão, eles se anulariam e se dispersariam em algo impotente. O segundo fundamento é o elemento principal que centraliza no plano nacional que torna eficiente um conjunto de forças que, sozinhas, não valem nada. Esse elemento é dotado de força extremamente coesiva, centralizadora e disciplinadora. Sozinho ele não formaria um partido, mas teria mais condições de formá-lo considerando o primeiro elemento separadamente. O terceiro fundamento básico para a existência de um partido é um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo, que os coloque em contato não só físico, mas moral e intelectual. Na realidade, para cada partido existem "proporções definidas" entre esses três fundamentos e o máximo de eficiência é atingido quando tais "proporções definidas se realizam".<sup>2</sup>

O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado como qualidades, traços característicos, deveres e necessidades. É necessário definir vontade coletiva de vontade política em geral no sentido moderno; à vontade como consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo.<sup>3</sup>

<sup>\*</sup> Pós Graduando em Ciências Sociais. Orientador: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

<sup>1</sup> GRAMSCI, A. *Maquiavel e a Política do Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.

<sup>2</sup> Para uma análise mais aprofundada destas questões favor consultar: SADER, Emir (org). Gramsci: poder, política e partido. Expressão Popular: São Paulo, 2005, p.16 e seguintes.

<sup>3</sup> GRAMSCI, A. *Maquiavel e a Política do Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978; p. 07.



Quando é possível dizer que existem as condições para que possa surgir e desenvolver-se uma vontade coletiva nacional popular? Portanto uma análise histórica (econômica) da estrutura social de um determinado país é uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para suscitar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos.

Mas quando os grupos sociais se afastam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais com forma organizativa determinada, com os homens que os constituem, os representam e os dirigem, que não são mais reconhecidos como expressão própria de sua classe ou fração de classe.

A isto denominamos de crise de hegemonia da classe dirigente, que acontece ou porque a classe dirigente fracassou em alguma grande tarefa política para qual ele pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas, ou porque parcelas significativas das massas passaram repentinamente, da passividade política a uma certa atividade, colocando reivindicações que em seu universo constituem uma revolução. Quando se fala de crise de hegemonia, trata-se exatamente da crise do Estado em seu conjunto.

Como diria Gramsci, a organização tem no domínio da sociedade civil, a função que o Estado tem no da sociedade política, retomando com pequenas variantes o escrito nos cadernos do cárcere: é senão todos os empreendedores, ao menos uma elite deles deve ter capacidade de organizadores da sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, pela necessidade de criar às condições mais favoráveis a expansão da própria classe; ou deve possuir ao menos a capacidade de escolher os “funcionários (empregados especializados) aos quais confiar esta atividade organizadora das relações quais externas a fazenda”. O Problema é retomado da perspectiva do partido, ampliando-se e explicitando-se o sentido atribuído à função organizadora do intelectual.<sup>4</sup>

O problema mais interessante é aquele que diz respeito à análise do partido político desse ponto de vista o problema dos intelectuais? Ele me parece poder dizer – se ser exatamente o mecanismo que na sociedade civil desempenha a mesma função que exerce o Estado em maior medida na sociedade política, isto é, procura a soldura ente os intelectuais orgânicos de um grupo social e os intelectuais tradicionais, função que pode cumprir em dependência da sua função fundamental de elevar os membros “econômicos” de um grupo social à qualidade de “intelectuais políticos”, isto é, de organizadores de todas as funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.<sup>5</sup>

Outras pontuações metodológicas postas por Gramsci, são fundamentais para a compreensão destas questões, e que sugerem que a história do Partido Comunista está intimamente ligada à história de um país e paralelamente, a trajetória de seus militantes.

De certa forma essa história é também umbilical a história do Brasil e como diria Gramsci, em um de seus últimos trabalhos referenciais sobre a questão:

“será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é a expressão e o setor mais avançado. Logo a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado: tem amigos afins, adversários,

<sup>4</sup> FERREIRA, Oliveiros S. Os 45 cavaleiros Húngaros; pp. 164 a 166.

<sup>5</sup> GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, caderno 04.

inimigos. Só o quadro complexo de todo o conjunto estatal (e frequentemente com interferência internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode – se dizer que escrever a história de partido significa exatamente escrever a história geral de um país".<sup>6</sup>

Entendemos que a história de um partido só pode ser adequadamente compreendida se levarmos em conta as relações entre o Partido e sua época; destas relações, as principais dizem respeito ao conflito existente entre as diferentes forças políticas, sociais e econômicas, tanto em escala internacional quanto nacional, tanto externa quanto internamente ao Partido.

O desenvolvimento histórico do Partido dos Trabalhadores, o que inclui a guinada à direita das opiniões do PT acerca da sociedade brasileira, inclusive de suas posições programáticas e estratégicas, só pode ser adequadamente compreendido se levarmos em conta o conflito de classes existente na sociedade e no exterior do próprio partido.

Deste conflito de classes, a relação capital/trabalho assume um significado preponderante no campo da luta política. O conflito entre as classes sociais assume diferentes formas, que estão relacionadas às variadas razões que fazem da burguesia, a classe dominante em nossa sociedade.

A Metamorfose da atuação política do Partido dos Trabalhadores é resultante de modificações nas condições objetivas verificada pela classe trabalhadora. A utilização de determinados paradigmas explicativos, prioridades políticas a substituição da luta socialista pela luta para a consolidação de uma democracia representativa, a inversão da proposta de combate ao capitalismo tornou-se somente luta contra o neoliberalismo, as próprias idéias de solidariedade demonstram a influência da Igreja Católica (Teologia da Libertação) dentro do partido, assim como a demasiada importância a disputa eleitoral em contraposição a luta política através de organismos como os movimentos sociais, representam em certa medida esta metamorfose.

No entanto, o Partido dos Trabalhadores lutou exaustivamente pelo fim da ditadura militar e pela democratização do Brasil. O socialismo era sua meta principal.

As lutas travadas ao decorrer da década de 1980 demonstram claramente a organização da classe operária e dos movimentos sociais, como, por exemplo, as tentativas para desmascarar a "transição conservadora" que as elites brasileiras planejavam para o país, as sucessivas greves nas fábricas do ABC paulista, a criação de uma central sindical (CUT), entre outras lutas.

Este momento de transição política no Brasil marcou profundamente o partido. A introdução do chamado neoliberalismo implicou em transformações fundamentais no processo produtivo brasileiro, o desemprego estrutural ocasionou um refluxo nas lutas da classe trabalhadora, a criação do Estado mínimo, onde a sociedade civil começa a assumir as responsabilidades do Estado, as privatizações de empresas públicas, a alta rentabilidade das empresas multinacionais e o arrocho salarial para os trabalhadores, em linhas gerais demonstram como se deu a saída liberal para a crise de hegemonia ocasionada nos anos 1980.

<sup>6</sup> GRAMSCI, A. *Maquiavel e a Política do Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978; p. 24.

Com o fim da URSS agrava-se a conhecida "crise do marxismo", onde as mudanças qualitativas produzidas nas sociedades capitalistas inauguram uma nova legalidade social diante da qual o "corpus teórico e a práxis política inspiradas no marxismo já não tem nada a dizer nem a fazer".<sup>7</sup>

O impacto da crise do marxismo agravada pelo fim do chamado "socialismo real" e o crescimento da participação do partido nos parlamentos e prefeituras; a crise na militância e uma estrutura partidária cada vez mais burocratizada e as mudanças no quadro nacional e internacional, são os elementos para a compreensão das disputas internas do Partido dos Trabalhadores, que delimitam a metamorfose do Partido dos Trabalhadores.

---

<sup>7</sup> BORON, Atilio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1994; p.221.

## Metapolítica e revolução radical: a crítica da razão política em Marx

Claudinei Cássio de Rezende\*

Disse uma vez Eric Hobsbawm (1991), por ocasião da elaboração do artigo que encerrava a última edição da História do Marxismo, que nenhuma filosofia laica sobreviveu por tanto tempo com tamanha expressividade como o marxismo, e que na história não há nenhum filósofo que desfrutou de tamanha difusão de suas teorias como desfrutou e ainda desfruta Marx – apesar do chofre oriundo da desintegração do bloco soviético. Por conta desse legado histórico sem precedentes, o gradiente de nuances do marxismo se estende desde o mais atilado debate filosófico à vulgarização staliniana. Se por um lado não podemos apontar isso como um determinante histórico do arremate aflitivo do século passado e do *juste-milieu* contemporâneo, por outro, na senilidade hodierna do movimento comunista, é acme vital reafirmar Marx como centro da reflexão teórica do marxismo.

Apoiado pela obra madura de György Lukács, o filósofo José Chasin pretendeu extrapolar o cenáculo acadêmico com esse pressuposto: reafirmar Marx pela análise imanente de sua própria obra. *Ipsa facto*, fora o primígeno a decifrar a categoria da determinação ontonegativa da politicidade. Decifração que possui a compreensão de que a política não é um atributo necessário do ser social, mas contingente no seu processo de auto-entificação. Embora a natureza da política em Marx seja um tema controverso, somente no resgate da sua obra própria há possibilidade de assegurar a fidelidade da categoria cunhada pela pena invulgar de José Chasin, categoria que chamamos à baila nesse artigo.

Para perceber a crítica da razão política marxiana, é pois necessário saber que Marx possui dois momentos distintos em sua concepção de política. A primeira, em sua tese doutoral, o filósofo alemão tenta ligar a filosofia à política liberal, entendendo a política e o estado como a realização da racionalidade humana. Chamemos esse Marx de pré-marxiano, pois para ele, tal qual a máxima *bellum omnium contra omnes* hobbessiana, o espaço político emerge como a instância indispensável do controle das contraposições societárias antagonicas, em outros termos, há uma acepção ontopositiva da política.

Isso significa dizer que o Marx pré-marxiano, comprovado pela Gazeta Renana, buscava a resolução dos impasses sociais através do recurso ao "formato racional do estado moderno e da universalidade do direito" (Chasin, 2000: 133). Como vemos no texto Observações Sobre a Recente Instrução Prussiana Acerca da Censura, Marx caracteriza a razão jurídica e política como elementos indissolúveis do homem.

A reconfiguração do padrão reflexivo que o eleva à condição de marxiano, acontece entre maio e setembro de 1843, como verificamos em suas correspondências com Arnold Ruge.

\* Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp-Marília. claudinei\_cassio@yahoo.com.br

Nesse período, Marx se desliga da Gazeta Renana, cria os Anais Franco-Alemães e instala seu gabinete de estudos em Kreuznach. Nessa guinada ontológica da qual Marx jamais abandonara há três textos específicos, a saber: *Sobre a Questão Judaica*, de outubro de 1843; *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, fins de 1843 e início de 1844 publicados originalmente nos Anais Franco-Alemães; e as *Glosas Críticas Marginais ao Artigo 'O Rei da Prússia e a Reforma Social' Por um Prussiano*, de agosto de 1844, publicados originalmente nos números 63 e 64 do *Vorwärts!* no qual rompe definitivamente com Arnold Ruge, o último neo-hegeliano com quem ainda mantinha contato.

A concepção contida na Ideologia Alemã, de que o homem é uma forma específica de ser, e dada sua especificidade ontológica é compulsoriamente levado a forjar suas condições de existência, pode ser vista em *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*. Na obra, o ato fundador da sociedade civil deixa de ser a política para ser o trabalho em sua dimensão ontológica. A política é colocada como figura transitória a ser naturalmente superada no momento subsequente imediato do evoluir da porção avançada da humanidade a caminho da emancipação. Desse modo Marx diferencia a revolução política (parcial) da revolução radical (emancipação humana). Para o filósofo,

O sonho utópico da Alemanha não é a revolução radical, a emancipação humana universal, mas a revolução parcial *meramente* política, que deixa de pé os pilares do edifício. Qual a base de uma revolução parcial? Apenas esta: uma *seção da sociedade civil* emancipa-se e alcança o domínio universal: uma determinada classe empreende a partir da sua *situação particular* uma emancipação geral da situação. Tal classe emancipa a sociedade como um todo, mas só no caso de a totalidade da sociedade se encontrar na mesma situação que esta classe. (Marx, 2005: 154)

A teoria que aborda a política e seu atributo jurídico como uma estrutura capaz de posicionar os homens em condições de igualdade na medida em que o estado elimina as distinções estabelecidas por nascimento, posição social, educação ou profissão, decretando-as como não-políticas, cai por terra em *Sobre a Questão Judaica*. No decurso analítico, Marx demonstra que o estado em sua essência ontológica aparece permitindo que a propriedade privada, a educação e a profissão, manifestando sua natureza particular, longe de abolir essas diferenças as legitima, pois o estado só existe na medida em que as pressupõe. Em síntese, o estado e a política só fazem valer sua universalidade na existência da desigualdade.

Portanto para Marx, nessa metáfora poderosa, a sociedade civil se contrapõe à política, *id est*, a sociedade civil não possui a política como atributo ineliminável: “o estado político, em relação à sociedade civil, é precisamente tão espiritual como o céu em relação à terra” (*apud* Chasin, 2000: 145). No bojo limitado da emancipação política, nos encontramos com o sufrágio universal do estado de direito, que separa o homem em indivíduo privado e cidadão. Assim, os chamados direitos do homem constituem apenas os direitos de um membro da sociedade civil, isto é, do homem separado dos outros homens e da comunidade. Expliquemos melhor: a essa categoria Marx denomina indivíduo circunscrito, pois cada homem vê no outro não a realização do seu gênero, o humano, mas a limitação da sua própria liberdade. Como se vê na conhecida Declaração dos Direitos do Homem de 1791 a liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique outrem. Desse modo, na formulação jurídica dos direitos humanos, o homem está longe de ser concebido como um ser genérico, mas, ao contrário, a própria vida genérica aparece como sistema externo ao indivíduo, como limitação de sua independência originária.

Marx vislumbra na revolução permanente a saída desse impasse. Essa revolução permanente deveria ter como protagonista a classe que no século XIX fora o produto mais autêntico da grande indústria, como denominado na Crítica ao Programa de Gotha: o proletariado. O proletariado não é senão a classe universal capaz de levar a cabo a emancipação humana enquanto uma esfera universal "por seus sofrimentos", por sorte que o proletariado não assuma interesses de classe mas a identificação com o ser humano genérico. Como lemos em Marx, no trecho em que se oferece a ontonegatividade da política:

Onde existe então, na Alemanha, a possibilidade positiva da emancipação? *Eis a nossa resposta*: na formação de uma classe que tenha *cadeias radicais*, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque seus sofrimentos são universais e que não exige uma *reparação particular* porque o mal que lhe é feito não é um *mal particular*, mas o *mal em geral*, que já não possa exigir um título *histórico*, mas apenas o título *humano*; de uma esfera que não se oponha às consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem a se emancipar de todas as outras esferas da sociedade, sem emancipá-las a todas – o que é, em suma, a *perda total* da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por uma *redenção total* do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o *proletariado*. (Marx, 2005: 155-6)

Longe de ser um simples manifesto para a divulgação política, o Manifesto Comunista desenvolve os delineamentos do primeiro manifesto metapolítico da história. É nessa obra que Marx desenvolve definitivamente o conceito de que o poder político é a violência organizada de uma classe e que o proletariado ao passar de classe social à esfera universal traz consigo o germe da abolição do antagonismo entre classes, portanto, da abolição da política enquanto sua própria dominação como classe.

Esses lineamentos da crítica da razão política iniciada nos Manuscritos de Kreuznach são repostos por Marx nas Glosas Críticas Marginais ao Artigo 'O Rei da Prússia e a Reforma Social' Por um Prussiano. No artigo de Ruge, a sublevação dos silesianos fracassara por não possuir uma "alma política". Para Marx, ao contrário, não se trata de alma política, isto é, de substituir um governo por outro, mas de abolir a própria política. Uma revolução social sem alma política é impossível, pois, mesmo que a revolução social simbolizasse a sublevação num único distrito fabril, ela engendra um protesto do homem contra a vida desumanizada e, além de tudo, toda revolução dissolve a velha sociedade, e assim considerada é uma revolução social. Nas palavras de Marx:

O entendimento político é político precisamente porque pensa dentro dos limites da política /.../ e o princípio da política é a vontade. /.../ Quanto mais desenvolvido e generalizado se acha o entendimento político de um povo, mais o proletariado desperdiça suas energias – pelo menos no início do movimento – em revoltas irrefletidas, estéreis, que são afogadas em sangue. Ao pensar sob forma política, divisa o fundamento de todos os males na vontade e os meios para os remediar na força e na derrubada de uma determinada forma de governo. Temos a prova disso nas primeiras explosões do proletariado francês. /.../ O entendimento político lhes ocultava as raízes da penúria social, falsificada a compreensão de sua verdadeira finalidade; o entendimento político enganava pois, o seu instinto social. (*apud* Chasin, 2000: 155-6)

A política para Marx, em sua anatomia originária, só pode existir com o pressuposto de atenuar as contradições inerentes ao modo de produção que separa drasticamente indivíduo e sociedade civil. Logo, nem politicista, nem economicista, a revolução deve ser revolução radical metapolítica, a saber: revolução que se apóia na tomada do poder político pela classe que objetiva a emancipação humana – pois a ação do proletariado tem como um dos pressupostos a tomada do poder político para daí então, no próprio processo dessa emancipação, o Estado e o poder político se dissolverem frente às novas condições existentes – mas que elimina no processo desta emancipação todo poder político, portanto, superando-o como condição para realização da mesma para dar conta da totalidade, entendida por Marx como síntese objetiva de múltiplas determinações.

#### REFERÊNCIAS

- CHASIN, J. "Marx – A Determinação Ontonegativa da Politicidade" in \_\_\_\_\_. *Tomo III – Política*. Santo André: Ad Hominem, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. "O marxismo hoje: um balanço aberto" in \_\_\_\_\_. *História do Marxismo*. Vol. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. "Capítulo II: Glosas Críticas Marginais ao Artigo 'O Rei da Prússia e a Reforma Social' De um Prussiano" in *Práxis*, s.d., mimeo. p. 69-71.

## O marxismo da internacional socialista

Caio Martins Bugiato\*

A Revolução Francesa e a Revolução Industrial modificaram a sociedade europeia e posteriormente o mundo extra europeu na medida em que se colocaram como pioneiras das revoluções políticas e econômicas para o advento de um novo modo de produção. Enquanto os britânicos se destacaram na transformação econômica do processo de produção e assim se tomaram a oficina do mundo, os franceses se colocaram como o epicentro da revolução política contra o Antigo Regime, afirmando e difundindo a ideologia da burguesia liberal. Dessa maneira as antigas classes dominantes ou foram solapadas do poder ou enfraquecidas pelas revoluções democrático-burguesas em seus Estados nacionais.

Durante toda a primeira metade do século XIX, a burguesia, sob o preceito da dupla revolução lutou em toda a Europa pelo poder em busca da condição social dominante no ocidente, onde inaugurara a modernidade. Contudo, as revoluções da burguesia encontraram limites em seus próprios privilégios de classe, uma vez que um avanço democrático concretizaria as exigências do proletariado surgido na nova sociedade industrial. Por meios políticos, jurídicos e ideológicos, a burguesia se estabeleceu como classe dominante já em meados do século XIX, porquanto a subalternização dos operários era de fato vital para o capitalismo. Tal avanço significava a vitória incompleta da democracia, visto que o empenho revolucionário burguês se estendia até a conquista de seus direitos políticos e econômicos para uma ascensão social como classe, não comprometido com a democracia do povo.

O operariado, ao contrário da massa urbana inexperiente identificada com os primórdios da industrialização, na década de 1850 passou a combater a exploração da sociedade burguesa. Subseqüentemente, a difusão das idéias socialistas na segunda metade do século XIX preparou o proletariado a se organizar como classe, sobretudo como classe internacional, em direção à revolução. O movimento dos trabalhadores só se poderia constituir em âmbito global, uma vez que a economia capitalista havia tomado magnitudes mundiais. Logo, a organização internacional tanto se tornou ponto fundamental na luta da classe trabalhadora, como foi responsável pelas fundações das associações internacionais de trabalhadores para constituir uma direção com o intuito de derrubar o capitalismo.

Com efeito, foram as mudanças na economia – a passagem do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista/organizado, marcada pela Grande Depressão da década de 1870 – que transformaram o cenário político e econômico europeu. As dificuldades da marcha do capitalismo foram denotadas pelo protecionismo e pela concentração econômica que não fortaleceram, apenas evitaram um colapso no sistema econômico das burguesias nacionais.

O subproduto da Grande Depressão foi uma grande agitação social, aguçando a política revolucionária dos operários. Os trabalhadores teorica e organicamente mais coesos

\* Bacharel em Relações Internacionais da Unesp-MARILIA)



fomentaram um movimento objetivo de massas em direção ao socialismo, tendo sua maior expressão na Internacional Socialista. À luz do legado do marxismo, o movimento socialista europeu se atirou ao internacionalismo proletário, uma vez que a revolução só ocorreria se fosse em âmbito internacional.

A teoria marxista se organizou como a ciência do socialismo pelo fato de enxergar na história a práxis do desenvolvimento da humanidade. Tornou-se uma necessidade do movimento operário, pois seus conceitos eram os únicos capazes de esclarecer as situações de vida miseráveis dos trabalhadores e os únicos possíveis de serem aplicadas na política para reverter as condições de exploração. Destarte, o movimento proletário europeu encontrou a ferramenta para uma perspicaz crítica da ordem existente, deparou-se com o motivo pelo qual os operários eram sempre oprimidos e como nenhuma mudança dessa realidade era possível enquanto a ordem social capitalista não fosse substituída pela socialista. O marxismo mostrava aos operários europeus a importância da sua classe e a tarefa histórica que lhes cabia.

Ao final do século XIX o marxismo já se confundira com as exigências práticas do movimento operário e todas as ações dos socialistas se inspiravam na filosofia da práxis da obra de Marx. Logo, a característica fundamental da Internacional Socialista era a relação mais simplificada entre a prática política e o marxismo, visto que tal afinidade submeteu os partidos à fins práticos. Isso significou nas condições objetivas e subjetivas um admirável progresso para da consciência de classe no movimento operário moderno.

Ao mesmo tempo em que o proletariado internacional ansiava pela derrubada do capitalismo, enxergava a política do imperialismo como produto desse sistema econômico. Era fato que o fenômeno do imperialismo se tornara central na análise política do proletariado, uma vez que a almejada transformação social se chocaria diretamente com o motor econômico da ordem capitalista, isto é, o imperialismo.

Tal questão propiciava mais atritos que consenso entre os socialistas, visto que influentes teóricos burgueses jamais reconheceram a primazia da economia na conquista territorial, apelando para explicações que excluía a exploração do capital da sociedade moderna; alguns teóricos marxistas refutavam a ação revolucionária, ou alegando o anacronismo dos estudos de Marx sobre o capitalismo, ou afirmando um pacifismo frente ao desenvolvimento econômico; e a fase "*belle époque*" do capitalismo pós-1870 implicava em uma prosperidade da sociedade europeia que elevava o padrão de vida da população. Todas essas concepções permeavam o movimento operário.

A separação do marxismo em vertentes se deu pelas distintas formas de ação perante o cenário mundial que caminhava para a guerra generalizada. Havia a tendência centrista, representada por Kautsky que conservava o vocabulário e a ortodoxia marxistas, especulava sobre o caráter inevitável da evolução a fim de prever a revolução, mas se agarrava em um pacifismo atento; uma tendência revisionista, que se desenvolveu amplamente dentro dos grandes partidos social-democratas e que contava com a prática da vida parlamentar para melhorar a situação material da classe trabalhadora, bem como aceitava compromissos com a ideologia nacionalista e com o imperialismo; e uma tendência esquerdista, muito heterogênea e dispersa, que, não obstante, se manteve fiel à vontade de acabar na revolução e que confiava na greve geral para destruir o mundo capitalista.

Em verdade, resume-se o centrismo e o revisionismo à vertente reformista e o esquerdismo à vertente revolucionária. O reformismo sustentava que o socialismo poderia ter êxito mediante a revolução, mas também reformas importantes deveriam ser logradas durante o processo para se chegar ao socialismo. A vertente revolucionária assegurava que o socialismo não poderia existir sem a revolução, negando que a situação material dos trabalhadores vinha melhorando sob o capitalismo. Argumentava que o capitalismo já havia alcançado, ou estava alcançando, os limites da sua força expansionista e, assim, seria vítima de suas próprias contradições, pois seria obrigado a piorar as condições de vida dos trabalhadores no curso de sua sobrevivência. Se não havia chegado ao limite, havia possibilidades de que as lutas cotidianas conseguissem concessões, o que fortalecia os trabalhadores para a revolução. Segundo essa vertente, não se podia esperar pela revolução, mas sim preparar o operariado, angariando mais simpatizantes, para a tarefa que estava por vir.

Reformistas e revolucionários concordavam no ponto em que o capitalismo estava condenado, o socialismo estava destinado a ocupar seu lugar e o principal fator para o estabelecimento da nova sociedade sobre as ruínas do capital devia ser o proletariado como classe, realizando sua missão histórica. Todos os membros da Internacional Socialista estavam convictos sobre a necessidade revolucionária. Entretanto, referiam-se a muitas coisas distintas quando falavam em revolução; não lhes estava claro o que significava. Por mais que soubessem que se produziria um rompimento agudo com a velha ordem, implicando em novos valores e drástica mudança do sistema de poder, a transformação social poderia significar que a vitória do socialismo sobre o capitalismo fosse uma revolução, independente dos meios pelos quais se concretizasse.

Pertinentemente, para os líderes da Internacional o socialismo viria à tona por meio de ações como apoio da massa a um partido parlamentar, pela maioria parlamentar do partido socialista, pela votação de uma nova constituição convocando uma assembléia constituinte e pelo ultimato as classes dirigentes respaldado pelo movimento popular. Além disso, não excluíam a possibilidade das classes governantes oferecerem resistência, contudo esperavam não chegar aos disparos. Por mais, acreditavam que o proletariado constituía, ou não demoraria muito a ser, a maioria do povo trabalhador, avigorando as pressões populares. Ou seja, a revolução tinha que chegar por métodos parlamentares e "democráticos" sem o mínimo uso da violência.

Por mais reformas que a social democracia da Internacional tenha conquistado, o resultado foi o aumento do padrão de vida de parcela dos trabalhadores europeus, custeado pelos lucros imperialistas, mas não o estabelecimento de uma sociedade mais igualitária. Os congressos da Internacional serviram de tribuna para moderar as questões de interesse geral do movimento operário, cujos debates apenas refletiram as crises profundas pelas quais nessa época passava o mundo socialista, não exercendo sobre ele mais do que uma terapêutica pouco eficaz. A coordenação e o controle de ação em escala internacional se faziam complexas, bem como a conciliação do imperativo estratégico da Internacional com as táticas diversas das situações nacionais.

Portanto, demonstra-se que o socialismo da Internacional Socialista era um movimento reformista e não revolucionário. A ação revolucionária perpassou o movimento somente porque a questão da guerra chamou os socialistas a tomar uma posição, dada a suposta iminência do colapso do capitalismo. De qualquer forma, o proletariado internacional se envolveu em uma

trama muito maior do que sua capacidade lhe possibilitava solucionar. Por conseguinte, a Internacional se esfacelou com a eclosão da guerra mundial, deixando que na Europa oriental se cumprisse o prenúncio de que a guerra europeia significaria inevitavelmente a revolução.

Inferese que a crise da social-democracia do início do século XX decorreu de dois planos aparentemente opostos, mas que se completaram no interior do movimento operário. Em primeiro lugar, os artifícios do liberalismo burguês para criar fatores de aglutinação social, seja pela implantação da rede pública de ensino, seja pelo serviço militar obrigatório, seja pelo monopólio dos meios de comunicação, mascararam a estratificação das classes sociais e fomentaram a identificação da massa com seus governantes com a finalidade de não abalar sua estrutura sócio-político-econômica, cunhando uma união nacional. Igualmente, a abertura democrática das classes governantes trouxe partidos e sindicatos para o jogo político do sistema burguês, aproximando a esquerda de um alinhamento mais amplo e favorável a reformas e concessões aos setores potencialmente revolucionários. Se por um lado o nacionalismo e a abertura democrática constituíram fatores endógenos, por outro, o imperialismo foi o fator exógeno. As guerras de expansão imperial implicaram na subalternização de povos de diferentes nacionalidades, minando a solidariedade entre as nações. Mais além, as finanças do imperialismo proporcionavam um alto grau de desenvolvimento econômico na sociedade europeia, atingindo inclusive a classe trabalhadora, cujos extratos superiores adquiriram padrões de vida pequeno-burgueses, dando origem à aristocracia operária.

Em segundo lugar, não só o imperialismo influiu na economia, mas também o curso da II Revolução Industrial, cujas inovações levaram o capitalismo a um período de prosperidade, mesmo na conjuntura da paz armada. Dessa nova fase da economia capitalista surgem o movimento operário da Internacional Socialista, concepções acerca da derrocada do capitalismo, o qual, segundo os reformistas, marchava para a socialização política e econômica, sem que houvesse necessidade de uma ruptura muito radical em direção ao socialismo. As políticas reformistas tomaram grandes proporções entre os trabalhadores, que se convenceram em sua maioria das práticas parlamentares para acabar com a pobreza e a exploração. Assim sendo, as políticas da burguesia, conscientes ou conseqüentes, desarmaram o proletariado internacional teórica e organicamente, deixando-o sem perspectiva revolucionária, a única que implicaria na superação da guerra e do capitalismo.

## A separação entre o político e o econômico no capitalismo: as abordagens de N. Poulantzas e J. Hirsch

Danilo José Dalio\*

A separação do econômico e do político não é simplesmente um problema teórico, mas também prático. A teoria marxista ocupa-se dessa questão de uma maneira crítica, quer dizer, enquanto condição fundamental da dominação burguesa na sociedade capitalista. Isso não significa que haja um consenso acerca do tema dentro do marxismo; ao contrário, são abordagens distintas que prevalecem.

Com a crise capitalista dos anos 1960, as possibilidades de ação e as limitações do Estado passaram a exigir novas reflexões acerca das leituras até então predominantes. As transformações em voga não apontavam apenas para uma rigorosa sistematização teórica, mas representavam também exigências requeridas pela prática: de um lado, pelos sérios questionamentos da política intervencionista estatal e sua habilidade para resolver os problemas do capital; de outro, pela ascensão dos partidos comunistas em vários países da Europa Ocidental e a possibilidade de amparar-se no aparelho estatal para efeito de uma transição ao socialismo. Enfim, um questionamento sobre o desenvolvimento da forma e das funções do Estado no capitalismo contemporâneo. Esse é, portanto, o contexto histórico que impulsionou o interesse pela teorização do Estado nos anos 60 e 70, tanto na Alemanha de Altvater e Hirsch (entre outros) quanto na França de Althusser e Poulantzas. Uns como os outros, em geral, vislumbraram incorporar as transformações capitalistas à teoria marxista, tentativa até aquele momento insuficientemente realizada pelos intelectuais da chamada 'teoria do capital monopolista de Estado'.

A importância da contribuição da teoria derivacionista do Estado de Hirsch e da teoria estruturalista do Estado de Poulantzas não reside unicamente na maneira singular de tratar a discussão da separação entre o político e o econômico, mas igualmente no fato de ser uma crítica àquelas teorias que pretendem representar a teoria marxista do Estado.

Uma delas é a leitura *economicista*, que consiste em considerar outros níveis da realidade social como epifenômenos reduzíveis a uma base econômica, e que toda ação política deva ter na economia seu objetivo principal; daí a elaboração de um estudo específico do Estado ser algo supérfluo<sup>1</sup>. Além do *economicismo*, Poulantzas bem como Hirsch opuseram-se à leitura instrumentalista presente na 'Teoria do Estado Monopolista', para a qual o Estado se apresenta como um mecanismo que o capital monopolista utiliza diretamente para satisfazer e garantir seus próprios interesses. Outra, com um viés reducionista, tenta definir o caráter do Estado deduzindo-o da abstração de elementos estruturais isolados, ou de algumas citações

\* Mestrando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - turma 2007.

<sup>1</sup> POULANTZAS (1982, p. 220)

tomadas emprestadas dos clássicos, sobre a essência do Estado burguês de classe. Tais posições teórico-políticas, acredita Hirsch, encobrem a importância que os processos políticos no âmbito do Estado têm para a compreensão do desenvolvimento das lutas de classes, subtendendo assim uma polarização simples dentre a classe operária e o Estado.<sup>2</sup>

Para Holloway e Picciotto<sup>3</sup>, o debate alemão se contrapõe a dois blocos de teorias, nas quais se enquadram, grosso modo, as 'teorias marxistas do Estado': por um lado, aquelas que atribuem pouco ou nenhuma atenção ao Estado, à especificidade do político, e argumentam (ou mais freqüentemente assumem) que a ação do Estado flui mais ou menos diretamente das exigências do capital, sendo acusadas de *reduccionismo* ou *determinismo econômico*; por outro, encontram-se aquelas análises que reagem a esta última insistindo sobre a *autonomia relativa* do político, negando (ou mais ou menos negligenciando) a necessidade dos teóricos da política atentarem para as condições da acumulação do capital, sendo por isso denominadas de *politicistas*. Aqui, portanto, uma referência explícita à abordagem de Poulantzas.<sup>4</sup>

Quanto ao posicionamento epistemológico de cada intelectual dentro do pensamento marxista, mais precisamente a interpretação da obra de Marx e, em especial, a leitura de "O Capital", embora ambos considerem que essa obra tem como foco principal e exclusivo o modo de produção capitalista e, portanto, o processo de acumulação de capital, discordam quanto à forma com que os "outros níveis" nela se apresentam. Enquanto Poulantzas defende que o Estado, por exemplo, apenas encontra-se presente no 'Capital' pelos efeitos causados sobre a economia e, nesse sentido, indica a passagem que trata da 'legislação fabril', Hirsch acredita que em nenhuma passagem da obra é possível encontrar um "princípio sistemático para o desenvolvimento de uma teoria do Estado", mas somente a forma pela qual as relações de classes da sociedade se reproduzem de modo ampliado.

Isso não quer dizer, todavia, que o 'Capital' seja fundamentalmente uma análise do nível econômico e de seus respectivos conceitos (valor, mais-valia, acumulação). Ao contrário disso, já no "Prefácio à Crítica da Economia Política", Marx alertava para o fato de que as 'formas políticas' somente podem ser entendidas quando relacionadas à 'anatomia da sociedade civil'<sup>5</sup>. Aqui, portanto, reside uma diferença importante entre Hirsch e Poulantzas. Enquanto aquele procura (re) construir sistematicamente, a partir de categorias materialistas históricas desenvolvidas por Marx em sua análise daquela 'anatomia' no 'Capital', uma teoria marxista do Estado, este por sua vez considera o econômico como objeto específico e autônomo de ciência, investigado por Marx em 'O Capital'; por isso mesmo 'o político' deve se constituir também como objeto autônomo de ciência, com conceitos específicos a este nível. Este desafio Poulantzas procura superar amparando-se nos 'conceitos políticos' desenvolvidos em fragmentos nos escritos de Marx, inclusive em partes do 'Capital', como na passagem sobre a legislação fabril, empreitada esta sintetizada por Poulantzas como 'teoria regional do político', justificada com referência à característica autônoma do econômico e do político no modo capitalista de produção: "[...] se *O Capital* nos oferece indiretamente os

<sup>2</sup> HIRSCH (1977, p. 85)

<sup>3</sup> HOLLOWAY & PICCIOTTO (1977)

<sup>4</sup> A resposta às acusações de 'politicismo' encontra-se em POULANTZAS (1980, p. 58-9)

<sup>5</sup> Passagem esta lembrada por HOLLOWAY & PICCIOTTO (1977, p. 3)

traços conceituais do Estado capitalista precedentemente analisados, as obras políticas oferecem-nos os da unidade e da autonomia relativa desse tipo de Estado".<sup>6</sup>

Daí resulta, então, outra diferença fundamental entre Poulantzas e Hirsch. Para este o processo de acumulação de capital aparece como elemento central para a compreensão das formas e funções do Estado, e a lei da tendência de queda na taxa de lucro seu motor principal; naquele, de outro modo, a dinâmica essencial repousa sobre a luta de classes e seu deslocamento para a arena política, responsável pelo desenvolvimento das formas políticas a partir tanto das lutas entre frações da classe dominante como entre a classe operária (e suas frações) e a classe dominante como um todo. Essa diferença, assevera Martin Carnoy,<sup>7</sup> é que leva a interpretação de Hirsch a destoar de Gramsci, Althusser e Poulantzas, os quais vêem o papel fundamental do Estado como muito mais ideológico e repressivo do que econômico. Por outro lado, os meios ideológicos disponíveis ao Estado (e ao setor privado) para legitimar a exploração dos trabalhadores e a ação do Estado contra a classe operária e os capitais individuais são pouco discutidos por Hirsch, deixando o Estado capitalista dependendo inteiramente de recursos econômicos.<sup>8</sup>

A separação entre o político e o econômico, enquanto característica estrutural da sociedade burguesa, coloca-se nas abordagens de Hirsch e Poulantzas sob ângulos distintos: no primeiro aparece como 'particularização do político' e, no outro, como 'autonomia' relativa real das instâncias.

Em Hirsch a relação entre o econômico e o político aparece como formas específicas das relações sociais capitalistas, isto é, a especificidade do político e o desenvolvimento das formas políticas estão ancorados firmemente na análise da produção capitalista, ressalta-se: enquanto unidade na separação de diferentes esferas. Assim, as atividades do Estado são limitadas e estruturadas pela pré-condição de sua própria existência: a necessidade de assegurar a acumulação continuada do capital.

Em síntese, o Estado representa o "ponto de cristalização contraditório" da luta de classes, e esta não é senão a própria "acumulação do capital enquanto reprodução ampliada das relações de exploração através da exploração". Nesse sentido, a "lei da queda tendencial da taxa de lucro", enquanto lei central da acumulação capitalista, constitui-se como o "ponto de partida fundamental para uma teoria do movimento de classe e, portanto, dos processos políticos no seio do aparelho de dominação burguês".<sup>9</sup>

Poulantzas, por outro lado, enfatiza o político como um objeto autônomo de estudo, extrapolando a definição da corrente althusseriana para quem a autonomia das estruturas do modo de produção é antes uma exigência de ordem epistemológica; para ele, a autonomia decorre de uma realidade concreta das instâncias na prática social total: "[...] essa unidade e autonomia do tipo capitalista de Estado reporta-se à especificidade das suas estruturas – relativamente

<sup>6</sup> POULANTZAS (1977, p. 254). Cf. HOLLOWAY & PICCIOTTO (1977) e CARNOY (2005)

<sup>7</sup> CARNOY (2005, p. 168)

<sup>8</sup> CARNOY (2005, p. 190-91)

<sup>9</sup> HIRSCH (1977, p. 97)

autônoma face ao econômico – na sua ligação com a *luta política de classe* – relativamente autônoma face à luta econômica de classe”.<sup>10</sup>

Em um intervalo de dez anos, Poulantzas (re)elabora suas sistematizações primeiras, ampliando assim a conceituação de Estado. Em “Poder Político e Classe Sociais” (1968), o Estado reproduz a estrutura de classes porque é uma articulação das relações econômicas de classe, na esfera política. A forma e função do Estado, nesse sentido, moldam-se pela estrutura das relações de classe.<sup>11</sup> A autonomia e coesão do poder político, enquanto aspectos inerentes ao Estado capitalista, implicam na definição do Estado capitalista como um Estado de classe e, ao mesmo tempo, independente da luta de classes na produção. A autonomia relativa das instâncias, não apenas da estrutura política, representa uma característica específica do modo de produção capitalista, a qual se dá pela não intervenção do político (ou Estado) no processo de produção e igualmente na reprodução ampliada das relações de produção.<sup>12</sup>

No segundo momento, em “O Estado, o poder, o socialismo (1978)”, Poulantzas amplia o conceito de Estado, como produto e modelador das relações objetivas de classe. O Estado apresenta-se ainda relativamente autônomo da estrutura econômica, como condição da própria dominação de classe. Agora, porém, mais do que em seu primeiro trabalho, com o deslocamento da luta de classes do econômico para a arena política, o próprio Estado se torna o objeto da luta; torna-se, segundo Poulantzas, a “[...] a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe”.<sup>13</sup>

Guardada as devidas diferenças, tanto para Hirsch como para Poulantzas, o conteúdo do interesse do Estado e as ações concretas dos grupos governamentais para a reorganização das relações de classe são determinados pelas relações de poder entre as classes e as frações da classe dominante, no âmbito da luta de classes.

## REFERÊNCIAS

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 11ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

CLARKE, S. Marxism, Sociology and Poulantzas' Theory of the State. *Capital & Class*, n. 2, 1977. p. 1-31

---

<sup>10</sup> POULANTZAS (1977, p. 253). Cf. SAES (1998, p. 10). Não obstante, pondera Saes, a matriz prática do modo de produção, em operação nas análises que compõem ‘Poder Político e Classes Sociais’, é a que aponta a implicação recíproca – ou interdependência – das estruturas econômica e jurídico-política.

<sup>11</sup> CARNOY (2005, p. 129)

<sup>12</sup> De acordo com Décio Saes, Poulantzas quanto trata da autonomia relativa das instâncias troca sutilmente de níveis, ou seja, está-se falando das implicações dos aparelhos de Estado e não da estrutura jurídico-política. As estruturas econômicas e jurídico-políticas se entrelaçam ao produzir efeitos sobre os agentes da produção. Nesse sentido, não há qualquer ação dos aparelhos de Estado sobre a reprodução das relações de produção e o processo de produção, pois o aparelho estatal capitalista (a materialidade da estrutura jurídico-política) “ao manter recorrentemente o quadro ideológico e político que induz o produtor direto a prestar por sua livre e espontânea vontade sobretrabalho ao proprietário dos meios de produção”, não necessariamente ‘intervém’ no aparelho econômico produtivo. SAES (1998, p. 57)

<sup>13</sup> POULANTZAS (1980, p. 148)

HIRSCH, J. Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise. In POULANTZAS, N (dir.). *Estado em Crise*. RJ: Graal, 1977. p. 85-111

\_\_\_\_\_. O problema da dedução da forma e da função do Estado burguês. In REICHELT, H. et.al (org.), *A Teoria do Estado: Materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado*. RJ: tempo brasileiro, 1990. p. 143-158

\_\_\_\_\_. Qué significa Estado? Reflexiones acerca de la Teoria del Estado Capitalista. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 24, Jun. 2005. p. 165-175

HOLLOWAY, J. & PICCIOTTO, S. Introduction: Towards a Materialist Theory of the State. In \_\_\_\_ (org.). *State and Capital: A Marxist Debate*. London: Edward Arnold, 1977. p. 1-31

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo* (1978). RJ: Graal, 1980.

\_\_\_\_\_. *Poder Político e Classe Sociais* (1968). SP: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. O Problema do Estado Capitalista (1969). In BLACKBURN, R. (org.). *Ideologia na Ciência Social: ensaios críticos sobre a teoria social*. RJ: Paz e Terra, 1982. p. 219-241

SAES, D. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. *Crítica Marxista*, n. 7, 1998. p. 46-66

WOOD, E. The Separation of the Economic and the Political in Capitalism. *New Left Review*, n.127, 1981. p. 66-95





## Hannah Arendt e Hebert Marcuse: visões da violência<sup>1</sup>

Simone Maria Magalhães<sup>\*</sup>

O pressuposto contido na análise de Hannah Arendt é de que o tempo presente está repleto de “eventos”, os quais não têm nenhuma ligação com o passado e, por isso, não se pode buscar nele exemplos que possam orientar o fazer político atual.

Para Arendt, com a ascensão do totalitarismo no século XX deu-se uma ruptura sem precedentes, que acabou por deixar a tradição ocidental sem categorias para caracterizar tal fenômeno. Com isso abriu-se uma lacuna entre o passado e o futuro onde tudo é possível e nada pode ser previsto desde então. Nessa medida, pois, os eventos são constantemente confrontados aos “velhos” paradigmas que, por sua vez, não lhes oferecem mais nenhuma resposta concreta.<sup>2</sup>

Com efeito, além do Totalitarismo, a Rebelião Estudantil na década de 60, o desenvolvimento tecnológico, bem como o aumento dos implementos de violência, são vistos por Arendt como eventos inauditos do século XX; a autora considera que todos estes transpõem os limites das teorias clássicas.

Dessa maneira, segundo a autora alemã, tornara-se elementar que a violência fosse analisada como um fenômeno em si mesmo, uma vez que a violência parece ser o “denominador comum das guerras e revoluções”.

Considerando a proliferação da violência na cultura contemporânea, Hannah Arendt, em sua análise, não apenas distinguiu poder e violência, mas buscou identificar as causas e a natureza desta última. Desse modo, ela se depara com inúmeros estudos e pesquisas que objetivavam “fazer do comportamento violento uma reação ‘natural’” (1994, p. 46).

Nesse contexto, biólogos, fisiólogos, etólogos, e zoólogos, segundo Arendt, se esforçavam para darem conta da “agressividade” que supunham ser inata ao homem, neste caso, entendida

<sup>1</sup> Herbert Marcuse, filósofo da Escola de Frankfurt, se tornou conhecido mundialmente no contexto da Rebelião Estudantil por apoiar incondicionalmente a oposição dos estudantes. Seus escritos sobre a natureza da sociedade ocidental são, comumente, vistos como fornecendo o fundamento intelectual para as ações Estudantis. Segundo Isabel Loureiro, todavia, Marcuse seria o único filósofo da Escola de Frankfurt a buscar, naquele momento, unir filosofia, teoria social e política radical (LOUREIRO, Isabel, e OLIVEIRA, Robespierre de. 1999, p. 7).

<sup>\*</sup> Mestranda em Ciências Sociais da Unesp- Marília - monemaria.sociais@gmail.com

<sup>2</sup> Como se sabe, Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo* (1951), caracterizou o totalitarismo como sendo uma forma de governo que se baseia na dominação, na organização burocrática de massas, no terror e na ideologia. Esse trabalho tornou-se polêmico uma vez que a autora define como totalitários tanto os regimes Nazista alemão, como o regime soviético liderado por Stálin, desconsiderando as diferenças que existem entre ambos.

por eles, como um instinto qualquer da espécie humana.<sup>3</sup> Em seu julgamento, essas teorias acabavam naturalizando a violência, na medida em que ela é apreendida em termos biológicos.

Hannah Arendt, colocando-se contrariamente a naturalização da violência, afirma que “a violência não é nem bestial nem irracional” (idem, p. 48); brota do ódio, e este sim é um sentimento humano, mas ele aparece no momento em que se tem consciência de que as condições sociais poderiam ser mudadas e não são.

Enfim, Arendt considera que tanto o poder quanto a violência pertencem aos assuntos humanos, portanto, resultado da ação humana; tomá-los a partir de termos biológicos implica em naturalizar fenômenos que concernem ao âmbito político e social.

Segundo Arendt, quando se estabelece uma situação ultrajante, recorrer à violência torna-se tentador, por conta do seu imediatismo e de sua prontidão. Para ela, “em certas circunstâncias, a violência é o único modo de reequilibrar a balança da justiça” (p.48).

A violência nesse contexto, conforme Arendt, se apresenta justamente no momento em que não houve possibilidade de diálogo, de argumentação. Porque é instrumental, isto é, por ser empregada com uma finalidade pré-determinada é que a violência possui, em sua análise, um caráter “antipolítico”.

Não obstante, a violência abriga em si mesma um elemento de arbitrariedade que é a casualidade, não devendo ser empregada aos assuntos humanos com a esperança de encontrar um resultado positivo, segundo Hannah Arendt. Para esta autora, a prática da violência muda o mundo, mas nesse caso a mudança mais provável é para um mundo mais violento (p.58).

Para Arendt, porém, o que facultou o uso da violência nos campi universitários, ou melhor, o que transformou “*engagés*” em “*enragés*”, foi a hipocrisia das autoridades, pois escondia a verdade não permitindo a transparência nos assuntos públicos. Isso teria despertado a ira dos manifestantes no sentido de “tirar as máscaras da hipocrisia da face do inimigo” (p.49).

Ou seja, os Estudantes provocavam o confronto violento com uma finalidade racionalmente planejada, a saber, desmascarar as autoridades, em particular quando elas se valiam da intervenção da polícia para afugentar os manifestantes.

Daí resulta, então, que a violência, segundo a autora, se constitui em “arma da reforma, não da revolução”, na medida em que ela não promove a transformação, mas tão somente pode induzir os governos em direção à uma ação mais “moderada” (p.58).

Com base no que foi acima explicitado, podemos inferir que para Arendt o uso da violência pelos estudantes era empregado com a finalidade de provocar o confronto com as autoridades, e, conseqüentemente, com a polícia enquanto aparato repressor.

No entanto, como mostra Marcuse, os choques, os confrontos violentos existem: não é preciso procurá-los. A busca do choque terminaria por confundir mais do que por esclarecer as razões que levaram ao nascimento de uma oposição (1969 p. 58).

<sup>3</sup> “Da agressividade, definida como um impulso instintivo diz-se que ela representa o mesmo papel funcional, no âmbito da natureza, que os instintos sexuais e de nutrição no processo vital do indivíduo e da espécie” (ARENDT, 1994, p. 46).

Ou seja, conforme Marcuse (1969), os estudantes não buscavam o choque, ele já existia sem que ninguém tivesse que ir ao seu encontro.

Em sua análise sobre a oposição estudantil, bem como do papel da violência pelos estudantes, Marcuse irá se posicionar a favor dos mesmos considerando que, o choque com a violência institucionalizada, parece ser inevitável, a não ser que a oposição se transforme num inócuo ritual destinado tão-somente a pacificar as consciências, a comprovar a sobrevivência dos direitos e das liberdades no quadro da ordem instituída (p. 59).

Contrariamente à perspectiva arendtiana, a qual enxergava a desobediência civil como uma forma genuinamente democrática e legítima, Marcuse não considera esta como uma alternativa eficaz, pois em sua concepção, esta forma de resistência não ultrapassa os limites da legalidade, portanto, da ordem constituída. Em verdade, a desobediência civil, como resistência, se constitui num direito reconhecido legalmente; sem esse direito estar-se-ia vivendo na barbárie (MARCUSE, 1969, p. 58).

Não obstante, para Marcuse, a violência da oposição - dos estudantes – se constitui em violência da resistência que destina-se a permanecer como ilegal em relação ao direito constituído, uma vez que busca romper com o sistema social vigente. Em sua perspectiva, a violência da oposição se caracteriza como uma violência da libertação em contraposição à ordem instituída, uma vez que esta tem o direito de determinar os limites da legalidade (p.60).

Portanto, para Marcuse, há dois tipos de violência: a violência da libertação, da oposição, e a violência da agressão que se apresenta através da violência institucionalizada que se pretende legítima.

Nesse sentido, segundo Marcuse, “a pregação do princípio da não-violência não faz mais do que produzir a violência institucionalizada da ordem existente” (p. 60).

Desse modo, Valle (2002) considera que Hannah Arendt, “concebendo a violência como uma arma da reforma e não da revolução, está afirmando a necessidade do restabelecimento do *status quo*, na medida em que a autora alemã se opõe às mudanças radicais, afirmando que estas contrariam a “condição humana”, em favor do sistema legal, sem o qual nenhuma civilização pode prescindir” (p. 180).

Neste sentido, conforme Valle (2002), Arendt elegeu o movimento pelos direitos civis, de caráter não-violento, como uma forma legítima de manifestação, enquanto que a prática radical dos estudantes é totalmente criticada pela autora alemã, acusando de ser uma prática impregnada de ideologias e interesses privados.

Não obstante, para Arendt, o emprego da “violência criminosa” expõe a política a uma certa vulnerabilidade, sendo capaz de deixar o presente sob a ameaça da emergência do terror e da aniquilação da humanidade, como na experiência do totalitarismo.

Embora Arendt tenha reconhecido nos estudantes a “surpreendente disposição para a ação” e uma “surpreendente confiança na possibilidade de mudança”, não via na ação radical dos estudantes qualquer possibilidade de transformação da sociedade. Em verdade, para Arendt, a violência não é geradora de poder.

Herbert Marcuse, por outro lado, considerava a oposição estudantil como um elemento fundamental na sociedade daquele contexto, na medida em que colocava no horizonte político a possibilidade de realização da teoria e da prática revolucionárias (VALLE, 2002, p.113).

Na opinião de Marcuse, a oposição estudantil se constituía numa recusa da sociedade estabelecida, tanto no que se refere às suas instituições políticas, como também todo o sistema de valores. Daí porque, para Marcuse, poder-se-ia falar em uma Revolução cultural, na medida que os estudantes negavam todo o *establishment* cultural, bem como a moralidade existente (1999, p. 64).

Em verdade, para Marcuse, a oposição Estudantil significava uma ruptura com a sociedade que acoplava o progresso tecnológico à estrutura de dominação, tornando o aparato produtivo totalitário, na medida em que criava necessidades alienantes, e ao mesmo tempo satisfazia as mesmas de maneira alienada. Ou seja, como explica Loureiro (1999), os estudantes, na concepção de Marcuse, se rebelavam contra um sistema que “reproduz na consciência e na estrutura pulsional dos indivíduos necessidades materiais e espirituais legitimadoras do sistema” (p. 8).

Marcuse, em sua análise, destaca o caráter espontâneo da posição estudantil como elemento inovador. Isto significa que o protesto dos estudantes se desenvolveu à revelia dos partidos e sindicatos. Todavia, Marcuse enfatizava que se tratava do “ressurgimento e retorno de uma tradição, e desta vez uma tradição revolucionária, que estivera adormecida na Europa desde o início dos anos vinte”.

Cumprе ressaltar, entretanto, que Marcuse não concebia o Movimento Estudantil como uma força revolucionária em si mesma. Tratava-se de uma “força” que, em conjunto com as demais, poderia desencadear um processo de crise no capitalismo tardio (1969, p. 63).

Ou seja, na concepção do filósofo frankfurtiano, diferentemente de Arendt, a oposição Estudantil significava uma nova força combativa capaz de estabelecer, em conjunto com os diversos movimentos de protestos, uma práxis revolucionária.

## Os caminhos do PRC: de Gramsci para a social democracia?

Silvia de Bernardinis \*

A vida e a obra de Gramsci dentro da tradição comunista italiana constituem – desde os tempos do Komintern, um legado complexo, profundo e ao mesmo tempo conflituoso e incomodo. Tanto pelos antigos dirigentes do PCI como pelos novos partidos que após a dissolução, em 1991, surgiram como seus herdeiros, a questão que se colocava era qual o Gramsci a ser apresentado. Após a morte de Togliatti – a quem devemos a divulgação massiva da obra de Gramsci – a referência a Gramsci pelos mais importantes dirigentes do PCI, tornou-se progressivamente mais uma menção ritual obrigatória do que um instrumento teórico eficaz para quem, comunista no Ocidente capitalista, afirmava a necessidade de criticar os limites e as distorções produzidas pelo “socialismo real”. De Berlinguer a Occhetto, Gramsci se transforma gradualmente de teórico do caminho italiano ao comunismo à dócil formulador de um pensamento cujas raízes parecem afundar no socialismo democrático. Lembramos aqui o caso mais emblemático, do então secretário Enrico Berlinguer, que ao lançar o projeto do eurocomunismo – que propunha uma ruptura da dependência do PCI (e mais em geral dos partidos comunistas dos países ocidentais) com a URSS, baseando-se no conceito de democracia como valor universal – apelava-se ao legado de Gramsci e sucessivamente ao de Togliatti (“democracia progressiva” como caminho ao socialismo na Itália) para chegar a justificar – no momento em que já se delineava no horizonte uma crise do bloco hegemônico pela URSS – a necessidade da presença da OTAN para defender a democracia e a construção do socialismo na Itália. Estas leituras que prendiam a obra de Gramsci dentro de uma perspectiva reformista, por outro lado, provocaram uma recusa a priori do seu pensamento por parte dos movimentos de esquerda que na década de Setenta criticavam a linha teórico-política do PCI. Com o nascimento do Partido da Refundação Comunista parecia que o pensamento de Gramsci conseguiria ser resgatado da chave de leitura que o transformava em teórico do socialismo democrático. Dos escombros das experiências fracassadas do socialismo real o PRC propunha um retorno a Marx e salvava o intelectual e dirigente comunista italiano, sublinhando – pelo menos até o V Congresso, em 2002 – a originalidade e atualidade de sua análise e, sobretudo, a radicalidade de seu pensamento. O partido assumia explicitamente a lição de Gramsci enfatizando a importância de sua contribuição para a análise concreta da sociedade italiana e, em particular, fazia própria a idéia de hegemonia, e a de revolução, vista “não apenas como simples conquista do poder político, ou do governo, mas como processo de revolucionamento que envolve o conjunto das relações sociais e de suas qualidades. Revolução como longa marcha, construção de casamatas, transformação e autotransformação”.<sup>1</sup> Logo após o V congresso, em 2003, o partido, impulsionado pela ação do grupo dirigente majoritário ligado a

\* Mestranda - USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de História - Curso de História Social.

<sup>1</sup> V Congresso Nazionale do PRC, 2002.

Fausto Bertinotti, atual Presidente da Câmara dos Deputados, acelera o ritmo de discussão e de pesquisa de novos horizontes teóricos para definir sua identidade político-cultural. A necessidade de modernização do instrumental teórico que emerge, parece, porém, propor-se de novo segundo os antigos parâmetros da história do comunismo italiano, cujos propósitos reformadores acabam produzindo projetos reformistas. Marx, Lênin e Gramsci são declarados definitivamente superados. O nascimento do Partido Democrático,<sup>2</sup> em 2007, e a necessidade de reorganizar as forças que se colocam à sua esquerda, põem em questão a própria existência do partido.

Tentaremos analisar esta questão retomando um importante ponto de ruptura dentro da história do PRC: a assunção, assim como foi formulada, da prática da não violência como valor universal, e, como seu corolário, a recusa do poder e uma tomada de distância das experiências de socialismo realizado. É possível relacionar esta mutação de identidade – que sofreu uma repentina aceleração e que foi imposta pelos vértices do partido – com um fenômeno de longa duração da história italiana que Antonio Gramsci individuava, nos *Cadernos do Cárcere*, no transformismo das elites dirigentes? A história da esquerda italiana, parte integrante da história política cultural nacional, não está isenta destas características peculiares da formação histórica italiana. Esta última etapa da história do PRC não seria parte de um processo mais amplo que aponta a extinção gradual de uma força comunista organizada na Itália? Ainda que em forte crise, as raízes comunistas construídas pelo PCI na sociedade italiana resistiram à sua dissolução e encontraram no PRC uma nova base para se reerguer. As metamorfoses do sistema político italiano, as mudanças teóricas do próprio partido parecem anunciar que o processo começado em 1991 ainda não se esgotou.

O debate sobre a não violência vem à tona e se articula em duas fases estreitamente relacionadas entre si: em 2003, o grupo dirigente majoritário do PRC promove dois seminários para discutir sua identidade e sua cultura política. O primeiro tem como objeto uma discussão sobre as “foibe”<sup>3</sup> – historicamente uma bandeira da direita neofascista italiana, agitada, em chave chauvinista, para denunciar os “horrores” do comunismo e para legitimar e reabilitar a República Social Italiana (RSI). Objetivo deste seminário é uma releitura crítica da história do movimento comunista no século XX, em particular se individual e se critica a imagem “edulcorada” que teria sido dada, pela tradição comunista, da Resistência. O seminário se conclui com a condenação de toda e qualquer forma de violência inclusive de algumas páginas da história da Resistência contra o nazi-fascismo. Alguns meses depois, outra convenção era chamada para discutir a questão da não-violência: sob a influência do movimento neozapatista e de alguns escritos do subcomandante Marcos e do intelectual irlandês próximo ao movimento antiglobalização John Holloway, afirmava-se a necessidade de romper com a via herdada pela Revolução Russa de “tomada do poder” como momento necessário para a transformação social, isto é, questionava-se por um lado a própria natureza do poder, considerado em todas

<sup>2</sup> Resultado da fusão dos Democráticos de Esquerda, Margherita, Alleanza dei Riformisti, Itália di mezzo.

<sup>3</sup> Foiba se traduz como fosso, é uma rachadura profunda no terreno, típica da região do Carso. Em 1941 o Terceiro Reich renuncia à anexação do território da Eslovênia que passa a ser ocupado pela Itália fascista. Entre 1943 e 1945, no contexto do fim da guerra, da derrota dos nazi-fascistas e da avançada das forças de libertação iugoslavas desencadeia-se a repressão contra os italianos que ocupavam o território. Ainda que difícil de estabelecer estatisticamente, estima-se que o número dos “infoibati” oscile entre cinco e dez mil pessoas.

as suas manifestações, como fonte de opressão; por outro lado, identificava-se, na prática da não violência, a forma de recusa mais radical das relações de produção capitalista, e o instrumento de luta mais revolucionário para combater um sistema, como o capitalista, que constrói as relações sociais e as alimenta a partir da violência. Finalmente, em 2005, estes dois elementos – crítica e condena das experiências comunistas do séc. XX e assunção da prática da não violência como princípio constitutivo e norteador do partido – se unem e são ratificados durante o VI Congresso do partido.<sup>4</sup> É importante sublinhar que o contexto político e cultural em que este debate se desenvolve, é marcado por um crescente domínio da direita, no seio da sociedade italiana<sup>5</sup> no plano político, social e cultural e, no campo da esquerda, pelas aproximações do PRC com os partidos de centro e centro-esquerda em vista das eleições de 2006.

Primeiramente, podemos observar que nos dois elementos relevantes de tais discussões, está presente uma assunção, não crítica, do discurso ideológico dominante: os balanços e as críticas, necessários, das experiências de construção do socialismo não se diferenciam na substância das leituras hoje hegemônicas do revisionismo histórico, acrescentando-se, para usar uma expressão de Gramsci, ao já amplo “tratado histórico de teratologia”<sup>6</sup> existente. Até no léxico empregado (“horrores”, “aberrações”, “tragédias inenarráveis”),<sup>7</sup> não individuamos distinções com o discurso que liquida o século passado e a história do movimento comunista como irracionais e monstruosos. Não entanto, a assimilação da equiparação da violência fascista com a violência da luta de resistência, tinha como efeito imediato no cenário político nacional a plena reabilitação da direita fascista e pós-fascista.

Sobre a questão da não violência também se percebe a assimilação de uma linguagem ditada pela ideologia dominante e largamente veiculada pelas mídias: o conceito de violência, quando não contextualizado historicamente – nos termos abstratos com que tem sido proposto – abrange como um todo indistinto as guerras imperialistas e as lutas de resistência, tanto do passado como do presente, para chegar até o terrorismo.

Se com o conceito de não violência se entende a necessidade de traçar um caminho próprio para a construção do socialismo nos países de capitalismo avançado, estaremos diante de algo não novo, já discutido e resolvido desde os tempos do próprio Gramsci, quando ele sublinhava as diferenças entre Ocidente e Oriente e a falta de condições, no Ocidente, para uma revolução que se conotasse como “assalto ao Palácio de Inverno”, a própria noção de

<sup>4</sup> Pela primeira vez desde sua fundação as teses apresentadas são cinco, sinal de uma luta interna acentuada que marca a vitória da linha do secretário Bertinotti com uma estreita margem de vantagem.

<sup>5</sup> O apoio à política de agressão desencadeada pelos EUA contra as populações do Oriente Médio, tanto do governo Berlusconi como do governo Prodi; o capilar crescimento da xenofobia – atrelado também ao clima ideológico promovido pelos EUA – em face da nova configuração multiétnica da sociedade italiana, em particular contra os árabes, identificados tout court como terroristas; as incessantes tentativas de mudar os fundamentos da Constituição italiana, no que diz em particular respeito aos direitos trabalhistas, empecilhos para a plena atuação das políticas econômicas neoliberais.

<sup>6</sup> GRAMSCI, Antonio, *Il Materialismo Storico*, Roma, Riuniti, 1978, p. 182.

<sup>7</sup> Expressões que encontramos tanto na I tese congressual do VI congresso (Uma alternativa de sociedade) apresentada pelo grupo majoritário, como em recentes entrevistas e declarações de importantes dirigentes do PRC.



“democracia progressiva” configurava-se nestes termos. Da ideia de “revolução não como simples conquista do poder político, ou do governo”, mas como conquista progressiva de casamatas, como longa marcha, inspirada em Gramsci, o partido passa a afirmar a recusa do poder e a práxis não violenta, que de fato põem em questão o próprio conceito de hegemonia: desta forma não se elide a centralidade da luta de classe? Se a assunção do princípio da não violência é um elemento tático para construir consenso em segmentos sociais e políticos anticapitalistas, mas distantes da perspectiva comunista, com certeza ele se torna um instrumento eficaz. Por outro lado, se com a recusa da tomada do poder se entende, como parte dos movimentos contra a globalização teorizam, uma postura radical contra o Estado e mais em geral contra a política, lugares de violência e de opressão, de novo não estaremos em presença de inovações teóricas, mas de uma visão que é típica do liberalismo do séc. XVIII, e que não tem em seu horizonte a transformação revolucionária.

Estas rupturas, apresentadas pelo grupo dirigente como necessárias críticas e atualizações do instrumental herdado dos teóricos clássicos do movimento comunista para adequá-lo às necessidades do novo contexto social, econômico e político, podem ser consideradas como uma abdicação gradual, progressiva e não declarada abertamente – assim como se manifestou no PCI a partir da década de Setenta – do projeto de transformação revolucionária da sociedade? Estas discussões têm provocado dentro do partido fortes divisões,<sup>8</sup> acentuadas nos últimos meses pela redefinição de todo o campo da esquerda após o nascimento do Partido Democrático, que abre a hipótese de uma superação do próprio PRC.

#### FONTES

V CONGRESSO NAZIONALE DEL PARTITO DELLA RIFONDAZIONE COMUNISTA, 2002.

VI CONGRESSO NAZIONALE DEL PARTITO DELLA RIFONDAZIONE COMUNISTA, 2005.

#### REFERÊNCIAS

AGOSTI, Aldo, *Bandiere Rosse. Un profilo dei comunismi europei*. Roma, Riuniti, 1999.

AA.VV, *Il Potere, la Violenza, la Resistenza. Confronto a più voci sulle forme del conflitto politico*. Milão, Aurora, 2004.

BARATTA, Giorgio e CATONE (orgs), Andrea, *Tempi Moderni. Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma, Associate, 1989.

DREYFUS, Michel et altri (orgs), *Le Siècle des Communismes*. Paris, Seuil, 2000.

GRAMSCI, Antonio, *Quaderni del Carcere*, (org. GERRATANA, Valentino), Roma, Riuniti, 1978

LOSURDO, Domenico, *Antonio Gramsci dal Liberalismo al "Comunismo Critico"*, Roma, Gamberetti, 1997.

---

<sup>8</sup> Podemos apontar como uma das mais graves consequências o recaída sob posições dogmáticas e ortodoxas.

## A teoria de partido de Gramsci e as limitações da organização no campo<sup>1</sup>

Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira\*

Nossa abordagem neste texto concentrar-se-á fundamentalmente na possibilidade de organização das massas rurais. A problemática que nos é colocada por Gramsci consiste no questionamento da potencialidade política das classes subalternas do campo. Segundo este autor:

Assim cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais 'orgânicos' e não 'assimila' nenhuma camada de intelectuais 'tradicionais', embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa (GRAMSCI, *op. cit.*: 16, v.2).

Gramsci aponta para a dificuldade de organização autônoma destas classes na medida em que os intelectuais que procedem dela são "absorvidos" pelas classes dominantes e passam a ser divulgadores da cultura e da ordem vigente, isto é, tornam-se intelectuais tradicionais.

É preciso atentar para a diferença entre os intelectuais de tipo urbano, cuja formação é concomitante com a indústria e em grande medida se desenvolvem em conexão com a produção, e os intelectuais de tipo rural, que estão ligados à massa social do campo e pequeno burguesa das pequenas cidades ainda "não elaboradas e postas em movimento pelo sistema capitalista" (GRAMSCI, *op. cit.*: 22 – 23, v.2). O intelectual de tipo rural cumpre a função de colocar a massa camponesa em contato com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.), esta é, portanto, uma função política na medida em que consiste na presença do Estado nas áreas rurais onde o aparato estatal é menos extensivo. O intelectual tradicional "educa" a massa de forma a difundir valores culturais e morais desejáveis à classe dominante do campo.

Como reforço deste caráter conservador, os intelectuais rurais representam, em decorrência de seu padrão de vida superior em relação ao do camponês médio, um modelo a ser alcançado:

no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico, etc.) possui um padrão de vida médio superior, ou, pelo menos, diverso daquele do camponês médio e representa, por isso, para o camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e de melhorá-la. O camponês acredita sempre que pelo menos um de seus filhos pode se tornar intelectual (sobretudo padre), isto é, tornar-se um senhor, elevando o nível social da família e facilitando sua vida econômica pelas ligações que não poderá deixar de estabelecer com os outros senhores (*idem*, p.23).

<sup>1</sup> Esta pesquisa insere-se em um trabalho de investigação mais abrangente levado a efeito pelo grupo de pesquisa Marxismo e Teoria Política, coordenado pelo Prof. Dr. Álvaro Bianchi. O Grupo desenvolve suas atividades no âmbito do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

\* Mestranda em Ciência Política, CAPES/Unicamp; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Depreende-se disto que no campo existe uma profunda subordinação dos camponeses em relação aos intelectuais tradicionais já que “todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles depende” (*ibidem*). Isto se dá principalmente em virtude de suas condições materiais precarizadas frente a uma estrutura social muito mais cristalizada do que nas cidades. No campo as possibilidades de mobilidade social e econômica são acentuadamente menores, visto que a estrutura fundiária é mais enrijecida que a industrial. Desta forma, a estrutura fundiária e o domínio das elites “pesam” mais sobre a massa rural. Isto indica a razão pela qual os intelectuais tradicionais têm no campo seu baluarte e porque esta é a última fortaleza das crenças e superstições.

A classe dominante no campo é mais ou menos numerosa de acordo com o desenvolvimento das forças industriais e da reforma agrária nos diversos países, contudo, pode-se afirmar que a diferença fundamental entre a dominação no campo e na cidade é que na primeira comumente existe uma cisão no “ordenamento entre homens e coisas”, não se configurando num todo orgânico. Dito de outra forma, na fábrica a hegemonia da burguesia se dá também no processo de produção, as consciências são ordenadas em conexão com o trabalho, mentes e corpos são disciplinados num todo orgânico. Já no campo isto não é observado, existe a dificuldade de disciplinar o camponês pelo trabalho já que a natureza da atividade é diferente. A disciplina é, portanto, política e não econômica. As elites rurais dominam mais pela doutrinação moral e pela precarização das condições materiais de vida que propriamente pela organização do trabalho, daí o protagonismo dos padres e advogados. A função desta elite é portanto:

impedir ‘politicamente’ o camponês cultivador de melhorar a própria existência, já que qualquer melhoramento da posição relativa do camponês seria catastrófica para sua posição social. A miséria crônica e o trabalho prolongado do camponês, com o conseqüente embrutecimento, representam para aquele grupo uma necessidade primordial (GRAMSCI, *op. cit.* 63, v.3).

Por esta razão a organização autônoma do trabalho ou qualquer movimento cultural camponês que ultrapasse os limites da religião oficial sempre é duramente reprimida. A fragilidade política deste grupo consiste não apenas em sua condição de miséria econômica e cultural, mas também em virtude da dispersão territorial das famílias camponesas e na “não-homogeneidade intimamente ligada a esta dispersão” (*idem*, p.64).

Gramsci esclarece que estas condições em seu conjunto explica outras características da massa dos camponeses, como por exemplo: a volubilidade, a multiplicidade dos sistemas ideológicos a que aderem e a própria extravagância das ideologias algumas vezes adotadas.

Este cenário favorece uma “vontade vagarosa”, que freqüentemente necessita de um longo processo para centralizar-se organizativa e politicamente, este processo só é acelerado quando a vontade popular atende aos anseios da classe dominante:

o processo se acelera quando a ‘vontade’ específica desse grupo coincide com a vontade e os interesses imediatos da classe alta; não só o processo se acelera, como se manifesta de imediato a ‘força militar’ dessa camada, que algumas vezes, depois de se organizar, dita as leis a classe alta, se não pelo conteúdo, pelo menos no que se refere à ‘forma’ da solução (*idem*).

Assim, Gramsci demonstra que, após organizada, esta classe apresenta um potencial político-militar importante, contudo esta não é uma força que se sustenta a longo prazo. Em virtude da

ausência de margens econômicas e da pressão que normalmente é exercida de cima para baixo no campo, o conflito assume desde logo uma forma pessoal e, portanto, de caráter transitório. Conclui-se desta forma que existe um potencial político em germe nestas classes, porém sua direção é comumente restrita, de caráter imediatista.

Por esta razão Gramsci aponta a necessidade de aliança entre as classes urbanas e rurais, à estas últimas caberia o lugar de apoio militar. Ao comentar a filosofia política de Maquiavel, afirma que:

se as classes urbanas pretendem pôr fim à desordem interna e à anarquia externa, devem apoiar-se nos camponeses como massa, constituindo uma força armada segura e fiel de tipo inteiramente diferente das formadas por tropas mercenárias (...) (GRAMSCI, *op. cit.* 30, v.3).

Referindo-se ao contexto político italiano, Gramsci defende que o Partido da Ação deveria aliar-se as massas rurais camponesas para contrapor-se eficazmente aos moderados. Esta atitude seria verdadeiramente "jacobina" na medida em que esta coligação fragmentaria a aliança entre as diversas classes rurais e que formava um bloco reacionário através das diversas camadas intelectuais clerical-legitimistas. Para isto, o Partido da Ação deveria aceitar as reivindicações elementares dos camponeses da base, tornando-as parte do novo programa de governo (Cf. GRAMSCI, *op. cit.* 76, v.5). Assim deveria operar-se uma aliança entre as classes da cidade e do campo, sob a direção operária.

Este é um fator fundamental na organização política das massas camponesas pois, conforme diz Gramsci, se os camponeses se movimentam por impulsos "espontâneos", os intelectuais começam a oscilar, assim, "se um grupo de intelectuais se coloca na nova base de uma política filocamponesa concreta, ele termina por arrastar consigo frações de massas cada vez mais importantes" (*idem*).

O panorama exposto acima nos leva a única conclusão possível - a organização de partidos camponeses encontra significativos entraves para se consolidar - nas palavras de Gramsci, tal organização é quase impossível:

Pode-se dizer que é quase impossível criar partidos camponeses no sentido estrito da palavra: o partido camponês só se realiza, em geral, como forte corrente de opinião, não sob formas esquemáticas de enquadramento burocrático; contudo, até mesmo a existência apenas de um esqueleto organizativo é de imensa utilidade, seja para uma certa seleção de homens, seja para controlar os grupos intelectuais e impedir que os interesses de casta os transportem imperceptivelmente para outro terreno (*ibidem*).

Concluimos, portanto, que o partido camponês no sentido estrito é impossível. Gramsci indica, não obstante, que uma organização embrionária que consistiria não no partido estrito senso, mas em funções de partido, como a formação de uma corrente de opinião, a seleção de homens (o que pressupõe a crítica do senso comum) e o movimento de resistência a grupos dominantes configuram uma possibilidade real de organização política das massas camponesas e esta função não é fator de pouca importância para a organização das classes subalternas.

Contudo, acreditamos que o fato de Gramsci não ser categórico com relação a este assunto, ou seja, o fato de afirmar que é "quase" impossível e não simplesmente impossível a criação do partido camponês seja significativo pelas características de análise gramscianas que sempre

levam em consideração as relações concreta de forças e o contexto histórico-político peculiar de cada país. Diz o autor:

As relações entre população urbana e população rural não são de um só tipo esquemático, especialmente na Itália. É preciso, portanto, estabelecer o que se entende por 'urbano' e 'rural' na civilização moderna e quais combinações podem resultar da permanência de formas antiquadas e retrógradas na composição geral da população, estudada do ponto de vista de sua concentração maior ou menor. "Às vezes, verifica-se o paradoxo de que um tipo rural é mais progressista do que um tipo dito urbano" (GRAMSCI, *op. cit.*: 87, v.5).

Assim, não será possível uma sentença definitiva para este assunto, mas faz-se necessária uma análise detalhada das condições particulares da relação de forças e constituição política em cada país para se alcançar a noção exata dos elementos mais progressistas e com maior potencialidade revolucionária. Só então, será possível extrair conclusões categóricas acerca da criação do partido camponês.

#### REFERÊNCIAS

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, \_\_\_\_\_.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. V. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. V. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. V. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Gramsci: comunicação e jornalismo



## Re-descrevendo a comunicação popular à luz do pensamento gramsciano

Eduardo Yuji Yamamoto\*

A proposta deste trabalho é produzir duas leituras sobre o atual fenômeno da comunicação comunitária, a partir do pensamento de Antônio Gramsci. Para isso, este trabalho irá valer-se de uma abordagem dialética-histórica para contextualizar uma forma complexa de controle da comunicação que vem restringindo a ação de veículos contra-hegemônicos. Esse controle, costumeiramente atribuído às elites locais ou às pressões dos grandes conglomerados de comunicação, possui raízes profundas: o desenvolvimento da sociedade capitalista acompanhado pelo avanço do pensamento e da prática ideológica. Nesse processo, observa-se a desestruturação do “bloco histórico<sup>2</sup>” (conceito gramsciano que enfatiza a “unidade de forças sociais e políticas diferentes” sob direção da classe popular), conforme a desarticulação dos grupos que propunham por meio de seus veículos de comunicação a ruptura com o modelo político-econômico vigente. Para os movimentos sociais populares, esse fato representa um estancamento em seu processo de construção da hegemonia. Postula-se aqui que tal enfraquecimento é seguido pelo fenômeno contemporâneo da comunicação comunitária que traz em seu bojo a diluição do sujeito coletivo (base constitutiva da comunicação popular). Observa-se que a prática da comunicação comunitária, longe de priorizar a construção de uma cultura e uma práxis política a partir do incentivo à participação e representação de seus membros, busca, ao contrário, reproduzir uma lógica de dominação e controle. Desse modo, a análise das formações ideológicas do “comunitário” e do “popular” faz-se imprescindível não apenas para compreender o processo geral de cooptação desses veículos pelo sistema hegemônico de representação e valor, como também para possibilitar duas leituras distintas sobre um mesmo fenômeno. Serão suas formações ideológicas (popular ou comunitário) que irão determinar a legitimidade das práticas comunicativas generalizadas nos grupos sociais. Isso porque o significado histórico de “comunitário” e “popular” indica ações contrárias e conflitivas: ao passo que o primeiro busca a conformação com o sistema social e suas estruturas pré-estabelecidas; o segundo procura formas de ruptura, por meio da construção de uma hegemonia popular. Na vertente do “popular” a perspectiva não é a ingerência do poder dominante ou a reprodução de seus mecanismos de exclusão (práticas vigentes na comunicação comunitária); mas a ampliação dos direitos, do exercício de uma cidadania que abarca além de sua dimensão política, a conquista da igualdade social e econômica (tais reivindicações perpassam os vários movimentos e grupos sociais, embora de forma fragmentada ou sob o rótulo das diferenças culturais). Às vezes, as atribuições dessa vertente “popular” também são feitas

\* Jornalista e especialista em Comunicação popular e comunitária (UEL/PR). Mestrando do programa Comunicação Midiática (FAAC/UNESP/SP). Bolsista CAPES.

<sup>1</sup> GRUPPI, 1978, p.78.

<sup>2</sup> LEI Nº 9.612/98, Projeto de Lei nº 1, disponível em <http://www.mc.gov.br/radcom>. Acesso em 25/09/2005.



à comunicação comunitária. Isso porque historicamente no Brasil, a comunicação contra-hegemônica carregou esta denominação (a exemplo das rádios e jornais comunitários dos anos 70 e 80). Entretanto, é importante observar que as atuais práticas da comunicação comunitária abandonaram esse ideal e atualmente passam a reproduzir características das mídias tradicionais. Influem nesse processo alguns agentes externos, políticos e econômicos, corroborados por seus dispositivos jurídicos<sup>3</sup> que delimitam a ação dos sujeitos.<sup>3</sup> Aliás, o comportamento dos veículos comunitários advém justamente dessas interferências. Isso se evidencia tanto na legislação que cerceia os conteúdos da programação em geral, como na manutenção desses veículos, fazendo-os recorrer às formas mercadológicas de sobrevivência. Pretende-se com essas ingerências uma tentativa de ajuste dos grupos sociais à lógica capitalista, refletido, inclusive, nos modos de produção da comunicação. O sentido de comunidade suscitado nos discursos midiáticos, científicos ou no senso comum toma a palavra (signo verbal) como índice das qualidades positivas, na perspectiva de obscurecer contradições da sociedade capitalista: em última análise, não se coloca como proposta de ruptura. Esta ambigüidade é reproduzida também na comunicação comunitária, o que dá continuidade a um projeto de dominação. Nesse ponto, faz-se necessária duas leituras. A primeira interpretação diz respeito a um projeto de conciliação das classes sociais. A comunicação, nesse caso, atuaria nas comunidades segundo as normas legislativas brasileiras, tendo como pressuposto apenas a representação do grupo o qual o serviço se destina. Esta noção, todavia, possui um duplo fundamento: 1) segmentar os grupos em comunidades isoladas, o que diminuiria uma proposta de ação coletiva e, a partir daí criar propostas comunicativas cujo conteúdo é a centralidade em si, o fechamento; e 2) restringir, através da legislação, uma prática que poderia subverter o epicentro da dominação nestes espaços. Na maioria dos casos, o funcionamento destes veículos se realiza conforme a reprodução do autoritarismo, do proselitismo político e religioso, além de outras formas de controle. Nestes espaços, a comunicação agiria sob estratégia persuasiva (o agenciamento da comunidade), isto é, em busca de representação política sob direção dos interesses da elite. Em linhas gerais, esta idéia carrega a sensação de pertença, participação, solidariedade, segurança, subjetividade compartilhada, ou consolação em um mundo que parece se desfazer a cada dia. Isso se realiza por um consumo irrefletido das comunidades conforme a reprodução de práticas liberais (seja pelo multiculturalismo com suas micro-políticas, seja pela busca por pertencimento individual dada a valorização do indivíduo como imperativo de vida). Observa-se que o sentimento de comunidade se manifesta numa perspectiva sedutora, uma espécie de fuga da sociedade ocasionada pelas próprias contradições do sistema. Este, a seu modo, se mantém intacto devido à perpetuação dos valores e dos mecanismos funcionais da sociedade capitalista. A comunicação comunitária, nesse caso, consolida em ações os ideais estipulados pela elite, qual seja, afastar do campo político tudo aquilo que, em última instância, pudesse abalar seu sistema de representação e sua posição no sistema social. Este fenômeno é ilustrado pela própria institucionalização da comunicação comunitária, que segundo Louis Althusser (1974) constitui um modo de restringir a ação dos sujeitos. Sob tal estratégia, a institucionalização da comunicação comunitária representou para alguns uma conquista histórica do povo. Entretanto, longe de qualquer

<sup>3</sup> As leis que restringem qualquer forma de anúncio publicitário, ou de qualquer outra ordem político-ideológica (a menos que seja "apoio cultural") impossibilitam a manutenção de vários veículos comunitário. Todavia, em muitos casos, isso é ignorado.

celebração, esse fato ilustra a “normatização” e o “controle do sujeito” comunicativo. A segunda perspectiva de apreensão deste fenômeno comunicativo parte dos mesmos pressupostos, mas numa leitura diferente. A tônica desta visão é o sentido de coletividade como projeto de sociedade a longo prazo. Nesse sentido, as ações dos grupos seriam coordenadas numa perspectiva coletiva, como proposta de superação da ideologia, o que implicaria na alteração de sua estrutura produtiva e na completa transformação das relações sociais. Esta proposta tem raízes gramscianas: a comunicação como proposta política de classe visando à construção de uma hegemonia popular. Nesta perspectiva, a comunicação daria coesão ao corpo social matizado por tal idéia. Essa possibilidade amplia o escopo dos movimentos sociais estendendo suas práticas comunicativas, inclusive, às redes de comunicação global (ciberespaço). A representação, nesse caso, se daria sem intermediários, já que ela seria a própria participação dos sujeitos em sua práxis cotidiana. Atribuir-se-ia a esta segunda perspectiva, a denominação comunicação popular, retomando as aspirações de uma dialética social. Comunicação popular ou comunitária? O controle dos signos lingüísticos (Bakhtin, 1997) faz destas expressões sinônimas, pois tem por objetivo o apaziguamento social. A reversão desta estratégia, entretanto, é possível a partir de uma (re)apropriação do “popular”. Como estratégia de ação, num primeiro momento, a comunicação popular agiria sob o invólucro da comunicação comunitária visando à construção de uma hegemonia popular. Posteriormente, ou como conseqüência inevitável, na perspectiva da ruptura. A acepção “popular”, neste caso, retoma a construção do bloco histórico, a partir da luta pela mudança nas estruturas sociais pensada em âmbito coletivo. É somente a partir desta noção que a prática comunicativa deixaria de promover a conciliação com o sistema - que é bastante flexível para cooptá-lo -, para configurar-se como ferramenta histórica do homem.



## O pesar do consenso na formulação da Hegemonia: a imprensa como *protetora*

Priscila Marchini Marins<sup>1</sup>

*Este estudo tem como objetivo problematizar o conceito de hegemonia a partir da imprensa com discussão teórica que se mostra de grande importância quando se pretende entender a dinâmica da sociedade. Para isso, será necessário levarmos em consideração como a hegemonia se efetua, sua dominação, sua imposição e sua afirmação em nossa sociedade através de projeto hegemônico construído pela burguesia. Além disso, devemos compreender suas bases e seus conteúdos histórico social em que esse conceito foi e é construído.*

*É importante introduzirmos que a caracterização da hegemonia como projeto,*

*permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem. Horizonte que, ao proceder à padronização, ao 'conformismo', desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. (...). Horizonte que é a estruturação do campo das lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz a história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é delas.<sup>2</sup>*

A hegemonia é um campo de luta e está em constante disputa em que estão vigentes e engloba todos os interesses das classes dominantes. Mas qual o mecanismo em que a classe burguesa se orienta, na contemporaneidade, para a manutenção da hegemonia e da ordem global do capital? A manutenção da hegemonia só se procede se obtiver como aliança e apoio dos *meios de comunicação*, em particular a grande imprensa, que por sua vez também são veículos dominantes com interesses no projeto hegemônico. Isso significa que os interesses da ordem do capital - dos grandes conglomerados -, estão pautados na ação da grande imprensa. Um exemplo típico, é o reality shows, como o Big Brother que defendem as decisões corporativas. O que representa que a ação da grande imprensa está no papel de organizar e difundir o projeto hegemônico da classe burguesa.

Se a imprensa organiza e difundiu a hegemonia, devemos ter em mente a importância da formação dos conteúdos jornalístico - político e ideológico - na divulgação das idéias hegemônicas. Mas além desse aspecto, há toda uma visão de mundo da classe burguesa - homogênea-, em que a imprensa procura fazer algo em que desdobra as melhores condições possíveis para trabalhar em cima dos projetos hegemônicos, sempre atenta na perspectiva de uma reação revolucionária em que possa colocar em risco a ordem do capital.

Com a imprensa hegemônica, a classe burguesa passa a dar maior importância à imprensa partidária, como reforça Antonio Gramsci que a imprensa é partidária. Um exemplo de imprensa partidária neoliberal é a revista *Veja*. Se a imprensa é partidária, trabalha sempre em revestindo

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon/PR. Linha de Pesquisa Estado e Poder. Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Orientação Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Luciana Silva.

<sup>2</sup> DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: a racionalidade que se faz a história. In: *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. P. 34. Grifos meus.

sua função de imprensa, numa perspectiva global, isto é, a manipulação global em conjunto com as outras grandes conglomerações. A finalidade da manipulação é precisamente a de que “o principal efeito dessa manipulação [na informação] é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade”.<sup>2</sup> Para isso, é necessário mostrar que o poder das grandes corporações da mídia, se apoderam do uso da propaganda para lidar – conquistar - com o público a quem pretendem atingir. É o que reflete Noam Chomsky quando mostra que

a propaganda proporciona à liderança um mecanismo para ‘moldar a opinião das massas’, de modo que estas ‘joguem as forças recém - adquiridas na direção desejada (...)’.<sup>3</sup>

É através da propaganda que podemos encontrar uma forma de disputa da hegemonia. Pois, por esse meio é que o indivíduo é induzido a captar “por meio de imagem artificial e irreal da realidade criada pela imprensa; essa é justamente, a parte da realidade que ele [indivíduo] não percebe diretamente, mas aprende por conhecimento”.<sup>4</sup> Através da imprensa, as idéias são mais organizadas.

De fato, a imprensa usa e usufrui todos os mecanismos para legitimar o projeto hegemônico de seus membros – lê-se: as grandes corporações que a mídia faz parte. A construção dessa abordagem está pautada em que

não podemos compreender os problemas da imprensa, se não nos perguntarmos sobre o funcionamento da mídia e mais particularmente da informação. (...). Doravante eles [os meios de comunicação] estão conectados uns aos outros, funcionam em cadeia, uns repetindo os outros, uns imitando os outros.<sup>5</sup>

Com isso, podemos justificar que diante do poder usufruído pela imprensa hegemônica e da não veracidade de sua função como meio de informar a sociedade, Ignacio Ramonet vê a importância de entender o funcionamento da imprensa, para que possamos investigar e analisar o mecanismo que pode manifestar na sociedade. Do ponto de vista da História, isso contribui para criar argumentos que possam deslegitimar a visão de mundo burguesa e desmitificar a imprensa e os mecanismos de exploração da classe burguesa.

Como fazer a disputa da hegemonia com a classe dominante? Por mais que questões como está parecem simples, a possibilidade de responder e avançar na compreensão estão no entendimento da construção do movimento em que se pretende analisar. No caso, a hegemonia. A grande imprensa não cede espaço em seus conteúdos jornalísticos a camadas populares ou a conteúdo reivindicatório. Diante disso, Antonio Gramsci propôs como objetivo essencial, a criação instrumento de construção da contra- hegemonia, capaz de resistir à hegemonia nas dimensões nacional e internacional. Como por exemplo, um jornal que deve organizar uma ação orgânica, ter um projeto e proporcionar e, principalmente, ensinar o raciocínio intelectual para que crie uma contra - hegemonia.

De forma pejorativa, a hegemonia é a construção e a interpretação da realidade para a classe que a classe dominante vai dominar, já que a classe dominada não obtém o controle dos

<sup>2</sup> ABRAMO, Perseu. *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. P. 23.

<sup>3</sup> CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. P. 61.

<sup>4</sup> PERSEU, idem, p. 24. Grifos meus.

<sup>5</sup> RAMONET, Ignacio. *A tirania da Comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. P. 39. Grifo meu.

meios de produção. Para Antonio Gramsci a imprensa procura “controlar e dirigir a cultura de seus leitores, que muitas vezes possui elementos de ‘bruxaria’ ou é fantástica, bem como para ‘desprovincianizar’ as noções correntes”.<sup>6</sup> Podemos evidenciar que é necessário termos consciência para quem ou de quem a imprensa direciona em seus conteúdos jornalísticos, para que possamos obter uma luta pela contra-hegemonia. Vale citar também que é preciso analisar cuidadosamente as condições necessárias na luta pela contra-hegemonia. Lúcia Neves e Ronaldo Sant’Anna mostra que devemos estar cientes que embora

os aparelhos privados de hegemonia, na visão gramsciana, sejam meros instrumentos reprodutores de uma lógica que lhes é imputada externamente. Sob perspectiva radicalmente distinta, tais aparelhos guardam em si mesmos a possibilidade de, conforme a conjuntura histórica, responder contraditoriamente a determinadas demandas e orientações, abrindo espaço para a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia [pela classe dominante].<sup>7</sup>

Podemos explicar que a construção de uma contra-hegemonia por parte da classe dominada, pode sofrer a pressão e a interferência da construção, ao mesmo tempo, da construção de uma contra-hegemonia por parte da classe dominante.

Por isso, as contribuições de Antonio Gramsci, como também de outros pesquisadores preocupados em entender a hegemonia, auxiliam em muitos para entendermos a realidade e a função da imprensa que se ocupa na contribuição da construção e interpretação da realidade. A imprensa organiza e junta todos os interesses de várias frações da classe dominante. Outra questão que podemos pontuar, se refere ao papel da notícia que se tornou uma *mercadoria*. É como explica José Arbex Jr. quando discute a notícia como espetáculo, quando pontua que

é óbvio que a hegemonia do grande capital corporativo em geral, e americano em particular, tem sérias e profundas implicações sobre a seleção, distribuição e interpretação da notícia. Centros de formadores de matrizes ideológicas liberais, as grandes corporações elaboram e disseminam discursos e interpretações que reforçam diariamente a ideologia segundo a qual cabe ao ‘mercado’ (...).<sup>8</sup>

Essa ponderação é bem preocupante hoje, pois a notícia que é o mecanismo para a informação da sociedade se tornou interesse do capital, e é a partir da notícia que as megacorporações da mídia conseguem não só manter a ordem global, como também conseguem apartar-se da sociedade à informação. Articular hegemonia com imprensa, ou imprensa com hegemonia, não é uma tarefa tão simples e fácil a ser debatida. O que se deve necessariamente, entender separadamente e, ao mesmo tempo, juntos, todo o conjunto histórico da construção da hegemonia e do funcionamento da imprensa, para entender as relações sociais preponderantes do sistema capitalista. Podemos finalizar que

<sup>6</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo, Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 211.

<sup>7</sup> NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia: estratégias do capital para educar o consenso* São Paulo: Xamã, 2005. p.27.

<sup>8</sup> ARBEX, JR. José. *Showjournalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001. P. 100.

<sup>9</sup> DIAS, idem, p. 48.

a hegemonia é exatamente isso: a criação de uma massa de homens capazes de 'pensar coerentemente e de modo unitário' o presente e, portanto, de projetar para o futuro, na perspectiva de um novo patamar civilizatório. Nesse sentido, o elaborador e o sistematizador são igualmente necessário.<sup>9</sup>

O que predomina em nossa sociedade é a realidade dita e construída por um projeto hegemônico com a influência da imprensa. Infelizmente, o que vemos na imprensa é a desestruturação da realidade pela ocultação e pela fragmentação. Se a informação é nos dar notícia clara, coerente, verdadeira e real, perfazendo ao leitor uma leitura de senso crítico e de reflexão, vemos é um silêncio em virtude de interesses com planos e projetos hegemônicos definidos em favor da difusão da ideologia do sistema vigente. Tanto é que

a maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade. Tudo se passa como se a imprensa se referisse a realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real.<sup>10</sup>

Se a expressão de uma idéia que é aprimorada através de projetos hegemônicos e posta em ação pela imprensa, através do convencimento, nos induz a deixar aqui uma pergunta "descabida": é apenas uma mera coincidência a formulação do consenso no procedimento da produção das relações sociais contemporânea?

---

<sup>10</sup> PERSEU, idem, p. 23-24.

meios de produção. Para Antonio Gramsci a imprensa procura “controlar e dirigir a cultura de seus leitores, que muitas vezes possui elementos de ‘bruxaria’ ou é fantástica, bem como para ‘desprovincianizar’ as noções correntes”.<sup>6</sup> Podemos evidenciar que é necessário termos consciência para quem ou de quem a imprensa direciona em seus conteúdos jornalísticos, para que possamos obter uma luta pela contra-hegemonia. Vale citar também que é preciso analisar cuidadosamente as condições necessárias na luta pela contra-hegemonia. Lúcia Neves e Ronaldo Sant’Anna mostra que devemos estar cientes que embora

os aparelhos privados de hegemonia, na visão gramsciana, sejam meros instrumentos reprodutores de uma lógica que lhes é imputada externamente. Sob perspectiva radicalmente distinta, tais aparelhos guardam em si mesmos a possibilidade de, conforme a conjuntura histórica, responder contraditoriamente a determinadas demandas e orientações, abrindo espaço para a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia [pela classe dominante].<sup>7</sup>

Podemos explicar que a construção de uma contra-hegemonia por parte da classe dominada, pode sofrer a pressão e a interferência da construção, ao mesmo tempo, da construção de uma contra-hegemonia por parte da classe dominante.

Por isso, as contribuições de Antonio Gramsci, como também de outros pesquisadores preocupados em entender a hegemonia, auxiliam em muitos para entendermos a realidade e a função da imprensa que se ocupa na contribuição da construção e interpretação da realidade. A imprensa organiza e junta todos os interesses de várias frações da classe dominante. Outra questão que podemos pontuar, se refere ao papel da notícia que se tornou uma *mercadoria*. É como explica José Arbex Jr. quando discute a notícia como espetáculo, quando pontua que

é óbvio que a hegemonia do grande capital corporativo em geral, e americano em particular, tem sérias e profundas implicações sobre a seleção, distribuição e interpretação da notícia. Centros de formadores de matrizes ideológicas liberais, as grandes corporações elaboram e disseminam discursos e interpretações que reforçam diariamente a ideologia segundo a qual cabe ao ‘mercado’ (...).<sup>8</sup>

Essa ponderação é bem preocupante hoje, pois a notícia que é o mecanismo para a informação da sociedade se tornou interesse do capital, e é a partir da notícia que as megacorporações da mídia conseguem não só manter a ordem global, como também conseguem apartar-se da sociedade à informação. Articular hegemonia com imprensa, ou imprensa com hegemonia, não é uma tarefa tão simples e fácil a ser debatida. O que se deve necessariamente, entender separadamente e, ao mesmo tempo, juntos, todo o conjunto histórico da construção da hegemonia e do funcionamento da imprensa, para entender as relações sociais preponderantes do sistema capitalista. Podemos finalizar que

<sup>6</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 211.

<sup>7</sup> NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia: estratégias do capital para educar o consenso* São Paulo: Xamã, 2005. p.27.

<sup>8</sup> ARBEX, JR. José. *Showjournalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001. P. 100.

<sup>9</sup> DIAS, idem, p. 48.



a hegemonia é exatamente isso: a criação de uma massa de homens capazes de 'pensar coerentemente e de modo unitário' o presente e, portanto, de projetar para o futuro, na perspectiva de um novo patamar civilizatório. Nesse sentido, o elaborador e o sistematizador são igualmente necessário.<sup>9</sup>

O que predomina em nossa sociedade é a realidade dita e construída por um projeto hegemônico com a influência da imprensa. Infelizmente, o que vemos na imprensa é a desestruturação da realidade pela ocultação e pela fragmentação. Se a informação é nos dar notícia clara, coerente, verdadeira e real, perfazendo ao leitor uma leitura de senso crítico e de reflexão, vemos é um silêncio em virtude de interesses com planos e projetos hegemônicos definidos em favor da difusão da ideologia do sistema vigente. Tanto é que

a maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade. Tudo se passa como se a imprensa se referisse a realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contração da realidade real.<sup>10</sup>

Se a expressão de uma idéia que é aprimorada através de projetos hegemônicos e posta em ação pela imprensa, através do convencimento, nos induz a deixar aqui uma pergunta "descabida": é apenas uma mera coincidência a formulação do consenso no procedimento da produção das relações sociais contemporânea?

---

<sup>10</sup> PERSEU, *idem*, p. 23-24.

## Hegemonia, imprensa e Venezuela

Alessandro da Silva Lima\*

Este artigo visa apresentar um esboço contendo alguns pressupostos para a construção de uma análise sobre revistas de circulação nacional, neste caso *Veja* e *Época*, e discursos contidos nestas quando se referem a um determinado tema, no nosso caso a cobertura sobre a Venezuela. Apresentaremos neste texto alguns conceitos, como democracia, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia, Estado, sociedade civil, que se articulam com a nossa proposta de pesquisa, a cobertura feita por *Veja* e *Época* diante o governo que se proclama de "socialismo do século XXI" que ascendeu na Venezuela a partir de 1998. Os grandes órgãos de comunicação, a grande mídia, no qual inclui-se a mídia escrita (revistas, jornais etc.), tentam naturalizar uma visão liberal de imprensa, na qual a imprensa é apresentada como quarto poder, com a função de vigiar os demais poderes (judiciário, legislativo, executivo), e nesse mesmo sentido utiliza-se do direito a liberdade de expressão, entre outros elementos argumentativos.

Apresentando-se como quarto poder, a imprensa tenta passar a idéia de que é um organismo com responsabilidade social, ou seja, estaria exercendo um serviço ao povo ao "vigiar os demais poderes". Num primeiro momento devemos salientar que é regra geral os órgãos de imprensa serem empresas, quando não pertencem à esfera estatal. Como empresas estes têm donos, e devem gerar lucros entre outras coisas. Mesmo iniciando por uma análise simples podemos destacar que estes órgãos têm interesses, comerciais e políticos, a partir das relações sociais que estas empresas e seus donos constroem com o seu entorno. Estes interesses limitam ou condicionam o funcionamento e ações destes organismos.

A mídia, como visto anteriormente, não pode colocar-se fora dos conflitos sociais, pois, ela está inserida nestes e reflete-os. Obviamente portando determinados interesses. A liberdade de expressão, imprensa, requerida por estes órgãos também deve ser alvo de questionamentos. Os órgãos de imprensa, sendo propriedades privadas, têm um proprietário, que segundo relações de interesses possibilita, ou não, a publicação, difusão, de determinadas informações e opiniões. Em síntese, a liberdade de expressão, está ligada ao poder econômico, ou simplesmente ao poder. Tem liberdade de imprensa, e logo de expressão abrangente, quem tem o poder, ou firma relações estreitas com este. Entretanto, acreditamos que podem ser criadas instituições desvinculadas desta perspectiva.

Para além de uma crítica sintetizada à visão liberal de imprensa, compreendemos os órgãos da mídia escrita como instituições que atuam na construção de hegemonia, relacionando-se organicamente com as estruturas sócio-econômicas. Fazendo uso de conceitos gramscianos, caracterizamos, em nossa análise as revistas, como aparelhos privados de hegemonia. Mas o que são esses aparelhos privados de hegemonia? E o que é hegemonia?

\* Mestrando da Linha de Pesquisa Estado e Poder do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Sobre hegemonia Lincoln Secco aponta a seguinte definição:

Capacidade de que uma classe, uma fração ou conjunto de frações de classes, um grupo social ou mesmo um partido tem de dirigir outros segmentos sociais e eventualmente oprimir ou liquidar aqueles que não aceitam pacificamente a sua direção. A hegemonia gramsciana é, por isso, um tipo de direção consensual sobre os que aceitam ou consentem, e inclui uma dimensão coercitiva sobre os que se recusam (...) hegemonia não se resume a uma dominação ideológica ou mesmo política, mas se refere à relação orgânica que um grupo político mantém com uma *classe fundamental* (o que, em linguagem gramsciana, significa uma classe que exerce uma função decisiva no mundo da produção material).<sup>2</sup>

Os aparelhos privados de hegemonia, que se encontram na sociedade civil, fora da aparelhagem do Estado, mas nem por isso deixam de ter uma relação promíscua com o poder, seriam os responsáveis pela construção do consenso, convencimento, e da adesão dos sujeitos a uma determinada visão de mundo que é hegemônica, ou busca tornar-se hegemônica. Assim, os aparelhos privados de hegemonia são:

(...) *o coração e a cabeça da sociedade civil*. Recobrem uma gama de instituições fundamentais que, somadas, dão organicidade ou são base de determinado conceito de sociedade civil. Sob este ângulo, a sociedade civil é um conjunto de instituições produtoras de cultura, de rituais, de posturas, de ideologias e de utopias indispensáveis à construção da vida social: a dimensão da representação e da consciência social (...) os pensadores que fazem uso da categoria de aparelhos privados de hegemonia reconhecem que *nem só a burguesia é capaz de produzir ideologia, utopia e cultura*. Portanto, muitas das instituições que fazem parte da dimensão cultural de representação e produção de papéis sociais pertencem a segmentos e grupos sociais que não são os da classe dominante.<sup>3</sup>

Um conceito de grande importância para a análise que buscamos fazer é o de Estado ampliado. Entende-se por Estado ampliado, o Estado estrito, ou seja, sociedade política e sua ossatura material, mais a sociedade civil, onde atuam os aparelhos privados de hegemonia. O Estado aqui é compreendido não somente como repressão e ideologia, mas sim como produtor de consenso, realizando compromissos públicos, e a própria materialidade do Estado representa um espaço de luta de interesses, sejam esses interesses de classes ou frações de classes. Em suas reflexões Gramsci apontou que, "cada Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), se tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para este fim (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e de ser elaborado para que seja eficaz ao máximo e produtivo de resultados positivos".<sup>4</sup> Concebermos a atuação de revistas na sociedade

<sup>1</sup> SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo; Cortez, 2002. p. 100-101.

<sup>2</sup> BOCAYVA, Pedro Cláudio Cunha, VEIGA, Sandra Mayrink. *Novo vocabulário político: hegemonia e pluralismo*. Rio de Janeiro, FASE/Vozes, 1992. p. 29 e 31.

<sup>3</sup> GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Tradução de: Manuel Cruz. São Paulo; Martins Fontes, 1978. p. 225.

<sup>4</sup> "Nas sociedades ocidentais, o Estado amplia, adquirindo uma nova materialidade: complexificação da burocracia civil e militar da aparelhagem estatal ou do Estado em sentido estrito e crescente expansão qualitativa e quantitativa dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. O Estado redefine, ainda, suas funções, acrescentando às tarefas de comando, governo e domínio a função de direção cultural e política das classes dominadas (hegemonia civil), por meio da adesão espontânea (consenso), passiva e indireta e/ou ativa direta ao projeto de sociabilidade da classe dominante e dirigente". NEVES, Lúcia Maria Wanderley, SANT'ANA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo; Xamã, 2005. p. 25.

civil como de instituições capazes de organizar interesses de classes, difundindo determinado tipo de costumes e atitudes. A sociedade civil é o espaço onde se trava a luta de classes, deste modo, as revistas têm um importante potencial na produção de hegemonia.<sup>5</sup>

A concepção moderna de democracia<sup>6</sup> foi definida a partir da aquisição de privilégios da classe de proprietários diante das monarquias e dos camponeses, ou seja, é contrária à fundamentação clássica de democracia, a soberania popular. Não era o conjunto de cidadãos desfrutando de plena igualdade em relação às decisões públicas e de interesses de todos, agora se formava um quadro limitado pelo qual somente os interesses da classe privilegiada por este status de cidadania eram atendidos. A cidadania pertence aos proprietários, os quais formam um quadro limitado e concentrador de poder. As transformações que ocorreram foram estabelecidas acompanhando o desenvolvimento do capitalismo, que conseguiu reduzir a democracia ao aspecto formal,<sup>7</sup> da existência de instituições e normas, e esvaziando tal conceito de conteúdo social. O processo de redefinição de democracia desencadeou os modelos representativos, que são entendidos por democráticos ao garantirem o sufrágio universal. A representatividade teve o efeito de alienar o povo com a definição estadunidense, a transferência de poder a outros. Os limites impostos na democracia capitalista, uma democracia formal esvaziada de conteúdo social, estão ligados à separação entre liberdades políticas e econômicas:

Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista –, mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta.<sup>8</sup>

<sup>5</sup> Esta discussão sobre democracia é uma reprodução sintetizada, consta originalmente In: LIMA, Alessandro da Silva. "Democracia e capitalismo" In: *Democracia e Integralismo (1945-1965)*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); UNIOESTE, 2006.

<sup>6</sup> Norberto Bobbio enumera nove regras, "procedimentos universais" presentes no significado formal de democracia. Elas seriam: "1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as eleições do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez eleito pelo povo". BOBBIO, Norberto. *Democracia*. In: BOBBIO, et al. *Dicionário de política*. Brasília, UNB, 1986. p. 327.

<sup>7</sup> Idem, p. 184.

<sup>8</sup> Idem, p. 193.

Em um âmbito geral o capitalismo conseguiu “deslocar a democracia para uma esfera simplesmente política, distinta e separada da ‘sociedade civil’, ou seja, a ‘economia’”<sup>9</sup> e assim redefini-la como formal e limitando ao liberalismo, se distanciando de princípios sociais. Essa esfera política não compromete as relações de poder da esfera econômica, apropriação e exploração. É na sociedade civil que ocorrem os conflitos de classes e na sociedade política as classes desempenham o domínio através dos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado:<sup>10</sup> “Na sua versão liberal, a sociedade civil é entendida como o terreno da realização social dos interesses dos indivíduos enquanto proprietários, em uma concepção essencialmente competitiva que coloca os indivíduos na disputa máxima pela realização dos seus interesses privados”,<sup>11</sup> é na sociedade civil que os trabalhadores separados dos meios de produção são explorados pelo capital através da venda da sua força de trabalho.

As discussões teórico-conceituais levantadas acima visam contribuir a problemática proposta de verificar nas revistas *Veja* e *Época* como elas agem, qual a cobertura feita, que discursos sustentam e suas implicações no que diz respeito à Venezuela, compreendendo o período de 2002 a 2006. Sabemos que a crítica a visão liberal de imprensa há muito tempo vem sendo feita, mas surgem novas situações concretas que validam a constante análise dos órgãos que difundem esta visão. Com a queda do muro de Berlim em 1989 vem sendo imposto o pensamento único, de que não há alternativas ao capitalismo, de que não existe mais a dicotomia esquerda direita e por aí vai. Por mais que existam limitações no processo venezuelano, a princípio, acreditamos ser possível estabelecer relação entre a cobertura feita por *Veja* e *Época* e o questionamento do pensamento único.

## REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N. Democracia. In: BOBBIO, Et al. *Dicionário de política*. Brasília, UNB, 1986.
- BOCAYVA, P. C. C.; VEIGA, S. M. *Nova vocabulário político: hegemonia e pluralismo*. Rio de Janeiro, FASE/Vozes, 1992.
- GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*. Tradução de: Manuel Cruz. São Paulo; Martins Fontes, 1978.
- LIMA, A. S. “Democracia e capitalismo” In: *Democracia e Integralismo (1945-1965)*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); UNIOESTE, 2006.
- NEVES, L. M. W.; SANT’ANA, R.. Introdução: Gramsci, Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia. In: \_\_\_\_\_. (org). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo; Xamã, 2005.
- SECCO, L. *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo; Cortez, 2002.
- WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.

<sup>9</sup> O uso da percepção do Estado como instrumento de dominação de classe, através da repressão-ideologia, não é entendido aqui em sentido restrito. Entendemos o Estado como forma de organizar os interesses de classe. Mas este Estado tem uma materialidade, que não se reduz a simples mecanismo de dominação, para além disso, o desenvolvimento recente do Estado apresenta três aspectos: “1) o caráter ampliado do Estado e, conseqüentemente, de suas políticas e compromissos públicos; 2) a sua relação com as questões da representação de interesses dos coligados ou em aliança que define compromissos mais amplos do que o de um grupo particular – uma classe ou fração de classe estabelece sempre uma rede de alianças; e 3) o fato de que o crescimento do Estado e a complexidade da sociedade de classes transformam o aparato estatal em campo de luta de interesses e posições de grupos e classes sociais”. BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha e VEIGA, Sandra Mayrink. Op. citi, p. 95.

<sup>10</sup> Idem, p. 24.

## Neo-Integralistas e a propaganda política de extrema direita no Brasil contemporâneo

Jefferson Rodriguez Barbosa<sup>1</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, nomes expressivos do pensamento conservador e autoritário nacional se agruparam na Ação Integralista Brasileira (AIB). Os integralistas foram na América Latina a mais expressiva manifestação de extrema direita. Enquanto movimento exerceu intensa militância em todo o país, e se tornou o primeiro partido de massa no Brasil entre 1932 a 1938. Porém não chegando à hegemonia da sociedade política. AIB foi reprimida oficialmente durante o Estado Novo, porém a sua militância perdura aos desdobramentos do pós Segunda Guerra Mundial (CRUZ, 2004; CARNEIRO, 2007).

A terceira fase militância integralista (CARNEIRO, 2007) é marcada pela descentralização partidária, porém, com militantes comprometidos com a difusão de sua propaganda política. Sendo, a socialização ideológica dos núcleos através meios impressos e eletrônicos dos herdeiros do Sigma, aqui interpretados como possibilidade de guerra de posição em busca da hegemonia.

As atividades dos integralistas na sociedade civil podem ser evidenciadas na realização dos dois Congressos Nacionais que ocorreram no Estado de São Paulo em 2004<sup>1</sup> e 2006. E através de sites na rede mundial de computadores.

No final da década de 1980 os movimentos e partidos e políticos centravam sua propaganda nos meios impressos, radiofônicos e televisivos. A comunicação e propaganda, porém, foram potencializadas pela rede mundial de computadores, abrindo novas possibilidades de interação entre membros de organizações visando à conquista de espaços na sociedade civil e no ciberespaço.

Nas disputas políticas do século XXI, as potencialidades da tecnologia instrumentalizadas para a propaganda política, marcam as organizações e partidos extremistas. Através da

<sup>1</sup> Bacharel e Mestre em Ciências Sociais pela FFC UNESP/ Marília.

<sup>1</sup> Segundo o relato de Carneiro em sua observação participante enquanto pesquisadora no referido Congresso: [...] em dezembro de 2004 reuniram-se os grupos dispersos que tentavam dar uma unidade ao integralismo. O 1º Congresso Integralista para o Século XXI reuniu-se na sede da UND (União Nacionalista Democrática) na capital paulista para nova tentativa de reorganizar a AIB. Esta pequena assembléia que reuniu representantes de Centros e Estudos e Debates Integralistas (CEDIs), núcleos diversos de simpatizantes que haviam se organizado em seus locais de origem com propostas debatidas internamente com o objetivo e expô-las e discuti-las no encontro, decidiu pela fundação do MIB (Movimento Integralista Brasileiro) e do Conselho Nacional Integralista formado por 40 membros que assumiram a missão de "resgatar o integralismo em todo o Brasil". Deste encontro também participaram representantes do PRONA, da União Católica Democrática, do MV-Brasil (Movimento pela Valorização da Cultura, do Idioma, e das Riquezas do Brasil), alguns militares da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) e UND. O que então pode constatar é que esta pequena parcela da direita brasileira, carregado de posições ultranacionalistas procura através da organização conjunta, consolidar um discurso que não pretende levar em conta o debate democrático, preferindo fazer valer seus pontos de vista a partir de posições intolerantes e violentas (CARNEIRO, 2007, p. 153-154.).

socialização ideológica no ciberespaço, variados segmentos da extrema direita encontram um novo território para a ação e propaganda.

A política está no espaço da comunicação, como afirma Castells (2000) e nas últimas duas décadas têm ampliado o número de estudos sobre as relações entre fenômenos políticos, a interação social e o ciberespaço.

A organização partidária dos integralistas na sociedade civil e a busca pela hegemonia da sociedade política foram a bandeira levantada pelos núcleos da AIB espalhados pelo Brasil na década de 1930. Porém, os grupos integralistas se dividem em relação as suas posições diante de temas como o projeto político de Estado e de questões como o anti-semitismo e a solidariedade com outras tendências como neonazistas e fascistas. As valorizações de elementos como o espiritualismo cristão da denominada "Revolução Interior" de Plínio Salgado, as concepções normativas ao ordenamento jurídico do Estado Integral corporativista de Miguel Reale e o anti-semitismo de Gustavo Barroso diferem em influência das releituras da ideologia integralista dos três grupos integralistas contemporâneos em estudo.

As permanências e mudanças dos três grupos integralistas contemporâneos, em sua releitura da ideologia criada em 1930, é possibilitada através do análise das publicações impressas e artigos de sites de três grupos de maior expressão na conjuntura nacional contemporânea: a AIR (Ação Integralista Revolucionária) de Rio Claro-SP, o MIL-B (Movimento Integralista Linearista Brasileiro) de Campinas-SP, e a FIB (Frente Integralista Brasileira) de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A Frente Integralista Brasileira (FIB), enquanto organização mais representativa dos integralistas contemporâneos, esta situada principalmente na cidade de São Paulo, através da Casa Plínio Salgado, no Rio de Janeiro através do Centro Cultural Plínio Salgado, em São Gonçalo e do Centro de Estudos e debates integralistas CEDI na capital. É formada em seus quadros de liderança por antigos "Águias Brancas", organizações de jovens que atuaram nos CCP – Centros Culturais da Juventude do PRP após 1945, aglutinados pelo discurso do catolicismo social de Salgado como matriz teórica principal.

O Movimento Integralista Linearista (MIL-B) foi fundado em 2004, pelo policial federal Cássio Guilherme Reis Silveira que antes participava de reuniões na Casa Plínio Salgado, em São Paulo. Porém, devido a sua interpretação da ideologia integralista, o Linearismo, ocorreram atritos, que levaram Cássio em 2006 a tornar o núcleo de Campinas independente da FIB, privilegiando a concepção ideológica de Gustavo Barroso como matriz teórica principal, enaltecendo o anti-semitismo. A Ação integralista Revolucionária (AIR) é o terceiro grupo contemporâneo mais expressivo, sob a liderança de Jenyberto Pizzotti, com sede na cidade de Rio Claro em SP. A AIR foi criada em 25 de dezembro de 2004 e seu diferencial insere-se na crítica a organização partidária do integralismo.

As divergências entre os grupos, como fatores que influenciam as táticas de guerra de posição das novas facções integralistas estimulam divisões em pontos centrais como reunificação do integralismo enquanto partido. Porém a propaganda dos novos integralistas se expande na rede inserida dentro do Príncipe Eletrônico (IANNI, 2000).

A difusão e socialização ideológica do jornal político proporcionam um caráter diretivo e organizativo para movimentos políticos não organizados em partidos tradicionais (Gramsci,

2000). O presente contexto é marcado pelas mudanças oriundas dos avanços dos meios de comunicação. E, para Ianni (2000), no mundo contemporâneo o papel que cabia ao partido, de organizador da vontade coletiva, se altera gradualmente em direção a outra dimensão social, a mídia é potencializada como ferramenta de socialização ideológica, suplantando a esfera de ação dos tradicionais partidos políticos.

Nessa nova dimensão da política propiciada pelo ciberespaço, os grupos integralistas mesmo divididos firmam presença. Inseridos na “agora eletrônica” os neo-integralistas suplantam as distâncias físicas e mobilizam grupos congêneres na reconstrução de possibilidades para sua militância.

Os integralistas contemporâneos, compreendidos como intelectuais na acepção gramsciana, mesmo não estando mais articulados em partido de massa, exercem novas possibilidades organizativas e diretivas através da propaganda política impressa, como jornais e informativos e através da internet. Partido e intelectuais aparecem em íntima relação no *Cademo* 12, §1:

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus: um partido poderá ter uma maior ou menor com posição do grau mais alto ou mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual (*Idem*, p. 25).

Na perspectiva da Filosofia da Práxis Gramsci aponta que no contexto de ausência de partidos organizados os jornais são capazes de desempenhar as funções de informação e de direção política geral:

No estudo dos jornais como capazes de desempenhar a função de partido político, é preciso levar em conta os indivíduos singulares e sua atividade. [...] Jornais italianos muito mais bem feitos que os dos franceses: eles cumprem duas funções – a de informação e de direção política geral, e a função de cultura política, literária, artística, científica, que não tem um órgão próprio difundido. [...] Na Itália, pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos (GRAMSCI, 1999, vol. p. 218-221).

A nova configuração de tecnologias de mídia, informação e conhecimento, segundo Ianni (2000), é denominada de Príncipe Eletrônico, pois se em Maquiavel o príncipe representa o grande líder político e militar. E, se em Gramsci o príncipe moderno é próprio partido político que funciona como grande articulador das massas em vista da construção de uma nova hegemonia, atualmente as novas tecnologias de mídia se apresentam como um intelectual coletivo e orgânico.

O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. [...] Sim, o príncipe eletrônico pode ser visto como o intelectual orgânico dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes, em escala nacional e mundial. [...] É claro que o príncipe eletrônico não é harmonioso, homogêneo ou, muito menos, monolítico. Está sempre atravessado por divergências, concorrências e influências. Em suas linhas gerais, no entanto, o modo pelo qual se desenha e movimenta o príncipe eletrônico permite defini-lo como o intelectual orgânico dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes, em escala nacional e mundial. Um intelectual orgânico coletivo.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> IANNI, O. O Príncipe Eletrônico. *Revista Mexicana de Derecho Constitucional*. Biblioteca Jurídica Virtual. Disponível em: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/rev/cconst/cont/4/art/art1.htm> Data de acesso: 28 de julho de 2007. O Príncipe Eletrônico foi publicado no Brasil como capítulo da obra *Enigmas da modernidade-mundo*. (2000) do mesmo autor.



Segundo Ianni (2000) dentro das novas potencialidades dos meios de comunicação o Príncipe Eletrônico proporciona, no território em rede, novas possibilidades de estratégias de guerra de posição:

Em diferentes gradações conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, legislativo, executivo e judiciário. A fortuna e a virtú, das quais falava Maquiavel, tornaram-se atributos do Príncipe eletrônico. Uma parte fundamental da virtú de líderes, governantes, partidos, sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública tem sido construída cada vez mais pela mídia, como uma poderosa e abrangente coleção de técnicas sociais.

Em Gramsci é presente a preocupação de ligar os fatos políticos à morfologia social. O autor, contemporâneo do contexto político que ele mesmo definiu como Regime de Estolatria, entendia o Fascismo como uma forma de revolução passiva, uma revolução restauração articulado pela aliança de setores conservadores e da pequena burguesia.

No início do século XXI no Brasil os integralistas potencializam as novas tecnologias de comunicação e mobilizam militantes e difundem sua propaganda política. Nesse sentido, sua propaganda política, é aqui compreendida como ressonância inserida no universo polifônico do Príncipe Eletrônico "condottiere da sociedade global, arquiteto da agora eletrônica" (IANNI, 2000).

## BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, Marcia Regina. S.R. Do Sigma ao Sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção das memórias integralistas. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2007. 424 p. CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo Hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 663

CRUZ, N. R. Extrema-Direita e Seus Aspectos Ideológicos. *Cadernos do ICHF: Série estudos e pesquisas*, Niterói, n. n. 77, p. 09-16, 2002.

\_\_\_\_\_. Neo-Integralismo. In: Francisco Carlos T. da Silva. (Org.), *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, v., p. 610-612.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3 Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. RJ: Graal, 1982.

IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. O Príncipe Eletrônico. *Revista Mexicana de Derecho Constitucional*. Biblioteca Jurídica Virtual. Disponível em: <<http://www.juridicas.unam.mx/publica/rev/cconst/cont/4/art/art1.htm>> Data de acesso: 28 de julho de 2007.

MÉSZAROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004. 566 p.

MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo F. (Org.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto alegre: Editora da Universidade (UFRGS): CORAG, 2000. 223 p.

TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o Fascismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1974.

## Projeto hegemônico de democracia na revista veja

Luis Fernando Guimarães Zen<sup>1</sup>

Esta pesquisa vem sendo desenvolvida junto ao programa de Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. A proposta é questionar criticamente a revista Veja, buscando identificar qual era o seu posicionamento e o seu projeto frente às possíveis propostas de redemocratização do Brasil entre o final da ditadura militar em 1984 através das diretas já, até a consolidação da democracia em 1989 com a vitória do candidato à presidência da República Fernando Collor.

O período final da ditadura foi marcado por uma série de contrastes, das manifestações populares ao AI5. Essa “*crise de hegemonia*” coloca os militares contra a parede, dessa forma, obriga a elite do país a pensar uma nova forma de reorganizar o quadro político mantendo as formas de organização e da dominação elitista, disfarçada dentro da própria estrutura do Estado. Para René Dreifuss:

As camadas dirigentes e dominantes, com suas práticas excludentes e exclusivistas, em seu constante realinhamento conservador e em sua permanente convergência elitista, nem sequer criaram a ilusão geral dos interesses sociais, ou a ilusão dos interesses gerais.<sup>1</sup>

Em *O Jogo da Direita*, publicado em 1989, ou seja, pleno período em que a democracia formal brasileira estava caminhando para a sua consolidação através da primeira eleição aberta depois do fim do regime militar, Dreifuss questiona a forma com que a democracia foi implantada no Brasil, contextualizando historicamente a formação do Estado brasileiro como um constante “*processo de realinhamento conservador*.”

Para Edmundo Fernandes Dias, “a história do capitalismo é a história da reestruturação produtiva”, dessa forma,

O capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe.<sup>2</sup>

Se entendermos a redemocratização do país na década de 1980 como reorganização das formas de dominação da burguesia, podemos compreender o porquê da democracia ser tão

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Linha de Pesquisa Estado e Poder. Email: lfgzen@hotmail.com

<sup>1</sup> DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis, Vozes, 1989.

<sup>2</sup> DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação Produtiva”: forma atual da luta de classes. In: *Outubro - Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, 1998.

difundida atualmente, assim, não se *revoluciona constantemente* somente as formas de produção, também se *revolucionam constantemente* as formas de dominação,

O Estado foi sempre privatizado. Ele potencializa e garante a expansão máxima da classe dominante/dirigente. Para sua maior eficácia o Estado capitalista tem, necessariamente, que aparecer como social, como articulador do conjunto da sociedade, como resumo qualificado do todo social. Tentou-se, sempre, restringir as formas associativas das classes subalternas, seja no plano sindical, seja em outros elementos de sua organicidade, pela sua integração e subalternidade à lei do capital.<sup>3</sup>

Se o Estado teve que se readequar cedendo às manifestações populares, quais foram as formas de se reestruturar e manter a dominação das elites? A partir daí podemos pensar a democracia como a melhor forma da burguesia nacional de reorganizar o quadro político do país. É nessa perspectiva que a revista *Veja* deve ser analisada, buscando entender qual foi o papel desempenhado pela revista na formação de um projeto *hegemônico* e a sua função enquanto *aparelho privado de hegemonia*.

Para Sônia Regina de Mendonça,

O que é peculiar ao Estado contemporâneo, o qual, por sua vez, deve ser pensado como uma relação social em si mesmo, é que ele guarda um *espaço de consenso* e não só de violência, sendo o consenso – ou consentimento- obtido, para Gramsci, através dos *aparelhos privados de hegemonia*, bem como através da *ação do Estado restrito*, que busca promover e generalizar a visão da fração de classes hegemônicas.<sup>4</sup> [grifos da autora]

Dreijuss pontua uma série de entidades e organizações vinculadas a uma série de empresários reunidos sob a sigla UB (União Brasileira de Empresários), organização idealizada e dirigida por Antonio Oliveira Santos e Antonio Ermírio de Moraes. Esses empresários queriam um "capitalismo moderno e pela livre iniciativa" contestando a recusa do governo em negociar com o FMI e a "excessiva intervenção do governo no mercado interno."

Ele aponta ainda a formação de uma série de outras entidades organizadas sob as mais diversas siglas, Febraban, CNF, AEB, UDR, CNI, CNA, CNC. Essas são organizações da burguesia que juntamente com os partidos políticos e os meios de comunicação formam uma grande rede de informação e propagação de seus projetos.

Daí, a construção de um projeto de democracia que partisse dessa perspectiva e proposto por esses grupos de empresários dificilmente partiria uma proposta de democracia que pudesse atender os anseios populares.

A historiadora estadunidense Ellen Meiksins Wood, é autora do livro: *DEMOCRACIA CONTRA CAPITALISMO* a renovação do materialismo histórico. Neste livro, Wood parte da premissa de que o capitalismo é na sua essência, incompatível com a democracia. "Um capitalismo humano, 'social' e equitativo seria mais irreal e utópico de que o socialismo".

A proposta de uma democracia efetiva, que atendesse os anseios da sociedade é uma idéia que fica apenas na proposta, "nas democracias modernas, em que a comunidade cívica une

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Poder, In: MATTOS, Marcelo B. (org). História Pensar e Fazer. Niterói, LDH, 1999.

os dois extremos da desigualdade social e de interesses conflitantes, o 'bem comum' partilhado pelos cidadãos passa a ser uma noção muito mais tênue e abstrata.<sup>5</sup>" Ela comenta ainda sobre a falsa idéia de uma cidadania democrática,

O que talvez não seja tão evidente são os princípios antidemocráticos contidos na idéia de cidadania democrática (...). Os criadores da constituição se engajaram na primeira experiência de criação de um conjunto de instituições políticas que corporificam, e simultaneamente limitariam, o poder popular, num contexto em que já não era possível manter um corpo exclusivo de cidadãos. Onde já não existia a opção de uma cidadania ativa, mas excludente, teria sido necessário criar um corpo de cidadãos inclusivo, porém passivo, cujos poderes tivessem alcance limitado.<sup>6</sup>

Com o fim do regime militar, abriu-se caminho para a transição à democracia. Para os militares não bastava passar o poder para as mãos da sociedade civil, era necessário passar o poder para "mãos confiáveis". Para o cientista social Francisco C. Weffort, existiam inicialmente duas propostas que estavam muito ligadas ao "atual" regime, "dessa forma, os militares sairiam do poder deixando-o em mãos confiáveis?"

Weffort escreveu em 1984 uma obra intitulada *Por que Democracia?* Ele fala ainda que seu livro poderia se chamar *Por que não Revolução?* Nesse livro o autor questiona os projetos de democracia que estavam sendo difundidos no país, perguntando: "seria esta a democracia pela qual lutamos nos últimos dez anos? Seria esta a luz que todos esperávamos no fim do túnel?"<sup>7</sup>

O autor diz que haviam poucas alternativas de saída para o fim da ditadura e início da abertura política. Ele aponta que de um lado, havia "a candidatura de Paulo Maluf, do PDS, representante de uma nova direita, civil e burguesa, com tons acentuados de direita fascista." Do outro lado está "uma proposta liberal, de marca acentuadamente conservadora, a figura de Tancredo Neves, representando o PMDB moderado e as dissidências do PDS agrupados na Frente Liberal."<sup>8</sup>

Francisco W. aponta pelo menos três dissidências dentro dessa própria direita, vale lembrar que ele participa da fundação do PT que surge talvez como a principal (mas não a única) frente de esquerda, mas, que naquele momento não disputaria o poder. Talvez por isso que ele questionasse "Por que não Revolução?"

Se essa foi a forma encontrada pela burguesia de se reestruturar e manter suas formas de dominação, significa dizer que essa mesma burguesia criaria novas formas de manterem sua *hegemonia* e assim se manter no poder. A prova disso é bem visível até mesmo na revista *Veja*, é só analisar o período em que os militares estiveram no controle da nação e ver quem

<sup>5</sup> WOOD, Ellen M. *Democracia Contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> WEFFORT, Francisco C. *Porque Democracia*. Brasiliense, 1984

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> *Idem*.

eram os políticos que estavam no comando e compara-los com os defensores da então “nova democracia” representativa.

Essa pesquisa está em fase inicial. O objetivo é mostrar como a revista Veja se utilizou de sua capacidade de organização para defender a democracia e quais eram os projetos de democracia que podem ser identificados na revista. Essa pesquisa buscará investigar o período que vai do final da ditadura militar em 1985 até as eleições presidenciais de 1989.

## Uma reflexão a partir de Gramsci sobre Imprensa

Carla Luciana Silva\*

Propomos uma reflexão no campo do marxismo sobre o papel da imprensa e da mídia no processo histórico. Quando falamos em papel queremos indagar sobre a complexidade de agentes que estão presentes nesse objeto, entre outros elementos: o texto; o autor; o destinatário; os anunciantes; os empresários; a sociedade em que o texto é produzido.

Essa questão não tem recebido a atenção devida, especialmente dos historiadores. O debate realizado ao longo dos anos 1980 no campo da comunicação social precisa ser retomado para que se avance no conhecimento sobre o tema e sobre a capacidade de intervenção. Partindo do debate da Teoria Crítica, é necessário trazer novas análises que permitam inserir o objeto mídia / jornalismo no seu todo. É necessário perceber as múltiplas relações que permeiam um jornal: econômicas / empresariais / capitalistas; pedagógicas / ideológicas / hegemônicas; políticas / sociais. O marxismo é o referencial que nos permite pensar sob todos esses aspectos como parte de um mesmo processo, ainda que possam ser analisados separadamente. Mais propriamente faz-se necessário conhecer alguns dos conceitos de Gramsci, que desenvolveu atividade jornalística durante parte de sua vida. E como político, militante comunista, utilizou-se do jornal como arma na luta de classes do lado dos trabalhadores. Daí deriva a concepção de *imprensa como partido*, o que se articula com a de *aparelho privado de hegemonia*.

Das leituras críticas mais difundidas, a concepção da indústria cultural como produtora de mercadorias permitiu avançar com relação à reflexão. Ela permite pensar que a "notícia" não é necessariamente expressão da verdade, mas algo produzido com um fim precípuo, o de ser vendido como qualquer outro produto. O resultado do jornal é vendido pelo preço de capa ao mesmo tempo em que é previamente vendido para os anunciantes. É no campo da recepção que há maiores restrições à tese frankfurtiana, pois a mensagem que é enviada aos leitores não é recebida necessariamente de forma passiva. No entanto, trazer o caráter ideológico do texto produzido (pelo jornalismo, pela publicidade, etc) é um legado inabalável para estudar a imprensa. A ideologia faz parte da compreensão do mundo e, portanto, da sua interpretação pelos sujeitos da própria ideologia. Isso significa que não basta apontar para uma suposta imobilidade do sujeito, como se ele fosse um ser apático na frente de um aparelho de televisão. Aquele discurso que ele recebe faz sentido para ele de alguma forma, ele o aceita por uma série de informações e de desinformações (ocultação, distorções) que o próprio meio midiático produziu e passa a fazer parte da sua capacidade de interagir com sua realidade.

\* Doutora em História. Professora Adjunta do Curso de História e do Mestrado em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Linha de Pesquisa Estado e Poder. carlalssilva@uol.com.br

Por outro lado, não permite que se faça uma leitura pós-moderna que negaria qualquer efeito de sentido previamente pensado no criador do discurso. Há uma unidade de formação discursiva que vai sendo incorporada de formas distintas às interpretações de mundo dos distintos sujeitos. O sujeito não está criando uma forma de agir no mundo a partir do nada, mas a partir de relações sociais que em alguma medida modifica mas que em outras não se propõe a modificar.

Importante ressaltar que esse debate não se restringe ao campo do jornalismo. Não se trata de uma questão de auto-crítica dos próprios jornalistas e menos ainda de como fazer um jornalismo "menos ruim" ou "mais imparcial" como se vê em alguns espaços de debates, como no Observatório da Imprensa.

O problema abrange toda a sociedade. O jornal, a revista, a televisão, são meios de difusão ideológica mas são também espaços de reprodução de projetos sociais concretos. Os produtores dos discursos são sujeitos reais, posicionados de alguma forma no campo da luta de classes e produzindo seu discurso a partir daí.

É por isso que Gramsci propõe a leitura do jornal (revista, etc), como um verdadeiro partido. Ele chega de forma privilegiada onde outros partidos não logram alcançar, pois possuem o estigma de ser "político", enquanto que o jornal não carrega esse mesmo peso aparente. Os grupos que compõem o corpo editorial do jornal seguem uma linha que é a da empresa jornalística e que se vincula a outras associações de classe.

Ampliar a visão total das formas da dominação não significa excluir a existência de manipulação. Esse é o sentido do pequeno e indispensável trabalho de Perseu Abramo. (ABRAMO, 2003) O texto contribui de forma indiscutível para a compreensão das formas da manipulação usadas pela imprensa: fragmentação, ocultação, inversão, indução. Esse livro enriquece o estudo se vir acompanhado de outros que se referem especificamente às formas discursivas da dominação, contribuições vindas de formas distintas ligadas ao próprio marxismo, como a análise do discurso e a semiótica. (MARIANI, 1998, HERNANDES, 2004)

Os meios de comunicação não refletem a realidade - como se fosse sobre ela um espelho - mas têm algum tipo de relação com a realidade, que acaba por distorcê-la, apresentando outra realidade que passa a ser base para a compreensão do real daqueles que os ouvem/assistem/lêem. Trata-se de uma realidade artificial, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa: apresentada no lugar da "realidade real". É uma imagem de outro objeto, que não corresponde ao objeto real (ABRAMO, 24). Isso faz com que o público esteja diante de uma "realidade que não é real", antagônica à realidade. Ou seja, os indivíduos movem-se num mundo que "não existe", mas que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal. Portanto, alerta o autor, manipular as informações é uma forma eficiente de manipular a realidade.

Existem padrões claros de manipulação. Eles são uma importante pista metodológica para quem vai utilizar a mídia como fonte histórica. Ressalve-se no entanto que nem sempre a mídia faz isso o tempo todo. Mas é uma "marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa". (25). (ocultação, fragmentação, inversão, indução) A "distorção da realidade pela manipulação da informação é deliberada, tem um significado e um propósito". (42) Não se exclui outro elemento indissociável que é o sentido político da manipulação. Esse sentido expressa a verdadeira ação *partidária* da imprensa, que tem sidomuito mais eficiente do ponto de vista da dominação que os partidos políticos formais.

A partir de Gramsci, percebemos que a atuação programática da imprensa está em relação direta a um programa de ação, vinculada a um projeto político e econômico. A função precípua da imprensa não é, como ela mesmo diz sobre si, estar “a serviço” da população, mas ter uma inserção de forma indissociável do processo de dominação e reprodução do capital: pela criação de visão de mundo, pela busca de convencimento pedagógico, pelos ensinamentos sobre as formas de gerenciar o capital e “pensar como o capital” que a imprensa faz cotidianamente. (SILVA, 2005)

Em que pese a grande imprensa buscar o tempo todo se legitimar como defensora de valores como “democracia”, “liberdade de opinião”, e “quarto poder”, sua ação está sempre em relação com seus próprios interesses, e não com algo difuso como a “sociedade”. (SILVA, 2006) As reflexões de Gramsci permitem avançar com relação à questão da organicidade dos órgãos de imprensa e seu caráter partidário. Ao construir hegemonia, buscar convencimento e criar visão de mundo os jornais (em conjunto com os demais instrumentos de mídia) são um fundamental “instrumento da dominação no final do século XX e início do XXI. Exercem a função educativa, educando para o capital. (NEVES, 2005)

Essas questões precisam ser levadas em conta para a construção de uma nova hegemonia e rompimento com o sistema de dominação vigente. É necessário ainda aprofundarmos a relação da imprensa como parte da sociedade civil e conseqüentemente, espaço de ampliação do Estado (FONTES, 2005). Instrumentos contra-hegemônicos não devem apenas inverter os sinais no sentido de disputar uma “verdade”, mas ser algo que se coloque claramente como parte de um programa de ação.

A filosofia da práxis nos leva para a emergência desse debate, pois o jornalismo, a comunicação, a mídia, têm se colocado como agentes políticos e econômicos concretos e efetivos da reprodução capitalista e da dominação. É necessário Apontamos para a necessidade de abarcar elementos para compreender a totalidade do papel da imprensa e da mídia na reprodução do capitalismo atual. Será o conjunto de todas essas reflexões, embasadas em estudos empíricos, que poderá nos ajudar a traçar as linhas gerais de uma teoria marxista sobre a imprensa.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo, Boitempo, 1997.
- FONTES, Virginia. *Reflexões (im)pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. VI 3. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. VI. 2. Caderno 24 (1934). Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Salvador, Edufba; Maceió, UFAL, 2004.



MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais. 1922-1989*. São Paulo, Revan, 1998.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2005.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

SILVA, Carla. Veja: mais um partido neoliberal. *História e luta de classes*. ADIA, fevereiro de 2006, ed.2.

SILVA, Carla. VEJA: o indispensável partido neoliberal. Tese de Doutorado. UFF, Niterói, 2005.

Trabalho e marxismo no Brasil  
por lentes gramscianas



# Nos marcos da revolução passiva à brasileira

Tatiana Prado Vargas<sup>1</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa, procuramos esboçar brevemente, por meio de uma retomada do pensamento de Antonio Gramsci, em seus *Cadernos do Cárcere*, a contribuição que o estudo empreendido pelo autor acerca da então realidade italiana pode ter para uma possível interpretação da forma histórica de objetivação do capitalismo no Brasil. Num exercício metodológico de analogia histórica, refutando de início qualquer transposição mecanicista e anacrônica de realidades históricas distintas, nosso objetivo será resgatar algumas de suas categorias centrais como instrumentos tanto de análise como de transformação social da nossa realidade.

Na chave interpretativa aberta pelo conceito de *revolução passiva*, pretendemos evidenciar como as deficiências da formação do capitalismo periférico brasileiro – que se mostrou incapaz de reproduzir-se de forma nacional e autônoma – tomam sentido quando articuladas com aquilo que Marx diria ser “a produção global do Capital”, ou seja, como a “formação econômico-social” que se concretizou historicamente no Brasil supõe que “as relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas” (C13, §17, p.42).

No presente trabalho, com isso, procuraremos resgatar brevemente o conceito de *revolução passiva*, buscando, posteriormente, esboçar criticamente o pensamento de alguns autores brasileiros, tais como Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, que utilizaram as categorias gramscianas para uma possível compreensão da formação histórica nacional.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA GRAMSCIANA À LUZ DA REVOLUÇÃO PASSIVA

Inserido em um ambiente intelectual claramente marcado pelo dito “duplo revisionismo”, o projeto gramsciano surge como uma tentativa de reafirmação do materialismo histórico enquanto um projeto de caráter intrinsecamente revolucionário, procurando resgatar a totalidade do pensamento de Marx enquanto efetivo interventor na luta de hegemonias políticas. Num intenso exercício de *tradutibilidade* da filosofia de sua época, Gramsci reestruturará o plano da filosofia como um plano de *lutas políticas*; lutas essas por meio das quais elaborará toda a sua reconstrução do materialismo histórico, num explícito combate à filosofia hegemônica de então<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Graduanda do quarto ano de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas e membro do Grupo de Pesquisa “Estratégia do contratempo: uma investigação sobre o conceito gramsciano de hegemonia” – ligado ao CEMARX e coordenado pelo professor Álvaro Bianchi. A presente pesquisa é fruto das discussões realizadas no âmbito desse grupo.

<sup>1</sup> Vale ressaltar o lugar central ocupado por Benedetto Croce na consolidação de uma cultura hegemônica da burguesia italiana (o intelectual orgânico). Ao referir-se a Croce como um verdadeiro “papa laico”, Gramsci já nos demonstra a dimensão que o teórico ocupava na cultura italiana.

Esse cenário de disputa intelectual, é também cenário histórico concreto, no qual a emergência do fascismo como forma de “solução capitalista para uma crise capitalista” deveria ser analisada por Gramsci em todas as suas possibilidades e limitações. A compreensão do porquê, num momento de *crise orgânica* instaurada pelo pós-guerra, as classes subalternas não conseguiram concretizar um projeto hegemônico que subvertesse a ordem até então existente, ou seja, a questão de como o *atraso* italiano, ao invés de favorecer uma ruptura revolucionária teria propiciado uma modernização capitalista à base de uma coalizão política conservadora, coloca-se assim como central nos estudos carcerários de Gramsci.

Daí que a categoria *revolução passiva*, associada à chave da “revolução-restauração” aparece como um verdadeiro cânone de interpretação, não só da realidade italiana, mas também de diversas formações históricas contemporâneas nas quais o capitalismo se consolidou pela dita “via não-clássica”. Com isso, é lançado o recurso da analogia histórica como instrumento analítico de conexão do nacional com o internacional; do passado com o presente; do particular com o universal.<sup>2</sup>

### 3 NOS MARCOS DA REVOLUÇÃO PASSIVA À BRASILEIRA

É dessa atualidade do conceito de *revolução passiva* que iremos nos utilizar para reportarmos-nos para o processo de formação do capitalismo brasileiro em suas especificidades históricas, retomando alguns episódios nos quais a dita “revolução-restauração” fez-se sentir de forma mais evidente. Para tal, centraremos-nos nas interpretações feitas por Carlos Nelson Coutinho em seu artigo “Gramsci no Brasil: recepção e usos” e por Luiz Werneck Vianna, em sua *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil* acerca da constituição do capitalismo no Brasil sob a marca da *revolução passiva*, para uma posterior crítica sobre alguns pontos de suas formulações.

Marcado por uma história na qual a obediência à lógica do “conservar mudando” sempre imperou, o Brasil, em seu processo de transição para uma economia de cunho industrial, caracterizou-se essencialmente pela manutenção de profundos traços do elemento colonial. Sem a eclosão de uma ruptura revolucionária com a velha estrutura, o capitalismo industrial brasileiro objetivou-se por meio de ondas reformistas ativadas por intermédio do Estado, visto a incapacidade da emergente burguesia brasileira em levar a cabo um projeto nacional. Da forma como se consolidou o capitalismo brasileiro, assim, recaí-se para uma possibilidade de compreensão desse movimento sob a chave da “revolução-restauração”, sendo que a formulação gramsciana de *revolução passiva* abre caminhos para o enriquecimento de interpretações acerca da formação histórica do Brasil, especialmente no que se refere à constituição dos sujeitos “portadores da antítese”.

Esse reformismo “pelo alto”, a excluir qualquer iniciativa popular, faz sentir-se na consolidação de um “arranjo político” entre a burguesia industrial e as diversas frações das oligarquias agrárias a partir de 1930. Ou seja, na construção de um processo modernizador à revelia do povo, a burguesia industrial brasileira – nascida no seio dos setores primário-exportadores ligados ao

<sup>2</sup> é por meio desse recurso analítico utilizado por Gramsci que o conceito de *revolução passiva*, passando por um processo de *tradutibilidade*, adquire uma dimensão muito mais ampla e universal do que em sua acepção original elaborada por Vincenzo Cuoco. Reformulando e ampliando o conceito através da sua retirada do contexto original, Gramsci o lança enquanto um *instrumento de interpretação* do presente – o que irá nos possibilitar a análise da objetivação do capitalismo no Brasil sob essa chave interpretativa.

café - tem a necessidade de interiorizar o elemento latifundiário na construção de um "projeto nacional"; projeto esse que só pode ser unificado coerentemente pela mediação do Estado.

Frente a esse quadro político de ausência de uma iniciativa autônoma por parte de uma classe dominante nacional, o Estado acabou por assumir uma função específica, qual seja, a de condução do processo de afirmação da dominação política e sua conformação a uma atualização econômica. Daí o nexos necessário entre economia e política, visto que o elemento estatal torna-se protagonista no processo de modernização econômica capitalista.

Esboça-se, assim, um cenário de *revolução passiva*, justificado pela impossibilidade das classes dominantes assimilarem as demandas das classes subalternas num projeto político nacional que se pretenda verdadeiramente hegemônico.

Os movimentos da Independência, da Proclamação da República, da "Revolução" de 1930, do Estado varguista de 1937 e do Golpe Militar de 1964 podem ser tomados, aqui, como expressões por excelência da *revolução passiva*. Daí que, "nessa dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se autonomando como representação da antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização" (VIANNA, 1997, p. 12).

Luiz Werneck Vianna, retomando os momentos da história brasileira acima referidos, aponta em sua obra a centralidade que os ditos traços da "Ibéria" teriam em todo o processo de constituição da nação brasileira e de sua modernização. Esse compromisso com um passado ancorado nas antigas elites políticas – para as quais o exclusivo agrário aparece como marca irrevogável –, à luz de um processo de "modernização" das estruturas sociais, viria a caracterizar a particularidade de nossa realidade histórica, na qual a própria leitura dos elementos "modernos" que aqui se impuseram, necessitaria de uma verdadeira "rotação ótica" por parte do cientista para a sua real compreensão.

Com a expansão da ordem burguesa e com ela a emergência de novos atores sociais, porém, o autor aqui tratado vê a possibilidade dos "fatos" serem absorvidos por esses novos "atores". O sindicalismo operário, a juventude militar e a própria organização de um Partido Comunista Brasileiro apareceriam como os primeiros "elementos da antítese" da realidade brasileira; nesse sentido explicar-se-ia o acolhimento, por parte dos setores tradicionais, das demandas por uma modernização econômica que, por um intenso movimento de cooptação – *transformismo* –, principalmente dos setores médios urbanos, pôde concretizar-se na chave da modernização conservadora.

O Golpe militar de 1964, para Vianna, aparece como a maior expressão do processo de "revolução-restauração" na história da objetivação do capitalismo no Brasil, na medida em que "(...) a valorização do mercado em detrimento do Estado, o empenho na orientação de emancipar a economia de fins políticos e o abandono de uma política externa independente" (VIANNA, 1998, p. 192), combinada a um Estado autoritário que empreende a modernização das estruturas sociais brasileiras sem ativação das camadas populares (muito pelo contrário, com intensa repressão sobre essas), seria a verdadeira expressão daquilo que chamamos *revolução passiva*. *Revolução passiva* esta que, diferentemente daquele primeiro ciclo, convertia-se em uma "americanização 'por cima'", mais propícia à reforma liberal das estruturas do Estado e das suas relações com a sociedade. De modo que a resposta das esquerdas a esse processo (representadas principalmente pela *intelligentsia* de São Paulo) deu-se no sentido de uma denúncia do projeto nacional-reformador

populista, sinalizando para uma ruptura com o capitalismo autoritário brasileiro.<sup>3</sup> Nesse sentido, o tema da identidade e autonomia de classes toma papel central para um possível confronto com o Estado autocrático brasileiro.

A institucionalização da democracia política no Brasil no período que segue a ditadura militar, assim, reabre o tema da *revolução passiva* sob uma nova luz, qual seja, de reinserção e reativação dos atores políticos vindos “de baixo” como possíveis forças sociais capazes de se tornar dirigentes por meio do acesso aberto ao Estado (acesso esse proporcionado por uma racionalização da participação política e com o conseqüente avanço – por transformações moleculares – da democratização social). Assim, ao se tratar da contemporaneidade, Vianna coloca-se no invólucro da transição socialista pela via democrática – do *reformismo* como forma de se superar as contradições do capital.

Carlos Nelson Coutinho, num mesmo sentido (de defesa da luta pelo socialismo por meio da via democrática), mas sob um ângulo de análise diferente, coloca-se de início a seguinte questão: o Brasil é hoje uma formação social de tipo “oriental” ou “ocidental”? Daí derivando questão acerca da práxis política que deve aqui ser encampada pela esquerda contemporânea, qual seja: a da “guerra de posição” ou a da “guerra de movimento”?

Para esboçarmos esse debate, vemos aqui a necessidade de retomar (muito brevemente) o significado que as concepções de Oriente/Ocidente e guerra de posição/guerra de movimento têm na obra gramsciana. Para Gramsci, o processo de combate concretizado na Revolução Russa, por meio das frentes de luta Oriental e Ocidental, permitiu a elucidação de aspectos das estruturas sociais assaltadas pelas tropas revolucionárias; no sentido de que, como pôde observar-se, a frente Oriental contou com um árduo processo de destruição do aparelho coercitivo estatal (sociedade política) – o qual concentrava toda a função diretiva social – com posterior relativa facilidade em afetar a frágil estrutura dos aparelhos hegemônicos presentes na sociedade civil; ao passo que, na frente Ocidental, a enrijecida estrutura dos aparelhos de hegemonia dispersos na sociedade civil em uma multiplicidade de sociedades particulares (que compunham verdadeiras “trincheiras”) tornavam a luta anterior ao processo de assalto ao aparelho coercitivo estatal muito mais complexa do que a que se verificava nas sociedades de tipo Oriental. Daí que, no Ocidente, a luta revolucionária tenha como momento mais penoso e substancial a preparação das classes subalternas por meio da disputa de hegemonia, no combate à dominação burguesa e na construção de um projeto hegemônico capaz de unir as forças das classes subalternas num projeto político unitário (*guerra de posição*); ao passo que, no Oriente, o assédio político-militar ao poder coercitivo estatal coloca-se como momento mais penoso e fundamental do processo revolucionário (*guerra de movimento*), à medida que a função diretiva social sintetizava-se no Estado restrito. O momento político-militar de classes impunha-se, nesse sentido, de modo muito mais imediato; desse modo a fração mais substancial da luta de classes ocorreria após a tomada do Estado.

Coutinho, assim, ao perguntar-se se o Brasil corresponderia ao modelo de Ocidente ou Oriente, visa retirar dessa questão uma resposta prático-política, qual seja, a de se o projeto político a

<sup>3</sup> a proposta de ruptura esboçada por parte dessa “esquerda” a qual Vianna refere-se, devemos ressaltar, não prevê uma superação do próprio sistema capitalista enquanto tal, mas apenas de sua “forma autoritária”. Exponentes dessa “esquerda” são Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e F. Welfort, especialmente em suas obras posteriores a 1970.

ser elaborado pelas esquerdas brasileiras deve seguir ao modelo “guerra de posição” ou “guerra de movimento”. Essa *dicotomização* feita pelo autor acerca das categorias gramscianas, transposta para uma solução política na qual impera a “guerra de posição” – fazendo-se assim prescindir o momento do embate frontal com o Estado burguês (guerra de movimento) –, traduz-se num *projeto político reformista*, no qual as tão referidas “*transformações moleculares*” passam de recurso analítico à programa político. Tal como o próprio Gramsci nos alertou ao discorrer acerca do embate político entre o Partido Moderado e o Partido da Ação: “Um problema é este: na luta Cavour – Mazzini, em que Cavour é o expoente da revolução passiva – guerra de posição e Mazzini, da iniciativa popular – guerra manobrada, *não serão ambos indispensáveis na mesma precisa medida?*” (Q15, §11, p.317, grifos nossos). Se Mazzini foi falho por não haver compreendido o papel e a necessidade histórica da obra de Cavour, ou seja, por não haver complementado e mediatizado sua iniciativa com uma preparação política e ideológica de conquista hegemônica, Cavour obteve sua vitória reacionária na medida em que compreendeu a obra de Mazzini e, dessa forma, foi capaz de manipulá-la e neutralizá-la. Um representa a imediatividade da guerra de movimento; o outro representa a absolutização reacionária da guerra de posição; ambos representam limitadas “negatividades” apresentadas à tese ao longo da história.

A crítica de Gramsci a tais limitações é, necessariamente, um apelo à *unidade complexa* de ambos os momentos da luta, um apelo a uma luta mista “de caráter militar fundamental e de caráter político preponderante (mas toda luta política tem sempre um substrato militar)” (C1, §134, p.125), enquanto arma de *radicalização da antítese* no processo de aprofundamento da destruição da tese e reconstrução da síntese histórica. Daí que, ao nosso ver, ao dicotomizar as categorias elaboradas por Gramsci para se pensar a transição socialista – e ao transportá-las para o Brasil – Coutinho incorre num equívoco teórico e político que acaba por prescindir do momento do assalto ao poder como um momento fundamental para a transição socialista no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- BIANCHI, Álvaro. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano”. *Novos Rumos*, n.36, 2002, p.28-37.
- \_\_\_\_\_. “Revolução Passiva: o futuro do pretérito”. *Crítica Marxista*, n.23, São Paulo, 2006.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Gramsci no Brasil: recepção e usos”. In Moraes, João Quartim de (org.), *História do Marxismo no Brasil*. Vol.3. Campinas, Ed. Unicamp: 1998
- FELICE, Franco De. “Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci” in *Política e História em Gramsci*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, RJ : 1978
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* – v.I, II, III, V. Edição Carlos Nelson Coutinho. Ed. Civilização Brasileira : Rio De Janeiro, RJ : 1999-2002
- JUNIOR, Caio Prado. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, 1966. Ed. Brasiliense.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro : IUPERJ/Revan, 1997.





## Paulo Mercadante e a conciliação: um caso de revolução passiva?

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves<sup>1</sup>

*A História dos intelectuais nos anos 50*<sup>1</sup>, da autoria de Leandro Konder, traz uma tipologia sobre as principais vertentes ideológicas da intelectualidade nos anos 1950 – o “nacional-desenvolvimentismo”, o “marxismo” e o “conservadorismo”. Este autor enfatiza que os intelectuais refletem de ângulos diversos a partir de suas opções filosóficas, posições teórico-políticas, pela escala de valores, pela inserção social de quem formula as idéias. As pessoas que reagem diante de movimentos sociais e conflitos políticos, posicionam-se, implícita ou explicitamente, sobre o que deve ser alterado ou conservado, destruído ou preservado. De modo mais específico, interessamos aqui a intelectualidade conservadora, que, entretanto, nem sempre assume abertamente seus princípios ideológicos.

Konder enfatiza que não há um único modo, um único caminho para uma perspectiva ser conservadora, pois não são homogêneas as características das escolhas pessoais de cada sujeito que se identifica com o conservadorismo. Ainda assim, o autor enumera algumas particularidades das correntes conservadoras influentes nos anos 50: a hostilidade à esquerda, a concepção que acreditava que o movimento da história não passava de algo que já existira antes - em “germe” -, a visão que repele a importância da ruptura ou da falta de rupturas, e, principalmente, “[...] uma desenvolva apologia das forças que têm comandado nossa história”, em que “[...] as lideranças das classes dominantes têm seus feitos evocados em um tom quase de epopéia.”<sup>3</sup>

Dentre os intelectuais citados por Konder, destacamos o intelectual Djacir Menezes (1907-1996), que apresentava uma visão que repelia a importância da ruptura ou da falta de rupturas e, ainda, mostrava-se adepto da continuidade e demonstrava compromisso com a Ordem. Em uma obra que lançou em 1956, perguntou, retoricamente, porque incluíra textos polêmicos em sua antologia:

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2007.

<sup>2</sup> KONDER, Leandro. *História dos Intelectuais nos Anos 50*. IN: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. Paulo Eduardo Arantes - de maneira semelhante a Konder – em seu artigo “*Instituto de Nacionalidade: Cruz Costa e herdeiros nos idos de 60*” (IN: *Um departamento francês de ultramar*. R. J.: Paz e Terra, 1994) definiu a seguinte tipologia das posições filosóficas nos anos 50 e 60: a “esquerda transcendental” - que tinha como característica principal técnicas filosóficas mais rigorosas correspondentes a posições políticas mais avançadas -, o “nacionalismo existencialista” - constituído em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), visava elaborar a partir da filosofia existencialista um projeto nacional-desenvolvimentista -, e, por fim, a “direita” do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) - que pressupunha a análise positiva do passado histórico brasileiro à revelia das visões anteriores - críticas em relação à formação histórica e intelectual nacional - e o reconhecimento de que existe no Brasil uma constelação autônoma e original no pensamento filosófico.

<sup>3</sup> *Id. ibid.*, p. 360.

Então a obra [...] visa fomentar a indisciplina e o desrespeito aos nossos maiores? A solapar créditos firmados? A semear o desprezo cívico pelo passado? Deus me livre: este livro visa exatamente ao contrário; pretende dirigir-se à inteligência do leitor para que ame a Pátria na Verdade e na Justiça [...]”<sup>3</sup>

Menezes foi colaborador de Miguel Reale (1910-2006) no Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), este que, por sua vez, já era conhecido por ser, ao lado de Plínio Salgado e Gustavo Barroso, “um dos teóricos mais importantes do fascismo brasileiro”<sup>4</sup>. Nos anos 1960, confluentemente ao trabalho no IBF, Reale era ligado à Federação de Comércio do Estado de São Paulo (FCESP) – uma associação de classe que dava assistência política, econômica e técnica aos seus associados -, o que revela que ele era um dos “intelectuais orgânicos do bloco multinacional e associado”, que, a partir de 1962, foram “membros dos órgãos políticos estabelecidos para promover tanto os interesses modernizante-conservadores quanto a derrubada do governo nacional-reformista de João Goulart”<sup>5</sup>. Reale contribuiu de maneira importante tanto para as articulações que antecederam o golpe de 1964, quanto para aquelas que viabilizaram a institucionalização do regime militar.

Nesta época, Paulo Mercadante – autor que analisaremos a seguir - já havia se desligado do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mantinha estreitas relações com muitos golpistas, e estava colaborando com a escola culturalista de Menezes e Reale<sup>6</sup>. Em 1965, Mercadante publica *A consciência conservadora no Brasil*,<sup>7</sup> obra que recebeu renome entre os conservadores; segundo João Montenegro, causou forte impressão pelo seu “arrojo renovador de abordagem da mentalidade insistentemente subjacente na evolução sócio-cultural brasileira”<sup>8</sup>. Adiante o leitor encontrará uma exposição da concepção deste intelectual de tal forma que possibilite pensar o seguinte problema: qual a contribuição do conceito gramsciano de *revolução passiva* para a reflexão em torno da conciliação?

Mercadante, em sua citada obra, define que o principal fator de formação do Brasil seriam as políticas baseadas no compromisso, na moderação e na conciliação. Para este autor, a Independência (1822) seria o coroamento da conciliação, momento que estaria entre a colônia – quando teria nascido e se enraizado a “cultura da conciliação” -, e o Império (1822-89) quando os líderes brasileiros (senhores rurais) passariam a agir em torno de práticas conciliatórias, inspirando-se nelas e as visando atingir. Os grandes latifundiários, na acepção mercadantiana, seriam portadores da “originalidade” brasileira:

<sup>4</sup> ABREU, Alzira Alves de, et alii. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2001. 5 Volumes. p. 4908

<sup>5</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p.104

<sup>6</sup> Sobre estas questões biográficas, sua relação com golpistas e sua saída do PCB, consulte MERCADANTE, Paulo. “*Das casernas à redação: a era de turbulências*”. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2004, e a entrevista concedida pelo autor em SOARES, Jorge Coelho. *Marcuse no Brasil: entrevistas com filósofos*. Londrina: CEFIL, 1999.

<sup>7</sup> MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003

<sup>8</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. Resenha da obra de Mercadante “*Militares & Cívicos: A Ética e o compromisso*”. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, volume XXVIII, fascículo 110, p. 234, abril-junho de 1978.

O *senhor de escravos* brasileiro era ao mesmo tempo um dominus, no sentido romano, e um comerciante no sentido holandês do século XVIII. [...] Entrosam-se, em nossa economia, pois, capitalismo e feudalismo. Tal sentido misto empresta à nossa estrutura uma natureza especial; as relações semifeudais no domínio, oriundas das relações internas de produção, não podem divorciar-se da existência de um mercado externo em processo de expansão e de sua permanente atuação sobre o mesmo domínio.<sup>9</sup>

Assim, por incorporarem escravismo e capitalismo, os senhores rurais seriam a encarnação da conciliação. Para Mercadante, seriam estes homens que dariam forma à Independência, que, para ele, não fora nada mais do que a concretização da cultura conciliadora: “A independência política de 1822 encerra em seu contexto, o espírito de conciliação que provinha de todo o processo histórico nacional”<sup>10</sup>. Fora, nesta acepção, um o “tranquilo rompimento”, possível graças à moderação e à exclusão do povo do processo de independência: “o povo fora advertido, mesmo antes do glorioso sucesso [...] de que a sua atuação nos acontecimentos importantes sempre poderia proporcionar um doloroso saldo de tragédia”<sup>11</sup>. Suas conseqüências diretas, a conservação do modo de produção escravista, assim como conservação integral da unidade territorial, representariam o coroamento da conciliação. De tal sorte, que toda história do Império seria um reflexo do que fora construído com a Independência. O 1822 teria deixado de herança uma tendência, um verdadeiro espírito que influenciaria toda história brasileira, denominado por Mercadante como “espírito nacional”.

Haviam naquele momento outras correntes que, contrariamente à conciliação, desejavam a abolição da escravatura. Mercadante argumenta que o liberalismo radical de Frei Caneca estaria completamente distante da realidade brasileira, pois pregava a abolição da escravatura. A escravidão, o dilema social mais importante daquele período, é abordado pelo autor da seguinte maneira: os interesses dos senhores proprietários de terras – que dependiam da continuidade da escravidão – eram os interesses de toda sociedade. Porém, antes de qualquer mudança, deveriam ser respeitados os direitos de propriedade. Além de tudo, acabar subitamente com a instituição escravocrata poderia gerar graves crises ao Império. É o que podemos ver no trecho a seguir:

Ninguém desejava a prolongação indefinida da instituição [escravocrata]. [...] o problema não podia ser resolvido precipitadamente, sem que adviessem funestas conseqüências para a sociedade.[...]

No domínio das idéias abstratas, facilimo seria resolver o problema, anunciava um dos espíritos lúcidos das hostes conservadoras, concluindo: “com um simples rasgo de pena, ficariam satisfeitas as exageradas aspirações dos filantropos do século”.

Todavia cumpria ser realista, respeitar, primeiramente, os direitos adquiridos e o direito de propriedade.<sup>12</sup>

Desta maneira, Mercadante nega liberalismo radical de Frei Caneca, para o autor era uma vertente ideológica completamente avessa à realidade brasileira e mundial, entendidas no contexto da restauração. Para ele “o ecletismo espiritualista representaria a conciliação e por

<sup>9</sup> MERCADANTE, Paulo. *Op. cit.* p. 91.

<sup>10</sup> *Id. ibid.* p. 95

<sup>11</sup> *Id. ibid.* p.108.

<sup>12</sup> MERCADANTE, Paulo. *Op. cit.* p. 204-205.

isso aos ecléticos caberia desempenhar o papel mais importante naquela quadra da história [...]. A universidade do ecletismo decorreria da moderação, da prudência, do equilíbrio da burguesia, após sua revolução vitoriosa<sup>13</sup>. Assim, para este autor, o ecletismo era a expressão filosófica da moderação, da conciliação e, desta maneira, a “verdadeira” expressão filosófica brasileira por não se chocar com o escravismo. Podemos perceber também que a conciliação, enquanto concreção do ecletismo, representava os interesses escravagistas em particular, e os interesses burgueses em geral.

Neste momento já podemos pensar de que maneira o conceito gramsciano de *revolução passiva* contribui para a problematização da obra de Mercadante.

Antonio Gramsci, em suas reflexões desenvolvidas nos *Quaderni*, define que as revoluções passivas são restaurações que acolhem uma determinada parte das exigências que vêm de baixo, são uma “acomodação entre conservação e inovação”<sup>14</sup>, que, na verdade, mostram a preocupação das elites em “ceder alguma coisa para não perder tudo”<sup>15</sup>. Além disso, segundo Luiz Werneck Vianna, nas revoluções passivas, seu protagonista (a burguesia) “não se opõe a transformações em geral. Ao contrário, realiza-as ‘molecularmente’ e sob intenso controle político e social, a fim de que seus efeitos não escapem das elites que jurisdicionam a revolução passiva”<sup>17</sup>. Assim as revoluções passivas caracterizam-se por transformações mínimas, com concessões que não abalam a estrutura de poder burguesa, de forma que estas revoluções não ultrapassam os marcos do capitalismo.

Antonio Gramsci define que “[...] a conciliação foi encontrada na concepção de “revolução-restauração” [revolução passiva], ou seja, num conservadorismo reformista temperado”<sup>17</sup>. Segundo o intelectual sardo, na perspectiva do conservadorismo a força inovadora preservaria o passado de forma a não destruir o processo dialético; aqui a força inovadora é conciliação entre conservação e inovação. A conciliação busca no processo histórico fazer com que a tese seja conservada pela antítese, fazendo com que a tese conserve-se ao infinito. Gramsci acentua ainda que nas *revoluções passivas* apenas certas exigências que vêm de baixo são acolhidas<sup>16</sup>, por isso muitas das antigas mazelas sociais permanecem, e as classes dirigentes mantêm-se em posição hegemônica.

A “conciliação” de Paulo Mercadante, realizada com “moderação” e “compromisso”, que corrobora a solução gradual à escravidão, visa a exclusão das classes populares dos processos decisórios e, querendo aprisioná-las por toda eternidade em tal lógica, o autor construiu a idéia de que a “cultura da conciliação” é principal fator de formação do Brasil, é a principal característica cultural brasileira. Para Mercadante, mudanças maiores, estruturais, com ampla participação popular levariam o Brasil à catástrofe, pois, para ele, as massas populares são força negativa, violenta. Podemos concluir, desta maneira, que Paulo Mercadante é expressão paradigmática da *revolução passiva*, logo de um *conservadorismo reformista temperado*.

<sup>13</sup> *Id. ibid.* p.141.

<sup>14</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.393

<sup>15</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.* p.450

<sup>16</sup> VIANA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p.105

<sup>17</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.* p.293

<sup>18</sup> *Id. ibid.* p.393

## Teatro, educação e política: o grupo forja

Cleiton Daniel Alvaredo Paixão<sup>1</sup>

Herdeiro de uma tradição artística que se pretendia deliberadamente política e agente da politização social é como podemos entender o trabalho realizado pelo grupo *Forja* no bojo do Movimento Operário, iniciado durante a década de 1970. Este grupo, formado por trabalhadores, inicia seus trabalhos junto ao sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1979, com a intenção de atrair o trabalhador para participar de eventos realizados pelo sindicato, discutir os problemas enfrentados pela classe, e também para que esse trabalhador tivesse contato com atividades culturais e artísticas como o teatro, cinema, entre outras promovidas pela entidade. A promoção dessas atividades se deve também ao afastamento dos trabalhadores dos sindicatos – considerado um “lugar perigoso” nesse período – devido a forte repressão exercida pelo governo militar sobre as entidades; esse e outros fatores faziam com que o trabalhador não participasse do sindicato com medo de sofrer alguma forma de repressão.

O grupo *Forja* surge do encontro de alguns trabalhadores, interessados em dar continuidade ao trabalho realizado pelo extinto grupo *Ferramenta* nos anos de 1975 a 1978 no sindicato, com Tin Urbinati, ator e diretor vindo do Grupo de Teatro das Ciências Sociais da USP. O trabalho desenvolvido pelo grupo deveria ser feito de maneira a esclarecer para os operários a importância do conhecimento de seus direitos e da organização da classe trabalhadora, para que pudessem reivindicar melhorias nos salários e nas leis trabalhistas, que desde o golpe militar em 1964 vinha sofrendo diversas alterações em favor de investimentos para o quadro industrial do Brasil, alterações essas que acabavam por prejudicar ainda mais as condições de trabalho do operariado brasileiro.

O grupo *Forja* desenvolvia seus trabalhos tendo como ponto central a luta dos trabalhadores contra a ofensiva do governo militar diante das leis trabalhistas, pois com o Golpe Militar de 1964 tem início uma nova etapa histórica nas relações entre o Estado e o Movimento Operário. Frederico (1987) afirma que até 1930 a questão social era considerada como uma mera questão de polícia. Entre os anos de 1930, e até chegarmos aos idos do golpe, em 1964, esta questão torna-se problema político. Entretanto, após o golpe, com os militares no poder, a questão social começa a ser assunto de Segurança Nacional.

Essa política pode ser observada quando, nesse momento, o Movimento Operário passa a ser alvo de perseguição e repressão pela polícia política. Nesse instante, devido à constante perseguição ao movimento sindical, diversos líderes sindicais foram ameaçados, demitidos, presos e substituídos por interventores ligados ao novo governo militar.

Após esse primeiro surto de repressão que se instalou frente aos trabalhadores e nos sindicatos, o governo militar adotou ainda outras medidas, na intenção de dificultar e reduzir ainda mais a organização dos trabalhadores e das forças dentro dos sindicatos em todo o Brasil. A exemplo

<sup>1</sup> Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista – FFC, campus de Marília.

dessas medidas, podemos observar a modificação na política salarial, que consistia em colocar nas mãos do governo o poder de fixar, a seu modo, o índice de reajuste anual dos salários dos trabalhadores. Tal fato, além de suprimir o poder da Justiça do Trabalho, segundo Frederico (1987), enfraqueceria ainda mais a força de negociação dos sindicatos frente ao patronato. Nesse sentido, com o “arrocho salarial”, que permite apenas um pequeno reajuste dos salários que se configurava com essas leis, o índice de reajuste salarial se fixava abaixo do aumento do custo de vida anual.

Outro fator importante, que coibiu a luta dos trabalhadores, foi a proibição das greves trazida pela lei 4.330/65. Essa lei considerava a greve – uma das grandes armas dos trabalhadores – crime contra a Segurança Nacional. Dessa forma, sem poder utilizar desses recursos (negociação salarial direta com o patrão e a greve) para defender os trabalhadores, os sindicatos ficaram com a mera função assistencial, obviamente sendo vigiados de perto, quando não tomados por interventores do Ministério do Trabalho. Entretanto, coloca Frederico (1987), mesmo com as diversas intervenções realizadas pelos militares, os debates sobre os problemas trazidos pelo golpe cresceram constantemente em todas as camadas da sociedade.

Dando continuidade às intervenções instauradas com o golpe, o ano de 1968 ficou marcado pelo aumento na repressão aos diversos movimentos que se constituíam desde o pré-64, trazida pela instauração do ato institucional n.º5 (AI-5). Entretanto, esse ano também marcou o aumento da contestação estudantil ao governo militar, o início das organizações armadas e o renascimento das greves operárias nos centros urbanos.

Nesse sentido, no ano de 1968 foram realizadas diversas greves na cidade de Contagem, no estado mineiro, nas indústrias automobilísticas de São Bernardo do Campo e Osasco, além da indústria de cimento e cal de Perus, em São Paulo. Assim, afirma Frederico (1987), as experiências ocorridas na greve de Osasco, em 1968, marcariam o surgimento de um movimento sindical autônomo e organizado, pois dentro de uma perspectiva de reação às medidas antitrabalhistas criadas pelo governo, o operariado, que via suas representações engessadas dentro dos sindicatos, começava a se organizar nos próprios locais de trabalho, aumentando as forças das comissões de fábricas, o que deu garantia maior para sua representação.

Além de fazerem parte de matérias e documentários jornalísticos, as lutas realizadas pelos trabalhadores brasileiros em defesa dos seus direitos sociais e políticos durante as décadas de 1960 a 1980 serviram como base para diversas produções artísticas, fosse dentro dos teatros que se formavam nas periferias, fosse dentro dos sindicatos por todo o país. Esse caráter de militância política e cultural do grupo *Forja* está diretamente ligado às experiências culturais iniciadas em meados da década de 1950.

Assim, a importância da produção cultural que remonta às décadas de 1960 e 1970 reside nas várias experiências que representam esse importante momento na história política e cultural do Brasil. É inegável, nesse sentido, a riqueza encontrada nos diversos trabalhos realizados por grupos de teatro, cinema e outros tipos de expressões artísticas do período, que procuravam realizar um trabalho que se fizesse porta voz das reivindicações vindas da sociedade brasileira. Com isso, as manifestações urbanas travadas por estudantes e operários, as lutas no campo em favor da reforma agrária, as manifestações de intelectuais ligados à esquerda, buscavam soluções para a crise política e social brasileira naquele momento; todos ofereciam subsídios

para o crescimento dos movimentos de cultura impulsionados pelos trabalhos realizados pelo CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE (União Nacional dos Estudantes), que desenvolviam, entre outros projetos, um trabalho de políticas educacionais inspirado nas experiências realizadas por Paulo Freire no MCP (Movimento de Cultura Popular) em Pernambuco durante o governo de Miguel Arraes. Dessa forma, a partir desse contexto, começava a se formar uma reviravolta na maneira como o trabalho artístico era desenvolvido no Brasil. Trabalhadores do teatro e do cinema, literatos e músicos, intelectuais, entre outros, se revelavam como vanguarda cultural, pelas novas experiências que eram inseridas junto à sociedade naquele momento.

A década de 1960 ficou marcada, no Brasil, como um momento de efervescência política e cultural, representada pela movimentação e organização de diversos setores da sociedade. Nesse momento, o mundo encontrava-se politicamente bipolarizado no contexto da Guerra Fria e seus reflexos eram sentidos na América Latina. Internamente, as massas populares se articularam para melhor se manifestarem: os trabalhadores rurais, particularmente no Nordeste, liderados por Francisco Julião, formaram as ligas Camponesas em favor da Reforma Agrária Radical; nas cidades, operários e estudantes se organizavam em entidades estudantis e sindicatos. A politização respirada nos meios intelectuais de esquerda era representada no meio estudantil pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e pela União Metropolitana dos Estudantes (UME).

A produção teatral engajada, por sua vez, floresceu impulsionada pelos grupos Arena e Oficina. Teatrólogos, entre os quais se destacam Oduvaldo Vianna Filho, Plínio Marcos e Gianfrancesco Guarnieri, escreviam textos que investigavam as questões sociais e faziam sérias críticas à elite brasileira. Assim, no Rio de Janeiro, o Centro Popular de Cultura improvisava teatro político em portas de fábricas, sindicatos, grêmios estudantis e em comunidades e favelas, começavam a fazer cinema e a lançar discos.

Entretanto, esse processo de democratização política e social, junto com a crescente mobilização popular pelas chamadas "reformas de base" viria a ser interrompido pelo autoritarismo violento imposto pelo golpe militar em 1964. Nesse instante, a atividade cultural seria profundamente afetada; sem poder manter ligações com movimentos sociais, acabaria desenvolvida apenas por grupos ligados à "produção ideológica do país", ou seja, as produções intelectuais eram realizadas e difundidas apenas dentro dos pequenos grupos dos próprios intelectuais, por razões de segurança.

Entretanto, mesmo com o chamado "golpe dentro do golpe" em 1968, o que fez aumentar ainda mais a repressão militar frente aos movimentos sociais, é possível encontrar focos de resistência no teatro durante a década de 1970 que procuravam desenvolver um trabalho crítico sobre a política trabalhista nacional, com temas que tratavam do cotidiano dos trabalhadores, assim como suas lutas para melhorias nos direitos políticos e sociais. É nesse contexto que surgiram diversos grupos alternativos com a intenção de fazer um trabalho direcionado a um público mais popular.

Influenciados pelos movimentos culturais e sociais que se colocavam a pensar novos projetos para o Brasil no início da década de 1960, o trabalho realizado pelo grupo *Forja* muitas vezes deixavam de lado diversas questões de ordem estética para que ficasse mais evidente seu caráter político.



Nesse sentido, explica Paranhos (2005), o significado político e cultural do trabalho realizado pelo grupo *Forja* nas décadas de 1970 e 1980 está na maneira como se constituiu e como direcionou suas atividades, tendo como características fundamentais o perfil militante, a opção pelo trabalho coletivo e a atuação nos bairros da periferia. As propostas apresentadas pelo *Forja* não se diferenciavam da maioria dos grupos que realizavam trabalhos parecidos no período, entretanto, possuía características individuais que influenciaram diretamente em sua formação. Primeiramente, por se tratar de um grupo teatral formado dentro do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo e, segundo, porque surge com a intenção de trabalhar com amplas temáticas relacionadas ao cotidiano do trabalhador, principalmente com sua formação política e social, numa tentativa de desenvolver nele uma consciência crítica dos acontecimentos que envolviam os sindicatos e a classe trabalhadora no país diante da política trabalhista aplicada pelos militares no pós 64.

Segundo Paranhos (2002), entre os anos de 1971 e 1978 foram desenvolvidas diversas atividades culturais dentro do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, envolvendo desde a produção de jornais até a criação de grupos de teatro. Nesse sentido, por volta do ano de 1978, alguns operários se reúnem para dar continuidade ao trabalho do antigo grupo de teatro "Ferramenta", formado dentro do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A proposta do grupo, dirigida principalmente aos operários, era "fazer com que o trabalhador metalúrgico viesse ao sindicato não só para discutir a campanha salarial, mas também para ter um pouco de cultura, para assistir teatro, e isso simultaneamente" (URBINATI, 1992: 299).

Em 1980 surge a peça *Pensão Liberdade*, uma produção coletiva do grupo *Forja*, apresentada inicialmente para parentes dos atores, membros da Comissão de Salário e alguns diretores do sindicato. Como característica comum entre os grupos formados no período, segundo Paranhos (2002), após o espetáculo ocorriam discussões de onde surgiram novas idéias e sugestões que, mais tarde, foram introduzidas na peça. O espetáculo narra a vida do operário, seus problemas, a ausência de liberdade política, as lutas dentro das fábricas, o desemprego, o sindicato, a greve, os piquetes, enfim toda a estrutura que circunda a vida do trabalhador dentro e fora do ambiente de trabalho.

Durante as intervenções no sindicato durante a greve em 1980, segundo Paranhos (2002), o grupo *Forja* continuou apresentando a peça em frente ao sindicato, entretanto, durante a greve foi desencadeada uma forte repressão contra o movimento. Como afirma Urbinati (1981), diretor do grupo, apresentar a peça naquelas circunstâncias significava atentar contra a "lei de Segurança Nacional". Para Paranhos (2005), o surgimento do grupo *Forja* está diretamente ligado a um momento em que os dirigentes sindicais de São Bernardo do Campo, ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos, a exemplo de experiências de outros sindicatos e associações de trabalhadores existentes no Brasil e em outros países nos séculos XIX e XX, se colocavam de maneira a ampliar suas discussões em torno de atividades de formação dos trabalhadores voltadas à comunicação, cultura e à educação. Recuperar essa história e compreender a atuação e alcance político desses grupos junto aos trabalhadores pode lançar novas luzes aos movimentos sociais hoje em luta, e, mesmo, oferecer novo material crítico e reflexivo ao movimento sindical, com vistas a retomar seu papel social nesse início de século e de espaço de luta incessante contra a ofensiva do capital.

## Neoliberalismo e programas de voluntariado: a formação de um “novo tipo de trabalhador”

Rafael Dias Toitio\*

Em resposta à crise estrutural de 1970, uma série de mudanças sociais, econômicas, políticas e ideológicas ocorreram a partir do início de um processo de reestruturação produtiva e de uma nova organização da política e da sociedade (o neoliberalismo), engendrando uma forte ofensiva aos trabalhadores de retirada de direitos sociais, atenuação das leis trabalhistas, precarização das condições de trabalho, intensificação de uma cidadania que reduz direitos e afastamento do Estado de suas responsabilidades sociais. Isso provocou profundas mutações na subjetividade da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, na maneira da classe dominante em dar respostas aos desafios da “questão social”.

Nesse contexto, surge a chamada Responsabilidade Social Empresarial (RSE) que, ao realizar ações e projetos sociais de forma mais racionalizada e sistemática, se diferencia da “antiga” filantropia empresarial e constitui um dos pilares do chamado “terceiro setor”. Este, identificado com a sociedade civil, abrange também as organizações não governamentais (ONG's), organizações sem fins lucrativos (OSFL), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP's), instituições filantrópicas e religiosas, associações, comunidade, entre outros.

Nesse debate, acreditamos que a sociedade civil abarca as organizações do “terceiro setor”, mas o extrapola, pois ela é (no sentido gramsciano) constituída pelo conjunto dos *aparelhos privados de hegemonia*, responsáveis pela elaboração e difusão de valores e concepções de mundo na disputa pela direção moral e intelectual da sociedade, ou seja, pela *hegemonia*. Dessa maneira, a sociedade civil é também formada pelo sistema escolar, editorial, sindicatos, igrejas etc.

A RSE, por sua vez, que se legitima e se desenvolve no discurso do “terceiro setor”, constitui, assim como as demais organizações deste, um poderoso *aparelho privado de hegemonia*, que no interior da sociedade civil, busca a aceitação ativa das classes dominadas ao processo de reestruturação do capital, por meio da propagação de valores, idéias e concepções de mundo de cunho neoliberal.

No contexto das disputas e antagonismos de classes, é imprescindível que a classe dominante assegure sua hegemonia, para impor seus projetos e interesses, por meio da reprodução das condições mantenedoras do seu poder social. Nesse sentido, a RSE encontra nos institutos e fundações das chamadas empresas cidadãs a *materialidade institucional* necessária para elaborar e difundir a visão do mundo neoliberal, buscando, assim, garantir e reforçar a sua hegemonia e o consenso ativo dado pelas classes subalternas à reorganização econômica e ideológica do capital.

\* Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalhadores, Sindicalismo e Política e do Grupo de Estudos Marxistas: Marx e Gramsci.

Entre os diversos projetos e programas sociais desenvolvidos pelas "empresas cidadãs" no intuito de elaborar um novo padrão de respostas – de caráter privado – aos dilemas da "questão social", destacamos, nesse texto, os *programas de voluntariado* realizados a partir da adesão ativa dos funcionários da própria empresa, possuindo, assim, uma particularidade específica, pois a difusão de concepções e valores se dá, antes de tudo, sobre a classe trabalhadora e a partir de seu ambiente de trabalho, momento privilegiado de organizar o cotidiano e a subjetividade do trabalhador.

Com o objetivo de discutir e analisar tal programa sobre uma realidade concreta, investigamos o Programa de Voluntariado do Instituto Algar. O Instituto tem a função de gerir os projetos de responsabilidade social do Grupo de Algar que, fundado em Uberlândia – MG, constitui uma das maiores *holdings* do Brasil, atuando nas áreas de telecomunicações, agronegócios, serviços e entretenimento, possuindo um expressivo impacto político-econômico na região onde atua.

O Programa de Voluntariado, instituído em abril de 2003, atua nas escolas públicas de ensino fundamental presentes na área de atuação do Grupo Algar, realizando trabalhos complementares à educação de crianças e adolescentes, como o aprimoramento da leitura e escrita, reforço do conteúdo ensinado nas escolas e atividades de estimulação da auto-estima.

A organização do Programa é constituída pelo Comitê Gestor e pelos Comitês de Voluntariado estruturado em cada empresa Algar de Uberlândia e em cada cidade onde o Grupo atua (em Minas Gerais, São Paulo e Goiás). Os Comitês de Voluntariado são formados pelos "associados" (como são chamados os funcionários da Algar) que se candidatam a participar da coordenação dos projetos dentro das empresas onde atuam, realizando essa tarefa dentro do horário de trabalho. Assim, a adesão ao Comitê é voluntária, mas o trabalho é remunerado, sendo, portanto, o *novo papel* do funcionário dentro da empresa.

O Comitê de Voluntariado possui a função de definir os projetos que serão desenvolvidos a partir da demanda da comunidade e, mais especificamente, de uma escola pública. Atualmente, são 11 projetos diferentes focados, principalmente, no incentivo da leitura e escrita, e são desenvolvidos por 13 comitês de voluntariado, que envolvem *560 voluntários*. Segundo o Instituto Algar, no primeiro semestre de 2005, foram beneficiados 18 professores, 690 crianças de 11 instituições de ensino e escolas da rede pública. Os "associados" da Algar podem desenvolver trabalho voluntário, por meio dos projetos, sem limites de horas.<sup>1</sup> Além de disponibilizar toda a estrutura e recursos necessários, as empresas disponibilizam, para o custeio das atividades, R\$ 5 mil em média, totalizando R\$ 105 mil em todos os projetos.

Em geral, os programas de voluntariado realizados pelas "empresas cidadãs" são criticados por instrumentalizar as ações de seus trabalhadores no sentido de fortalecer a imagem da empresa e de seus produtos e serviços. No entanto, essa concepção, mesmo que verdadeira, é insuficiente para captar a função real que esses programas exercem sobre os trabalhadores se tal fenômeno for inserido dentro de um cenário mais amplo, o da totalidade social.

Nesse contexto, os programas de voluntariado possuem uma clara função de ganhar o consentimento e adesão ativa dos trabalhadores ao processo de reestruturação do capital –

<sup>1</sup> O tempo para realizar um trabalho voluntário deve ser um acordo entre o funcionário e seu supervisor, baseado na demanda do projeto em questão.

que desresponsabiliza o Estado no trato da questão social e aumenta as formas de exploração de trabalho – instituindo e legitimando uma cultura que enaltece a ajuda mútua, a solidariedade interclasses e as ações localizadas e individuais. Os mais excluídos da sociedade estão agora à mercê da ajuda privada e fortuita dos institutos e fundações das empresas, que cada vez mais substitui, de forma precária e focalizada, o direito universal e abrangente de políticas e serviços sociais por parte do Estado.

No contexto das lutas de classes, a adesão dos trabalhadores a esse projeto é essencial para garantir que a visão da classe interessada seja hegemônica. Nesse sentido, os programas de voluntariado que estimulam, de certa forma, o sentimento de “ajuda humanitária e solidária” dos trabalhadores, é um mecanismo extremamente eficaz para legitimar e obter a aceitação destes, mas com um diferencial, são eles os agentes ativos de tais programas.

Ao contrário do “gorila amestrado” apregoado pelo modelo fordista/taylorista de produção, o trabalhador flexibilizado, que surge a partir da reestruturação produtiva, é reconhecido não mais pela capacidade física, mas, principalmente, pela sua inteligência e habilidades mentais, uma vez que os capitalistas compreenderam, a partir das resistências do trabalho contra a domesticação fordista/taylorista, que poderiam ampliar as taxas de exploração de mais-valia explorando as capacidades de organização e de cooperação, a criatividade e a imaginação dos trabalhadores.

Assim, nos programas de voluntariado, os trabalhadores têm a possibilidade de demonstrar não apenas sua capacidade organizativa e de cooperação (no Programa do Instituto Algar, são eles que organizam e desenvolvem os projetos), mas também de trabalhar, mesmo que de forma *superficial*, com seu lado humano, solidário e transformador. Tais elementos, sob a ótica neoliberal, instiga a solidariedade individual e fortuita em troca da solidariedade coletiva, de classe e uma mudança irresoluta em troca de uma noção emancipatória.

Nesses termos, em torno de um eixo central de adesão, a solidariedade e a vontade de mudança, a classe dominante, a fim de garantir sua hegemonia sobre os trabalhadores, é responsável pela formação de uma nova subjetividade e de um “novo tipo de trabalhador”<sup>3</sup>: o *trabalhador voluntário*, o *associado voluntário*.<sup>3</sup>

Nas empresas Algar, o trabalhador é chamado “amigavelmente” de associado. Essa nomenclatura torna o patrão parceiro e o funcionário, “sócio”, já que este, mesmo não investindo capital, investe inteligência e comprometimento. Assim, na subjetividade do trabalhador os interesses e conflitos de classes são apagados (ou pelo menos atenuados), fragmentando a identidade classista entre os trabalhadores, tomando os interesses da empresa e do capital universais, de todos.

<sup>2</sup> GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 376.

<sup>3</sup> Essa discussão foi amplamente embasada no trabalho de: MOTA, Ana Elizabete. “Do operário padrão ao operário patrão”. **Temáticas** 2(3), p. 109-122. Campinas: Gráfica IFCH/UNICAMP, jan./jun. 1994.

À noção de “associado” soma-se a idéia de voluntário imprimindo na subjetividade do trabalhador um ideário em que a mudança social só é possível por meio das microações e da ajuda mútua. Culpar o Estado e o externo, nessa concepção, não irá resolver mais os problemas sociais, o que resta é arregaçar as mangas e “cada um fazer a sua parte”<sup>4</sup>. Dessa forma, institui-se a “cultura do possibilismo” em que as ações devem ser realizadas dentro dos limites impostos pela ordem social capitalista, já naturalizada e internalizada.

O trabalhador voluntário constitui, portanto, um produto político da reestruturação do capital, cuja ação estratégica visa garantir o consentimento ativo do trabalhador, formando um novo modo de sentir e de pensar o mundo, tornando subjetivo a objetividade da classe dominante. Se é incontestável a intenção dos trabalhadores nas ações sociais voluntárias, não podemos negar que, dialeticamente, suas ações são instrumentalizadas pelos interesses de reprodução do capitalismo e que a necessidade de transformação e de intervenção social da classe trabalhadora é pulverizada e canalizada em microações fortuitas e voluntárias.

A vigência do modelo neoliberal construiu uma nova racionalidade na classe trabalhadora em que o mercado é naturalizado e as ações dessa classe não ultrapassam os limites do fenomênico, do imediato. Na desleal e excludente competição do mercado, o pensamento individualista liberal se torna cada vez mais hegemônico em detrimento da formação de um projeto coletivo e emancipador. Enquanto as organizações e atores sociais da sociedade civil intensificam seus investimentos em microações, o plano macro é amplamente controlado pelos interesses do capital.

No contexto de disputa por hegemonia na sociedade civil, desvendar os mecanismos da classe burguesa que buscam, velada e incessantemente, convencer as camadas populares de aderir a seus projetos, se torna imprescindível. A discussão da RSE não é alheia a essa questão, uma vez que sua prática está ligada à reafirmação do poder social do capital e ao aprofundamento da exclusão social por “desorientar” politicamente as camadas atendidas pela ação “responsável” das empresas que, longe de constituírem agentes neutros, são grandes disseminadoras de concepções e teses políticas e sociais. Todo esse movimento engendra “um novo espírito capitalista” e uma nova subjetividade da classe trabalhadora que tendem a exaltar a ordem vigente, impondo como única e natural a sociabilidade e o modo de produção capitalista.

---

<sup>4</sup> O mascote do Programa da Voluntariado do Instituto Algar é uma *formiguinha* que simboliza “que cada um pode fazer um pouquinho para todos juntos fazer muito pela melhoria da educação na área de atuação das empresas Algar. O slogan adotado é ‘Um pouquinho de você faz toda a diferença do mundo!’ e está estampado em cartazes pelas empresas, intranet, descansos de tela nos computadores” (Disponível em: [www.institutoalgar.org.br](http://www.institutoalgar.org.br). Acesso em: maio de 2006, grifos nossos).

## A valorização do capital na produção de aviões: implicações sobre os trabalhadores da empresa líder em aeronáutica no Brasil

Livia de Cássia Godoi Moraes<sup>1</sup>

Este estudo se propõe a investigar o processo de reestruturação produtiva ocorrido na EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A, isto é, as transformações tecnológicas e as novas formas de gestão implementadas na empresa desde a sua privatização. Temos como objetivo analisar de que forma essas mudanças produtivas atingiram a dimensão objetiva e subjetiva do contingente de trabalhadores inseridos e/ou ligados à empresa, incluindo terceirizados e subcontratados. Pretendemos investigar as alterações ocorridas no plano do processo de trabalho e da organização da produção. Para além dessas expressões fenomênicas, tentaremos compreender a luta de classes presente no nosso objeto.

A EMBRAER foi criada por iniciativa do Governo Federal no dia 19 de agosto de 1969 e fundada em 02 de janeiro de 1970, como Sociedade de Economia Mista de capital aberto, controlada pela União e vinculada ao MAer (Ministério da Aeronáutica Brasileira). Desde seu início a EMBRAER contou com o permanente apoio do Estado, fato sem precedentes na história do desenvolvimento tecnológico e industrial do país. Isso se deu através de incentivos fiscais e políticas governamentais de compra, estimulando a formação de força de trabalho de alto nível e fomentando a execução de pesquisa básica e aplicada.

Em 1994 a EMBRAER foi transferida para a iniciativa privada. A principal transformação, portanto, que corresponde à empresa estudada foi a sua privatização, quando elevados e contínuos prejuízos sofridos pela empresa num contexto de transformações econômicas (dentre elas, a implantação do Plano Real), e a configuração de uma política neoliberal efetiva, inviabilizaram qualquer tentativa governamental para a resolução do impasse financeiro. Juntamente com a sua privatização, uma série de mudanças de caráter organizacional e tecnológico vinha acompanhando a vontade dos grupos que a dirigiam. A proposta da pesquisa se volta exatamente para o entendimento do processo de reestruturação produtiva da empresa em questão e as implicações objetivas sobre os seus trabalhadores.

Cumprir dizer qual a metodologia utilizada na pesquisa: este estudo é baseado em uma análise dialética materialista da realidade. Um método de desenvolvimento e explicitação que parte da realidade concreta, da prática objetiva do homem histórico. Pretende-se, desse modo, apreender o movimento do objeto, como parte de uma totalidade. Portanto, partir do concreto, estabelecer os nexos que compreendem este processo, através da abstração, para chegar ao concreto pensado. A realidade concreta que temos aqui, neste estudo, é o processo pelo qual os trabalhadores da empresa líder de aeronáutica brasileira passaram no decorrer de sua

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais – UNESP/Marília - Agência financiadora: CNPq - [moraes\\_livia@yahoo.com.br](mailto:moraes_livia@yahoo.com.br)

privatização e nas transformações posteriores a ela, mediante uma totalidade que envolve questões estruturais e supra-estruturais, que tentaremos compreender e analisar.

A EMBRAER já nasce no capitalismo contemporâneo, nasce num contexto de crise estrutural do capital. Entretanto, o Estado fora um grande alicerce para seus primeiros anos de produção. A década de oitenta já sinalizava a crise, que não se dava apenas no âmbito nacional. Principalmente com o fim da Guerra Fria, houve uma queda brusca na demanda por aviões. Segundo estimativas, pelo menos nos três primeiros anos da década de 1990, as 10 maiores empresas de aviação mundial tiveram prejuízos superiores ao total dos lucros obtidos nos 40 anos anteriores. Por exemplo, nos Estados Unidos, chegou-se a entregar cerca de treze mil aviões em 1977, contra apenas 298 em 1991. Entre as causas da crise estão a Guerra do Golfo, as altas tarifas no Atlântico Norte, limitando a compra de aeronaves, e o fim da Guerra Fria, que diminuiu os orçamentos militares de vários países.

Internamente, a crise se volta à constituição de um novo modelo político econômico, com transição para eleições diretas e implementação de uma política de cariz neoliberal, que propugnava a abertura econômica e a desregulamentação, além de um programa de privatização de empresas públicas. A empresa não conseguia mais ter acesso a financiamentos de longo prazo, que é fundamental para a indústria aeronáutica, dado o seu tempo de produção. E, para se ter uma idéia, a carga tributária que era de 7% a 8% passou para mais de 30% na década de 1990.

A empresa chegou a ter no final da década de 1980 cerca de 12.607 funcionários, em 1993 já contava com 5.500. Tal redução foi iniciada em 30 de outubro de 1990, quando a empresa anunciou a demissão de 3994 funcionários, com o objetivo de economizar cerca de US\$ 109 milhões para "salvar" a empresa. O pior neste processo de redução foi a perda de quadros de funcionários de alta qualificação.

Após três anos de um processo desgastante de cortes, a sua privatização foi realizada, em 07 de dezembro de 1994, em leilão na Bovespa (Bolsa de valores de São Paulo)<sup>1</sup>. Incluía-se na venda da EMBRAER a EAC,<sup>2</sup> a EAI<sup>3</sup> e a Neiva, fabricante de aviões leves. Em 31 de março de 2006, a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas aprovou a proposta de reestruturação societária da EMBRAER, pulverizando o capital da empresa<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Logrou-se um processo de privatização, depois de adiado seis vezes antes desta data. A empresa foi vendida pelo valor de R\$ 154,1 milhões, apenas 0,3% acima do preço mínimo fixado pelo leilão, e foi adquirida, entre os principais acionistas, por um consórcio de empresas formado pelo grupo Bozano Simonsen<sup>2</sup> (40%), pelo banco de investimentos norte-americano Wasserstein Perella (19,9%) e pela Ciemb – Clube de Investimento dos Empregados da EMBRAER (10%). Foi criada uma classe especial de ações, a *Golden Share*<sup>2</sup>, que conferia à União o direito de veto quanto à atuação da EMBRAER em programas militares, mudança do objeto social e transferência do controle acionário.

<sup>2</sup> A EMBRAER Aircraft Corporation fica localizada na Flórida, EUA, proporciona apoio técnico e operacional aos operados das aeronaves EMBRAER, além de intermediar vendas de produtos.

<sup>3</sup> A EMBRAER Aviation Internacional localiza-se no Aeroporto de Le Bourget, em Paris, França, desempenham atividades de apoio permanente, assistência técnica e fornecimento de peças de reposição aos diversos operadores da EMBRAER na Europa.

<sup>4</sup> Aumentam, portanto, as práticas de governança corporativa, já que todas as ações tornam-se ordinárias, ou seja, todos os acionistas têm direito a voto, permitindo a sua adesão ao Novo Mercado da Bovespa. Para manter o caráter de empresa nacional, manteve-se o poder de veto da União, detentora da *Golden Share*, e o total de votos em qualquer assembleia geral, com relação a acionistas estrangeiros, está limitado a 40%.

A nova estrutura financeira da empresa também significou, portanto, reconfiguração na organização da empresa, a começar por seu foco estratégico. Durante o período estatal o foco era o produto, a excelência tecnológica do produto dirigida pela engenharia. Para a nova direção e controladores, o foco deveria ser na satisfação dos clientes e o respectivo resultado financeiro. Para chegar a esta meta, era necessária uma profunda reestruturação produtiva: reestruturação financeira, tecnológica e organizacional.

Foi o projeto do avião ERJ-145 que renovou o fôlego da empresa e a restabeleceu como empresa confiável (na perspectiva do mercado) e competitiva. A princípio o projeto se chamou EMB-145 e foi anunciado no ano de 1989, como sendo a versão a jato do EMB-120 Brasília, com a fuselagem alongada para 40 passageiros, já que empresas aéreas que já operavam o EMB-100 Bandeirante e o EMB-120 Brasília demonstravam interesse em que a empresa desenvolvesse um transporte regional com performance superior às já existentes. O primeiro ERJ-145 foi apresentado no *Salon Aéronautique de Le Bourget* ainda no ano de 1989, com cinquenta assentos, mas com fuselagem praticamente idêntica ao do Brasília. Porém este modelo foi reconfigurado após testes realizados no túnel aerodinâmico da Boeing Technologies, nos EUA.

Dada a crise financeira do início dos anos noventa, o programa foi interrompido. Sem pressão de prazos, o projeto foi alterado novamente, tendo finalizado a versão final no ano de 1992. A inovação na filosofia operacional estava no fato de ter sido utilizado o conceito de comunalidade máxima.

Diferentemente do enfoque da engenharia tradicional, utilizou-se o conceito de engenharia simultânea. No enfoque tradicional, as tarefas eram transferidas de área funcional a área funcional, conforme competência e requisitos de cada uma. Na engenharia simultânea há ligação em tempo real por CAD/CAM<sup>5</sup> de todas as áreas e times durante todo o processo de desenvolvimento, envolvendo os diversos setores do projeto, manufatura e assistência técnica da EMBRAER, bem como das engenharias de seus principais fornecedores.

Mas foi somente em 1995, depois de privatizada e sob o controle de nova administração que o programa foi retomado e priorizado. A estratégia adotada no Programa ERJ-145 é paradigmática, exigindo mudanças profundas nas formas de gestão dos programas quanto a qualidade, integração, flexibilidade, prazo de entrega e produtividade.

Para poder tornar efetivo o processo de engenharia simultânea, utilizou-se de uma Estrutura de Produto Única, que é um sistema informatizado que tem itens interligados em uma seqüência lógica de formação, constituído de topo e ramos, onde cada item possui quantidade e está ligado a cada versão diferente de aeronave. Ela é uma base de dados única para todas as áreas, diminuindo a realimentação dos desenhos, ou seja, diminui o tempo de trabalho e custos.

Até então, a EMBRAER utilizava a maquetagem física da aeronave como ferramenta de auxílio à concepção, tratava-se de um modelo em tamanho natural para estudo, fabricado em madeira. Uma das grandes inovações do ERJ-145 foi a tecnologia de *design*. Através do CAD, que já era uma ferramenta utilizada no Brasília, foi feito o projeto de cada peça e componente, no

<sup>5</sup> CAD (Computer Aided Design – Desenho com Auxílio de Computadores) e CAM (Computer Aided Manufacturing – Manufatura Auxiliada por Computadores). Os primeiros aviões fabricados pela Embraer empregavam modelos para cálculos estruturais realizados à mão, levava-se muito tempo e estava sujeito a erros.



total, cerca de 19.518 itens diferentes. A partir desses dados, foi possível fazer uma maquete eletrônica, inteiramente desenvolvida na EMBRAER e denominada E/MKP. O E/MKP conecta em tempo real todas as informações envolvidas no projeto, elimina as redundâncias, repassando as informações primordiais.

O ERJ-145 utilizou o sistema CAD/CAM, porém as novas versões da aeronave, o ERJ-170 e o ERJ-190 se utilizaram de um novo software, o CATIA,<sup>6</sup> uma grande conquista no desenvolvimento tecnológico da EMBRAER. Trata-se de um software muito mais poderoso e com mais recursos que o sistema CAD, permitindo a realização do projeto em 3D e eliminando a necessidade da construção do protótipo de madeira, uma vez que ele reproduz virtualmente, no computador, as condições necessárias para a realização de quase todos os testes e ajustes para a finalização do produto. A economia de tempo e custo é muito significativa, e é isso que os acionistas têm como meta.

Esse sistema foi atualizado no ano de 2000, já com o desenvolvimento das novas aeronaves, ERJ-170 e ERJ-190, com o Centro de Realidade Virtual (CRV), uma moderníssima ferramenta de trabalho que permite reduzir ainda mais o tempo de desenvolvimento de novas aeronaves.<sup>7</sup> A visualização é feita com óculos especiais e uma grande tela de projeção de imersão total. Com o CATIA e o CRV é possível detectar eventuais falhas e montagens incorretas, podendo ser corrigidas ou eliminadas antes da produção.

A ideologia que predominava na EMBRAER estatal era de uma "cultura organizacional" marcada por sentimentos nacionalistas e hierarquia rígida, proveniente dos militares e jovens engenheiros formados pelo ITA ou vindos do CTA. A idéia principal era a excelência tecnológica, procurando acompanhar o "estado das artes" no setor. Assegurados de que tinham uma fonte segura de investimentos até então, o Governo. Na nova administração foram diversas as ações no sentido de cumprir com seus compromissos perante clientes e acionistas. A diretoria traçou um Redesenho de Processos de Negócio, procurando obter uma operação de melhorias através da Gestão de Qualidade Total.

Houve também um grande processo de terceirização. Foram terceirizados os serviços de limpeza, segurança, uma parte da informática, alimentação, centro de treinamento de pilotos, treinamento de funcionários, transportes e parte da área de design. Com as terceirizações houve uma economia de custos de US\$ 80 milhões para a EMBRAER. A EMBRAER também criou uma cadeia de fornecimento baseada em três grupos: "parceiros (que assumiriam os riscos financeiros), fornecedores (responsáveis pela entrega de peças e serviços) e subcontratados (empresa ou pessoa que prestaria serviços à empresa para um determinado projeto)".

Foram criados projetos de "valorização humana" dentro da empresa. A nova direção atentou para o fato de que o trabalho vivo era essencial para a empresa e a participação dos empregados, enquanto "colaboradores da empresa". Isso era de fundamental importância no que diz respeito ao retorno financeiro. O Projeto Transformação já fazia parte da reestruturação

---

<sup>6</sup> Computer Aided Tridimensional Interactive Application

<sup>7</sup> Um exemplo da eficiência dessa tecnologia: com o CRV, o avião ERJ 170 completará seu desenvolvimento em 38 meses, enquanto foram necessários 60 meses para desenvolver o ERJ 145.

organizacional da empresa e se iniciou no ano de 1996. O projeto tinha dois pontos principais: a *formação de gestores* e a *formação de times de trabalho*. Os gestores estariam encarregados de transmitir os novos conceitos da empresa aos empregados. A idéia de consolidar times de trabalho é consonante com os modelos modernos de organização do trabalho, mais próximos ao denominado modelo toyotista, com a ratificação da subsunção real do trabalho ao capital. Até a privatização, a área de RH da empresa se preocupava com a profunda especialização do funcionário. A estratégia de buscar profissionais polivalentes era mais interessante, por facilitar a mobilidade das funções e o trabalho em equipes.

Como pudemos constatar, a intensa reestruturação produtiva da empresa teve como objetivo a intensificação no processo de trabalho, a partir da maior extração de mais-valia pela flexibilização da produção, informatização, terceirizações, enfim, pelo maior esforço em integrar trabalhadores, equipamentos e informações, cujos impactos objetivos foram desemprego, precarização de parcela dos trabalhadores, maior extração de mais-valia absoluta e relativa através da conformação de times de trabalho e nova configuração do perfil de trabalhadores (chamados polivalentes), as quais caracterizam um modelo muito arraigado no paradigma toyotista, que, entretanto, não rompe com o modelo taylorista-fordista.



## A fábrica - e tudo que ela comporta - como tudo que é sólido, desmancha no ar.

Alessandro de Moura\*

Com a crise do sistema produtivo de organização taylorista/fordista, houve uma intensa e extensa reorganização do capital produtivo, que gerou efeitos disruptivos sobre o a classe operária. Tal crise convencionou-se designar por reestruturação produtiva. Considerando a sociedade como um complexo articulado, devemos levar em conta que a reorganização do modo de produção, como as esferas sociais são indissociáveis, diz respeito não só a classe operária, mas sim a toda sociedade, ou mesmo, a todos os homens, embora implique centralidade na classe operária. Como forma de contornar a crise, o sistema produtivo passou por um intenso processo de reestruturação, que atinge os trabalhadores assalariados individuais (percepção do sujeito acerca de si frente às transformações da realidade material a sua volta) a partir da própria (re)configuração do *trabalhador coletivo* (enquanto classe operária articulada a partir de bases materiais em um projeto *para si*). Estamos diante de um processo sócio-estrutural que ocorre através do complexo de reestruturação capitalista em seus nexos modernos e na sua dimensão produtiva organizacional, tecnológica e sócio-espacial.

Diante de tais transformações, a fábrica é minimizada, esta reduz significativamente suas plantas produtivas, com a diminuição de estoques, diminuição espacial das montadoras, diminuição do número de trabalhadores e dos "autômatos mecânicos". As inovações do toyotismo, como a *lean production*, estoque mínimo, *just in time*, *Kanban*, trabalho em equipe (que exige um comprometimento dos trabalhadores com a redução de custos da produção) e a descentralização do processo produtivo buscam tornar a fábrica mais eficiente, "magra" e "leve". Desenvolve-se um processo de minimização de amplos aspectos da fábrica. A fábrica e tudo que ela comporta (homens e máquinas) como tudo que é sólido, desmancha no ar. A precarização do trabalho aprofundada pelo toyotismo dissemina-se por todas as formas de trabalho assalariado da sociedade do capital, entendendo o trabalho assalariado como expressão ontológica do capital, mesmo que este passe por transformações radicais, é necessário garantir a extração de mais-valia.

As transformações nos modos de produção da sociedade capitalista tais como o taylorismo, fordismo, e mais recentemente o toyotismo, engendram impactos estruturais e organizativos no tecido social, que se constitui como um todo articulado, mas, principalmente, exigem transformações na forma de ser das classes trabalhadoras, que estão direta e materialmente acopladas à base do processo produtivo e aos meios de produção. O que destacamos, pensando a totalidade concreta do ser humano, é que o sistema de produção de uma sociedade é também, e ao mesmo tempo, o modo de produção da vida. Assim, o modo de produção social (embora prenhe de contradições) estrutura as formas de viver, tal estruturação não se restringe à fábrica ou ao local de

\* Orientador: Giovanni Alves. Departamento de Sociologia e Antropologia - UNESP - Campus de Marília. Bolsista PIBIC/CNPq. [alessandromoura@marilia.unesp.br](mailto:alessandromoura@marilia.unesp.br)

trabalho, ela se reproduz e é reproduzida, disseminando-se pelo tecido social. Diferentes formas de organização e estruturação das formas de trabalho geram novas subjetividades e assim novas formas de sociabilidade.

Cabe considerar ainda que as classes trabalhadoras compõem a maior parcela da sociedade e que as classes sociais por serem antagônicas, burguesia x operariado, estão umbilicalmente ligadas entre si como um todo social. Desta forma, se é imposta uma nova forma de configuração, ou *modos de ser* das classes trabalhadoras acaba-se por promover transformações na sociedade como um todo, ou seja, amplia-se para outras esferas e espaços.

É possível, por meio das crises sociais e do sistema produtivo, que desmoronem e afluam novas subjetividades, fruto das novas formas de organização objetiva e subjetiva dos sujeitos sociais, exigidas pelo *modus operandi* do sistema produtivo. O sistema produtivo do capital depende de sua organicidade para vigorar. Assim, este traz em si uma série de elementos constitutivos com a finalidade de cooptação e captura da subjetividade dos indivíduos para os fins do capital, ou seja, sua própria reprodução. O capitalismo impõe formas de controle sobre o metabolismo social que não apenas controle sindical ou político.

As transformações no modo de produção exigem e produzem, como síntese de sua gênese, novas formas de materialidade social, transformando intersubjetividades, entendidas enquanto subjetividades que se inter-relacionam, ou seja, as relações sociais, “os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro”.<sup>1</sup>

Quando se determina novas formas de organização da produção e da materialidade do trabalho, relações dominantes na sociedade capitalista, cria-se também novas formas de produção e da materialidade da vida humana e assim das relações sociais, tanto no trabalho como fora dele. O desenvolver do capitalismo precisa necessariamente liquidar certos modos de vida e de organização social de tempos em tempos em prol da acumulação e de seu próprio desenvolvimento. A sociedade é um todo de complexos articulados, sendo impossível separar as esferas da vida. Ou seja, com as transformações nos modos de produção desenvolvem-se novos tipos de trabalhadores, novas relações de trabalho e conseqüentemente, abrem-se possibilidades para a criação de novos tipos de relações sociais. Tem-se o lastro para o desenvolvimento de novos tipos de homens dada à relação indissociável e dialética Homem & Sociedade.

É claro que não se trata de uma relação mecânica, pois existem formas implícitas e explícitas de resistência humana aos enquadramentos do sistema produtivo. Porém, para que o capitalismo mantenha seu vigor e organicidade, como modo de produção dominante, assegurando sua própria reproduzibilidade enquanto modelo de organização social deve-se garantir que mantenha, em intensidade e extensão, sua capacidade de geração de mais-valia. Para isso, as instituições e agentes representantes do sistema capitalista, tais como o Estado (que mesmo portador de contradições, como a luta de classes, organiza a sociedade como um todo, assegurando a predominância de uma classe sobre outras e também a extração de mais-valia), empresas (que, articuladas com outras instituições, se organizam a partir da lógica do lucro), escolas (estas são também instrumentos utilizados como parte importante do projeto de construção da

<sup>1</sup> GRAMSCI, A. *Americanismo e Fordismo*; In: *Cadernos do Cárcere*.

hegemonia), bem como a mídia (como um aparato semiótico, que reproduz o sistema de valores da sociedade capitalista), desprendem grande esforço e energia para adequar a classe que vive da venda de sua força de trabalho às novas formas de reprodução da mais-valia e à própria relação capital-trabalho. Cria-se para cada novo sistema produtivo novas formas de relações de trabalho, e as classes trabalhadoras devem se adaptar, e serem adaptadas aos novos sistemas produtivos, o que se estende para fora do ambiente direto de trabalho, gerando novas formas de relações sociais. Ou seja, a relação capital-trabalho altera-se historicamente com o movimento da sociedade, porém trata-se de assegurar a reprodução da mais-valia.

O toyotismo, mais recente modo de produção que, já se pode dizer, universalizou-se *in toto* ou em partes com seus nexos organizacionais, tem a capacidade de reproduzir-se sem eliminar completamente nexos do taylorismo/fordismo. Pois o toyotismo, ao invés de excluí-las, incorpora estas formas de trabalho, constituindo uma simbiose de modelos de produção, que aprofunda a superexploração do trabalho. Nexos de tal modelo difundiram-se por toda a forma de trabalho assalariado, peça chave da reprodutibilidade do sistema capitalista, configurando-se como uma nova forma de hegemonia do processo produtivo e, como exposto, não poderia deixar de ser assimilada pelas classes trabalhadoras, gerando assim, novos patamares de subordinação do trabalho ao capital. O toyotismo não só engendra novas formas de relações sociais, mas também, gera condições objetivas para um aprofundamento das relações sociais estranhadas entre os sujeitos.

O toyotismo necessita de um tipo de trabalhador com "maior iniciativa" e capacidade de compreensão e intervenção no processo produtivo do que necessitava a organização taylorista/fordista. O trabalhador deve ter diversas outras preocupações além do trabalho maquinal, pois deve operar várias máquinas, estar apto a fazer manutenções e difundir informações acerca do processo produtivo e do aperfeiçoamento constante de seu trabalho e da qualidade do que produz. Um dos imperativos do toyotismo é "fazer certo da primeira vez". Além disso, os trabalhadores devem, ainda, vigiar o trabalho uns dos outros constantemente, gerando um clima generalizado de *stress* no trabalho.

Isso porque, para o sucesso do toyotismo, o trabalhador deve e introjetar o toyotismo para dentro de si, para sua forma de agir, deve assimilar sua disciplina, uma vez que se suprime a utilização de capatazes no local de trabalho como forma de garantir o ritmo de trabalho, característico do taylorismo/fordismo. Os valores do toyotismo devem ser assimilados pelo "eu" do trabalhador, devem ser introjetados na personalidade do sujeito trabalhador, a fábrica deve se instalar dentro do sujeito. Para garantir a eficácia e funcionamento do meio de produção deve haver total identificação e enquadramento do trabalhador aos objetivos da empresa (vestir a camisa).

O exército industrial de reserva, que já existia antes mesmo do toyotismo, porém de forma elástica hora mais hora menos presente, mas que tornou-se constante com o toyotismo, oferece ampla diversidade para que o capital forme um seletivo corpo de trabalhadores mais propícios a aceitarem seus imperativos, o que torna-se estratégico na construção da hegemonia do modo de produção. Assim, o desemprego, bem como os planos de Participação nos Lucros e Resultados funcionam como formas de cooptação e convencimento do trabalhador.

Com isso destacamos que a reestruturação produtiva determina uma radical transformação na materialidade do capital, e também, principalmente determina, dada a relação capital-trabalho, radical transformação na forma de *Ser em Si* do trabalhador. É o trabalho que estrutura a vida da classe que vive da venda de sua própria força de trabalho. Essa totalidade de elementos concretos que envolvem o *Ser em Si*, a vida do trabalhador, acabam por alterar em profundidade os hábitos e vivências do trabalhador, gerando-se novas determinações do *Ser em Si* e também do *Ser para Si*.<sup>2</sup> Configura-se um novo tipo de trabalhador coletivo.

O modo de produção e organização toyotista proporciona um grande salto de capacidade produtiva, dadas suas inovações organizacionais, desenvolvimento técnico, industrial e científico. Tais elementos, como parte de uma totalidade, possibilitam a exponencialização da predominância do “trabalho morto” sobre o “trabalho vivo”, a partir da nova hegemonia taylorista, considerando que um homem sozinho administra até oito máquinas. O trabalho morto está imperando sobre o homem de forma diferenciada. A sociedade sobre a égide toyotista, o homem produz como nunca se produziu na história da industriabilidade humana (composição orgânica do capital). Tal avanço das forças produtivas possibilita que se forme um exército industrial de reserva constante. O contingente fixo de trabalhadores desempregados representa, de certa forma, a sobra humana de forças produtivas, sua maior utilidade para o capital, considerado seu subconsumo, é fazer baixar o preço da mão-de-obra dos que ainda vendem sua força de trabalho.

Cabe ainda destacar que não é de todo mal para o capital que uma parte desse contingente de trabalhadores se autodestrua. Desta forma, falta para estes e suas famílias condições mínimas de reprodução de sua espécie, qual seja, a de vendedores de força-de-trabalho. É para o capital, novamente vantajoso, que uma parte deste contingente de seres humanos não alcance nem mesmo o necessário para sua reprodução fisiológica ou animal. Assim pressiona-se os trabalhadores empregados com o risco material e evidente de formas de vida precárias, doenças, prisões, asilos e a própria morte de uma parcela deste contingente que vive em condições subumanas, ou seja, dos que estão privados de usufruir da riqueza socialmente produzida pela própria classe trabalhadora, e sem condições nem mesmo para suprir suas necessidades animais, configura-se no século XXI com condições de vida, em intensidade de trabalho e apropriação dos frutos deste, para a classe trabalhadora semelhantes as do século XIX.

O trabalhador acaba tendo que lutar empenhadamente para ser explorado e assim conseguir manter vivo seu corpo físico. Desta forma o homem fica impedido, pela lógica de funcionamento do capitalismo, de se reproduzir enquanto homem portador de potencialidades múltiplas, gozando do avanço e acúmulo proporcionado da marcha da humanidade, devendo preocupar-se e concentrar-se em se configurar enquanto força produtiva utilizável. Ou seja, o homem é obrigado, pela reprodução cotidiana de sua existência, a abrir mão de sua genericidade e

<sup>2</sup> Por *Ser em Si*, designamos as relações a partir de condições determinadas objetivamente entre homem e meios de produção (Marx. Manuscritos Econômicos Filosóficos)

<sup>3</sup> Por *Ser para Si* designamos relações que vão para além das relações dos homens com os meios de produção. Trata-se da consciência da situação de classe, que possibilita agir de acordo com um interesse de classe, fundado em experiências compartilhadas, vividas e percebidas. Tal capacidade da *classe para si* envolve capacidade de mobilização política e cultural para passar da submissão para a subjetivação (Marx. Manuscritos Econômicos Filosóficos).

optar apenas pelo trabalho assalariado, o trabalho torna-se inibidor da potencialidade humana. A classe trabalhadora, no capitalismo, para garantir a sua sobrevivência é obrigada a negar sua natureza e com isso a realização de sua potencialidade genérica.

Essa síntese composta de uma totalidade de elementos empíricos-sociais, condições e ritmo de trabalho, bem como acesso aos frutos deste. Coloca em evidência a nova configuração da relação capital-trabalho, que pode ser considerada como um ataque contundente da classe capitalista, representada pela figura do Estado, enquanto aparato jurídico burocrático nas mãos da burguesia, que o utiliza como instrumento de poder e arma contra a classe trabalhadora. Com o enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora, que conquistou uma série de direitos sociais ao longo do século XX que foram, e estão ainda sendo, retirados da classe trabalhadora com a investida do Estado por meio, p.xe. de políticas neoliberais.

A termo de considerações finais, cabe destacar, distanciando-nos de determinismos, que o toyotismo, enquanto modo de produção universalizante, é um fenômeno social recente<sup>4</sup> e que predominou a partir de uma grande derrota da classe trabalhadora e da esquerda a nível mundial. A classe trabalhadora ainda não se reorganizou e nem desenvolveu formas contundentes e vigorosas de combate a essa nova hegemonia do sistema produtivo e assim, social. Mas a sociedade enquanto um metabolismo vivo, e o homem, célula social dotado de potencialidades múltiplas, sujeito social-histórico insaciável, embora subsumido pela precarização do trabalho, o homem não permanece passivo às transformações no curso da história. O homem nunca perde a potencialidade enquanto sujeito, ele apenas encontra-se numa condição de sujeito sujeitado. Assim, respostas se desenvolvem a todo momento.

---

<sup>4</sup> O que viria a ser conhecido como toyotismo, surge no Japão no final da década de 1940. O "Modelo Toyota de Produção" foi importado por outros países em períodos diferentes, chegando aos EUA e a países da Europa por volta da década de 1970. No Brasil, os primeiros aspectos do toyotismo são incorporados no final da década de 1980, difundindo-se de forma mais intensa e extensa na década de 1990, principalmente a partir da paridade da moeda brasileira o Real com o Dólar, que, entre outros, possibilitou grande fluxo de importações de máquinas e equipamentos para o país.





## Gramsci: revolução passiva e interpretação do Brasil

Ricardo Rodrigues Alves de Lima\*

O presente estudo propõe dar continuidade ao estudo realizado para dissertação de mestrado e que teve como objeto de estudo uma corrente de interpretação sobre o Brasil que se apoiou nos estudos de Gramsci sobre a revolução passiva, além de outros autores da tradição marxista. O objetivo agora é o de indagar se no presente o conceito de revolução passiva ainda permanece como critério de interpretação para o caso brasileiro.

O modo como Gramsci trabalhou com a hipótese de revolução passiva foi bastante claro: para o ator interessado na superação da ordem do capital, cabe assumir a revolução passiva não como um programa, mas como um critério de interpretação. Como ator, Gramsci situava-se como crítico do segundo ciclo de revoluções passivas, o qual ocorre numa nova circunstância, ao menos para o núcleo do Ocidente capitalista, quando já não se tratava mais da construção da ordem do capital sob os escombros do feudalismo, mas de seu aprofundamento e expansão pelas formações sociais de todo o globo.

Diante do conturbado contexto internacional marcado pela guerra imperialista entre 1914-1918, a revolução socialista em 1917 na Rússia e a crise mundial do capitalismo no final dos anos 20, com a tendência à queda na taxa de lucros, a hipótese da revolução passiva liga-se à necessidade de compreender e expor o processo pelo qual a ordem do capital responde a esse contexto por meio de um movimento geral de novas modificações que reiteram em grande medida as soluções conservadoras das revoluções passivas do século XIX, principalmente no caso do fascismo e do nazismo, e influenciam diretamente nas diversas trajetórias nacionais. Daí o fato dessa hipótese ser constantemente confrontada e repensada a partir de suas incidências nas formações nacionais, seja na América, Itália ou Alemanha, a fim de manter a sua característica aberta e evitar que se incorra na proposição de um "esquema sociológico abstrato".

Duas seriam as respostas capitalistas mais expressivas diante da crise e do socialismo: o fascismo e o americanismo, ambas implicando a "modificação e transformação de uma formação econômico-social, mas não sua superação". O primeiro, expressivo de um capitalismo tardio como o italiano, uma típica solução "pelo alto", com ativa participação do Estado e recusa do liberalismo. Diante da pressão dos movimentos sociais e dos partidos ligados às classes subalternas, o Estado recorre ao corporativismo como forma de mantê-las sob controle e de regular as relações capital-trabalho, com alterações em toda a legislação trabalhista. Garantindo assim as condições necessárias para a modernização do modo de produção pela introdução de um novo padrão de organização dos processos de trabalho, como o taylorismo.

\* (Mestre em Ciências Sociais pela Unesp de Marília, Professor de Sociologia da UPIS-DF, e-mail: ricardo-ral@ig.com.br)

O sentido do fascismo é, no fundo, o de preparar a sociedade para uma centralidade do mundo da produção, mas, como observava Gramsci, isso não era realizado a partir de uma hegemonia construída a partir desse mundo e da burguesia industrial, mas por cima, pelo Estado e pela reciclagem das instituições e práticas sociais - como a forte coerção aos movimentos políticos e sociais - oriundas da antiga ordem, comprometendo o rompimento com o passado e garantindo a permanência das "sedimentações passivas" e dos grupos parasitários, os quais não estão vinculados ao mundo da produção.

Por outro lado, o americanismo, tendo nos EUA o seu centro difusor, chamava cada vez mais a atenção de Gramsci, precisamente por se apresentar como a solução de continuidade com a ordem do capital mais expressiva e consistente diante de quaisquer possibilidade de catástrofe. Assim como no fascismo, o americanismo também manifesta-se por meio da intervenção no processo de produção, dando forma a uma "economia programática", mas com a diferença fundamental de não realizá-la por meio do corporativismo, pois pressupunha uma hegemonia construída a partir "da fábrica", da produção econômica, não do Estado. Nesse caso, tem-se a necessidade de um Estado liberal "no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como "sociedade civil", através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio".

Gramsci percebe no americanismo um movimento da revolução passiva que ocorre a partir das estruturas e das formas de sociabilidade correspondentes ao mundo da produção, as quais tendem a se difundir pelo conjunto das relações humanas e sociais e das instituições, configurando uma formação social homóloga ao plano das estruturas. Diferentemente da Itália no início dos anos 30 em que a racionalização restringia-se principalmente ao processo produtivo. Daí o fato da discussão do americanismo vir correlacionada à do fordismo/taylorismo.

Assim, leitura que fizemos procurou acompanhar as observações de Franco De Felice e a importância por ele conferida ao ensaio *Americanismo e Fordismo* como um dos pontos-chaves do pensamento gramsciano. Nesse sentido, é muito significativo nesse ensaio o fato de Gramsci procurar identificar o novo perfil da classe operária na reconfiguração do capitalismo por meio de uma nova onda de revolução passiva, mostrando como e em quais circunstâncias se recoloca o ator antagonista à ordem do capital.

Mantendo uma perspectiva identificada a da classe operária, a "classe internacional", e ao projeto socialista, Gramsci inicia por meio dela a narrativa de uma nova fase da era do capital, não de sua queda como sugeriam as leituras catastrofistas da III Internacional, sendo essencial apreender o movimento de recomposição da produção social através do fordismo e do taylorismo e suas implicações nas relações sociais. É nesse processo precisamente que pode estar surgindo "um novo tipo de trabalhador e de homem", ponto de partida para a reproposição de uma sociabilidade comunista.

Ao movimento comunista caberia a interlocução crítica com esse padrão de construção hegemônica perpetrado pelo capital. Assim como para Marx no século XIX a Inglaterra era o ponto privilegiado para se observar e compreender a sociabilidade emergente com o capital, para Gramsci os EUA seriam a referência do século XX. Não por acaso, ele desenvolve a análise sobre a revolução passiva em continuidade com as observações do *Prefácio de 1859*

ao texto *Para a Crítica da Economia Política*, de Karl Marx, não abdicando da economia política enquanto dimensão essencial na estruturação das relações do capital.

Como procuramos sugerir, a revolução passiva tende a ser exposta por Gramsci como um processo internacional, o qual acompanha a expansão do capital desde o século XIX e que tem no americanismo do século XX sua forma mais avançada, mas como uma hipótese de trabalho que deve ser repensada e enriquecida no confronto com as particularidades de cada formação social. Nesse sentido, entendemos que há na sua reflexão uma abertura para a extensão e aprofundamento de suas hipóteses a partir de outras realidades nacionais.

O procedimento metodológico que nos parece mais fecundo para trabalhar com essa categoria é aquele representado pelo que Gramsci chamava de "filologia viva", assim comentado por Giorgio Baratta: "O método da "filologia viva" pressupõe o vaivém do empírico e do individual ao universal e ao total, e vice-versa - sem nunca fechar o círculo ou chegar a uma conclusão definitiva ou definidora -, e isso como idéia-guia na ciência e na política, na teoria e na prática, nas dimensões da pesquisa abstrata e da análise concreta". Precisamente o que uma determinante corrente de intelectuais marxistas procurou realizar na interpretação sobre o Brasil durante a vigência do regime militar (1964-1984) no Brasil.

Nos anos 70, dando continuidade ao primeiro influxo significativo da obra de Gramsci no Brasil, o autor foi utilizado por intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro num duplo movimento: interpretar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e elaborar uma estratégia de confrontação ao regime militar. Nesse projeto, o conceito de revolução passiva assumiu posição chave como "critério de interpretação", à medida que favorecia a percepção e explicação de como a revolução burguesa realizava-se pela constante incorporação e cooptação dos setores mais ativos e combativos das classes subalternas. Como critério de interpretação, serviu para colocar em questão a visão "oriental" do Brasil que prevalecia em vários segmentos da esquerda brasileira. Como plano para ação, atualizou e redefiniu a estratégia delineada na famosa Declaração de Março de 1958 (PCB), valorizando a democracia como meio de luta e fim a ser alcançado pela esquerda brasileira.

Três décadas após a realização desses estudos pioneiros inspirados na obra de Gramsci, o cenário é bastante diferente, seja no plano nacional ou internacional. O contexto das revoluções passivas interpretado por Gramsci era marcado pela ascensão do fascismo e do americanismo, formas distintas de implantação e realização do taylorismo-fordismo. Os gramscianos brasileiros nos anos 70 eram contemporâneos de seu inspirador, à medida que se situavam ainda no contexto histórico de vigência do taylorismo-fordismo, embora esse entrasse em declínio. A classe operária brasileira que servia de base às reflexões dos gramscianos brasileiros nos anos 70 tinha um perfil fordista. No entanto, como já apontaram diversos pesquisadores, atualmente, o modo de produção capitalista não é exercido nas mesmas bases materiais em que fora exercido entre as décadas de 30 e 80 do século XX, apresentando formas muito diversificadas de controle sobre o trabalho (como o toyotismo) e de reprodução do capital. A expressão política dessas mudanças seriam as políticas neoliberais. No plano nacional, além das transformações em sua economia acompanharem as tendências internacionais, o país estaria em situação política distinta daquela dos anos 70, sob a vigência agora de um Estado de Direito Democrático, embora sob constante ataque dos grupos identificados ao projeto neoliberal de desenvolvimento capitalista desde os anos 90.

Diante disso, temos a indagação central deste estudo: dada as modificações apontadas, o conceito de revolução passiva teria esvaziado o seu sentido, não servindo mais como “critério de interpretação” para o caso brasileiro?

Como primeiro passo no desvendamento dessa questão, será realizado um diálogo com o pensamento de autores como Giorgio Barata, o qual menciona a “persistente vitalidade do americanismo”, “espécie de revolução passiva permanente”.

## A consolidação do projeto industrialista: Roberto Simonsen e o Congresso Brasileiro de Economia de 1943

Arthur de Aquino\*

Este trabalho consiste numa leitura dos anais do I Congresso Brasileiro de Economia e sua contextualização histórica, num momento de tomada de consciência de classe entre os industriais, e cuja liderança desse segmento parte de Roberto Simonsen – enquanto intelectual orgânico da fração de classe industrialista.

O Congresso ocorreu nas dependências da Associação Comercial do Rio de Janeiro, entre 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943. Consistiu na apresentação e discussão de teses dos congressistas dentro de oito comissões técnicas, cujas teses podiam ter três destinos: recomendada; aceita a título de esclarecimento; rejeitada. Esse Congresso é pensado por seus idealizadores a partir da necessidade de reivindicar do Estado a ajuda necessária para o crescimento do segmento industrial. A leitura do Congresso Brasileiro de Economia de 1943 é necessária para o entendimento da formação de uma consciência corporativa de classe por parte dos industriais do período. Foi também objetivo desse Congresso a formação de uma agência permanente – formada por técnicos do governo e das representações de classe – para a efetivação das recomendações do Congresso. O Congresso Brasileiro de Economia de 1943 forma uma triade, juntamente com o Congresso Brasileiro da Indústria (São Paulo, 1944) e a Conferência das Classes Produtoras (I CONCLAP, Teresópolis, 1945). O centro da análise está na primeira comissão, a de planejamento agrícola e industrial. Entre as principais forças políticas, o capital, o Estado e o trabalho, estiveram representados nesse Congresso apenas os dois primeiros, *não estava o trabalho, representado*. As diferentes entidades representadas e os nomes ali com voz e voto articularam um projeto de nação concomitantes com os interesses do capital e do Estado: a reivindicação dos industriais pela difusão do taylorismo no Brasil,<sup>1</sup> por proteção por parte do Estado, e a tentativa de reafirmação da ordem política vigente – o Estado Novo, em vias de desagregação.

Sobre o industrialismo, o entendemos como uma ideologia em contraposição aos interesses da agricultura. Os industrialistas, que estão entre os desenvolvimentistas do setor privado, são uma fração de classe da burguesia do período, os quais defendem um projeto de nação para o Brasil, cujo escopo envolve o desenvolvimento da indústria pesada, a promoção do dinamismo da economia nacional, e reivindica o apoio estatal para seu projeto.<sup>2</sup> Assim, o

\* Ciências Sociais/UFSCar - Orientadora: Prof. Dra. Vera Alves Cepêda (Ciências Sociais/ UFSCar)

<sup>1</sup> ver Nilton Vargas (1985, p. 178)

<sup>2</sup> Aqui fica claro o comportamento esquizofrênico dos industriais, principalmente no período 1930-60, uma vez que eles são, por um lado, liberais, e por outro, defendem a intervenção do Estado para protegê-los – seja contra o trabalho, seja contra o capital internacional. Assim, é comum encontrar nos anais do Congresso Brasileiro de Economia de 1943 citações ao economista Frederick List (1789-1846), que em *Sistema Nacional de Economia Política* (1989[1855]) coloca a nacionalidade como intermediária entre a “individualidade” e a “humanidade inteira” e defende uma proteção inicial da incipiente indústria alemã da época em relação a outros países (pp.3-6).

projeto industrialista se choca de maneira frontal com os interesses da fração de classe burguesa agro-exportadora. O Congresso é marcado pela controvérsia em torno do planejamento econômico, entre Simonsen (desenvolvimentista, representante dos industriais) e Gudín (liberal, representante da burguesia mercantil-exportadora)

Sobre os intelectuais, parto do princípio de que eles não independem da *práxis* e tampouco de seu tempo histórico. A concepção de intelectual que usaremos aqui é a de Gramsci, onde a ideologia é a *weltanschauung* da classe dirigente, a hegemonia é a passagem da ideologia da sociedade política para a sociedade civil, e sua conseqüente materialização na sociedade civil, entendendo o intelectual orgânico como aquele que representa a sua classe – e está ligado inevitavelmente a ela, e ao seu tempo histórico. (PORTELLI, pp.20-39) Em *O Moderno Príncipe*, Gramsci pensa as duas dimensões sociais, a sociedade política e a sociedade civil, imaginando o partido político na intersecção dessas duas sociedades. A analogia com o *condottiere* de Maquiavel cabe aqui se pensarmos Roberto Simonsen como líder do segmento industrialista, possuidor de *virtú* (capacidade de liderança) e sua relação com a *fortuna* (as oportunidades, no reino do imponderável) cujo resultado positivo é a sujeição dos súditos ao seu controle; Aqui, o segmento industrial estando disperso, a *virtú* de Simonsen reside na capacidade de ordenamento dessa fração de classe, como já expusemos anteriormente, e o lugar certamente foi o I Congresso Brasileiro de Economia de 1943.

Eram as oito comissões técnicas que compunham o Congresso:<sup>3</sup> (I) Produção Agrícola e Industrial, onde foram discutidos o aproveitamento de recursos minerais do país, e o planejamento econômico agrícola e industrial; (II) Circulação e Transportes, onde foram discutidos os preços da agricultura e da indústria, a circulação interna e externa de mercadorias, a expansão das exportações (tendo em vista o fim da II Guerra Mundial); (III) Moedas e Bancos, cuja discussão abrangeu a organização do setor bancário e financeiro, assim como o controle da inflação e incentivo ao crédito; (IV) Investimentos, onde foram discutidas a entrada de capitais no país e a liquidez das empresas; (V) Finanças Públicas, onde foram discutidas a política econômica do pós-guerra e o significado dos impostos no contexto de desenvolvimento econômico; (VI) Planos Internacionais e de Caráter Social, onde foram discutidas a seguridade social, os planos de colonização do interior a partir da indústria e o comércio exterior; (VII) Pesquisas e Estudos Econômicos, sobre a orientação dos estudos de ciência econômica para o crescimento industrial brasileiro; (VIII) Atividades Econômicas do Estado, cujo principal debate foi sobre a intervenção do Estado na economia. Somam-se as atividades das comissões técnicas a comissão de redação, cujos trabalhos foram realizados entre o período vespertino e noturno de 9 a 17 de dezembro de 1943, onde foram discutidos todos os temas a partir das teses já anteriormente discutidas dentro das comissões técnicas.

Roberto Simonsen foi o presidente da I Comissão, Luiz Siegman seu vice-presidente, e seu secretário foi Paulo Eleutério. As discussões começam no âmbito da matriz energética, para

<sup>3</sup> Os anais do Congresso foram publicados em três volumes (o primeiro em 1943, o segundo em 1944 e o terceiro em 1945) pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. O primeiro volume (198p.) apresenta os discursos solenes de abertura e encerramento, o programa preliminar do Congresso, a relação dos membros e das entidades, o regimento, as comissões e as teses apresentadas. O segundo volume (635p.) trás os trabalhos da comissão de redação e das sessões no plenário. O terceiro volume (872p.) é dividido em duas partes: na primeira, apresenta as teses da comissão de produção agrícola e industrial; na segunda, da comissão de circulação e transportes.

então, ainda discorrendo sobre as riquezas naturais no Brasil, transpor a discussão para as particularidades geográficas regionais e os recursos naturais; a discussão passa para as preocupações em torno da agricultura propriamente; e por último a preocupação com o desenvolvimento industrial e a organização do trabalho. As discussões diretas entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen nas sessões do plenário geral do I Congresso Brasileiro de Economia de 1943 ocorreram na quarta sessão ordinária – de 16 de dezembro, às nove horas.

Nessa sessão foram discutidos as atribuições do Banco Central e o problema da inflação. Simonsen, em resposta a Gudín, criticou a “intromissão” do Banco Central no destino das verbas públicas para o fomento à produção, assim como o poder de decisão do Banco nos programas de desenvolvimento da mesma (pp.421-2). Essa querela entre Gudín e Simonsen toma outro aspecto da questão, que é a autonomia sobre a verba destinada pelo Banco Central aos produtores industriais e agrícolas; Simonsen não queria a intervenção do Estado no destino das verbas públicas destinadas à produção; enquanto que Gudín foi a favor do controle dessas verbas pelo Estado, se opondo a Simonsen, e com o apoio de Eduardo Lopes Rodrigues, Alde Sampaio e Jurandir Pires Ferreira. O ponto pacífico entre Gudín e Simonsen foi, justamente, quando Gudín deixou claro que a intervenção não protegeria a classe trabalhadora.<sup>4</sup>

Outro ponto de discussão foi a função orientadora do Banco Central. O Banco nasceria sem capital, uma vez que se previra a ajuda do Banco do Brasil; dessa maneira, a redação final, citada por Gudín, com relação aos recursos do Banco Central, atribuía a ele “Orientar a aplicação dos recursos disponíveis”,<sup>5</sup> ou seja, ignorar as diversas vontades das autarquias, em prol de uma unidade decisória. Nesse ponto, Simonsen e Gudín estavam em ponto pacífico. Mas o conflito estava em determinar qual o lugar destinado aos excedentes de capital industrial! Gudín afirmou que o excedente financeiro geraria inflação, então – via controle da quantidade de moeda em circulação – a medida a ser adotada seria a absorção em títulos públicos desse excedente pelo Estado; Simonsen, por outro lado, entendia que os sucessivos reinvestimentos do capital, que permaneceria no setor privado, levariam ao equilíbrio de mercado, uma vez que o desenvolvimento estaria pautado no crescimento da demanda.

As conclusões da primeira comissão aprovadas em plenário que foram para as recomendações do Congresso ao Estado foram divididas em 3 grupos. O primeiro, sobre organização econômica para o aproveitamento dos recursos minerais do país, considerou a necessidade e o potencial da produção de energia combustível (carvão mineral e petróleo) e da necessidade de transportes eficientes. Nesse sentido, recomendou o desenvolvimento da pesquisa geográfica, o aproveitamento das quedas d'água para a produção de energia hidrelétrica, tendo o Estado como empreendedor onde a iniciativa privada for fraca. O alto custo do setor mineiro levaria a admissão de capital estrangeiro não preponderante.

O segundo grupo, sobre a organização da agricultura, recomendou a criação pelo governo de um conselho nacional de economia agrária, o qual estude a criação de convênios agrícolas (entre os governos municipais, estaduais e federal), assim como um plano de fomento à agricultura; A execução, pelo Estado de um programa de aparelhamento da lavoura, assim como a obrigatoriedade do uso de sementes selecionadas pelos órgãos públicos competentes,

<sup>4</sup> I Congresso Brasileiro de Economia, vol.2, p.425.

<sup>5</sup> *op.cit.*, p.426.



e fornecimento de crédito bancário ao setor privado agrícola pelo Estado, que também deve ser o comprador do excedente agrícola; A comissão recomenda o tabelamento mínimo de preços da lavoura – com preferência aos gêneros alimentícios.

O terceiro grupo, sobre desenvolvimento industrial, considerou que as atividades industriais se conjugam com as agrícolas, e daí recomendou que o poder público intensificasse a industrialização através da criação do Ministério da Economia Nacional. Recomendou que a Indústria de Base seja empreendida pelo Estado, assim como que se melhore as condições econômicas das fábricas. Recomendou a difusão da organização científica do trabalho (OCT), a adoção de programas de pesquisa e desenvolvimento científico pelas empresas, assim como a intensificação da assistência social aos trabalhadores da indústria – já materializada à época com a fundação do SENAI.

Uma leitura aprofundada do Congresso de Economia de 1943 nos revela que ele não se limitou num momento de reivindicação dos industriais, mas sim na formação de uma consciência orgânica e corporativa da fração de classe burguesa industrialista, assim como a consolidação de um projeto de nação para o Brasil: corporativo, desenvolvimentista e nacionalista.

#### REFERÊNCIAS

CEPEDA, Vera Alves. *Roberto Simonsen e a Formação da Ideologia Industrial no Brasil – Limites e Impasses*. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de doutorado, 2003 (edição revisada).

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ªed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses: Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930 – 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *O Moderno Príncipe in Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOORE JR., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975.

PORTELLI, Hugo. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VARGAS, Nilton. *Gênese e Difusão do Taylorismo no Brasil*. Ciências Sociais Hoje, 1985, pp.155-187,

Gramsci: cultura e ideologia



## Gramsci contra Bukharin: crítica à leitura sociológica do marxismo

Estevam Alves Moreira Neto<sup>1</sup>

Ao analisarmos as minuciosas, extensas e críticas notas que ocupam de forma notável uma grande parte do Caderno 11 de Antonio Gramsci, redigidas entre 1932-1933, do livro de Bukharin, *A teoria do materialismo histórico. Manual popular de sociologia*, publicados originalmente em 1921, podemos reconhecer o esforço intelectual do autor italiano em demonstrar o marxismo como concepção de mundo e não como mais um método aplicado pelas ciências particulares.

Contudo antes de entrarmos na exposição da crítica gramsciana propriamente dita, situaremos brevemente os pressupostos culturais e políticos que permitem-no a síntese radical entre teoria e movimento operário.

Antonio Gramsci é um dos poucos líderes do movimento operário do início do século passado, ao lado de Vladimir I. Lênin (na Rússia) e Rosa Luxemburgo (na Alemanha), que personifica a unidade entre intelectual e político. Tal fusão foi realizada em condições únicas: o contexto revolucionário italo-europeu, a relação orgânica com os conselhos operários e a apreensão da lógica imanente a processualidade dos conflitos vigentes, tanto no âmbito particular quanto no universal.

É consenso que tal integração, entre o momento teórico e o prático, não ocorreu com sem maiores problemas. No nosso entendimento, ocorre em Gramsci um hiperdimensionamento dos elementos humanistas da cultura, como também uma atribuição de ontopositividade na esfera política como momento constituidor do ser social. Tais questões estariam diretamente articulados com a aceitação, sem um diálogo crítico radical, com as obras "econômicas" de Karl Marx e Lênin, como também da não apreensão em sua plenitude da perspectiva ontológica marxiana. Fatores compreensíveis para alguém que tinha como laboratório de pesquisa o cárcere.

As notas críticas sobre Bukharin, compostas no período de maturidade durante cárcere, não expõem somente um conteúdo filosófico, incluem também um complexo arcabouço analítico dos problemas políticos referentes constituição dos determinantes objetivos e subjetivos em desenvolvimento de uma nova e radical concepção de mundo e de como devem ser aplicados a processos educativos e de propaganda.

Grande parte da crítica gramsciana sobre o livro de Bukharin remete-se a pretensa compatibilidade entre a sociologia, que comete um dos erros fundamentais em haver adotado em bloco e acriticamente uma metodologia tomada diretamente das ciências naturais, e o marxismo, um arcabouço teórico-metodológico que expressa uma nova e radical concepção de mundo a

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista - campus Marília. estevam@gmail.com.

atas de arte política, seriam exemplos de sua utilidade). Seus métodos, derivados das ciências naturais, são considerados falíveis – e não só quando aplicados às ciências sociais, mas também aos fenômenos naturais. Além disto, é firmemente posta numa posição subordinada em relação à história, que ela pode complementar, mas nunca suplantar.

Como podemos perceber, Gramsci utiliza-se do livro de Bukharin como mediador para fazer a crítica à “ideologia” que reduz as idéias a sensações e pulsões, como também, a crítica ao monismo que atrofia o homem como sujeito histórico-social.

#### REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. “Gramsci, o marxismo e as ciências sociais”. In: *Marxismo e política: dualidade de poderes e outros textos*. São Paulo: Cortez, 1992.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Vol. 1. 4. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

do pensador sardo com historicidade do mundo dos homens, presente em todos os *Cadernos*. Enfoca a plena compreensão da afirmação segundo a qual na expressão "materialismo histórico" se deveria pôr o acento no segundo termo, histórico, e não no primeiro, de origem metafísica.

Com efeito, as notas afirmam com vigor que a redutiva "versão sociológica do materialismo histórico" deriva da incompreensão – "cristalização da tendência deteriorada" - da importância e da complexidade da história; uma incompreensão que é responsável pela alienação e fetichismo que terminam por deformar o marxismo, produzida tanto pelos seus adeptos ortodoxos, quanto pelos não-ortodoxos.

Em outras palavras, os "sociólogos" tratam a história através de um conjunto de princípios metodológicos, colocando cada elemento numa totalidade predeterminada. Como confundem sua "fórmula mecanicista" com a própria história, não existe acontecimento histórico que eles considerem em sua especificidade. Cada elemento trazido à luz pela pesquisa histórica serve unicamente para preencher os pequenos vazios e confirmar a precisão do quadro geral. Isto é, o que ocorre quando a filosofia e as ciências sociais são orientadas pelo mesmo tipo de "naturalismo": manipulação do conhecimento a favor dos interesses ídeo-políticos da classe hegemônica. Por isso que é de fundamental importância, de acordo com o autor italiano, a elaboração de uma perspectiva radicalmente antagônica à da linha hegemônica, ou seja, que se desenvolva um arcabouço teórico-metodológico que permita apreender o conteúdo primordial da realidade objetiva – principalmente quando se vive em um momento histórico-social de crise.

Assim, os trechos seguintes das notas iniciam a apresentação de uma concepção alternativa do "materialismo histórico". Segundo tal concepção, a filosofia da práxis não é sociologia, mas história. A metodologia a ela apropriada deve ser derivada não das ciências naturais, mas do âmbito da crítica e da interpretação, pois ela é a própria história em sua infinita variedade e multiplicidade.

Segundo Bukharin, a história é uma atividade, um campo de pesquisas regido por leis sociológicas: de um ponto de vista metodológico, ela é apenas uma "serva" da sociologia. Ao contrário, nas notas de Gramsci a relação entre história e sociologia é quase inteiramente interrompida: a sociologia utiliza leis gerais abstratas que são separadas da experiência vivida da história; além disto, é tarefa do "materialismo histórico" infringir aquelas mesmas leis, superá-las, assegurar que os seres humanos tenham a possibilidade de forjar sua própria história. Em seguida, a mesma nota prossegue afirmando que o partido político ("o organismo coletivo") não chega ao conhecimento do "sentimento popular" por meio de leis estatísticas geradas pela sociologia; antes, chega a tal conhecimento através da "co-participação ativa e consciente", da "co-passionalidade", da experiência.

Isto não significa que a sociologia seja inútil: só que suas asserções devem ser controladas, seu poder totalizante deslegitimado, seus usos cuidadosamente circunscritos e seus resultados "científicos" sempre submetidos a uma crítica histórica, e não vice-versa. A utilidade da sociologia não é plenamente rejeitada, pois ela pode ser vista sob uma luz positiva, mas só se considerada como instrumento para a construção de hipóteses e não para a formulação de verdades universais (investigações das leis de uniformidade, tratados de observações imedi

atas de arte política, seriam exemplos de sua utilidade). Seus métodos, derivados das ciências naturais, são considerados falíveis – e não só quando aplicados às ciências sociais, mas também aos fenômenos naturais. Além disto, é firmemente posta numa posição subordinada em relação à história, que ela pode complementar, mas nunca suplantará.

Como podemos perceber, Gramsci utiliza-se do livro de Bukharin como mediador para fazer a crítica à "ideologia" que reduz as idéias a sensações e pulsões, como também, a crítica ao monismo que atrofia o homem como sujeito histórico-social.

#### REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. "*Gramsci, o marxismo e as ciências sociais*". In: *Marxismo e política: dualidade de poderes e outros textos*. São Paulo: Cortez, 1992.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Vol. 1. 4. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

## O debate marxista sobre democracia em tempos neoliberais

Débora Cristina Goulart\*

Apresentamos nesta exposição um breve debate entre autores brasileiros no campo marxista sobre a democracia como conquista dos movimentos sociais e o problematizamos com o advento do neoliberalismo no Brasil em início dos anos 90.

Os estudos sobre os movimentos sociais foram intensificados com o fim da ditadura militar, quando os movimentos urbanos e rurais estiveram à frente das lutas por novas formas de sociabilidade e na transformação das relações de poder com a reorganização das estruturas políticas direcionadas para a ação democrática e ampliação dos direitos sociais com pleno acesso aos espaços de definição coletiva das políticas sociais no campo e na cidade.

A década de 80 como um período de crescente mobilização política trouxe às Ciências Sociais a necessidade de análise das possibilidades e consolidação da democracia brasileira. No bojo dos debates acerca deste tema, apresentamos autores que dialogavam com o marxismo ao pensar este novo quadro.

A teoria do Estado marxista conquistou autoridade nas análises sobre a democracia no capitalismo, voltando-se, principalmente, para a dinâmica das relações de produção, das classes sociais e da esfera política do Estado.

Marx tratou em diversas obras,<sup>1</sup> com atenção aos escritos históricos,<sup>2</sup> ao papel histórico e significação do Estado no capitalismo. Marx evidencia a dinâmica histórica do Estado no capitalismo, atrelada às relações sociais de produção assentadas na exploração e apropriação do mais-valor e na propriedade privada dos meios de produção. O Estado afirma-se como um instrumento de dominação de classe mantido pela dinâmica social do capitalismo, porém apresenta-se como um "organismo" acima das classes, neutro e regulador da vida social.

Marx trata da emancipação política nas sociedades capitalistas, que eleva o trabalhador a cidadão, como homem livre, dispondo de si como igual nos contratos de venda da força de trabalho, porém, como está subtraído das condições reais de igualdade e liberdade, e estas não podem ser apresentadas claramente à sociedade, o Estado coloca-se como resultado das relações harmoniosas que se elevam da sociedade supostamente coesa.

Uma vez há, no capitalismo, a incapacidade de garantir o interesse geral, pelo caráter irreconciliável das classes, a democracia apresenta-se, através do direito burguês, como a forma política mais acabada da dominação burguesa.

\* Doutoranda em Ciências Sociais – Unesp/FFC/Marília.

<sup>1</sup> É fundamental a contribuição de F. Engels na questão do Estado em Marx. Destacamos a obra: A origem da família, da propriedade privada e do Estado, em que Engels apresenta as condições de surgimento do Estado vinculadas ao conflito entre as classes sociais.

<sup>2</sup> Nos referimos às obras: O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte e A guerra civil na França.



A esse respeito, Lênin em *O Estado e a Revolução* reafirma a legalização e o fortalecimento de uma ordem capitalista que busca, através do Estado, obscurecer e diminuir o conflito entre as classes, e nesta ordem, a democracia burguesa “é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista e, por isso, permanece sempre, no fundo, uma democracia para a minoria”. (LÊNIN, 1987, 110)

Com formulações de base marxista, autores como Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, Caio Navarro de Toledo, Márcio B. Naves e Décio Saes,<sup>3</sup> debateram posições divergentes sobre a democracia, a esquerda brasileira e a relação dos movimentos sociais com o Estado pós-ditadura militar.

São posições distintas que se apresentam – a primeira - defendida por Coutinho e Weffort, da democracia como um valor em si mesma e condição para a hegemonia popular em direção ao socialismo. E a segunda, apresenta-se como crítica à anterior, formuladas por Toledo, Naves e Saes, e considera a democracia no capitalismo como democracia burguesa e, portanto, limitada para os movimentos dos trabalhadores.

Na primeira vertente, há um caráter universal e permanente na democracia (COUTINHO, 1979) que se construiu em oposição aos interesses históricos da burguesia e constitui uma conquista e um passo em direção à consolidação de uma nova sociedade socialista.

As relações de produção no capitalismo do final do século XX, são consideradas, por ambos<sup>4</sup> fator de impulso para a ampliação da democracia, pois, a reprodução capitalista leva grupos à atividade política na defesa de interesses específicos, a qual seria exercida pela garantia do pluralismo, da autonomia dos movimentos populares, da liberdade de organização e luta pela hegemonia como construção do consenso majoritário.

No Brasil, o conjunto das forças populares teria a tarefa histórica de reverter o caráter autoritário das relações da sociedade civil com o Estado (Ibidem, p. 42) ou como chama Weffort, o sistema dual brasileiro,<sup>5</sup> portanto, a necessidade da construção de sujeitos políticos coletivos que realizem formas diretas de representação, articuladas aos mecanismos de representação formal tradicional, ampliando o grau de representatividade, o que levaria, com o pluralismo e a autonomia, a que os setores populares sejam os portadores da “hegemonia dos trabalhadores sobre o governo da sociedade como um todo” (Ibidem, p. 39), revertendo o pólo classista do Estado em favor da classe trabalhadora em direção ao socialismo.

Antes de apresentarmos os argumentos erigidos pela segunda vertente já citada, introduzimos uma questão contextual e ao mesmo tempo estrutural neste debate. Trata-se do advento do neoliberalismo no Brasil na década de 90 e que traz à tona a fragilidade da democracia como conquista por seu caráter institucional.

<sup>3</sup> Os textos a que nos referimos são os seguintes, cronologicamente: Carlos Nelson Coutinho – A Democracia Como Valor Universal de 1979, Márcio B. Naves – Contribuição ao Debate sobre a Democracia de 1981, Francisco Weffort – Qual Democracia? de 1984, Caio Navarro de Toledo – A Modernidade Democrática da Esquerda: Adeus à Revolução? de 1994 e Décio Saes – Estado e Democracia: ensaios teóricos, de 1998.

<sup>4</sup> Para Weffort (1994), a convivência cada vez mais imbricada e relacional entre mercado, Estado, democracia política e sociedade civil é condição para a sociedade moderna e para o pensamento socialista democrático. p. 150-152.

<sup>5</sup> Consiste um regime político competitivo para os grupos economicamente dominantes e uma marginalidade sócio-política para os grupos pobres (Weffort, 1994).

Os “novos liberais”<sup>6</sup> emergem em um contexto em que estão presentes um capitalismo financeiro, imperialista, permeado pela conquista do Estado democrático burguês, arejado pela participação política da classe trabalhadora e da consolidação do voto popular.

O neoliberalismo tem sua pedra de toque na obra de Friedrich Hayek, “O Caminho da Servidão”, alardeado pelo encontro de intelectuais e políticos na cidade de em Mont Pèlerin, na Suíça, em 1947<sup>7</sup>. A partir deste “manifesto”, o neoliberalismo ganhou adeptos divididos em três principais correntes (Moraes, 2001): a Escola Austríaca, de Ludwig Von Mises e Hayek; a Escola de Chicago, dentre eles, Theodoro W. Schultz, Gari Becker e Milton Friedman e a Escola da Virgínia ou public choice.<sup>8</sup>

Há, porém, um conjunto de preceitos comuns que congregam tais correntes. Destacaremos aqui a crença na ingovernabilidade da democracia e a convicção do mercado como depositário das liberdades individuais.

A sociedade, segundo os neoliberais, é um agregado de homens livres dispostos a realizar seus objetivos particulares através de trocas no mercado que é valorizado como lócus de contemplação do ser humano por proporcionar a produção, distribuição e consumo de bens de acordo com a vontade na compra e venda.

O Estado, no entanto, é o lócus da política, da decisão sobre a administração dos bens que não são lucrativos ao mercado e que são de utilidade coletiva. O jogo institucional, está circunscrito em oferecer à população apenas o que for, sem perigo de dúvida, objeto de interesse de todos os indivíduos.

As democracias modernas, segundo os neoliberais, tornam-se por esse motivo, lugar privilegiado de críticas por sua morosidade e impossibilidade de solucionar as questões mais relevantes de uma dada comunidade e este fato se dá por buscar insuflar no Estado tópicos que não devem ser de sua competência. Assim, “o grande mérito da doutrina liberal é ter reduzido a gama de questões que dependem de consenso a proporções adequadas a uma sociedade de homens livres” ( HAYEK, 1987, p. 83)

Friedman, popularizou as formulações de Hayek, ressaltando a irreparável contradição entre Estado e mercado, afirmando a atuação do Estado, um arena política, de interesses minoritários, que por sua própria dinâmica coercitiva dissemina por toda a comunidade um comportamento que imobiliza os indivíduos para a competitividade e causa a dependência dos pobres e a tirania dos ricos e o mercado como espaço apolítico de escolhas livres e beneficiamento recíproco dos agentes em ação por contemplar os objetivos individuais sem qualquer representação danosa.

Assim, segundo os neoliberais, nas sociedades em que a coletividade ainda não aceitou a dinâmica da livre negociação e comércio entre os agentes sociais, a democracia representativa

<sup>6</sup>o termo neoliberalismo passou a denominar um conjunto teórico e prático de reformulação das relações sociais contemporâneas.

<sup>7</sup> Estavam presentes na reunião historiadores como C. Wedgwood e Erich Eyck; filósofos e teólogos como Hans Barth, Karl Popper e Michael Polanyi; alguns jornalistas como Trygve Hoff, John Davenport, e Felix Morley e vários economistas como Hayek, Walter Eucken, , Lionel Robbins, John Jewkes, Carl Iverson, Ludwig Von Mises, Aaron Ditecor, Frank Graham, Maurice Allais, Milton Friedman e George Stigler (estes três últimos, futuros ganhadores do Prêmio Nobel de Economia)

<sup>8</sup> James M Buchanan e Gordon Tullock são expoentes desta escola e alçam influências com a publicação de *The Calculus of Consent* de 1962.

é ainda mais prejudicial que em sociedades assentadas sobre o princípio da livre iniciativa, pois fica mais suscetível à pressão e ao controle de grupos através dos mecanismos políticos que levam ao fortalecimento de interesses parciais em detrimento da prevalência das regras de uma economia livre.

*Em qualquer sociedade é impossível conquistar o consenso sobre todos os pontos de interesse comum na vida social, portanto, explica Hayek, "a democracia exige que as possibilidades de controle consciente se restrinjam aos campos em que existe verdadeiro acordo, e que, em certos campos, se confie no acaso: este é seu preço." (1987, p. 83)*

Assim, a inexistência deste consenso faz da democracia, concebida como objetivo único social de um suposto governo de maioria, depositária de distorções graves como: a manipulação dos eleitores, corrupção, fortalecimento do poder político, constituição de um espaço de pressão dos que não atingiram o nível desejado no mercado.

Esta concepção de democracia enfatiza claramente o fortalecimento do mercado e o arrefecimento do Estado e conseqüentemente o fechamento de canais de participação. É neste ponto trazemos a contribuição dos autores já citados cuja crítica basilar é quanto à independência das relações políticas e no interior do Estado das relações econômicas constitutivas da sociedade capitalista.

Naves, apoiado em Lênin,<sup>9</sup> insiste no obscurecimento do domínio burguês na democracia, justamente pela negação da relação entre as relações de produção e o Estado burguês, ao considerar apenas o âmbito legal da igualdade e liberdade, restringindo a luta pelo poder de Estado em luta pela forma de exercício do poder de Estado, negando o caráter classista da democracia ao universalizá-la.

Toledo atenta para o caráter de classe dos "aparelhos de hegemonia" nos quais há uma luta das classes pelo controle e utilização destes. Destaca que o poder autônomo da classe trabalhadora no Estado não é resultante da participação política apenas, mas é resultado de uma luta social ligada à dinâmica da produção com interpelações democráticas e populares, e não apenas centrada na ação político-eleitoral.

A legalização da luta de classes com a priorização do "consenso majoritário" e a desconsideração do papel da violência do Estado é destacada por Naves e Toledo.

Toledo e Naves, valorizam a democracia para a classe trabalhadora pelas possibilidades de organização e luta ideológica aberta, porém, destacam seu caráter mistificador no capitalismo pela ilusão do Estado neutro e condutor de consensos que legitima a ordem burguesa.

À luz deste debate impõe-se questionamentos quanto à atuação dos movimentos sociais neste contexto de hegemonia neoliberal, uma vez que esta se configurou na construção de espaços públicos, institucionalizados ou não, operando como reconhecimento da representação de interesses e permanente negociação, com vistas à ampliação dos direitos coletivos e de uma nova socializabilidade de cunho democrático, porém, o conjunto de proposições neoliberais, redefinem estes espaços por deslocar da esfera do público, estatal, coletivo, para o mercado o centro das relações sociais, desfigurando o "bem público". A democracia pode continuar a ser vista como um "valor universal"?

<sup>9</sup> O texto a que nos referimos intitula-se Estado e Revolução (1987), em que Lênin debate as formações capitalistas e sua relação com o Estado e sua superação.

## Americanismo e fordismo em tempos modernos

Lilian Victorino F. de Lima<sup>1</sup>

O propósito desta comunicação é apresentar alguns nexos entre a obra cinematográfica de Charles Chaplin, *Tempos Modernos* (USA, 1936) e a acurada análise do filósofo da práxis Antonio Gramsci sobre o tema Americanismo e fordismo (cadernos do cárcere nº22).

Uma das características dos filmes de Chaplin é a forma clara e direta como ele busca transmitir sua mensagem. Em *Tempos Modernos* seu último filme mudo produzido nos anos 30, logo de início a película avisa tratar-se de um filme sobre “a indústria, a iniciativa privada, a humanidade e a busca pela felicidade”.

Neste mesmo período Gramsci já se encontrava preso devido a importância de sua atuação política e seus ideais socialistas estarem na contramão da ideologia fascista que se fortalecia na Itália. Perseguido por Mussolini, Gramsci ficou encarcerado de 1927 até a 1937, período no qual foram escritos em pequenos papéis os atuais Cadernos do Cárcere, obra de inestimável valor para os que procuram ir além do campo das idéias e atuarem em busca da hegemonia, conceito fundamental na análise gramsciana.

Com seus filmes Chaplin buscava poder e prestígio, mas *Tempos Modernos* foi proibido na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini e também foi boicotado pelo “marcatismo” nos EUA. Longe de ser um revolucionário segundo os ideais marxistas, o criador e protagonista do personagem Carlitos pode ser lido aqui mais como um desempregado que sonha se ajustar ao mundo burguês do que como um líder comunista que sem querer segura uma bandeira vermelha na dianteira de um movimento grevista como nos foi transmitido pelo filme. Sua oposição irrefletida aos ditames do mundo capitalista é sintomática, mas não possui o poder organizativo dos “conselhos de fábrica” vividos por Gramsci de 1919-20. Neste contexto o exemplo americano era relevante para todo o mundo por isso ganhou atenção de Gramsci.

Cenas do “vagabundo” Carlitos com a moça andrajosa na loja de departamentos ou na calçada da família “ajustada” ao sistema, nos indicam que o sonho de Chaplin é um sonho pequeno burguês, visto que apesar das cenas de miséria, humor, ironia, fome e desespero o que o personagem busca é ter acesso aos bens oferecidos à poucos pelo novo processo de racionalização do trabalho. Chaplin denuncia, mas não propõe saídas para esse processo. E aqui devemos nos perguntar até que ponto a arte deve oferecer saídas para os problemas da humanidade ou sua importância reside na representação que esta faz de seu tempo?

Na figura de um herói tragicômico Chaplin retrata em *Tempos Modernos* a depressão político-econômica nos Estados Unidos dos anos 30. Esse período que durou de 1929 até 1941 foi responsável nos Estados Unidos por desemprego massivo, queda acentuada do produto interno bruto, declínio da produção industrial, marginalização de trabalhadores e crescente e aumento do poder policial em favor da classe burguesa.

<sup>1</sup> Pós-graduação em Ciências Sociais, FFC - Unesp/Marília - licagils@yahoo.com.br

Os símbolos da indústria capitalista estão presentes em todo o universo criado por Chaplin: o relógio indicando a hora dos trabalhadores marcarem seus cartões de ponto, as multidões que lotam os pátios da indústria fordista, a esteira de produção que caracteriza esse processo de acumulação, as lojas de departamentos que exibem inúmeros produtos cujo valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, as gigantescas máquinas que se impõem aos homens transformados em seu apêndice.

A respeito dessas transformações ocorridas nos Estados Unidos Gramsci considerou que "... o americanismo e fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática". As potencialidades de organização e racionalização da produção implementada por Ford atraem o interesse de Gramsci que se indagou: quais as características deste processo nos EUA e quais as possibilidades desta economia programática ser implantada na Itália, apesar de sua particularidade histórica?

Ao analisar a possibilidade de introdução desse modelo produtivo na Europa, Gramsci conclui que o fracasso dessa transposição reside na complexidade da história europeia cujas classes consideradas "parasitárias" devido aos sedimentos de "tradição", produziu uma espécie de "fossilização do pessoal estatal, dos intelectuais, do clero, da propriedade fundiária, do comércio de rapina e do exército", verdadeiros pensionistas da história econômica.

Como a América não teve tradição histórica e cultural, se comparada à velha Europa, não foi sufocada pela camada parasitária de nobres ou ainda pela plutocracia que na América se vincula ao capital industrial. Ali a indústria moderna encontrou base sadia para seu desenvolvimento industrial e comercial.

Assim, devido a condições históricas favoráveis os Estados Unidos estão na vanguarda desse processo de racionalização da produção, e o trabalho habilmente combinado de força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão dos altos salários, diversos benefícios sociais, propaganda ideológica e política, conseguiram centrar toda a vida do país na produção.

Como está posto no filme de Chaplin, Gramsci pondera que apesar de progressista, a racionalização da produção não é algo forjado sem conseqüências fundamentais, visto que existe todo um processo de manipulação e convencimento das "forças subalternas" para que estas sejam submetidas às novas metas de racionalização da produção capitalista.

Nesse sentido, *Tempos Modernos* é um clássico por nos mostrar nuances do processo de modernização industrial passando pela família burguesa e seus papéis sociais definidos para o homem e para a mulher, cujos instintos sexuais deveriam ser também racionalizados.

Para forjar esse novo tipo de trabalhador adequado a indústria fordista foram criados diversos tipos de leis proibicionistas como, por exemplo, as conhecidas leis contra o consumo de álcool e as punições contra todo tipo de conduta social que fosse considerada "vadiagem". Carlitos e seus companheiros desempregados são impulsionados a todo tipo de "rebelião", como nas cenas em que eles tomam vinho e experimentam produtos clandestinamente na loja de departamentos.

Dai por diante, qualquer atitude que contrarie o ritmo da esteira de produção será entendida como sinal de vadiagem, como quando vemos Chaplin ser advertido no banheiro por seu

patrão "Big-Brother" isto é, através de telas de TV que a tudo vigiam. Estas cenas indicam o caráter visionário do filme, a aliança entre Estado e controle empresarial através de todo tipo de aparato comunicacional.

Segundo Gramsci a indústria de Henri Ford foi a forma moderníssima de produção e de modo de trabalhar, tanto que a introdução do modelo fordista de produção encontrou resistências "intelectuais" e "morais" devido sua forma peculiarmente brutal e insidiosa de coagir os trabalhadores.

Tal brutalidade é expressa no surto nervoso sofrido pelo personagem de Chaplin quando este não se ajusta ao ritmo cada vez mais intenso da esteira de produção, ou quando ele é sugado pelas engrenagens da máquina cuja grandiosidade nos é apresentada em tomadas filmicas de cima para baixo. O pobre trabalhador que não se adapta psicofisicamente aos ditames da produção vive a mercê de seu patrão. O arrogante dono da Electro Steel Corp que quando não está brincando de montar quebra-cabeças está dando ordens e vigiando a produção.

Mesmo o dono da indústria não está seguro de seu lugar nas engrenagens do sistema visto que aparece tomando algum tipo de medicamento (talvez calmantes) antes de ler um jornal, cuja história da contra-capa nos mostra o conhecido herói das selvas Tarzan, que pode representar o caráter selvagem do sistema capitalista. As incertezas do patrão se consolidam com o posterior fechamento da fábrica.

Gramsci não pôde prever o que aconteceria após essas transformações no mundo do trabalho sob a égide do capitalismo, mas como nos aponta Del Roio (2005) o americanismo e o fordismo assumiram o caráter de "revolução passiva" ou saída conservadora devido as alterações produzidas nas relações de produção organizadas sobre novas bases e que por sua vez resultam na formação do "bloco histórico" sob a dinâmica do capital e suas contradições, ou seja, mantêm-se a hegemonia das classes dominantes.

Se como Gramsci apontou a "hegemonia nasce na fábrica" a fábrica fordista produziu a hegemonia da classe burguesa e esta constituiu seu "Bloco Histórico" no Estado capitalista cujo americanismo foi transformado em traço cultural das massas subalternas.

O contingente de reserva de trabalho fica perigosamente incluído neste processo e diversos operários representados em *Tempos Modernos* por Chaplin pensam que saídas individuais e românticas, seja pela alienação da religião ou por outras formas de má consciência, podem ser suficientes para contornar a situação de miséria imposta pela contradição inerente. Conforme a ideologia do Estado liberal não lhe cabe assumir funções de proteção aos seus membros, pois o poder de inserção no sistema fica a cargo das empresas capitalistas.

Nas cenas finais do filme a garota decide seguir Chaplin, mas após os primeiros passos ela se afasta e para lamentando-se. Assim todos veremos que adiante Chaplin estará sozinho novamente; triste sina para o operário que não se mobilizar em prol da constituição de uma nova hegemonia visando a formação de um novo "bloco histórico" sem contradições, ou seja, um Estado comunista.

## REFERÊNCIAS

CONY, C.H. (org.) **Chaplin: ensaio-antologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Americanismo e fordismo- 1934. (Cad.22) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ROIO DEL, M. **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)**. São Paulo: Xamã, 2005.

ROIO, DEL, M; SILVA, Edilene da Cruz. A crise do mundo do trabalho e a atualidade de Gramsci. In: **Revista Novos Rumos**. São Paulo: S/ano.

## Sociedade civil: Gramsci e o debate de inspiração habermasiana

Rodrigo de Souza Filho\*

### INTRODUÇÃO

O tema proposto centra-se na polémica contemporânea estabelecida em torno da concepção de sociedade civil. O presente trabalho, no entanto, focará, apenas, a concepção desenvolvida por Gramsci e aquela desenvolvida pelos autores que possuem como base as reflexões de Habermas.

É interessante notar que o *revival* contemporâneo do conceito de sociedade civil produz uma ruptura com a formulação clássica do conceito, na medida em que não possui como alicerce o vínculo entre a sociedade e o Estado - seja como identificação entre ambos, como no jusnaturalismo; seja como momento prévio ou contido no Estado, conforme Hegel formula; ou ainda, como associações civis que limitam o poder central e promovem a intervenção no Estado, de acordo com a perspectiva toquevilliana (Lavalle, 1999). Por outro lado, as "teorias contemporâneas da sociedade civil" possuem em comum, como afirma Avritzer, a ênfase na questão da organização da sociedade em substituição da idéia marxiana de superação da ordem capitalista (Avritzer, 1993).

Consideramos que nessa abordagem contemporânea, a concepção de sociedade civil de inspiração habermasiana apresenta-se com maior fôlego teórico, influenciando e sendo influenciada pelo debate contemporâneo.

Na medida em que as formulações referentes ao conceito de sociedade civil presentes na tradição marxista têm sido largamente desprezadas, consideramos oportuno o resgate das idéias daquele que, indubitavelmente, desenvolveu mais precisamente o conceito de sociedade civil: o pensador italiano Antonio Gramsci.

Através dessa *re-visitação*, o presente trabalho busca identificar as diferenças das proposições de Gramsci e das de inspiração habermasiana. Para tal, partimos da hipótese de que a análise gramsciana permite captar as novas expressões da sociedade civil e não é limitada para a formulação de um conceito de sociedade civil que tenha capacidade heurística. Para realizar essa tarefa nos deteremos em três aspectos que consideramos como sendo os elementos centrais de uma "teoria da sociedade civil" na perspectiva habermasiana, procurando confrontá-los com a matriz gramsciana, visando mostrar a pertinência da construção do conceito de sociedade civil elaborada pelo marxista italiano.

### AÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A **primeira dimensão** a destacar insere-se no debate sobre as propostas que estão vinculadas às duas perspectivas teóricas sobre a ação das organizações da sociedade civil. Habermas

\* Doutor em Serviço Social/UFRJ e Professor da Faculdade de Serviço Social/UFJF e da Escola de Serviço Social/UFRJ.



e seus seguidores possuem como proposta para a ação das organizações da sociedade civil a limitação e regulação do Estado e do mercado. Gramsci, por sua vez, visa à superação da ordem capitalista. Ou seja, apresenta como perspectiva a construção da "sociedade regulada" onde a sociedade civil absorveria a sociedade política e a economia sob a hegemonia de uma "vontade coletiva nacional-popular", marcada pela passagem dos interesses "econômico-corporativos" dos sujeitos coletivos para uma orientação "ético-política", superando, dessa forma, o sistema capitalista e sua sociedade de classes (Coutinho, 1998). Nesse sentido, a crítica desenvolvida por Avritzer à Gramsci carece de sustentação. Vejamos:

... a formulação da noção de sociedade civil em Gramsci não consegue poupar o conceito da efemeridade que a tradição marxiana atribui a todos os conceitos políticos. Se a sociedade civil constitui o locus da conquista da hegemonia, ela tem o **papel relativizado** pela tarefa de transformação da infra-estrutura e pelo **significado reduzido da política** na sociedade pós-revolucionária (Avritzer, 1993: 219. **Negritos nossos**).

Essa formulação de Avritzer apresenta duas ordens de problemas. O papel das organizações da sociedade civil na matriz gramsciana não é relativizado, mas sim ampliado, pois a tarefa deixa de ser - nos termos habermasianos - apenas evitar a colonização do mundo da vida e institucionalizar os discursos que visam a solucionar problemas, para ser a de criar e difundir uma hegemonia para superação da ordem capitalista. Portanto, uma tarefa de fôlego.

O outro aspecto a ser destacado na crítica de Avritzer é sua análise do significado reduzido da política na sociedade pós-revolucionária. Parece-nos extremamente coerente e positivo a redução do significado da política na fase pós-revolucionária, pois a política deixaria de ser um instrumento de dominação de classe, para se identificar com a gestão da "sociedade regulada", o que não implica no desaparecimento da política enquanto administração da *polis* (Coutinho, 1992).

Na ótica habermasiana, a perspectiva revolucionária poderia ser criticada ainda, alegando-se ausência de mediações para uma atuação na realidade imediata. No entanto, a noção de Estado ampliado e a estratégia revolucionária da "guerra de posição" de Gramsci permitem conceber a intervenção na conjuntura, de forma processual, sob uma proposição "reformista-revolucionária" (Coutinho, 1997). Dessa forma, a propalada "falta de mediações" e de estratégias marxistas para intervenção no "aqui-e-agora", visando à superação da ordem capitalista, deixa de existir. Assim, a primeira dimensão tratada nos permite explicitar a atualidade da matriz gramsciana.

#### **PAPEL POLÍTICO DA SOCIEDADE CIVIL**

A **segunda dimensão** que pretendemos debater está situada na concepção do papel político e social específico da sociedade civil. Habermas e seus seguidores procuram definir um papel político próprio para a sociedade civil que seria, sinteticamente, a "preservação do mundo da vida" e a "influência no sistema". Rejeitam, dessa maneira, uma perspectiva de sociedade civil como arena de disputas políticas e constroem uma noção de sociedade civil como sujeito político, com ethos próprio, "um campo onde prevalecem valores da solidariedade" (Vieira, 1997: 63).

Consideramos problemática a interpretação da sociedade civil como sujeito político, pois para tal interpretação ser possível é necessário que a sociedade civil seja um corpo homogêneo no que se refere aos seus valores e objetivos. Habermas fará a conversão da sociedade civil de espaço social para sujeito político. Entretanto, essa conversão carece de plausibilidade.

Para ser possível estabelecer um conjunto homogêneo compondo a sociedade civil é necessário ter uma concepção dualista da sociedade, onde a coordenação da ação social dá-se através da lógica interativa do mundo da vida ou através da lógica instrumental do sistema.

A complexidade social, entretanto, não nos permite tratar a sociedade a partir de uma disjunção e dualidade entre interação e sistema, sob pena de "perder a articulação entre o mundo da objetividade e o da subjetividade, questão nodal para a compreensão do ser social" (Antunes, 1999: 157). Dessa forma, a concepção gramsciana ao não pretender homogeneizar a sociedade civil, muito pelo contrário, ao garantir sua heterogeneidade, permite uma concepção articulada das diferentes lógicas e valores da sociedade que se expressam na sociedade civil, através das ações das organizações privadas ou aparelhos privados de hegemonia. Ao articularmos sociedade civil com sociedade política e estas com a infraestrutura, temos a concepção de bloco histórico o qual permite termos uma visão de totalidade da sociedade.

Dessa forma, Gramsci complexifica o arcabouço teórico para compreender a sociedade, evitando a disjunção e o dualismo habermasianos. A partir da perspectiva de totalidade fica evidente a impossibilidade de tratar a sociedade civil como sujeito político, pois como as organizações privadas ou aparelhos privados de hegemonia expressam a diversidade de valores e objetivos existentes na sociedade são elas que se configuram como sujeitos, não o seu conjunto: a sociedade civil. Sendo assim, a sociedade civil não possui um *ethos* valorativo próprio que a distingue das outras dimensões da sociedade o que não lhe permite, portanto, agir como sujeito.

#### AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A **terceira dimensão** situa-se na definição das instituições que compõem a sociedade civil. A indicação habermasiana sobre essa questão fundamenta-se na necessidade de tratar o surgimento de organizações de "tipo novo" no cenário das sociedades capitalistas desenvolvidas do pós-guerra (novos movimentos sociais, ONG's etc). Efetivamente, os novos movimentos sociais e as organizações não-governamentais configuram-se como algo novo na sociedade. Porém, apesar de Gramsci, obviamente, não ter mencionado tais organizações, o núcleo de sua concepção sobre a sociedade civil permite tal absorção se considerarmos, em sentido *lato*, essas organizações como "aparelhos privados de hegemonia". Ou seja, as organizações da sociedade civil, através de sua inserção social, difundem na sociedade, intencionalmente ou não, diversos valores e ideologias que estão colaborando para construção de uma determinada hegemonia, que pode contribuir para radicalização da democracia e superação do capitalismo, ou pode fortalecer a ordem vigente.

De forma geral, de acordo com certas críticas à concepção gramsciana, as organizações da sociedade civil não se encontram disputando hegemonia, visando à tomada do poder e a mudança da estrutura econômica, nem tampouco se encontram atreladas e/ou subordinadas ao partido político. Essa é uma interpretação extremamente equivocada.

Em primeiro lugar, a hegemonia em Gramsci engloba, como nos alerta Bobbio, tanto a direção política quanto a direção cultural da sociedade, portanto envolve não só o partido, "(...) mas todas as instituições da sociedade civil que tenham um nexos qualquer com a elaboração e a difusão da cultura" (Bobbio, 1982: 48). Nesse sentido, Gramsci não está preocupado em definir

uma relação orgânica entre organizações privadas de hegemonia e partido político em sentido estrito, pois para o autor o nexo se estabelece entre os valores e ideologias produzidos e a sua apropriação por "partidos" sejam eles identificados estritamente ou num sentido ampliado (Gramsci, 1991).

Em segundo lugar, as organizações da sociedade civil, mesmo apenas aquelas de "tipo novo", ao intervir na sociedade em nome da solidariedade, paz, altruísmo... (ou em nome de qualquer outra coisa) estão concretamente produzindo e difundido valores que se configuram como objetos de disputa hegemônica pelos "partidos" presentes na sociedade. Sendo assim, as organizações da sociedade civil, de forma consciente ou não, participam da disputa hegemônica, portanto participam concretamente da luta política por projetos de sociedade.

Além desses aspectos abordados sobre a definição das instituições que compõem a sociedade civil e seu papel político, parece que não situar os grupos de interesse no campo da sociedade civil, realizado pela concepção de inspiração habermasiana, é uma tentativa equivocada de "purificar" a sociedade civil. Ocorre assim, certa idealização sobre uma "virtude cívica, moral e ética" das organizações da sociedade civil, pois não estariam colonizadas pelo sistema. Por isso, caracterizar a sociedade civil como constituída somente pelas instituições ancoradas no "mundo da vida", eliminando sindicatos, partidos, grupos de interesse nos parece equivocado, pois algumas instituições estão mais voltadas para o mercado ou para a política que outras. O importante, então, é explicitar essa multiplicidade presente na sociedade civil e não procurar homogeneizá-la para construir um estatuto teórico, pois, dessa forma, acaba afastando a formulação da realidade.

Dessa forma, a terceira dimensão tratada indica, também, a fragilidade da conceituação desenvolvida sob inspiração habermasiana, ratificando, mais uma vez, a propriedade e a atualidade do conceito de sociedade civil elaborado pelo autor dos *Cadernos do Cárcere*.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. (1999). **Os Sentidos do Trabalho**, São Paulo, Boltempo Editorial.
- AVRITZER, L. (1993). Além da dicotomia Estado/mercado in: **Novos Estudos** N.36, S. Paulo, CEBRAP.
- BOBBIO, N. (1982). **O conceito de sociedade civil**, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- COUTINHO, C.N. (1992). **Gramsci - Um estudo sobre o pensamento político**, Rio de Janeiro, Campus.
- \_\_\_\_\_. (1997). Notas sobre cidadania e modernidade, in: **Praia Vermelha**, Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, UFRJ.
- \_\_\_\_\_. (1998). Socialismo e Democracia: A atualidade de Gramsci, in: Aggio, A. (org.) **Gramsci: A vitalidade de um pensamento**, São Paulo, Fundação Editora da UNESP.
- GRAMSCI, A. (1991). **Maquiavel a Política e o Estado Moderno**, 8ª ed., Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- LAVALLE, A. G. (1999). Crítica ao Modelo da Nova Sociedade Civil, in: **LUA NOVA**, N.47, São Paulo, CEDEC.
- VIEIRA, L. (1997). **Cidadania e Globalização**, Rio de Janeiro, Record.

# García Márquez e Gramsci: um diálogo

Anne Geraldí Pimentel<sup>1</sup>

## Introdução

Neste trabalho tento considerar a questão dos intelectuais na obra Gramsci através do personagem do último romance de Gabriel García Márquez,<sup>1</sup> *Memórias de minhas putas tristes*, um velho jornalista de uma cidade provinciana da Colômbia.<sup>2</sup> Utilizo o romance como um pretexto para levantar o tema. Assim, tem-se como objetivo a análise do personagem central de Gabriel García Márquez, em *Memórias de minhas putas tristes*, sob a óptica gramsciana, ou seja, sobre o que é e qual o tipo de intelectual pode-se encaixar o velho jornalista. Esta análise é justificada pela importância que Gramsci dá a questão dos intelectuais nos *Cadernos do cárcere*, o que “implicou a valorização dos agentes sociais que exercem atividades de natureza intelectual”<sup>3</sup> e dentre eles está o jornalista. Esta importância é reforçada por Beired, pois, para ele, “no contexto dos anos 20 e 30, nenhum outro grande pensador e militante de esquerda tinha dado tanta importância à categoria social dos intelectuais com fator explicativo da realidade sociopolítica”<sup>4</sup>. *Memórias de minhas putas tristes* é a biografia de um velho jornalista, que às vésperas de completar noventa anos, decidiu passar uma noite de amor com uma jovem virgem.

“No ano de meus noventa anos quis me dar de presente uma noite de amor louco com uma adolescente virgem.” Assim começam as nostalgias do personagem que protagoniza o recente romance de Gabriel García Márquez, *Memórias de minhas putas tristes*. O ancião, personagem do romance, resolve, então, ligar para uma antiga conhecida sua, dona de um prostíbulo clandestino, que consegue atender a este pedido de aniversário. É de esta forma que ele conhece o único amor de sua vida. Percebe-se, durante a narrativa, a dificuldade do personagem com a afetividade, não era de sua índole se envolver emocionalmente, o episódio em que ele

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, da Universidade Federal Fluminense – hannah\_agp@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Gabriel García Márquez, nascido em Aracataca, na Colômbia, aos seis dias do mês de março de 1928. Sua família se mudou para Cartagena das Índias quando o autor ainda era muito jovem, onde viveu até os 21 anos, quando se mudou para Barranquilla, sonhando em se formar em Direito. Entretanto, conheceu Alfonso Fuenmayor, uma das figuras mais importantes do jornalismo colombiano, “que foi a primeira pessoa que acreditou no talento de García Márquez e nas suas possibilidades para o jornalismo e a literatura, quando não se tinha lido uma linha escrita por ele”<sup>2</sup>, empregando-o no jornal *El Heraldo* (o mais importante de Barranquilla), pagando um salário ao jovem García Márquez de seu próprio bolso, pois o jornal não se encontrava em condições de manter mais nenhum funcionário. Foi desta forma que Gabriel García Márquez encontrou seu rumo na literatura e jornalismo.

<sup>3</sup> Conveniente mencionar que em sua obra literária de Gabriel García Márquez, a inspiração procede de sua própria vida ao retratar lugares, pessoas e histórias familiares. Como o próprio autor revela, em entrevista à Lidice Valenzuela (p. 105): “a pessoa não escreve vários livros, escreve um só livro ao longo de sua vida. Digamos que é um livro com muitos volumes. Enquanto a vida continua, a pessoa continua escrevendo. E depois, o que mais dói é que o último episódio, que certamente será muito importante e fundamental na vida de uma pessoa – o da morte –, é o único que não poderei escrever”.

<sup>4</sup> BEIRED, p. 122.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 123.

abandona a noiva no dia do casamento é ilustração deste temperamento: “não consegui dormir por causa do presságio de algo irremediável”,<sup>5</sup> levando uma vida sóbria e solitária, nunca se casou e, depois da morte de seus pais, quando tinha trinta e dois anos, continuou a viver na mesma casa e se sustentava com a aposentadoria de “domador de telegramas, com o salário de professor de gramática castelhana e latim e “quase nada com a crônica dominical que escrevi sem esmorecimento durante mais de meio século”<sup>6</sup>.

A primeira noite que teve com a jovem virgem, que foi chamada de Delgadina, fica adormecida, como nas demais noites que se seguiram. E ele (o ancião) passa a idealizá-la e se apaixona por esta imagem criada. Seu amor por esta criatura fica evidente quando suas crônicas dominicais tornam-se românticas: “No lugar da fórmula de folhetim tradicional que as crônicas tiveram desde sempre, as escrevi como cartas de amor que cada podia tornar suas”<sup>7</sup>.

Na formação intelectual do personagem foi sua mãe que teve grande influência. Florina de Dios, descendente de italianos, possuía certa cultura, “intérprete notável de Mozart, poliglota...”<sup>8</sup>, observase o gosto pela música clássica e pelo teatro. Além disso, grande importância na vida profissional do personagem, pois foi ela que levou uma de suas composições, ainda na adolescência, ao jornal da cidade e, a partir daí, passou a publicar suas crônicas todos os domingos: “minha mãe me levou pela mão aos dezenove anos para ver se conseguia publicar no *El Diario de La Paz* uma reportagem da vida escolar que eu havia escrito na aula de castelhano e retórica”<sup>9</sup>. Estas crônicas, publicadas pelo personagem descreviam, principalmente, cenas cotidianas. Assim, a principal atividade que Gabriel escolhe para seu personagem foi o jornalismo.

Assim, passo a traçar do conceito da categoria social dos intelectuais e entender a importância do papel dos intelectuais na transformação e conservação da sociedade. Para Gramsci, em seus *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”,<sup>10</sup> e estes intelectuais podem ser divididos em dois grupos: os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais. Os do primeiro grupo são criados na sociedade com uma função essencial no mundo da produção econômica, segundo Gramsci<sup>11</sup>, deve possuir capacidade técnica, não restrita a sua atividade, e capacidade de organizar a sociedade em geral. Os intelectuais tradicionais são categorias já preexistentes e que são “representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”. No caso do romance aludido, *Memória de minhas putas tristes*, o personagem central, o ancião jornalista, se encaixa no perfil de um intelectual tradicional, como tento confirmar ao longo do texto.

<sup>5</sup> MARQUEZ, p. 43.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 76.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 09.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>10</sup> GRAMSCI, 2004, p. 18.

<sup>11</sup> *Idem*, p.15.

Importante frisar que estes dois tipos de intelectuais existem em qualquer sistema de produção, seja feudal ou capitalista. Mas que, no entanto, alerta Gramsci<sup>12</sup>, a formação e elaboração deles, no mundo feudal ou no clássico, é uma questão que deve ser examinada à parte, pois são diferentes. Entretanto, me parece que Beired entende de outra forma, ao colocar que Gramsci conclui que "sob o capitalismo houve uma transição do trabalho intelectual de 'tipo tradicional' para o trabalho intelectual de 'tipo moderno'"<sup>13</sup>, o orgânico no seu entender, o autor passa a impressão de que há uma substituição gradual de um tipo para outro, que o intelectual orgânico é o intelectual moderno e o tradicional tem perdido espaço na sociedade moderna. Entender esta questão é importante porque, para Gramsci estes dois tipos de intelectuais fazem parte da dinâmica de uma sociedade, e existem, concomitantemente, pois são eles que irão estabelecer as contradições entre as classes sociais. Assim, parece errônea a conclusão a que se chega da leitura de Beired. Isto tem importância, neste trabalho, para ficar claro que existe a possibilidade de estes dois tipos de intelectuais estarem em qualquer sociedade, mesmo na Colômbia, que como se verá adiante possuiu outros problemas na formação de intelectuais tradicionais. Todavia, esta confusão pode ter sido dada devido a análise que Gramsci fez da formação dos intelectuais tradicionais em diferentes países, como Itália, França, Rússia, Inglaterra, Estados Unidos, América do Sul e Central, Japão e China. Destaco a consideração sobre a América do Sul e Central, por entender como fundamental para a proposta deste trabalho, posto que Gabriel García Márquez seja colombiano e que seu romance é ambientado neste país. Segundo Gramsci,<sup>14</sup> a inexistência de uma ampla categoria de intelectuais tradicionais está relacionada com uma "base industrial restrita e não desenvolveu superestruturas complexas", situação complicada pela diversidade da população, formada por uma grande quantidade de índios. Entretanto, isto não significa a total inexistência deste tipo de intelectual, mas apenas que sua formação é diferenciada (ou mesmo dificultada), recebendo segundo Gramsci, influência da colonização espanhola e portuguesa e, principalmente, de duas categorias de intelectuais tradicionais "fossilizadas": clero e militares.

A Colômbia, país em que é ambientado o romance, em tela, está localizada na América do Sul, não escapou a esta regra. Foi descoberta e colonizada pelos espanhóis, e teve sua população formada por uma grande diversidade, devido aos indígenas. Contudo, o personagem do livro de García Márquez é membro de uma classe restrita de intelectuais de uma cidade provinciana da Colômbia, e como foi visto acima, sua formação cultural teve grandes influências da mãe, possuía um grande leque de informações.

Como já foi comentado acima, uma das profissões do ancião era o jornalismo. E sua carreira começou quando sua mãe pagou para publicar algumas de suas crônicas, não chegou a fazer um curso de jornalismo, mesmo porque, no começo do século XIX, havia poucas escolas de jornalismo no mundo e, por isso, esta formação não era exigida. Mas, paulatinamente, criou-se a necessidade, conforme Gramsci,<sup>15</sup> de elaborar um "projeto orgânico, sistemático e argumentado. [...] Escola, academia, círculos de diferentes tipos, tais como instituições de elaboração colegiada da vida cultural. Revistas e jornais como meios para organizar e difundir determinados tipos de culturas".

<sup>12</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>13</sup> BEIRED, p. 127.

<sup>14</sup> GRAMSCI, 2004, p. 30 e 31.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 32.

No caderno 24, sobre o jornalismo, Gramsci, discute que o surgimento das escolas de jornalismo está vinculado ao princípio de que o jornalismo deve ser ensinado, não aprendido na prática. O que irá comprovar a hipótese de que o personagem seria um intelectual tradicional, posto que não faça parte de uma classe social organicamente criada. Mais sim, de uma categoria de intelectuais preexistentes.

O princípio de que o jornalismo deva ser ensinado e que não é racional deixar que o jornalista se forme por si mesmo, de modo casual, através da pura "prática", este princípio é vital e se imporá cada vez mais, à medida que o jornalismo, [...], vier a se tornar uma indústria mais complexa e um organismo civil mais responsável (GRAMSCI, 2004, p.212, grifei).

O jornal, *El Diario de La Paz*, em que trabalha o personagem de García Márquez passa por um processo de "reestruturação produtiva",<sup>16</sup> como narra o velho jornalista, devido ao "ímpeto cego com que entrou o século XX", "o progresso se transformou no mito da cidade".<sup>17</sup> "Tudo mudou", menos as crônicas do nosso ancião, que foi a "única coisa que permaneceu igual", por isso sua coluna deixou de ser publicada em um espaço privilegiado, ficando para a página onze.

Diz o personagem "o mundo avança. Sim, respondi, avança, mas dando voltas ao redor do sol". Esta iniciativa do personagem em conservar suas tradições e reproduzi-las também demonstra que ele é um intelectual do tipo tradicional. Representa, destarte, "uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas", como Gramsci<sup>18</sup> introduz o conceito deste tipo de intelectual.

Márquez coloca a data de maio de 2004, ao final das memórias, o que leva a crer que o ancião protagonista do romance deva ter nascido por volta do ano de 1914, início de um século de grandes transformações sociais, econômicas e culturais. Entretanto, este ancião manteve-se alheio, e até mesmo contrário, a estas mudanças. Fez, portanto, parte de uma categoria de intelectuais que emergiu "na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura"<sup>19</sup>.

Pode-se chegar a este resultado porque a função do intelectual orgânico na sociedade é de transformação, são gerados no bojo de uma sociedade e têm a função de reorganizá-la econômica, social e politicamente. E criam "as condições mais favoráveis à expansão da própria classe".<sup>20</sup> Desta forma, distinguindo as funções sociais destes intelectuais dos intelectuais do tipo tradicional, como o personagem de García Márquez, citado como exemplo.

---

<sup>16</sup> Não tive a intenção, ao utilizar este termo, de fazer analogia com todo o processo de reestruturação produtiva que tem sido falado nos últimos tempos, mas somente como uma forma de sinalizar que houve mudanças estruturais em todo o sistema de divulgação da cultura.

<sup>17</sup> MARQUEZ, p. 44.

<sup>18</sup> GRAMSCI, 2004, p. 16.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>20</sup> *Idem*, p.15.

## CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto, sobre as categorias de intelectuais que Gramsci faz referência em seu texto, *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, e a função que cada um deles exerce na sociedade. Um conserva as tradições do antigo sistema de produção, se consideram autônomos e independentes da classe social dominante, são os intelectuais tradicionais. O outro grupo, é criado, organicamente, com a função de reestruturar a sociedade, fazem parte de uma classe social dominante, ou pelo menos têm a função de reproduzi-la, são os intelectuais orgânicos.

Da análise destes tipos de intelectuais confrontadas com as características do personagem central do livro, que foi objeto de estudo, inferi que ele é um intelectual de tipo tradicional, que tem a necessidade de conservar, manter suas tradições. Tanto que em um momento de grandes mudanças sociais, econômicas e culturais, foi capaz de não ser influenciado; em momento algum o personagem entrou em conflito por causa destas transformações que ocorreram na Colômbia, cidade em que se passa a trama, muito pelo contrário, manteve-se alheio elas.

## REFERÊNCIAS

- BEIRED, José Luís Benchido. **A função social dos intelectuais**. In: AGGIO, A. (org). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3ª edição. Rio de Janeiro, 2004.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 6. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro, 2002.
- MARQUEZ, Gabriel García. **Memórias de minhas putas tristes**. Tradução Eric Nepomuceno. 10ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SAID, Edward W. **Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993**. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras.
- VALENZUELA, Lídice. **Realidade e nostalgia de García Márquez**. Tradução Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1991.





## A consolidação do projeto industrialista: Roberto Simonsen e o Congresso Brasileiro de Economia de 1943

Arthur de Aquino\*

Este trabalho consiste numa leitura dos anais do I Congresso Brasileiro de Economia e sua contextualização histórica, num momento de tomada de consciência de classe entre os industriais, e cuja liderança desse segmento parte de Roberto Simonsen – enquanto intelectual orgânico da fração de classe industrialista.

O Congresso ocorreu nas dependências da Associação Comercial do Rio de Janeiro, entre 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943. Consistiu na apresentação e discussão de teses dos congressistas dentro de oito comissões técnicas, cujas teses podiam ter três destinos: recomendada; aceita a título de esclarecimento; rejeitada. Esse Congresso é pensado por seus idealizadores a partir da necessidade de reivindicar do Estado a ajuda necessária para o crescimento do segmento industrial. A leitura do Congresso Brasileiro de Economia de 1943 é necessária para o entendimento da formação de uma consciência corporativa de classe por parte dos industriais do período. Foi também objetivo desse Congresso a formação de uma agência permanente – formada por técnicos do governo e das representações de classe – para a efetivação das recomendações do Congresso. O Congresso Brasileiro de Economia de 1943 forma uma tríade, juntamente com o Congresso Brasileiro da Indústria (São Paulo, 1944) e a Conferência das Classes Produtoras (I CONCLAP, Teresópolis, 1945). O centro da análise está na primeira comissão, a de planejamento agrícola e industrial. Entre as principais forças políticas, o capital, o Estado e o trabalho, estiveram representados nesse Congresso apenas os dois primeiros, *não estava o trabalho, representado*. As diferentes entidades representadas e os nomes ali com voz e voto articularam um projeto de nação concomitantes com os interesses do capital e do Estado: a reivindicação dos industriais pela difusão do taylorismo no Brasil,<sup>1</sup> por proteção por parte do Estado, e a tentativa de reafirmação da ordem política vigente – o Estado Novo, em vias de desagregação.

Sobre o industrialismo, o entendemos como uma ideologia em contraposição aos interesses da agricultura. Os industrialistas, que estão entre os desenvolvimentistas do setor privado, são uma fração de classe da burguesia do período, os quais defendem um projeto de nação para o Brasil, cujo escopo envolve o desenvolvimento da indústria pesada, a promoção do dinamismo da economia nacional, e reivindica o apoio estatal para seu projeto.<sup>2</sup> Assim, o

\* Ciências Sociais/UFSCar - Orientadora: Prof. Dra. Vera Alves Capêda (Ciências Sociais/ UFSCar)

<sup>1</sup> ver Nilton Vargas (1985, p. 178)

<sup>2</sup> Aqui fica claro o comportamento esquizofrênico dos industriais, principalmente no período 1930-60, uma vez que eles são, por um lado, liberais, e por outro, defendem a intervenção do Estado para protegê-los – seja contra o trabalho, seja contra o capital internacional. Assim, é comum encontrar nos anais do Congresso Brasileiro de Economia de 1943 citações ao economista Frederick List (1789-1846), que em *Sistema Nacional de Economia Política* (1989[1855]) coloca a nacionalidade como intermediária entre a “individualidade” e a “humanidade inteira” e defende uma proteção inicial da incipiente indústria alemã da época em relação a outros países (p.3-6).

projeto industrialista se choça de maneira frontal com os interesses da fração de classe burguesa agro-exportadora. O Congresso é marcado pela controvérsia em torno do planejamento econômico, entre Simonsen (desenvolvimentista, representante dos industriais) e Gudin (liberal, representante da burguesia mercantil-exportadora)

Sobre os intelectuais, parto do princípio de que eles não independem da *práxis* e tampouco de seu tempo histórico. A concepção de intelectual que usaremos aqui é a de Gramsci, onde a ideologia é a *weltanschauung* da classe dirigente, a hegemonia é a passagem da ideologia da sociedade política para a sociedade civil, e sua conseqüente materialização na sociedade civil, entendendo o intelectual orgânico como aquele que representa a sua classe – e está ligado inevitavelmente a ela, e ao seu tempo histórico. (PORTELLI, pp.20-39) Em *O Moderno Príncipe*, Gramsci pensa as duas dimensões sociais, a sociedade política e a sociedade civil, imaginando o partido político na intersecção dessas duas sociedades. A analogia com o *condottiere* de Maquiavel cabe aqui se pensarmos Roberto Simonsen como líder do segmento industrialista, possuidor de *virtú* (capacidade de liderança) e sua relação com a *fortuna* (as oportunidades, no reino do imponderável) cujo resultado positivo é a sujeição dos súditos ao seu controle; Aqui, o segmento industrial estando disperso, a *virtú* de Simonsen reside na capacidade de ordenamento dessa fração de classe, como já expusemos anteriormente, e o lugar certamente foi o I Congresso Brasileiro de Economia de 1943.

Eram as oito comissões técnicas que compunham o Congresso:<sup>3</sup> (I) Produção Agrícola e Industrial, onde foram discutidos o aproveitamento de recursos minerais do país, e o planejamento econômico agrícola e industrial; (II) Circulação e Transportes, onde foram discutidos os preços da agricultura e da indústria, a circulação interna e externa de mercadorias, a expansão das exportações (tendo em vista o fim da II Guerra Mundial); (III) Moedas e Bancos, cuja discussão abrangeu a organização do setor bancário e financeiro, assim como o controle da inflação e incentivo ao crédito; (IV) Investimentos, onde foram discutidas a entrada de capitais no país e a liquidez das empresas; (V) Finanças Públicas, onde foram discutidas a política econômica do pós-guerra e o significado dos impostos no contexto de desenvolvimento econômico; (VI) Planos Internacionais e de Caráter Social, onde foram discutidas a seguridade social, os planos de colonização do interior a partir da indústria e o comércio exterior; (VII) Pesquisas e Estudos Econômicos, sobre a orientação dos estudos de ciência econômica para o crescimento industrial brasileiro; (VIII) Atividades Econômicas do Estado, cujo principal debate foi sobre a intervenção do Estado na economia. Somam-se as atividades das comissões técnicas a comissão de redação, cujos trabalhos foram realizados entre o período vespertino e noturno de 9 a 17 de dezembro de 1943, onde foram discutidos todos os temas a partir das teses já anteriormente discutidas dentro das comissões técnicas.

Roberto Simonsen foi o presidente da I Comissão, Luiz Siegman seu vice-presidente, e seu secretário foi Paulo Eleutério. As discussões começam no âmbito da matriz energética, para

<sup>3</sup> Os anais do Congresso foram publicados em três volumes (o primeiro em 1943, o segundo em 1944 e o terceiro em 1945) pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. O primeiro volume (198p.) apresenta os discursos solenes de abertura e encerramento, o programa preliminar do Congresso, a relação dos membros e das entidades, o regimento, as comissões e as teses apresentadas. O segundo volume (635p.) trás os trabalhos da comissão de redação e das sessões no plenário. O terceiro volume (872p.) é dividido em duas partes: na primeira, apresenta as teses da comissão de produção agrícola e industrial; na segunda, da comissão de circulação e transportes.

então, ainda discorrendo sobre as riquezas naturais no Brasil, transpor a discussão para as particularidades geográficas regionais e os recursos naturais; a discussão passa para as preocupações em torno da agricultura propriamente; e por último a preocupação com o desenvolvimento industrial e a organização do trabalho. As discussões diretas entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen nas sessões do plenário geral do I Congresso Brasileiro de Economia de 1943 ocorreram na quarta sessão ordinária – de 16 de dezembro, às nove horas.

Nessa sessão foram discutidos as atribuições do Banco Central e o problema da inflação. Simonsen, em resposta a Gudin, criticou a “intromissão” do Banco Central no destino das verbas públicas para o fomento à produção, assim como o poder de decisão do Banco nos programas de desenvolvimento da mesma (pp.421-2). Essa querela entre Gudin e Simonsen toma outro aspecto da questão, que é a autonomia sobre a verba destinada pelo Banco Central aos produtores industriais e agrícolas: Simonsen não queria a intervenção do Estado no destino das verbas públicas destinadas à produção; enquanto que Gudin foi a favor do controle dessas verbas pelo Estado, se opondo a Simonsen, e com o apoio de Eduardo Lopes Rodrigues, Alde Sampaio e Jurandir Pires Ferreira. O ponto pacífico entre Gudin e Simonsen foi, justamente, quando Gudin deixou claro que a intervenção não protegeria a classe trabalhadora.<sup>4</sup>

Outro ponto de discussão foi a função orientadora do Banco Central. O Banco nasceria sem capital, uma vez que se previra a ajuda do Banco do Brasil; dessa maneira, a redação final, citada por Gudin, com relação aos recursos do Banco Central, atribuía a ele “Orientar a aplicação dos recursos disponíveis<sup>5</sup>”, ou seja, ignorar as diversas vontades das autarquias, em prol de uma unidade decisória. Nesse ponto, Simonsen e Gudin estavam em ponto pacífico. Mas o conflito estava em determinar qual o lugar destinado aos excedentes de capital industrial: Gudin afirmou que o excedente financeiro geraria inflação, então – via controle da quantidade de moeda em circulação – a medida a ser adotada seria a absorção em títulos públicos desse excedente pelo Estado; Simonsen, por outro lado, entendia que os sucessivos reinvestimentos do capital, que permaneceria no setor privado, levariam ao equilíbrio de mercado, uma vez que o desenvolvimento estaria pautado no crescimento da demanda.

As conclusões da primeira comissão aprovadas em plenário que foram para as recomendações do Congresso ao Estado foram divididas em 3 grupos. O primeiro, sobre organização econômica para o aproveitamento dos recursos minerais do país, considerou a necessidade e o potencial da produção de energia combustível (carvão mineral e petróleo) e da necessidade de transportes eficientes. Nesse sentido, recomendou o desenvolvimento da pesquisa geográfica, o aproveitamento das quedas d’água para a produção de energia hidrelétrica, tendo o Estado como empreendedor onde a iniciativa privada for fraca. O alto custo do setor mineiro levaria a admissão de capital estrangeiro não preponderante.

O segundo grupo, sobre a organização da agricultura, recomendou a criação pelo governo de um conselho nacional de economia agrária, o qual estude a criação de convênios agrícolas (entre os governos municipais, estaduais e federal), assim como um plano de fomento à agricultura; A execução, pelo Estado de um programa de aparelhamento da lavoura, assim como a obrigatoriedade do uso de sementes selecionadas pelos órgãos públicos competentes,

<sup>4</sup> I Congresso Brasileiro de Economia, vol.2, p.425.

<sup>5</sup> op.cit, p.426.

e fornecimento de crédito bancário ao setor privado agrícola pelo Estado, que também deve ser o comprador do excedente agrícola; A comissão recomenda o tabelamento mínimo de preços da lavoura – com preferência aos gêneros alimentícios.

O terceiro grupo, sobre desenvolvimento industrial, considerou que as atividades industriais se conjugam com as agrícolas, e daí recomendou que o poder público intensificasse a industrialização através da criação do Ministério da Economia Nacional. Recomendou que a Indústria de Base seja empreendida pelo Estado, assim como que se melhore as condições econômicas das fábricas. Recomendou a difusão da organização científica do trabalho (OCT), a adoção de programas de pesquisa e desenvolvimento científico pelas empresas, assim como a intensificação da assistência social aos trabalhadores da indústria – já materializada à época com a fundação do SENAI.

Uma leitura aprofundada do Congresso de Economia de 1943 nos revela que ele não se limitou num momento de reivindicação dos industriais, mas sim na formação de uma consciência orgânica e corporativa da fração de classe burguesa industrialista, assim como a consolidação de um projeto de nação para o Brasil: corporativo, desenvolvimentista e nacionalista.

## Referências

- CEPEDA, Vera Alves. *Roberto Simonsen e a Formação da Ideologia Industrial no Brasil – Limites e Impasses*. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de doutorado, 2003 (edição revisada).
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ªed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses: Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930 – 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. *O Moderno Príncipe in Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MOORE JR., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos, 1975.
- PORTELLI, Hugo. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VARGAS, Nilton. *Gênese e Difusão do Taylorismo no Brasil*. Ciências Sociais Hoje, 1985, pp.155-187.

## Revolução passiva e transformismo em Gramsci

David Maciel\*

Os conceitos de revolução passiva e de transformismo são intimamente relacionados nas análises histórico-políticas realizadas por Gramsci, devendo ser pensados como elementos constitutivos de uma teoria explicativa da mudança histórica, elaborada para a compreensão dos distintos processos de revolução burguesa e de construção da hegemonia burguesa, ao longo dos séculos XIX e XX.

De acordo com a formulação de Gramsci, “pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior de forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (GRAMSCI, 2002:317). Em suas análises históricas o conceito de revolução passiva aplica-se tanto a processos de mudança histórica onde uma dada ordem social pré-capitalista é substituída por outra, de caráter capitalista, processos de revolução burguesa em sentido restrito; quanto a processos de manutenção da ordem social capitalista, revolução burguesa em sentido amplo. Em outras palavras, a revolução passiva expressa uma modalidade de mudança histórica presente tanto no processo de destruição da velha ordem e de criação de uma nova ordem social, como no caso do “*Risorgimento*” (processo de unificação italiana), quanto na passagem de uma fase a outra de uma mesma ordem social, como o Fascismo na Itália e o Americanismo-fordismo nos EUA, que expressaram a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista nestes países, ou, conforme Gramsci, uma “economia programática” (GRAMSCI, 2002:11-128; 1978:221- 224; 1976: 375- 413).

Claro está que esta modalidade de superação de uma ordem social por outra, que passou a predominar a partir de determinado período histórico, difere estruturalmente do modelo jacobino, discutido por Gramsci na análise do “*Risorgimento*” italiano e na análise da sociedade francesa, daí a sua caracterização pelo conceito de revolução passiva. Como tipo específico de mudança histórica, o processo de revolução passiva se explica em função das próprias condições presentes em determinada formação social, que impedem uma transformação social “de baixo para cima”, onde predomine francamente um “contínuo processo de formação e de dissolução, seguido de formações mais complexas e ricas de possibilidades”, “revolução permanente”, e se crie um “consenso permanentemente organizado” (GRAMSCI, 1976:113-114).

O caso do “*Risorgimento*” italiano, estudado por Gramsci, expressa uma modalidade passiva de revolução burguesa, onde as diversas frações burguesas tem grande dificuldade de liderar (dirigir) um movimento de ruptura com a ordem pré-capitalista vigente, com base no apoio ativo das massas populares, recorrendo, ao contrário, a uma postura conciliadora e “adesista” diante das antigas classes dominantes (a aristocracia) e de seu Estado (o Reino do Piemonte)

\* David Maciel é mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

e a um método transformista de cooptação das forças populares ("jacobinas", democrático-populares). Segundo Gramsci, "o importante é aprofundar o significado que tem uma função como a do 'Piemonte' nas revoluções passivas, isto é, o fato de que um Estado substitui os grupos sociais locais, ao dirigir uma luta de renovação. É um dos casos em que estes grupos tem a função de 'domínio', e não de 'direção': ditadura sem hegemonia" (GRAMSCI, 2002:330).

O Americanismo-fordismo e o Fascismo configuram-se como exemplos históricos de outra variante do processo de revolução passiva, aquela em que ocorre a passagem para um novo estágio da ordem social capitalista, que exige a reposição da hegemonia/dominação burguesa em novos termos, com base na realização de inúmeras iniciativas "moleculares", que, fatalmente, modificam a composição de forças precedente em favor de um movimento "progressista", ou seja, de intensificação e ampliação das relações sociais capitalistas. Nos dois casos opera-se a passagem da fase concorrencial para a fase monopolista do capitalismo, tendo a experiência norte-americana como a "matriz" deste processo, que, por caminhos diferentes, como o Fascismo, se transfere para a Europa, "atualizando" a própria civilização burguesa nascida em seu interior, mas "aclimatada" em melhores condições nos EUA (GRAMSCI, 1976:412-413). Na verdade, para Gramsci o Fascismo manifesta uma forma "imperfeita" de implantação do Americanismo-fordismo, imperfeição devida tanto às condições gerais da "civilização burguesa" na Europa, onde as "camadas geológicas" do velho mundo feudal ainda se fazem presentes no solo histórico do capitalismo, quanto às condições particulares na Itália, onde estas camadas foram fortalecidas por uma "revolução passiva".

Nas análises históricas que realizou sobre o "Risorgimento" italiano, Gramsci utiliza largamente o conceito de transformismo, associando-o de forma orgânica ao conceito de revolução passiva. Segundo ele: "O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a 'revolução-restauração' ou 'revolução passiva', a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália" (GRAMSCI, 2002:286), ou seja, o transformismo é a forma de um processo de mudança histórica cujo conteúdo é a revolução passiva, ou o método das "modificações moleculares".

No "Risorgimento" Gramsci localiza dois tipos transformistas distintos, ocorridos em momentos diferentes. Desde o início da unificação italiana até o final do século XX, Gramsci localiza um movimento transformista primitivo, de tipo "molecular", onde "as personalidades políticas originárias dos partidos democráticos de oposição incorporam-se gradualmente à classe política conservadora-moderada". Após 1900, formações políticas inteiras aderem à classe política conservadora, por meio da formação de novos "partidos-auxiliares" e/ou da absorção ideológica, caracterizando um novo tipo de transformismo. Podemos então concluir que o transformismo "molecular" se manifesta quando as forças dominantes operam um movimento de cooptação sobre os líderes (intelectuais orgânicos) das forças oponentes, decapitando-as, "sob formas e com meios que se podem chamar de 'liberais', isto é, através da iniciativa individual, 'molecular', 'privada' (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa)" (GRAMSCI, 2002: 63).

Grande parte da análise de Gramsci sobre o "Risorgimento" parece fundamentalmente assentada nesta modalidade de transformismo, onde a direção política das forças dominantes se impõe sobre as forças oponentes fundamentalmente por meio da sua anulação como sujeitos políticos. Podemos então considerar que o transformismo "molecular" opera negativamente,

levando as forças oponentes à desarticulação e desmobilização. No entanto, o segundo tipo de transformismo, que chamaremos aqui de “ampliado”, se configura como um método muito mais duradouro e eficaz, pois permite a preservação das forças oponentes na arena da disputa política, porém, anulando progressivamente seu caráter contra-hegemônico, sem, necessariamente, “decapitá-las”. Neste caso, uma série de operações de ordem econômico-social, ideológica e política podem ser desenvolvidas para viabilizar a revolução passiva, ligadas, fundamentalmente, a um processo de redefinição do “modo de ser e agir” das forças oponentes, diretamente relacionado à alteração de sua práxis social e conseqüentemente de sua práxis política. Gramsci aborda este segundo tipo nas análises histórico-políticas que realizou sobre “Risorgimento” italiano, mas é nas análises do Americanismo-fordismo e do Fascismo italiano que tal procedimento se apresenta de forma mais frequente.

Na análise do “Risorgimento” italiano, consideramos que o transformismo “em sentido ampliado” se manifesta quando Gramsci destaca o papel do Estado piemontês como base militar, diplomática e burocrática do Partido Moderado e da burguesia no processo de unificação e da própria constituição do Estado italiano; ao tirar dos jesuítas o monopólio da educação, golpeando a força intelectual da Igreja Católica e atraindo os intelectuais para a hegemonia moderada; ao praticamente “anexar” o Reino de Nápoles com o apoio das milícias de Garibaldi; ao atrair “espontaneamente” os intelectuais moderados, organicamente enraizados nas “classes altas”, como membros da burocracia piemontesa; ao obrigar o Papado a correções de rota à esquerda e à direita até à adoção do popularismo, isto é da doutrina social da Igreja (Encíclica “Rerum Novarum” de Leão XIII), como fulcro de sua política mundial; ao definir os moldes institucionais dentro dos quais o Estado italiano se formou (GRAMSCI, 2002:62-66, 98, 100- 105). Estas considerações sugerem que a função dirigente do Estado piemontês no “Risorgimento” italiano permitiu-lhe definir as bases e os limites da luta política em torno da unificação, “modelando” a arena da disputa política e determinando a práxis política dos respectivos agentes, desde os liberais-moderados, até os democrata-populares do Partido da Ação, passando pelos “neoguefos” (vaticanistas). Esta direção também foi exercida no campo ideológico, com o Estado garantindo às forças vitoriosas no “Risorgimento”, aos “moderados”, as condições jurídicas e práticas para o predomínio da sua interpretação da história italiana e da sua concepção sobre a unificação, garantindo a “educação” das novas gerações conforme a direção intelectual-moral moderada.

No estudo do Americanismo-fordismo nos EUA o transformismo ampliado aparece de forma estrutural e, a nosso ver, associado organicamente à segunda variante de revolução passiva. Para Gramsci, a instalação dos métodos de produção e organização fordistas/tayloristas exigiu a criação de uma forma superior da “civilização burguesa”, “americanista”, em que os trabalhadores foram “educados/assimilados” por meio de uma série de operações. Operações ligadas desde à reestruturação do processo produtivo, no qual o trabalhador teve que desenvolver habilidades físicas e psicofísicas ligadas à especialização, à concentração, à organização e à rapidez, tornando-se um “gorila domesticado”, mas racional; até o estabelecimento de um “modo de vida” definido por uma “moral sexual proibicionista” fortemente valorizadora da monogamia, do casamento e da família, mas também por novos hábitos de habitação, nutrição, etc, viabilizados materialmente por uma renda salarial significativamente superior à média, praticamente “comprando” a adesão dos trabalhadores e ferindo mortalmente a combatividade dos sindicatos. Por sua vez, a “passivização” dos sindicatos



não exigiu a sua destruição, ao contrário, seu “destroncamento” implicou no seu redimensionamento como aparelho de hegemonia, agora a serviço da hegemonia burguesa e das operações exigidas pela fordistização da classe operária e não mais a serviço da combatividade operária e da contra-hegemonia. Neste processo, o Estado teve um papel importante, regulamentando o novo “modo de vida” ao mesmo tempo em que reprimia os comportamentos tidos como “desviantes” (veja-se o exemplo da “lei seca”). O “puritanismo” também teve um papel importante na conformação da praxis operária como ideologia “proibicionista”, ascética, elaborada e divulgada por diversos aparelhos de hegemonia, desde a escola e as igrejas até instituições “filantrópicas” como o Rotary Club, a Associação Cristã de Moços (YMCA), etc. A hegemonia nasce na fábrica, mas se generaliza pelas outras instâncias da estrutura social (GRAMSCI, 1976:375- 413). Nestas condições, a hegemonia burguesa como que se “naturaliza” como “modo de vida”, como “modo de ser e agir”, daí Gramsci designar o americanismo como forma superior da civilização burguesa “européia”.

No caso do Fascismo italiano, o transformismo ampliado aparece de modo imperfeito, menos “espontâneo”, menos “natural”, exigindo que a “modelagem” da práxis social e política das forças oponentes se faça acompanhar de mecanismos abertamente coercitivos, “decapitando” suas lideranças, ou mesmo abolindo alguns de seus aparelhos de hegemonia. No entanto, medidas como a instalação do corporativismo, como forma encontrada pelo Estado para “moldar” os trabalhadores à fábrica fordizada e anular a organização sindical combativa, o desenvolvimento de uma política francamente industrialista e voltada para orientar a economia segundo um plano (GRAMSCI, 1976:384- 386), além do próprio papel do partido e do regime totalitários como elementos de mobilização das massas e modelagem de forças e instituições políticas, evidenciam tentativas semelhantes às adotadas nos EUA, porém com muito maior dose de repressão, com o Estado intervindo de forma muito mais ampla. Neste caso a “decapitação” das forças oponentes, particularmente a classe operária, se deu “por cima”, com o desbaratamento de suas organizações e a repressão sobre seus dirigentes. No entanto, seu potencial de mobilização não foi desprezado, ao contrário, sendo utilizado em favor do regime fascista por meio do partido e dos sindicatos, principalmente.

Deste modo, nestas situações de transformismo ampliado os elementos estruturais, permanentes, institucionais, prevalecem sobre a simples ação voluntarista, “privada”, “liberal”, como diria Gramsci, dos agentes sociais e políticos, impondo-lhes constrangimentos e limites. Gramsci tem clareza desta situação quando afirma: “Sobre a revolução passiva. Protagonistas os ‘fatos’, por assim dizer, e não os ‘homens individuais’. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase” (GRAMSCI, 2002:328).

## REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. segunda edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. *Concepção dialética da história*. Terceira edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Volume 5. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

## Para compreender os *Cadernos do cárcere*

Tatiana Fonseca Oliveira\*

Para fazer uma espécie de «arqueologia» do pensamento de Gramsci, entender «o ritmo geral de suas idéias»<sup>1</sup> e trazer à lume o seu entendimento sobre o marxismo, a sua «filosofia da práxis» e, conseqüentemente, de «sociedade civil» nos *Cadernos do cárcere* – é necessário também discutir o que entendia por marxismo os quatro significativos interlocutores adotados por Gramsci, não só nos seus escritos carcerários como nos seus escritos anteriores: os neo-idealistas italianos Benedetto Croce e Giovanni Gentile, o teórico francês do sindicalismo-revolucionário Georges Sorel e, o primeiro grande marxista italiano, Antonio Labriola.

É importante ainda contextualizar e reconstituir a discussão crítica feita por nosso autor com os teóricos do materialismo vulgar, mecanicista, da *II Internacional* e com o movimento revisionista, que teve na Itália como maior representante o já citado B. Croce (e Gentile, para uma maior compreensão da própria obra do autor napolitano). Nessa ordem, ainda que suas críticas se concentrem na figura de Croce, o «intelectual nacional», Gramsci não deixa de estar com isso discutindo com o revisionismo como um todo, ou seja, com os intelectuais do revisionismo europeu, ainda que o endereço de suas críticas não seja exatamente a esses.

Nesse interim, é pertinente identificar não somente os aspectos expulsos, mas os absorvidos da obra de Croce (uma vez que esse intelectual «retraduziu o marxismo», e nessa «retradução» apresenta avanços e retrocessos) por parte de Gramsci na elaboração de seu marxismo, de sua «filosofia da práxis». Vale lembrar, inclusive, que o próprio Gramsci avalizava o pensamento croceano também como um instrumental contra o próprio materialismo vulgar, mecanicista. Daí a importância fundamental de se entender não somente a obra de Marx, Lênin, Labriola, dentre outros, mas também a obra croceana e, assim, ir «às fontes» do pensamento gramsciano.

Em outras palavras, ocupar-se do pensamento de Labriola, Croce, Gentile e Sorel – sem com isso prescindir de um estudo sobre o pensamento de N. Lênin, R. Luxemburgo, R. Mondolfo, A. Loria e N. Bukhárin, entre outros (e, no que diz respeito ao revolucionário bolchevique, consideramos Gramsci o seu maior herdeiro) – é um meio imprescindível para se aproximar do pensamento de Gramsci, de estar «più vicino» ao autor, de «refazer» toda a sua discussão científico-filosófica, sua reflexão crítica, uma vez que acreditamos que os seus *Cadernos* não podem ser reduzidos a um «programa tático-político» de revolução, apesar do mesmo não está descolado da totalidade de sua obra e consideramos a sua importância. Em síntese, não devemos enquadrar apenas esse aspecto teórico político do pensamento de Gramsci, pois antes da fotografia existe uma realidade em movimento.

\* Doutoranda em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-SP / Brasil. Fez parte de sua pesquisa de doutorado no *Istituto di Scienze Filosofiche e Pedagogiche 'Pasquale Salvucci' dell'Università degli Studi di Urbino 'Carlo Bo'*, na Itália - tatlioliv@unicamp.br e fonsecatiana@libero.it.

<sup>1</sup> GERRATANA, Valentino. *Gramsci: problemi di método*. Roma: Editori Riuniti, 1997, p. 8.

Consciente da necessidade de universalização da Revolução de Outubro de 1917, Gramsci empenha-se numa luta em prol do comunismo e procura também entender o caminho tomado não apenas pelo seu país, mas pelo «Ocidente» (ainda que esse termo seja metaforizado): o do nazifascismo em detrimento do socialismo. Em outras palavras, Gramsci preocupa-se em obter uma resposta do porquê a Itália, a Alemanha, o «Ocidente», foram submersos numa ordem sócio-política nazifascista ou numa ordem liberal-conservadora, apresentando ambas, ainda que com especificidades, um forte poder de revigoramento do capitalismo e permanecendo por isso mesmo insensível à mensagem do comunismo. Já no cárcere fascista, procura então através de seus estudos e escritos dar continuidade a sua luta, a uma necessária renovação da «filosofia da práxis» como forma de compreensão da totalidade social, do que é a «vontade coletiva» e de como deve ser abordado o problema do partido, do Estado e do intelectual, enquanto mediações importantes para transformação do mundo, para edificação do socialismo e de uma ética comunista.

Entender então a «filosofia da práxis» gramsciana, em particular nos *Cadernos* - e aí repetimos: os seus escritos por excelência de completa maturidade -, corresponde diretamente em compreender a sua «concepção de mundo», portanto, de sociedade (civil) e, assim, o que ele concebe essencialmente por história e por transformação da realidade, por hegemonia. Essa deve ser a grande busca para qualquer estudioso do pensamento gramsciano!

Para compreender a «filosofia da práxis» nos *Cadernos* é fundamental ainda analisar como a herança croceana-gentiliana permitiu ao nosso autor fazer a importante identificação entre filosofia e história, e a política passa a ser o elemento mediador dessa identificação. Defendemos que, numa primeira medida, essa forma de conceber a política tem sua origem nas particulares leituras que o autor sardo faz de Lênin e, numa segunda medida, nasce da sua crítica a concepção moralista de história do próprio Benedetto Croce, ao mesmo tempo em que é também proveniente da tese do «circolo della realtà» do autor napolitano; e, numa terceira medida, é proveniente de suas leituras da obra de Rodolfo Mondolfo - ainda que essa aproximação à obra de Mondolfo, não signifique uma negação da obra de Antonio Labriola.

Defendemos que os escritos de Gramsci apresentam fundamentos ontológicos, mesmo não sendo esta uma obra onde podemos verificar uma «centralidade do trabalho», mas sim uma «centralidade da política». A esse propósito, concordamos com Martelli,<sup>2</sup> Oldrini<sup>3</sup> e Tertulian,<sup>4</sup> por exemplo, de que um paralelo das teorias dos *Cadernos* com o último G. Lukács pode ser esclarecedor. De fato, tanto Gramsci como Lukács procuraram renovar, atualizar, o marxismo através de suas incisivas oposições ao determinismo positivista-mecanicista da *II e III Internacional*, ao neo-idealismo e neo-kantismo (a sociologia analítica de Rickert, Dilthey e Weber na Alemanha e Croce e Gentile na Itália, para darmos poucos exemplos), ao indicarem um caminho para a construção de uma «nova ontologia», uma nova concepção do ser social, uma «nova concepção de mundo», para usarmos uma expressão freqüente em Gramsci. Para os autores o marxismo não é somente um «método» interpretativo de mundo, mas também uma «nova concepção de mundo» que opera a favor de

<sup>2</sup> MARTELLI, Michele. *Gramsci, filosofo della politica*. Milano: Unicopli, 2000, p. 23.

<sup>3</sup> OLDRINI, Guido. *Gramsci e Lukács, avversari del marxismo della II Internazionale*, in "Giornale critico della filosofia italiana", fascicolo II, maggio-agosto 1991., pp. 178-194.

<sup>4</sup> TERTULIAN, Nicolas. *Gramsci, l'anti-Croce e la filosofia di Lukács*, in "Marx Centouno", n° 7, 1988, p. 61-70.

uma transformação radical, ou seja, a favor do comunismo. Ambos os autores não abortam a concepção de utopia quando identificam filosofia e história, quando consideram o passado e o presente para se entender o devenir social.

Em outras palavras, é necessário resgatar a obra de Gramsci como uma obra ontológica, ou seja, como uma obra de reflexão sobre o complexo social. Os últimos escritos de nosso comunista não pode ser concebidos apenas como um programa teórico-político, ainda que não apresente uma «centralidade do trabalho» e sim apresente uma «centralidade da política», mas também como uma reflexão sobre o ser social. Os *Cadernos* de Gramsci devem ser considerados não apenas em seu contexto, mas na sua totalidade - e para «totalidade» não entendemos apenas o seu contexto histórico e os diversos diálogos travados por Gramsci contra o marxismo vulgar e o revisionismo italiano, mas como uma obra dotada de uma «concepção de mundo» e de uma ética revolucionária e que por isso mesmo mantém a sua atualidade e universalidade.

Para relembra o que nos ensinou o próprio Gramsci nos *Cadernos* é importante compreender o pensamento de um autor, concretizado na sua obra, numa dimensão que vá além de seus dados biográficos e cronológicos; é necessário identificar os elementos críticos-permanentes, próprios e originais do seu pensamento, sem esquecer que «utopia tem o seu valor filosófico». «Deve-se fazer preliminarmente um trabalho filológico minucioso e conduzido com o máximo escrúpulo, exatidão e honestidade científica [...]» de seus escritos, ao mesmo tempo, em que devemos sempre entendê-lo enquanto expressão revolucionária, de uma «vontade coletiva permanente» para a construção de uma renovada «hegemonia cultural», que ponha fim ao mundo dividido em classes sociais.

Nesse sentido, não abjuramos uma análise imanente dos *Cadernos* e não os descolaremos do seu contexto histórico, contudo, afirmamos ser a obra gramsciana antes de tudo, uma obra de um revolucionário comunista, que recoloca questões ainda hoje profundamente pertinentes e que indica caminhos para a superação de nosso fragmentado mundo regido pelo capital – é isso o que entendemos por «vitalidade de um pensamento».

Mesmo sendo os *Cadernos*, inquestionavelmente, uma «opera aperta», inconclusa, ou ainda uma obra cujo autor adotou, como sabemos, muitas vezes a linguagem filosófica de seus próprios adversários é possível se ter uma compreensão largamente aproximada do que foi deixado. Concordamos, nesse ponto, com Mateucci<sup>6</sup> que é possível se obter um desenho da totalidade da mesma, pois para algumas discussões filosóficas-políticas gramscianas, não se tem prismas a ser considerados. Sendo assim, os *Cadernos* não é um corpo a ser dissecado anatomicamente, perdendo de vista a vitalidade da discussão, inicialmente conduzida pelo próprio Gramsci; o de compreender as idéias de um autor não apenas em seu sentido «metodológico ou gnosiológico», mas em seu sentido «orgânico», enquanto uma totalidade de idéias que sempre expressam uma determinada «concepção de mundo» (no sentido propriamente da palavra alemã *Weltanschauung*) e de transformação radical do mesmo, ou seja, uma utopia que não tem claramente nenhuma conotação negativa, mas revolucionária uma vez que está no campo do possível e no possível reside a emancipação que pode provir de uma realidade concreta.

<sup>5</sup> Q 16, p. 1840.

<sup>6</sup> MATEUCCI, Nicola. *Antonio Gramsci e la filosofia della praxis*. Milano: Dott. A. Guiffrè Editore, 1951, p. 15.

## REFERÊNCIA

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. 8ª ed. Torino: Einaudi, 2004.

GERRATANA, Valentino. *Gramsci: problemi di método*. Roma: Editori Riuniti, 1997.

INFRANCA, Antonino. Il progresso alternativo alla modernità: Gramsci e Lukács, in *Coscienza storica*. Rivista di studi per una nuova tradizione, Marco Editore, n. 1, 2000.

MARTELLI, Michele. *Gramsci, filosofo della politica*. Milano: Unicopli, 2000.

MATEUCCI, Nicola. *Antonio Gramsci e la filosofia della praxis*. Milano: Dott. A. Guiffrè Editore, 1951.

OLDRINI, Guido. *Gramsci e Lukács, avversari del marxismo della II Internazionale*, in "Giornale critico della filosofia italiana", fascicolo II, maggio-agosto 1991.

OLIVEIRA, Tatiana Fonseca. Notas sobre a concepção de trabalho em Hegel, Marx, Gramsci e Lukács. *Revista Seune*. Ano 2, nº. 3, jul./dez. 2006, p. 261-287. Maceió: SEUNE/EDUFAL.

TERTULIAN, Nicolas. *Gramsci, l'anti-Croce e la filosofia di Lukács*, in "Marx Centouno", nº 7, 1988.

Gramsci em diálogo



## Considerações acerca da questão camponesa em Gramsci e Lênin.

Tânia Mara de Almeida Padilha\*

Neste trabalho apresentaremos brevemente algumas considerações acerca da questão camponesa contida nas reflexões de Lênin (1870-1924), na Rússia, e Gramsci (1891-1937), na Itália. Para isso serão destacadas algumas analogias entre esses autores circunscritos em conjunturas diferentes, mas que conseguiram apreender a problemática dos homens e mulheres do campo dentro da perspectiva marxista, enquanto que seus principais interlocutores no campo do "marxismo" tendiam a espoliá-los de suas análises.

Dessa maneira a peculiaridade da constituição sócio-cultural, permanência do estrato social camponês com forte vínculo às estruturas feudais, da Itália e principalmente da Rússia, permitiram a esses autores pensar táticas análogas para a constituição da aliança operário-camponesa considerada por ambos o caminho para a transição socialista.

Assim, algumas aproximações podem ser feitas entre esses autores, mas destaca-se que de suas teorias podemos apreender como principal contribuição o método de análise que nos permite pensar a concreitude do real na sua totalidade, desse modo as distinções que são apresentadas e ratificadas a todo o momento, no tempo desses autores e ainda hoje, tais como a separação entre o público e o privado, a economia e a política, a sociedade civil e o Estado, vemos na obra desses autores assumir a dimensão dialética, uma separação apenas metodológica e não orgânica.

Na Itália de Gramsci, para Bordiga, um dos principais interlocutores de Gramsci e pertencente ao comunismo de esquerda, não existia a questão meridional ou mesmo a aliança operário-camponesa em termos de tática, e os socialistas italianos tendiam a aceitar as análises positivistas de considerarem os meridionalistas um estrato social inferior. Para os *mencheviques*, interlocutores de Lênin na Rússia, o campesinato era considerado uma categoria proveniente da ordem feudal que sucumbiria com o desenvolvimento do capitalismo, de tal forma que eram praticamente desconsiderados em suas análises.

No debate teórico Lênin dialogava com os *mencheviques* e os *narodniks*. Os *mencheviques* vislumbravam uma perspectiva mais internacionalista, pensada sempre em termos de revolução socialista internacional, enquanto que para a tradição político-cultural *narodnik*, os populistas russos, a questão nacional era refletida em termos do desenvolvimento da pequena agricultura. Para os populistas o capitalismo era um processo artificial na Rússia e que o povo russo encontraria sua redenção através da comuna agrária, considerada pelos *narodniks* a essência desse povo.

\* Programa de pós-graduação em Ciências Sociais - UNESP/FCC. tania sociais@gmail.com.



Gramsci, por sua vez, dialoga com os segmentos ditos de esquerda e a Igreja, com o diferencial de que no caso da Igreja ela não tinha em suas proposições a idéia de emancipação dos sujeitos - como foi colocada pelos populistas na Rússia, mesmo que de uma forma romântica -, ao contrário para a Igreja na Itália era interessante manter o campesinato enquanto camada subalterna, visto que o aparato eclesial com dois mil anos de tradição tinha os camponeses como base para propaganda e organização.

Dessa forma, enquanto que para Gramsci o debate a ser superado era o das forças e idéias constituídas em torno da questão vaticana e da idéia de inferioridade do sul em relação ao norte, para Lênin, de outra forma, no debate com a ideologia político cultural *narodnik*, sua intenção em seus primeiros textos foi a de refutar a idéia populista de não desenvolvimento capitalista na Rússia.

No texto *Alguns temas da questão meridional*, escrito pouco antes de ser preso em 1926, Gramsci nos expõe a realidade italiana, configurada em termos de sua estratificação social, política e cultural, apresentando uma Itália setentrional mais industrializada e uma Itália meridional com bases rurais. A partir de uma compreensão para a construção da hegemonia da classe operária, o autor aponta como caminho a ser trilhado a necessidade da construção da aliança política entre os camponeses do sul com os operários do norte para derrubar a burguesia do poder estatal.

O campesinato para Gramsci e Lênin foi entendido como uma categoria em transição entre as relações feudais e as relações capitalistas e para se avançar no luta pelo socialismo seria necessário retirar o campesinato da esfera ideológica burguesa, retirá-los da condição de classe subalterna, e trazê-los para a luta dos operários.

No que diz respeito às condições práticas para a efetivação da aliança operário-camponesa Lênin e Gramsci se defrontaram com situações diversas, mas apontaram as mesmas táticas. Ambos avaliaram no que diz respeito à questão da repartição mecânica das terras aos camponeses, que se a distribuição das terras não ocorresse de forma a dar subsídios para os camponeses ficarem na terra e sem a perspectiva de se consolidar a aliança operário-camponesa, essa seria uma medida inócua.

Gramsci se colocava contra a repartição mecânica dos latifúndios sem o auxílio de estruturas adequadas para que o camponês pobre ficasse ali. Assim, vemos que ele não pensou o fim do trabalho agrícola baseado na pequena produção de imediato, mas em seus textos vemos a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas tendo como fio condutor à apropriação das forças de produção pelos trabalhadores.

Lênin primeiramente não considerou a iniciativa *narodnik* de distribuição de terra aos camponeses, mas após a revolução de 1917, encampou essa tática a fim de consolidar a aliança operária camponesa. A isso se deve o fato de que em um primeiro momento Lênin era contra a repartição mecânica das terras, mas ao entender que somente a reivindicação econômica de atender as necessidades mais urgentes do campesinato poderia tirá-los da apatia político-cultural em que se apresentavam.

Mesmo a repartição das terras entre o campesinato pobre ser uma medida de reafirmação das relações econômicas do capitalismo, essa se fez necessária para que o operariado tanto

da Itália quanto da Rússia conseguissem trazer para sua esfera de ação esse segmento da sociedade.

Para Gramsci os proletários devem se reconhecer como classe em si e ir além disso, o que significaria pensarem-se como membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais. A construção do socialismo somente seria uma realidade se a maioria destes estratos sociais encampassem a luta proletária. Neste momento podemos ressaltar uma diferença de análise entre os autores, pois para Lênin os intelectuais teriam o papel de levar consciência ao proletariado. A propaganda revolucionária conduzida pelos intelectuais teria o papel de fazer com que os proletários se reconhecessem como classe em si.

Gramsci compreendeu que o proletariado como classe era pobre de elementos organizativos, não podendo formar um estrato próprio de intelectuais, salvo em longo prazo, por isso ressaltou a importância de se ocorrer uma fratura de caráter orgânico na massa dos intelectuais orientada para o proletariado revolucionário.

Lênin e Gramsci, em seus textos, enfatizaram a necessidade de retirar as camadas subalternas da apatia político cultural. Nesse sentido, a tática pensada por Gramsci foi a adoção da política de frente única, pensada por esse autor em um momento de refluxo da revolução internacional, que no contexto italiano assumiu a forma da unidade da classe operária, sendo a aliança operário-camponesa o seu fundamento, evocando a palavra de ordem da frente única pela base, antifascista, anticlerical e anticapitalista.

A particularidade de Lênin se deve ao fato de estar inserido em um país predominantemente agrário e via na questão camponesa um dos principais problemas para a sua reflexão. Isto é, esse autor estava claramente dentro do campo marxista, ao mostrar a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas do capital, inclusive de uma força de trabalho especificamente voltada para a produção de mais-valia.

No entanto, criou uma diferenciação significativa no próprio campo do marxismo russo ao defender que a política operária deveria se projetar da fábrica para o conjunto da vida social, vindo a ocupar então o posto de vanguarda da luta contra o Estado absolutista e pela democracia, se sobrepondo a burguesia na tarefa das conquistas democrática burguesas.

Lênin pensou o processo revolucionário na Rússia como ininterrupto, pois, em sua concepção tratava-se, em um primeiro momento, de lutar contra a autocracia para a conquista das liberdades burguesas e, depois, se avançar para a luta maior. Dessa forma, mesmo se tratando de uma revolução burguesa, o autor sempre ressaltou que operários e camponeses deveriam estar à frente.

Neste caso a revolução ininterrupta de Lênin pode ser o germe da política de frente única de Gramsci, mas entendemos que no momento de Gramsci o movimento revolucionário estava em refluxo e a política de frente única se colocava no intuito de não se deixar apagar as batalhas de contraposição ao bloco histórico da burguesia. De outra forma em 1905 vemos um movimento socialista na Rússia tendo ainda que lutar pelas conquistas democrático-burguesas. Assim a "frente única" de Lênin tinha o caráter primeiramente antifeudal para somente depois da revolução democrático-burguesa assumir o caráter anticapitalista.

O que permite uma aproximação das formulações destes autores é o fato de terem pensado uma frente contínua contra as demandas que sobrepõem as maiorias subalternas no caso de Lênin ainda pensada em termos de revolução democrático-burguesa antes de 1905-1907 e de revolução socialista depois desse período, e no caso de Gramsci, na década de 1920, uma frente para combater o fascismo e caminhar para o socialismo. Ambos com a perspectiva da aliança operário-camponesa à frente.

Ao analisarmos as táticas propostas por esses autores ao refletirem as questões conjunturais de seus momentos históricos, não podemos aplicá-las *pari passu* hoje, pois desta forma estaríamos matando o que é de mais vivo em suas teorias, nas palavras de Lênin: "análises concretas de situações concretas". Dessa forma, mesmo em situações diferentes, tinham no horizonte a necessidade de estabelecer a aliança operário-camponesa para consolidar o projeto, por eles vislumbrado, de transformação social, político e cultural.

Entende-se, portanto, que a configuração do real hoje se apresenta de forma diversa da dos contextos vividos por Lênin e Gramsci, novas questões estão imbricadas às relações dos sujeitos históricos da atualidade – informatização, questão ambiental entre outras -, no entanto, não podemos perder de vista a dimensão de suas análises pensadas em termos da hegemonia da classe trabalhadora para a emancipação humana

## A relação entre sociedade civil e sociedade política: de Norberto Bobbio a Antônio Gramsci

Marcelo Lira Silva\*

Não podemos compreender as categorias do pensamento e análise da realidade como neutras, mas como compreensão teórico-prática de determinados momentos históricos, político-cultural, que reflete a luta de classes e a luta pela hegemonia entre as diversas frações de classe. Nesse sentido torna-se imperativo compreender o conceito de sociedade civil e a relação que este estabelece com o Estado no pensamento liberal e no pensamento marxista, para logo em seguida, em uma análise comparativa, distingui-los, buscando expor as leituras equivocadas que se faz de um e outro.

O individualismo, fenômeno sócio-cultural da era moderna, deita suas raízes, segundo Norberto Bobbio (2003) a partir de duas vias distintas, sejam elas: de um lado, através de uma possível ontologia; e de outro, através de uma ética. Se por um lado, na possível perspectiva ontológica verifica-se a constituição da concepção individualista, trazida à luz através das penas e lentes da doutrina jusnaturalista, de Hobbes a Kant, na qual se desenvolve uma acepção atomista da sociedade, que segundo tais autores estaria presente na passagem do estado de natureza para o estado civil, emergindo-se a partir de tais pressupostos o *homo oeconomicus* como ator principal deste novo cenário; por outro, na perspectiva ética verifica-se e observa-se o ser humano enquanto uma personalidade moral, que passa a ser compreendido enquanto um valor em si mesmo que auferi uma dignidade moral, não passível, portanto, de atribuir-se um preço.

O realismo político de Max Weber, não lhe permite compreender a constituição do Estado moderno de outra forma, se não a partir do *monopólio do uso legítimo da força*. E se não fosse pela força, como o próprio Weber admitira, o Estado já teria desaparecido. Nesta mesma linha de raciocínio, que encontra seus fundamentos em Thomas Hobbes, de que na modernidade torna-se necessário à constituição de um corpo político que tenha como fundamento o *monopólio legítimo da força*, para fazer cumprir o contrato e por consequência as leis contratadas, é que Bobbio fundamenta sua construção teórica do neocontratualismo. Todavia, não baseada no direito natural como faziam os teóricos do jusnaturalismo, apesar de pressupô-lo, mas no direito social em que as partes de forma mútua e em comum acordo decidem criar leis que orientem suas práticas éticas e morais. Há uma necessária adesão dos imperativos kantianos, principalmente o de que a liberdade fundamenta-se no cumprimento das leis criadas por si mesmo.

Na mesma perspectiva o jurista austríaco Hans Kelsen, que como o próprio Bobbio o dissera, influenciara em seu pensamento, compreende o Estado como uma ordem jurídica que se utiliza do uso exclusivo da coação para fazer valer as normas e as leis, sendo o uso exclusivo e legítimo da força, segundo estes autores, o imperativo basilar para a manutenção e existência do Estado. O fim do Estado-força significaria, de acordo com esta corrente teórica, o retorno

\* Quartanista do curso de ciências sociais da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho / Unesp-Marília, orientado pelo professor doutor Marcos Tadeu Del Roio.

ao estado de natureza hobbesiano, no qual se finda o reino da razão e o homem regride ao seu estado natural, de lobo do homem. Queda-se à paz, não havendo mais possibilidades de observância das leis e das normas contratadas, pois não há mais um poder político unificado capaz de fazê-las cumprir. A imersão desse *poder comum*, como definiria Hobbes, capaz de proteger o homem do estado anárquico de competitividade sem regras e normas levaria o homem à autodestruição.

O indivíduo em Hobbes é naturalmente negativo, por tal motivo é que este, juntamente com todos os demais indivíduos abriam mão de sua liberdade, transferindo-as a um poder comum que pudesse limitá-la, não permitindo assim, que os indivíduos retornassem ao estado de natureza invadindo-se mutuamente, e, portanto, pré-político. O Estado-força representa, a partir desta tradição política, a autoconservação do homem, que decidem em comum acordo não se invadirem mutuamente através do contrato, que atribui o poder do uso legítimo da força a uma força coletiva, que se transforma em *poder comum*, fazendo-se assim cumprir o contrato. O Estado emerge, nestes termos, não como meio, mas como fim em si mesmo. Sendo sua finalidade precípua a preservação da paz e, fundamentalmente a soberania, que só pode ser verificada e garantida através do monopólio legítimo da força pelo Estado.

A sociedade política é compreendida, nesta linha de raciocínio, como sociedade racional, na qual, o homem ao viver conforme sua natureza vive de acordo com a razão. Em tal princípio encontra-se e mesclam-se tanto a perspectiva realista, que busca descrever o Estado como ele é, quanto à perspectiva jusnaturalista, que constroem modelos ideais de Estado. É a partir da compreensão jusnaturalista, do Estado enquanto sociedade racional, e da compreensão realista, do Estado enquanto processo de estatização da razão que se encontra o fulcro da questão.

Bobbio em uma análise comparativa confronta o pensamento da escola jusnaturalista de Hobbes a Kant, com a escola realista de Maquiavel a Marx, para a partir de tal comparação analisar a relação entre sociedade política e sociedade civil elaborada por Gramsci. Tais processos que se confundem e se sobrepõem na construção teórica de alguns autores encontra sua realização máxima em Hegel, que passa a compreender a racionalidade do Estado não como um modelo, mas como uma realidade objetiva e triunfo da própria racionalidade, e, portanto, seu fim. Tal concepção do Estado, que encontra sua matriz no pensamento liberal, passa por três modelos explicativos analítico da relação entre Estado e sociedade civil: o primeiro modelo, Hobbes-Rousseau, passa pela concepção do Estado como negação radical do estado de natureza, invertendo-o como *restauratio abimis* de estado pré-político para estado racional; já o segundo modelo, Locke-Kant, o Estado é compreendido como momento da conservação e, concomitantemente, da regulação do estado natural, não havendo uma ruptura entre sociedade natural e sociedade política, mas uma conservação e aperfeiçoamento desta fase; o terceiro e último modelo, Hegel, o Estado é compreendido como o momento da conservação e ao mesmo tempo da superação da sociedade pré-estatal, gerando um momento novo do Estado que não rompe com a sociedade pré-estatal, mas a supera como alternativa. O Estado hegeliano converte-se em historização do estado de natureza, que transforma uma universalidade formal em realidade orgânica.

De acordo com Marx, o Estado não é e não pode ser compreendido como elemento racional de regulação da sociedade natural, mas como elemento histórico de dominação, caracterizado pelas diferentes formas de produção e relações sociais que fazem parte de um determinado processo histórico. O Estado, portanto, não é a superação da sociedade civil, mas, e,

substancialmente, a forma de organização política da sociedade civil, sendo que esta não desaparece no Estado, mas se afirma e reaparece em suas múltiplas determinações histórico-concretas. O Estado aparece em Marx não como momento último do movimento histórico, mas transitório e, portanto, deve ser suprimido como forma de superação histórica da realidade objetiva.

A Revolução francesa não se limitou ao seu território, espalhou-se e difundiu-se por todo o mundo, daí Antonio Gramsci observar na França as questões políticas e de guerra. Gramsci pensa a Revolução francesa em um processo histórico de longo prazo. Neste sentido, a pensa como *Revolução Permanente*, entendendo que tal forma de organização e luta política surge no período revolucionário francês. De 1789 a 1871 há o predomínio da fórmula da *Revolução Permanente*, na qual, prevaleceu a guerra de movimento, pois o capitalismo ainda não se consolidara e a sociedade burguesa não assumira uma forma demasiado complexa de estruturar-se. No entanto, a partir de 1871, com a consolidação do capitalismo e a complexidade constante da sociedade civil, a fórmula política passa a ganhar outra face, ou seja, onde a burguesia consolida-se e estrutura-se em uma forma social de produzir e reproduzir a vida, na qual, esta é hegemônica. Há uma hegemonia civil, e neste momento, por a vida social tornar-se demasiada complexa, a fórmula política passa a ser a guerra de posição.

Enquanto que na *guerra de movimento* a tática de luta era jacobina, pelo fato da revolução ser permanente; na *guerra de posição* a luta se dá através da ocupação de todos os espaços na sociedade burguesa, pois o Estado (sociedade política) tinha se constituído em uma trincheira avançada, atrás da qual se encontraria uma poderosa cadeia de fortalezas e casamatas (sociedade civil). O processo produtivo tornou-se tão complexo que constituiu diversas formas organizativas, ou seja, supra-estruturas. Para destruir esta sociedade, portanto, seria necessário atuar na sociedade civil através da guerra de posição. Ou seja, a luta passaria a se dar dentro do processo político, de desgaste, para dismantelar o processo produtivo e a organização burguesa, ao mesmo tempo em que se organizaria as classes subalternas como nova hegemonia social.

Segundo Gramsci, seguindo a concepção marxista de Estado, o Estado não é um fim em si mesmo, mas um aparelho coercitivo que representa interesses particulares, subordinado à determinada classe social, e, portanto, transitório. Todavia, para Norberto Bobbio, a concepção de sociedade civil, na concepção analítico-teórica gramsciano, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura. Portanto, haveria uma possível ruptura do pensamento gramsciano com o pensamento de Marx.

Norberto Bobbio ao fazer a análise comparativa entre Marx e Gramsci, não leva em conta o contexto histórico-cultural de Gramsci nem a articulação dos conceitos no pensamento gramsciano. Importante observar, que o conceito de bloco histórico desenvolvido por Gramsci, caracteriza-se por ser a articulação interna de uma situação histórica precisa. Tal situação evoluiria e com ela a *estrutura* e a *supra-estrutura*. Tal articulação e situação edificam-se em torno do sistema hegemônico da classe fundamental. Ou seja, há uma totalidade, na qual, emerge uma unidade entre estrutura e supra-estrutura. O Bloco Histórico, portanto, pressupõem uma ligação orgânica entre estrutura e supra-estrutura; sociedade civil e política.

Para Gramsci a hegemonia realizar-se-ia no âmago da sociedade civil, daí compreender o conceito enquanto esfera da mediação relacional dialética entre estrutura e superestrutura, na qual, sociedade política emerge como momento material e figura social da hegemonia.

Nesse sentido, são os organismos sociais coletivos que organizam material e objetivamente a hegemonia de uma determinada classe social, dirigindo-a, criando-se e articulando-se o consenso social em torno de uma determinada teleologia político-cultural. Ao mesmo tempo, sociedade política emerge como momento consumado da dominação pelo monopólio legítimo da força, utilizando-se dos mais variados aparelhos de coerção, repressão e violência. Portanto, a divisão entre sociedade civil e política só se verifica no plano das idéias, como um constructo mental metodológico de uma determinada apreensão da realidade, e não em sua relação orgânica material de produção e reprodução da vida social.

O aparente oxímoro entre sociedade civil e política, somado a positividade do primeiro e a negatividade do segundo, assumida pelo discurso neoliberal, defende a existência de uma intrínseca ineficiência na esfera estatal, disseminando o discurso de que se torna preciso na realidade contemporânea surgir um outro setor público, porém privado que absorvesse as questões sociais. O terceiro setor emergiria, de acordo com o pensamento neoliberal, como uma área de intersecção entre o primeiro setor (Estado) e o segundo setor (Mercado), incumbido de funções públicas, todavia, a partir da iniciativa privada. Talvez por apresentarem no plano do imediato uma materialidade social própria, tal discurso, de aparente antítese ou de negatividade e positividade intrínseca, não se verifica na realidade objetiva.

A leitura neoliberal separa Estado e sociedade civil como esferas autônomas, sendo o primeiro negativo e o segundo positivo. O estatuto teórico-prático da relação dialética entre sociedade civil e sociedade política revela, claramente, no pensamento de Gramsci, sua dimensão política e sua articulação dialética em uma teleologia político-cultural de luta pela hegemonia e conquista do poder pelas classes subalternas. Sociedade civil emerge no pensamento de Antonio Gramsci como esfera do ser social, na qual, se desenvolve e evolui histórica e concretamente a luta de classes e a luta pela hegemonia político-cultural. Portanto, sociedades política e civil, não podem ser concebidas aprioristicamente como um oxímoro ou como maniqueísmos: negativo ou positivo naturalmente, mas como uma relação dialético-histórica, que evolui de acordo com a correlação de forças entre as classes dominantes e subalternas.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. 2ª ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. 10. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *O conceito de sociedade civil*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

\_\_\_\_\_. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. 2. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: brasiliense, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Os cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. (vol.3); Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Lívio Xavier. – São Paulo: Abril, 1973.

MARX, Karl. *O Capital* (livro, 1 v.1 e 2; livro 2). Trad. Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998-2000.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. – São Paulo: Boitempo, 2005.

## As influências de Rosa Luxemburg em Gramsci

Sheila Aparecida Rodrigues Soares\*

Estudos que abordam pensadores como Rosa Luxemburg e Gramsci não são simples de serem realizados devido à complexidade dos conceitos desenvolvidos em suas obras, além de uma certa dificuldade ao acesso de boas traduções. Em se tratando do campo da ciência política, torna-se pertinente ressaltar o conceito de natureza humana introduzido pela "filosofia da práxis", definida como o conjunto das relações sociais historicamente determinadas. Sendo assim: "a ciência política deve ser entendida como um organismo em desenvolvimento, um organismo histórico, um organismo não natural, mas criado pelos homens em determinada época". (Granemann, J.P., Fischer, M.S.).

Rosa Luxemburg foi uma importante intelectual, além de militante ativa da revolução proletária, que contribuiu com teorias no campo da economia política e da política, em que dentre outras coisas refletem sua posição acerca de como devem ser entendidas e postas em prática as organizações de massa. Na época da chamada "crise do marxismo" - que permeou fins do século XIX e início do XX - em que se colocava a questão do reformismo, da revisão das premissas marxistas, Rosa Luxemburg juntamente com Lênin formava o núcleo principal do que Del Roio (2005) denomina de refundação comunista.

Esta primeira fase da "refundação comunista" consistia em resgatar a dialética materialista de Marx, em fazer a crítica à fase imperialista do sistema capitalista, em definir o papel do campesinato no processo revolucionário e por fim discutir a questão da cisão com o reformismo. Lênin e Luxemburg divergiam em diversos pontos, porém ambos estavam preocupados com o resgate e atualidade da revolução socialista internacional, o que os colocava na mesma vertente do marxismo e do movimento operário.

A segunda fase da "refundação comunista" se apoiou principalmente em dois autores, que assim como Luxemburg e Lênin vivenciavam diferentes contextos, Gramsci na Itália, e Luckács na Hungria. A derrota da revolução socialista internacional, o início da transição socialista na União Soviética e o enfrentamento da ofensiva do capital sob a forma fascista caracterizaram este segundo momento. Duas importantes marcas desta fase foram a cisão orgânica e teórica com o reformismo e a fórmula política da frente única. "O espaço da refundação comunista coincide com o espaço da eclosão da revolução socialista internacional entre 1917 e 1921, vale dizer, no território dos impérios russo, alemão, austro húngaro e ainda do reino italiano" (Del Roio, 2005).

Interessante observar a semelhança da trajetória intelectual de Gramsci e Luckács, entre elas a grande influência das teorias de Rosa Luxemburg, principalmente no início de suas formações enquanto pensadores marxistas. Analisar a ligação teórica de Gramsci com os autores, neste

\* Mestranda em Ciências Sociais-Linha 3 - Unesp-F.F.C. Campus de Marília- Orientador: Dr. Marcos Tadeu Del Roio - Departamento de Ciências Políticas e Econômicas - F.F.C.- Unesp - Campus de Marília.



caso Rosa Luxemburg, que influenciaram sua formação, é importante ao tentar enquadrá-lo neste contexto histórico e cultural, em que se localizava este movimento teórico e prático da refundação comunista, além de nos ajudar na interpretação de seus pensamentos.

Rosa Luxemburg é considerada por Loureiro (2004) como uma marxista clássica, "ortodoxa", no que diz respeito à questão do método dialético materialista, ou seja, da análise da realidade a partir de experiências concretas, na criação de idéias inovadoras, que visavam a teoria e a práxis de uma *Realpolitik*<sup>1</sup> revolucionária. Assim:

A obra de Rosa Luxemburg consiste, de fato, precisamente no esforço de situar o método dialético de Marx no vivo da luta de classes, de fazer dele não só um método aplicado igualmente para fazer a história, isto é, aplicado à ação das grandes massas e à construção consciente do futuro. Como poucos outros marxistas, ela sentia a realidade e a história de modo dialético". (Loureiro, 2004 apud Basso, 1976, p.61)

Pode-se arriscar afirmar que Gramsci era um desses poucos marxistas que conseguiram sentir a realidade de maneira dialética e baseava suas concepções na filosofia da práxis. Como observou Saviani: "Gramsci toma o marxismo em termos ortodoxos, isto é, ele entende que a filosofia da práxis" é uma filosofia integral, uma teoria completa, que dispõe de todos os elementos necessários para dar conta dos problemas enfrentados". Dessa forma percebe-se que Gramsci, assim como Luxemburg consegue perceber a importância do movimento do real, de sua objetividade e também da subjetividade nele implícita e o vínculo entre a história concreta e a teoria política.

Rosa Luxemburg e Karl Korsch autores que se localizam na cultura contestatória e revolucionária da Alemanha, foram como destaca Del Roio (2005) o canal de ingresso do intelectual na vertente da refundação comunista, levando em conta também sua postura estabelecida de oposição ao positivismo. O contato com as idéias de Lênin deu-se mais tarde por volta de 1923, Gramsci apreendeu desse pensador principalmente a necessidade de traduzir a particularidade da Revolução Russa na particularidade da Revolução Italiana, o que implica na importância da aliança operário-camponesa para a revolução socialista.

Considerando a tradição cosmopolita da maior parte dos intelectuais italianos, este foi um desafio de Gramsci que o levou a uma elaboração superior de seus conceitos. O caminho que Gramsci traçou para o pensamento marxiano teve como apoio sua concepção teórica da centralidade da fábrica e do mundo operário na teoria e na prática. Este vínculo contínuo entre o processo de produção e a política operária na perspectiva da revolução socialista foi incorporado pelo autor através de Sorel, Korsch e Rosa Luxemburg.

A influência de Rosa Luxemburg em Gramsci pode ser observada principalmente no que diz respeito à valorização da espontaneidade e da greve de massa, da auto organização dos trabalhadores e a oposição a qualquer forma de socialismo de Estado. Luxemburg acreditava que a conquista do poder por parte dos socialistas não garantiria que a revolução saísse vitoriosa, para ela: "a revolução é acima de tudo, uma mudança radical profunda nas relações sociais de classe" (Luxemburg, 1991, p.42), que transforma a consciência e a atitude das pessoas. Assim, a conquista do poder do estado não bastaria para transformar radicalmente a

<sup>1</sup> Termo utilizado por Michael Brie no prefácio da segunda edição do livro "Os dilemas da ação revolucionária", 2004, p.14. de Isabel Loureiro.

sociedade. Mudar o mundo e tomar o poder são dois momentos diferentes e inseparáveis de um mesmo processo.

Nesse sentido pode-se fazer um paralelo com a questão da reforma intelectual e moral de Gramsci, a libertação da dominação capitalista deveria se dar em todos os âmbitos, político, cultural, econômico e social para que a revolução socialista se concretizasse. Gramsci coloca nos Cadernos do Cárcere o Partido Comunista como condutor desta reforma intelectual e moral, premissa básica para uma mudança orgânica. Este ponto de aproximação entre Rosa Luxemburg e Gramsci remete à questão do repúdio de ambos ao chamado "socialismo por decretos".

Um dos pontos centrais na teoria de Luxemburg é a defesa da auto organização das massas contra uma concepção vanguardista de organização, o que implica a idéia de socialismo democrático. Na teoria de Luxemburg o socialismo é produto da experiência histórica, está sujeito à mudanças e portanto não pode ser inserido por "decretos". Além disso segue a idéia de Marx de que o socialismo é uma necessidade histórica e seu objetivo final só será alcançado pela ação direta das massas. As questões cruciais do marxismo para ela seriam: análise e crítica, e a vontade ativa da classe trabalhadora.

Luxemburg tomou partido por uma "democracia de base", que fosse desenvolvida através da greve de massas e que se apoiasse nos conselhos dos operários e soldados para constituir o fundamento essencial da forma política organizativa do movimento. A relação com as massas tinha importância central em seu pensamento, não aceitando que um rigoroso esquema do partido de quadros fosse uma alternativa para organização operária revolucionária. Acerca dessa relação de massas, Luxemburg dizia que:

A luta pelo socialismo pode ser travada somente pelas massas, peito a peito com o capitalismo, em toda sua empresa, por todo proletário contra seu empregador. Só assim será uma revolução socialista. [...] O socialismo não se faz e nem pode ser feito por um governo caracterizado como socialista. O socialismo deve ser feito pelas massas, por cada proletário. No ponto onde estão ligados à cadeia do capital, é aí que essa cadeia deve ser rompida. (LUXEMBURG, 1970, p.622)

A partir das teorias de Luxemburg e das experiências dos conselhos de fábrica em Turim e também dos conselhos russos e alemães, Gramsci enxerga os conselhos como uma organização que abarcasse a maioria dos operários já que se encontrava no próprio curso da produção fabril. Além disso os conselhos eram auto organizados pelos operários mostrando que a presença do patrão era dispensável.

Apesar de acreditar na auto organização, na espontaneidade e na vontade ativa do proletariado, Gramsci, assim como Rosa Luxemburg não descarta a importância do partido, pelo contrário, o partido revolucionário deveria ser educador permanente das massas, encabeçando o processo revolucionário. O partido para Gramsci deveria visar uma vontade coletiva que garantisse a hegemonia do proletariado e a ligação entre a base e a direção seria composta por intelectuais orgânicos.

Sendo assim, Gramsci não acredita numa vontade coletiva vinda do alto, arbitrariamente, mas sim, numa expressão de massas, com direção consciente, efetivada através da politização da sociedade civil. Dessa forma percebe-se, de maneira resumida, a importância das teorias de Rosa Luxemburg para a formação intelectual e política de Gramsci.



## Althusser e a interpretação gramsciana de Maquiavel

Danilo Enrico Martuscelli\*

Entre os textos inéditos de Louis Althusser, publicados a partir dos anos de 1990, chamam-nos atenção os que tomam como objeto de reflexão a obra de Nicolau Maquiavel. Para “trabalhar” sobre essa matéria-prima, Althusser tomou como instrumento de produção teórica, principalmente, as reflexões de Antonio Gramsci. Consideramos que a “assimilação profunda” da obra do secretário florentino tem nos escritos de Althusser um duplo significado: expressa tanto a capacidade de propor novos argumentos favoráveis a algumas das teses elaboradas pela análise de Gramsci e, em certo sentido, de desenvolvê-las teoricamente; quanto de criticá-las, ao sistematizar seus limites internos e apresentar conceitos alternativos aos já formulados por Gramsci.<sup>1</sup>

A despeito do leque amplo de questões que poderíamos considerar nesta análise, restringimo-nos, para efeito de apresentação oral, à discussão sobre as conseqüências teóricas e políticas que as teses da unidade profunda entre as obras *O Príncipe* e os *Discursos* e da distinção relativa entre ciência e política têm nas análises de Gramsci e Althusser.

### UNIDADE PROFUNDA: *O PRÍNCIPE* E OS *DISCURSOS*

Gramsci sustenta, nos *Cadernos do Cárcere*, que as duas obras principais de Maquiavel, *O Príncipe* e os *Discursos*, não podem ser concebidas de modo separado. Ainda que se possa tratar *O Príncipe* como o momento da autoridade ou da força e os *Discursos* como o momento da hegemonia ou do consenso, essa distinção não pode ser considerada uma oposição de princípio, mas uma distinção metodológica: “(...) se trata sobretudo da hipótese dos dois momentos de autoridade e universalidade” (Gramsci, 2000: p. 22). Para elucidar essa questão, Gramsci retoma a metáfora da natureza dúplice do Centauro presente na obra *O Príncipe*, isto é, a natureza “ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do momento universal” (Ibidem: p. 33).<sup>2</sup>

Além da unidade dos momentos de autoridade e de consentimento, outra tese fundamenta a unidade das duas obras principais de Maquiavel, isto é, a existência de um problema político comum: a constituição do Estado nacional como condição *sine qua non* para superação dos conflitos internos e das ameaças de invasão externa, existentes na Itália.<sup>3</sup> Assim, as relações

\* Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correio eletrônico: daniloenrico@yahoo.com.br

<sup>1</sup> A idéia de “assimilação profunda” emprestamos de Saes, 1998: p.12.

<sup>2</sup> Fontana (1993: p. 129-132) também salienta a inexistência de uma contradição entre o momento da autoridade e do indivíduo e o momento do universal e da liberdade nos textos de Maquiavel.

<sup>3</sup> É interessante observar que em análises como as de Foucault, a existência desse problema político nessas duas obras de Maquiavel sequer é mencionada, ou ainda, os *Discursos* nem sempre são matéria de reflexão teórica. Para uma crítica da análise foucauldiana de Maquiavel, ver: Holden; Elden, 2005.

de forças vigentes na conjuntura histórica precedente à unificação nacional italiana assumem uma importância capital nas reflexões de Maquiavel, o que leva Gramsci a sustentar a tese segundo a qual a solução dos conflitos existentes numa sociedade cindida como a italiana não deve apenas considerar a articulação entre força e consenso, mas também entre fatores endógenos e exógenos.

Althusser extrai de Gramsci a tese da indissociabilidade das obras *O Príncipe* e os *Discursos*, desenvolvendo, contudo, idéias e argumentos distintos dos elaborados pelo marxista italiano. Para Althusser, há duas formas, articuladas entre si, de pensar a unidade entre as duas obras: por um lado, como unidade do objeto de reflexão, e, por outro lado, como unidade do problema político colocado.

Para ele, tanto n'*O Príncipe* quanto nos *Discursos* o objeto de análise é a prática política do príncipe. Essa consideração é particularmente importante, pois, segundo Althusser, faz-se necessário distinguir o espaço da teoria do espaço da prática política. A obra de Maquiavel não se enquadra, segundo ele, no desenvolvimento do primeiro espaço, pois o secretário florentino não desvenda as leis e a natureza da política, não sistematiza, portanto, uma teoria da política. Se fizesse isso, seria necessário, ao menos, que a análise de Maquiavel não refletisse sobre o sujeito da prática política, ou melhor, o espaço da teoria só faz sentido, segundo Althusser, se não houver sujeito, o que significa dizer que, neste espaço, a verdade vale para todo sujeito possível.

Em Maquiavel, o príncipe é o sujeito da prática política nas duas obras. É, portanto, a prática política do príncipe, a prática política de "um indivíduo de exceção, dotado de *virtù*, que, partindo do nada ou de alguma coisa, saberá mobilizar as forças adequadas para unificar a nação italiana sob sua direção" (Althusser, 1997: p. 62). O príncipe é a forma da solução de um problema político anunciado por Maquiavel: o problema da unidade nacional italiana. Althusser observa que Maquiavel discute o começo, a fundação de um Estado durável, a constituição do Estado nacional italiano. De acordo com sua análise, Maquiavel não realiza uma tipologia das formas de governo (monarquia ou república) e aplica a todos tempos históricos, isto é, não desenvolve "uma classificação prévia dos governos, uma tipologia dos governos, clássica desde Aristóteles que considera as diferentes formas de governos, sua normalidade, sua patologia" (Althusser, 1998: p. 314). Mas, coloca um problema político – a unificação da nação italiana – e define uma tática histórica, isto é, um instrumento que possa forjar essa unidade: o Estado nacional. Ou dito de outra maneira: o objetivo de Maquiavel não é o de elaborar "a teoria do Estado nacional existente na França ou na Espanha no tempo em que viveram sob a forma da monarquia absoluta, mas de *colocar a questão política das condições da fundação de um Estado nacional num país sem unidade, a Itália (...)*" (Althusser, 1998: p. 315).

Para negar a suposta oposição entre monarquia e república na obra de Maquiavel, Althusser apresenta a distinção necessária entre dois momentos decisivos da constituição de um Estado:

1. O momento do *começo* absoluto, que pode ser apenas o feito de um único, de um 'indivíduo sozinho'. Mas que é instável, pois pode no limite oscilar tanto do lado da tirania quanto do lado de um Estado verdadeiro. (...) 2. o segundo momento que é o da *duração*, a qual só poder ser assegurada por uma dupla operação: a dotação de leis e a saída da solidão, isto é, o fim do poder absoluto de um só (Althusser, 1997: p. 119-120)

Se a monarquia absoluta e, portanto, um poder único, centralizado, mas não arbitrário, é o momento absoluto da fundação de um Estado, que só depende do indivíduo (o príncipe); a república representa o momento da duração, da consolidação do Estado nacional, do fim da solidão absoluta do reformador ou do fundador, da dotação de leis. Com isso, monarquia e república podem ser pensadas não como elementos opostos, mas sim como momentos distintos, articulados entre si e decisivos na constituição e durabilidade do Estado nacional.

Como podemos notar, tanto Gramsci como Althusser descartam a idéia de uma ruptura entre as duas obras principais de Maquiavel, pois essa idéia de ruptura oculta o problema político principal colocado pelo secretário florentino, a saber, a constituição do Estado nacional italiano. Perder de vista essa questão, pode conduzir a uma leitura moralista da obra de Maquiavel e omitir o problema político colocado. Se Gramsci evidenciou o conteúdo desse problema político – a constituição do Estado nacional – e articulou os conceitos de coerção/consenso, autoridade/hegemonia que se encontravam dissociados pela análise moralista de Maquiavel, Althusser esclareceu a sua forma – a prática política do príncipe, estabelecendo a distinção entre o momento do começo absoluto (momento da instabilidade, da transição) e o momento da duração (momento da estabilidade, da reprodução) com a finalidade de definir o processo histórico de constituição e consolidação de uma nova forma política, nova prática política.

#### A DISTINÇÃO RELATIVA ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICA

Em uma das passagens dos *Cadernos*, Gramsci (2000: p. 13) observa que: “O caráter fundamental do Príncipe é o de não ser um tratado sistemático, mas um livro ‘vivo’, no qual a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do mito”. Assim, para Maquiavel, o mais importante era descobrir “*la verità effettuale della cosa*”, concebida não como algo estático, imóvel ou imaginário, mas como “uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio”, como conhecimento objetivo da coisa. De acordo com Gramsci, Maquiavel não buscou tratar da natureza e das leis da política nos seus escritos. Nessa acepção, Maquiavel não pode ser concebido como um cientista político, ou ainda, não pode ser concebido como um “político em geral”, como fazia a tradição aristotélica e platônica, uma vez que seus escritos não têm o alcance nem a pretensão de explicar a política em todos os tempos. Ao refletir sobre a questão da política na obra de Maquiavel, Gramsci (2000: p. 30) considera que o mais procedente é considerá-la “como expressão necessária de seu tempo e como estreitamente ligado às condições e exigências de sua época (...)”, ou ainda: “Maquiavel é um homem inteiramente de seu tempo e sua ciência política representa a filosofia da época que tende à organização das monarquias nacionais absolutas, a forma política que permite e facilita um novo desenvolvimento das forças produtivas burguesas” (Ibidem).<sup>4</sup>

De acordo com o marxista italiano, o secretário florentino procura resolver problemas referentes à “grande política”, às mudanças estruturais, especificamente, à fundação e consolidação do

<sup>4</sup> Embora, nessa passagem, Gramsci sugira que Maquiavel tenha sido um cientista político, devemos tomar essa expressão como uma frase de espírito e não a conceber em sentido literal. Ao contrário do que sugere Coutinho (2003), não entendemos que Gramsci tenha uma visão positiva da ciência política, mas sim da ação política fundadora do momento do universal. Levantar a tese da positividade da ciência política às últimas consequências na obra de Gramsci, resultaria na incongruência com a sua própria formulação segundo a qual não é possível tratar como atividade autônoma, que possui características que lhes são próprias.

Estado nacional italiano. Para tanto, a política deve ser concebida como atividade que subordina a moral, a religião e a questão militar, e justamente, por isso, não pode ser considerada uma atividade autônoma. Essa ênfase dada pela interpretação gramsciana de Maquiavel à política coloca-a num terreno bastante distinto da análise de Croce que instrumentalizou o conceito de política, ao conferir a ele um sentido de neutralidade, sugerindo, assim, uma disjunção absoluta entre filosofia e política e entre pensamento e atividade sócio-política (Cf. Fontana, 1993). Quando define, portanto, a autonomia da política em termos relativos, Gramsci observa que esta deve ser pensada numa relação dialética ou de identidade com a filosofia, isto é, cabe detectar o lugar que tem a "ciência política na filosofia da práxis" (Kanoussi, 2003; p. 139). É a partir dessa compreensão da política que Gramsci detecta a ruptura de Maquiavel com o feudalismo e o Renascimento. Enfim, em Gramsci a política ao ocupar o lugar dominante na vida social, não comporta a idéia de neutralidade técnica ou de poder, uma vez que toda a vida social engloba relação de forças – diga-se: relação entre forças políticas.

Em concordância com Gramsci, Althusser sustenta a idéia segundo a qual não há uma teoria da política em Maquiavel. Para ele, Maquiavel não se interessa pela natureza das coisas. Isso quer dizer que os elementos teóricos ainda que existentes na obra de Maquiavel não se articulam sob a forma de uma teoria, mas estão dispostos sob a forma de fragmentos, ou ainda, estão voltados para o conhecimento da prática política. Como Althusser (1997: p. 59) salienta:

"A colocação do problema da prática política está no coração de tudo: todos os elementos estão, portanto, dispostos (...) em função desse problema político central [o problema político da prática concreta da formação da unidade nacional por um Estado nacional]."

Dentro dessa perspectiva, Maquiavel é compreendido, por Althusser, como o teórico da conjuntura, como o primeiro a pensar *na* conjuntura, ou ainda, a pensar no conceito de conjuntura como caso singular. Mas, pensar *na* conjuntura, pensar *sob* a categoria conjuntura, não tem o mesmo significado que pensar *sobre* a conjuntura, pois, segundo Althusser, Maquiavel não reflete sobre um conjunto de dados concretos:

"Pensar sobre a conjuntura, é literalmente se submeter ao problema que produz e impõe seu caso: o problema político da unidade, a constituição da Itália em Estado nacional. É necessário aqui reverter os termos: Maquiavel não pensa o problema da unidade nacional em termos de conjuntura; é a própria conjuntura que coloca negativamente, mas objetivamente, o problema da unidade nacional italiana" (Althusser, 1997: p. 61).

Segundo Althusser, a remissão que o secretário florentino faz à Antiguidade, não é com o propósito de retomar as "teorias filosóficas da política", mas a história concreta, da prática política concreta, da política na Antiguidade, isto é, a Antiguidade que importa a Maquiavel é a "Antiguidade da política". Assim como Gramsci, Althusser concebe as referências à história da Antiguidade, presentes na obra de Maquiavel, como analogia histórica.

Althusser também enfatiza o lugar subordinado que a religião e a técnica militar têm em relação à política na obra de Maquiavel. Tendo como objetivo a unidade nacional italiana, a obra de Maquiavel, segundo Althusser, assume um caráter antifeudal. Isso quer dizer que as formas feudais existentes são incompatíveis com esse objetivo político.

Quando procura situar a obra de Maquiavel diante dos autores e tradições filosóficas que trataram da questão da política, Althusser considera que os escritos do secretário florentino estão imersos na solidão, ou seja, a obra do secretário florentino não pode ser classificada

nem como pertencente à tradição teórica anterior aos seus escritos, que tratava das leis de governo, nem pode ser igualada à tradição do direito natural, visto que não trata de um Estado já formado, mas sim de uma tarefa a ser cumprida: a unidade da nação italiana. Mas, o que significa essa solidão? Essa solidão expressa o caráter de "começo de algo sem precedente" da obra de Maquiavel. A fórmula que consagra esse começo está apresentada de modo visível nos escritos de Maquiavel, quando ele afirma que é mais justo ir à verdade efetiva da coisa que à sua imaginação, ou melhor, quando ele busca o conhecimento da prática política.

Em nenhuma dessas duas "assimilações profundas" da obra de Maquiavel, identificamos uma separação radical ou absoluta entre ciência e política. Em ambos os casos, a distinção entre esses termos é concebida de maneira relativa, visto que estão informados pela mesma problemática geral que tem como pressuposto a história das formações sociais, ou ainda, a pergunta: como mudam e se conservam tais formações. Observamos, no entanto, que há uma diferença entre as análises de Gramsci e Althusser no modo de compreender essa distinção, mesmo sob a concordância de seu caráter relativo. Em linhas gerais, é possível afirmar que em Gramsci, ela possui um *sentido subjetivo*, enquanto em Althusser um *sentido objetivo*. Não se trata aqui de mero jogo retórico de palavras. Quando apontamos essa divergência entre os dois autores, é porque entendemos que, em Gramsci, a distinção entre ciência e política encontra-se em estado prático, ou melhor, não é elaborada teoricamente, uma vez que está subordinada à proposta de ação prática de construção do "momento ético-político"<sup>5</sup>. Por esse motivo ganha centralidade a questão do problema da constituição do Estado nacional, momento em que a política assume o posto de comando na vida social, tornando inócua quaisquer argumentos que procurem forjar o discurso da neutralidade e da técnica para se compreender as relações de forças sociais.

O trabalho de elaboração teórica desses conceitos será realizado por Althusser, isto é, este autor toma as reflexões de Gramsci como instrumento, como meio, para dar tratamento teórico à obra de Maquiavel. Nesse caso, ciência (ou conhecimento) da prática política e política (resolução da unidade nacional), embora correspondentes entre si, são tomadas como dois problemas distintos. Trata-se assim de um problema teórico (a prática política) e um problema político (a unidade italiana). Dentro dessa perspectiva, em Gramsci, parece sobressair uma concepção teleológica da história ou do processo histórico segundo a qual o dever ser encontra-se inscrito no ser, o que ser resumido na fórmula de que a unidade nacional embora ainda não existente na Itália de Maquiavel, estava em vias de existir, ou se aproveitássemos esse princípio e aplicarmos à sociedade capitalista, poderíamos concluir, com Gramsci, que a sociedade comunista é algo que está inscrito nas próprias estruturas da sociedade capitalista. Trata-se de um momento histórico que a humanidade *necessariamente* atingirá.

Na análise de Althusser, a constituição da unidade italiana na época de Maquiavel, ou mesmo da sociedade sem classes, é tomada como uma possibilidade histórica, é algo contingente —

<sup>5</sup> Nos *Cadernos do Cárcere*, em diversas passagens, quando Gramsci refere-se à história ético-política tal qual existente na sociedade burguesa, observamos que, na maioria das vezes, ele faz uso do recurso de aspas para justamente distingui-la de sua realização plena na sociedade regulada.



e não necessário – que, portanto, pode ou não se consumir, acontecer. Nessa abordagem, há o completo rechaço da visão teleológica da história, uma vez que o resultado de determinado processo histórico não está previamente dado, mas é fruto de um tortuoso, complexo processo de luta de classes. Não há, assim, um sentido inexorável, um destino da história.

#### REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. "Solitude de Machiavel" In: Yves Sintomer (org.), *Solitude de Machiavel*. Paris, P.U.F, 1998.

ALTHUSSER, Louis. "Machiavel et nous" In: *Écrits philosophiques et politiques*. Tome II. Paris, Stock/IMEC, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. "O conceito de política nos Cadernos do Cárcere" In: Carlos Nelson Coutinho e Andréa de Paula Teixeira (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FONTANA, Benedetto. *Hegemony and power: on the relation between Gramsci and Machiavelli*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1993

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (Vol. 3). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

HOLDEN, Adam e ELDEN, Stuart. "It cannot be a Real Person, a Concrete Individual!": Althusser and Foucault on Machiavelli's Political Technique" In: *Borderlands e-journal*, vol. 4, n. 2, 2005.

KANOUSI, Dora. "Maquiavel nos *Cadernos do cárcere*" In: Carlos Nelson Coutinho e Andréa de Paula Teixeira (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

# Autonomia e mediação na construção do conhecimento: Gramsci e Vigotski

Edilene Cruz\*

## Introdução

Devemos romper com o hábito de pensar que cultura é conhecimento enciclopédico, através do qual o homem é concebido como mero recipiente para despejar e conservar dados empíricos ou fatos brutos e desconexos que subsequentemente ele terá que distribuir em seu cérebro como nas colunas de um dicionário de forma a ser capaz de no futuro responder aos diversos estímulos do mundo externo. Esta forma de cultura é realmente prejudicial, especialmente para o proletariado. Ela só serve para criar desajustados, pessoas que se acreditam superiores ao resto da humanidade porque acumularam em sua memória uma certa quantidade de fatos e datas que vomitam em toda a oportunidade a ponto de quase levantar uma barreira entre elas e os outros. (Antonio Gramsci, *Socialismo e Cultura*, 1916)

Não constitui novidade o fato de que entre os *usos de Gramsci* levados a cabo por estudiosos brasileiros, incluem-se diversas abordagens da educação, produzidas especialmente entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980.

Ainda que o exame da diversidade e do alcance de todas estas contribuições não esteja entre os objetivos do presente trabalho, julgamos instigante tomar como ponto de partida a observação de que em grande parte da literatura de inspiração gramsciana sobre educação se nota a tendência a um "enquadramento restritivo aos escritos sobre a escola", com o conseqüente esvaziamento da dimensão política e a redução de "conceitos como hegemonia, sociedade civil, sociedade política, Estado ampliado e revolução passiva" a "uma função interpretativa marginal" (Magrone, 2006, p. 354-55) Embora concordando com Magrone, notamos que a despeito do grande destaque dado às práticas educacionais, permanece pouco aprofundado, de nosso ponto de vista, o tratamento da atividade mediadora do educador na produção do conhecimento e das características que a autonomia do educando assume em relação com essa mediação.

Nos limites de uma formulação preliminar, pretendemos desenvolver a idéia de que a compreensão plena da relação educador-educando contida na "teoria pedagógica" gramsciana exige o exame aprofundado de elementos apenas germinamente esboçados por seu autor. Trata-se de elaborar os termos através dos quais o mestre traduz a sua cultura para o educando e a cultura do educando para si, e, de outro lado, o educando reelabora a sua própria cultura e aquela apresentada pelo mestre. Nesse caso, percebe-se a exigência de enfrentar o problema da operacionalização desta passagem. Em consonância com tal objetivo, procuraremos apontar as contribuições que Vigotski, especialmente com o conceito de *zona de desenvolvimento proximal* oferece para esse tipo de reflexão.

\*Membro do GP "Cultura e Política do Mundo do Trabalho", UNESP/CNPq e professora colaboradora junto ao curso de Ciências Sociais da UNIOESTE, campus de Toledo – PR. E-mail: edilencruz@gmail.com

## UM NÚCLEO DE BOM SENSO NO INTERIOR DO SENSO COMUM

À primeira vista, a proposta de uma educação pautada pelo princípio e objetivo da autonomia do educando parece chocar-se com a exigência da figura do mediador entre ele e o conhecimento.

Mas o fato da teoria pedagógica de Gramsci ser indissociável de uma teoria política comprometida com um projeto que pretende que a apreensão de novos conhecimentos coincida com a ampliação da consciência que o indivíduo tem de si, do mundo dos homens e da natureza ao seu redor, supõe que a mediação implique exatamente desenvolvimento autônomo. Quais são os pressupostos deste entendimento?

A função intelectual do educador parte do reconhecimento de tipos de conhecimento: o bom senso (filosofia ou ciência) e o senso comum.

Tanto se considerarmos o caso do educador em sentido amplo – como o partido político – na sua relação com as massas, como se tomarmos o profissional professor na sua relação com os alunos, veremos que a principal proposta e tarefa vem a ser a de tornar acessível a linguagem que dominam aos educandos.

*(Forse è utile "praticamente" distinguere la filosofia dal senso comune per meglio indicare il passaggio dall' uno all' altro momento: nella filosofia sono specialmente spiccati i caratteri di elaborazione individuale Del pensiero, nel senso comune invece i caratteri diffusi e dispersi di un pensiero genérico di una certa época in um certo ambiente popolari. Ma ogni filosofia tende a diventare senso comune di um ambiente anche ristretto – di tutti gli intellettuali –. Si tratta pertanto di elaborare una filosofia che avendo già una diffusione, o diffusità, perché connessa alla vita pratica e implicita in essa, diventi un rinnovato senso comune con la coerenza e il nerbo delle filosofie individuali: ciò non può avvenire se non è sempre sentita coi "li semplici") (Q11, p. 1382-83) (grifos nossos)*

É curioso constatar que as reflexões gramscianas a respeito de um tipo de elaboração intelectual própria dos simples tenham inspirado leituras espontaneístas, que acenavam com propostas de uma supervalorização despolitizada do saber popular. Por outro lado, alguns intérpretes insistiram que ao reforçar a necessidade do contato dos simples com a filosofia e a ciência dominantes Gramsci assumia uma postura tradicionalista, conservadora do papel da escola e do conhecimento.

De nossa perspectiva, o aparente paradoxo entre uma pedagogia voltada para a formação autônoma das classes subalternas e o papel de destaque que ela reserva ao mestre, na condição de mediador, à influência geral e à valorização da apreensão de diversos tipos de conhecimento tem a ver com uma certa compreensão do papel do conhecimento no desenvolvimento humano.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> A noção de luta ideológica de Gramsci era crítica demais para sugerir que os professores deveriam simplesmente transmitir a cultura prevalecente. Ele argumentava que a cultura humanística tradicional deveria ser dominada, porém compreendida no sentido dialético a fim de ser criticada e rearticulada de acordo com as necessidades de uma classe trabalhadora radical. A oposição, e não a transmissão, é o tema crítico que Gramsci postula como a principal tarefa pedagógica da escolarização radical. Isto não significa sugerir que se deve fazer uma limpeza completa da cultura existente, ou substituí-la por outra completamente nova e já formulada. Na verdade, trata-se de um processo de transformação (com o objetivo de produzir uma nova forma) e rearticulação de elementos ideológicos existentes. Mais uma vez, a cultura dominante tinha que ser criticamente compreendida ante de poder ser transformada. Esta é uma questão significativa na noção de educação de Gramsci, pois tem importantes implicações para os relacionamentos professor-estudante em uma teoria crítica da pedagogia, implicações que estão em oposição às visões que Entwistle atribui a Gramsci. (Giroux, 1997, p. 238)

As elaborações do senso comum, ainda que desagregadas, impregnadas de elementos dispares como o folclore, a religião, fragmentos da filosofia e ciência dominantes, contém o que Gramsci chama de “núcleo sadio do senso comum” ou bom senso (Q11,p. 1380), um gérmen de compreensão crítica vinculada à experiência prática de todos os homens.

Se se quer todos saibam, e saibam o que sabem, é preciso admitir que o processo de produção do conhecimento pressupõe o fomento da sempre ativa participação do educando, tomá-lo como sujeito – algo distinto de uma tábula rasa – que é portador de instrumentos e modo de pensar. Ao mesmo tempo, a participação mediadora do educador – também sujeito – é imprescindível na medida em que ele deverá atuar como um tradutor de conhecimentos distintos junto aos educandos. Um tradutor deve conhecer as diversas concepções de mundo com as quais trabalha. Só o contato com o conhecimento prévio do educando, com seu modo de pensar, tornará factível uma mediação no sentido da autonomia.

Conquanto no plano filosófico e político a argumentação gramsciana a respeito das articulações entre bom senso e senso comum seja coerente, encerra o desafio, do ponto de vista pedagógico, da explicar a sustentação dos processos individuais através dos quais o conhecimento é produzido. Nas linhas seguintes, ensaiaremos um esboço a respeito das contribuições oferecidas por Lev Semionovitch Vigotski ao aprofundamento desta questão.

#### **GRAMSCI E VIGOTSKI<sup>2</sup> : INDICAÇÕES PARA UM PLANO DE PESQUISA**

A proposta de uma aproximação Gramsci-Vigotski fundamenta-se na idêntica perspectiva, embasada nos postulados do método dialético marxiano, que os autores adotam na consideração de que a humanização se dá por meio das relações que os seres humanos estabelecem com os outros seres humanos, com a natureza e com a história destas relações.

É com base em tais princípios que Vigotski desenvolverá, através de incursões em vários campos de estudo, o projeto de investigação das conexões entre os fatores de ordem sócio-cultural e os biológicos na constituição das funções psicológicas superiores, isto é, do comportamento humano. Os resultados de algumas de suas pesquisas, como verificamos nos textos *O instrumento e o símbolo no desenvolvimento da criança* e *Interação entre aprendizado e desenvolvimento*, são diversos de implicações para o desenvolvimento da dimensão dos processos cognitivos ausente na teoria gramsciana.

Ao assinalar a existência de dois níveis do desenvolvimento infantil – o real e a zona de desenvolvimento proximal – Vigotski sugere, na nossa leitura, um caminho bastante profícuo para a elaboração de propostas das relações entre senso comum e bom senso.

Enquanto “o nível de desenvolvimento real” representa “o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados”,

<sup>2</sup> Dada a variedade de formas de grafar o nome de Vigotski, seguimos a sugestão de Silva e Davis (2004) de adotar a grafia utilizada em trabalhos recentemente publicados no Brasil e que mais se aproxima da russa. Do mesmo modo, manteremos a forma adotada por outros autores.

A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de "brotos" ou "flores" do desenvolvimento, ao invés de "frutos" do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente. (Vygotsky, 1998, p. 111-12)

A atividade mediadora do educador surge como um elemento capaz de fomentar, pelo aprendizado, o desenvolvimento potencial do educando<sup>3</sup>. De qualquer modo, a intervenção planejada do educador constitui apenas uma das várias intervenções sofridas pelo educando; uma vez que, desde o nascimento, as bases do desenvolvimento também são constituídas pela mediação do uso dos instrumentos e dos símbolos – pela influência do ambiente sócio-cultural.

Ao chamar a atenção para o caráter eminentemente social da constituição social do desenvolvimento cognitivo do indivíduo, Vigotski nos oferece bases sólidas para a compreensão da possibilidade de que a intervenção mediadora do educador possa ser um estímulo à autonomia do educando.

A rigor, do ponto de vista científico, não se pode educar a outrem [diretamente]. Não é possível exercer uma influência direta e produzir mudanças em um organismo alheio, só é possível educar a si mesmo, isto é, modificar as reações inatas através da própria experiência (...)

Por isso, o professor desempenha um papel ativo no processo de educação: modelar, cortar, dividir e entalhar os elementos do meio para que estes realizem o objetivo buscado (Vygotsky, 2001, p. 75 apud Tunes et al., 2005, p. 692)

## REFERÊNCIAS

- GIROUX, Henry. A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. v.II e III (a cura di Valentino Gerratana). Torino: Einaudi Tascabili, 2001.
- MAGRONE, Eduardo. Gramsci e a educação: a renovação de uma agenda esquecida. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, pp. 353-372, set./dez. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- REGO, Teresa C. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SILVA, Flávia G.; DAVIS, Claudia. Conceitos de Vigotski no Brasil: produção divulgada nos cadernos de pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, FCC. v. 34, n.123, set./dez. 2004.
- TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria C. V. R.; BARTHOLÓ JR., Roberto S. O professor e o ato de ensinar. *Cadernos de Pesquisa*. FCC.v.35, n. 126, set./dez. 2005, pp. 689-698.
- YVYOTSKY, Lev Semyonovitch. O instrumento e o símbolo no desenvolvimento da criança, *Interação entre aprendizagem e desenvolvimento In: \_\_\_\_\_, A formação social da mente*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 25-40; 103-119.

<sup>3</sup> "Um aspecto essencial do aprendizado é o fato de que ele cria a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança" (Vygotsky, 1998, p. 117-18)

## Gramsci e Michels: diálogos sobre a burocratização

Renato César Ferreira Fernandes<sup>1</sup>

A obra dos teóricos elitistas e, em especial, a de Michels são uma referência na teoria dos partidos na ciência política. A compreensão que estes autores apresentam sobre a 'classe política', sobre os intelectuais enquanto classe social, sobre a questão das estratificações no partido são ferramentas de auxílio e interesse para a compreensão dos partidos políticos e das sociedades políticas. Por outro lado, a produção literária no cárcere de Gramsci, apesar de conter diversos elementos de crítica a teoria dos elitistas, que era então dominante na Itália, poucas vezes foi trabalhada no sentido de expressar um diálogo entre o autor marxista e os teóricos elitistas.

A presente pesquisa trabalhou a partir dos conceitos de intelectuais e da teoria do partido operário em Gramsci e buscou um diálogo com a teoria de Robert Michels e sua compreensão da lei férrea da oligarquia. Na teoria dos partidos, Michels apresenta um argumento interessante e que até hoje é utilizado para explicar o processo histórico: todas as organizações por causa da relação estabelecida entre os representantes e os representados, tende a formar uma nova oligarquia, independentemente da sua forma organizativa e da sua composição social. A problemática central colocada por Michels (que tentamos responder nesta pesquisa) é a de que a burocratização do partido político é um processo inevitável, não importando qual a sua relação com o grupo social que representa, nem a sua forma de organização.

A reflexão de Gramsci partiu, na nossa opinião, da questão dos intelectuais. A partir da compreensão deste problema é que Gramsci formulou sua teoria do Estado ampliado e da hegemonia, que são todas complementares, apesar do momento de formulação não serem sincrônicos. A concepção ampla de intelectuais de Gramsci e, principalmente a categoria de intelectuais orgânicos, compreende que os intelectuais não sejam apenas elaboradores de uma concepção de mundo, mas que também sejam os organizadores da hegemonia de uma classe social, através da sua práxis no conjunto da superestrutura. Neste sentido, os organismos presentes no Estado em sentido ampliado, seja nos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, seja nas instituições da sociedade política, são os principais mediadores da atuação dos intelectuais, enquanto elaboradores e organizadores, com as classes sociais fundamentais: enquanto para a burguesia, as escolas, os sindicatos patronais, as universidades, o parlamento, as forças armadas, entre outros, são organismos que realizam a organicidade dos intelectuais com a própria classe, para a classe operária, apenas o seu partido de classe, pode formar seus intelectuais orgânicos.

---

<sup>1</sup> Pesquisa orientada pelo Prof. Dr. Álvaro Bianchi e financiada pelo SAE/UNICAMP, vigente em 2006-2007

Os intelectuais orgânicos, para Gramsci, são fundamentais para a elaboração e socialização de uma concepção de mundo. Estes intelectuais são necessários para a realização de uma reforma intelectual e moral, forma concreta da reforma econômica, que é também o modo de realização da hegemonia de uma classe social. Por isto, o partido, que é concebido como intelectual coletivo para Gramsci, é o instrumento necessário para a formação da hegemonia da classe da qual representa, mas ele somente é o germe desta vontade coletiva expressa na hegemonia, sendo a própria hegemonia somente realizada na fundação de um novo estado.

Quando Gramsci vai polemizar com Michels sobre a questão da liderança carismática, que para Michels é fundamental na dominação entre os dirigentes do partido e sua base social, o autor italiano vai expressar que o Novo Príncipe não pode ser apenas um ou poucos indivíduos, isto é, nem mesmo uma direção, que é fundamental, mas não suficiente. O Novo Príncipe, que tem o objetivo de fundar o novo Estado, para a conquista da hegemonia da classe operária, tem que ser um organismo coletivo, onde todos possam participar na elaboração, sendo intelectuais, apesar dos distintos modos de execução destas funções: tanto a classe, quanto a base partidária deve influir diretamente na organização e elaboração do partido operário.

"Afirmou-se que o protagonista do Novo Príncipe não poder ser, na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político, isto é, em cada oportunidade e nas diferentes relações internas das diversas nações, aquele determinado partido que pretende (e está racional e historicamente fundamentado para este fim) fundar um novo tipo de Estado." (CC 13, V. 03, § 21, p. 59)

O centro da teoria de Michels na formulação da lei férrea das oligarquias está na separação entre representantes e representados: a representação era justamente um elemento necessário da vida política moderna, já que *tecnicamente* não era possível que todos "vivessem da política", mas a representação era justamente o elemento que tomava a democracia, enquanto regime de Estado ou de um partido, uma oligarquia (Michels, 1970: 20). Qualquer tentativa de auto-organização da classe social, de democracia ampla e irrestrita, para Michels, acabava por levar a formação de uma oligarquia e a separação entre classes sociais dentro do mesmo partido.

"Nesta perspectiva, profundamente pessimista, não pode surgir esboços nem por meio de um sistema de participação política não mediada por representantes; segundo Michels, o auto-governo das massas, quer dizer, a superação da liderança através de formas de democracia intensa como emanção direta da vontade popular, é de fato irrealizável, porque em primeiro lugar a democracia direta não pode operar sem o auxílio do sistema representativo; em segundo lugar, porque se ainda pode demonstrar o grau de limitação a participação delegada da democracia representativa, as assembleias populares são, na realidade, majoritariamente sujeitas a formação de direções oligárquicas." (Fresu, 2005: 203)

Ao contrário de Michels, para Gramsci, a questão da representação tem que ter uma dupla perspectiva: 1) a ligação entre o sentimento-paixão dos representados e a transformação deste sentimento em saber; 2) a relação estabelecida entre a direção partidária, a base e a classe social representada. A representação somente pode ser orgânica quando a divisão de trabalho entre os representantes e os representados não seja uma divisão política, de classes sociais, mas seja uma divisão técnica: por isto, nos partidos social democratas, com os quais Michels trabalhou, que eram policlassistas, o problema da divisão de trabalho estava fundado na divisão entre classes sociais, enquanto nos partidos comunistas, que eram partidos da classe operária, o problema era

técnico e poderia ser resolvido com a educação permanente da classe e a elevação contínua da classe para o partido e da base partidária para a direção (CC 2, V. 3, § 75, p. 166-167). Para que isto seja possível, o partido operário tem que se organizar através do centralismo democrático: única maneira de estabelecer uma ligação orgânica na elaboração e organização da ação partidária na luta de classes.

“A ‘organicidade’ só pode ser a do centralismo democrático, que é um ‘centralismo’ em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é ‘orgânico’ porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia; e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever, etc.” (CC 13, V. 03, § 36, p. 91)

Se a organização é para Gramsci o local de desenvolvimento do projeto de hegemonia (autonomia) da classe operária e o partido operário somente poderá se organizar através de um regime interno do centralismo democrático, então existe uma contraposição implícita à teoria do partido político de Michels, que coloca a organização como sinônimo de oligarquia e de divisão de classes: enquanto para Michels o partido apenas reproduz a divisão de classes (até criando-a), para Gramsci é o elemento necessário para a superação desta divisão de classes e para a formação da sociedade regulada. A resposta que Gramsci procurou articular para Michels abriu diversas contribuições para a formulação de uma teoria dos partidos marxista: a historicidade dos governantes, divisão política e técnica do trabalho, o papel dos dirigentes carismáticos, a burocracia e o partido (Sgambati, 1977: 608).

É a partir deste diálogo que a pesquisa tentou formular a compreensão do partido em Gramsci. Este diálogo nos proporciona ferramentas conceituais diversas, que pode ser útil para explicar os processos que passaram, ou passarão, diversos partidos contemporâneos: desde o processo de burocratização e acomodação na ordem vigente, como o do PT no Brasil, até os processos de “bonapartismo” e centralização burocrática, como o do PSUV na Venezuela.

## REFERÊNCIAS

- FRESU, Gianni. *“Il diavolo nell'ampolla”*, Antonio Gramsci, gli intellettuali e il partito. Napoli: La Città del Sole, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, 6 v.
- MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala, 1970.
- SGAMBATI, Valéria. Per un'analisi del rapporto tra Gramsci e gli elitisti. In.: ISTITUTO GRAMSCI. *Politica e storia in Gramsci*. Firenze: Riuniti, 1977, p. 606-616.





## Estado burguês e reforma intelectual e moral: a dialética do improvável

Leandro de Oliveira Galastri\*

O objetivo deste trabalho é desenvolver a hipótese de que haveria dois momentos histórico-teóricos qualitativamente diferentes da reforma intelectual e moral em Gramsci, um antes e outro depois da construção da sociedade de transição ao socialismo. Sustentaremos que estes dois momentos estariam diretamente determinados pela relação das classes trabalhadoras organizadas com o Estado em cada um deles.

Acompanhando a análise de Nicos Poulantzas sobre o Estado como fator de coesão entre os diversos níveis de uma formação social e suas considerações da classe social a partir do "lugar" na luta de classes, poderíamos afirmar, em princípio, que haveria nesse autor uma impossibilidade estrutural para as transformações sociais de cunho revolucionário a partir da ação das classes.<sup>1</sup> Porém, se Poulantzas afirma que

O que se entende por "consciência de classe" própria e por organização política autônoma, isto é, do lado da classe operária, uma ideologia proletária revolucionária e um partido autônomo de luta de classe, tem como campo de aplicação aquele das *posições de classe* e da *conjuntura*, constituindo as condições de intervenção das classes como *forças sociais*. (...) O aspecto principal de uma análise das classes sociais é bem aquele de seus *lugares* na luta de classes: não é o dos *agentes* que as compõem (POULANTZAS:1978, p.17).

Defenderemos aqui que é necessário compreender também que a "conjuntura" possui uma temporalidade diferente de "lugar". Este corresponde a tempo histórico de longo prazo, o que demonstra a permanência, de modo geral, das estruturas e práticas de uma dada formação social quando não se trata de momentos em que poderíamos observar uma espécie de aceleração revolucionária. Ou seja, fora do período histórico de aguçamento das contradições entre os diversos níveis da formação social em questão, causado pelo acúmulo daquelas mesmas contradições. No período de aguçamento, as temporalidades dos níveis estrutural e conjuntural tenderiam a sincronizar-se e a causar a crise de hegemonia, processo em que um bloco social desagregar-se-ia, dando origem a uma região na sociedade em que não haveria mais identificação com nenhuma das duas principais forças contrapostas (BADALONI: 1975, p. 120), forças protagonistas do embate histórico entre as duas classes fundamentais, levado adiante por suas vanguardas, fração dominante

\* Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp

<sup>1</sup> De acordo com Poulantzas, uma formação social é constituída pela superposição de diversos modos de produção num momento histórico específico, dos quais um será sempre o dominante. A decomposição de uma formação social determinada em vários modos de produção coexistentes é uma operação analítica que realiza o autor no sentido de entender, entre outras coisas, o papel do Estado naquela formação. Entre os modos de produção componentes daquela formação social haveria níveis diferentes de desenvolvimento estrutural e material, o que os colocaria em contradição uns com os outros. O papel do Estado, conclui Poulantzas, seria justamente garantir a unidade dessa formação social, constituindo-se em fator de coesão daqueles diversos níveis estruturais.

da burguesia e setores organizados do proletariado. Enfim, configurar-se-ia uma sincronia caracterizadora do período de mudança revolucionária. Tal período comportaria a superação das antigas estruturas e práticas determinantes da dominação de um modo de produção específico em uma dada formação social e o estabelecimento de novas estruturas e práticas, específicas da dominação agora de um novo modo de produção, componente do que poderia ser chamado da formação social de transição.

Portanto, se o aspecto principal da análise das classes é seu “lugar” na luta de classes, como quer Poulantzas, não devemos menosprezar, por outro lado, a “posição” dos agentes no momento da sincronia histórica a qual nos referíamos, ou o que Maquiavel chamaria de *virtù*.

Segundo Poulantzas, o Estado é fator de coesão e unidade dos diversos níveis estruturais de desenvolvimento de uma formação social. Logo, podemos deduzir que todas as instituições e organizações sociais funcionais à unidade de uma formação são funções estatais num sentido amplo, na medida em que servem aos propósitos fundantes do Estado mesmo. A partir daí consideramos plausível que o Estado possa ser considerado não apenas como um organismo à parte, não apenas como uma *entidade* que *lança mão* de correntes para amarração dos diversos níveis de desenvolvimento histórico que compõem uma formação social. Se pudéssemos forçar a metáfora acima, diríamos então que o Estado também *é o conjunto dessas próprias correntes lançadas*, ou seja, em seu sentido amplo, *é um processo*, uma prática levada a efeito pela força social dominante em um dado momento de relações de forças políticas, isto é, da luta de classes. O Estado no sentido estrito, com instituição burocrática de governo e monopólio da violência, é resultado lógico (não necessariamente histórico-cronológico) daquele processo de dominação de classe, é legitimação de tal dominação. Desta forma, o assalto violento às estruturas do Estado no sentido estrito é culminação necessária e lógica (não necessariamente histórico-cronológica) da inversão, no nível da luta de classes, daquela resultante da correlação de forças no processo que mantém a unidade política dos diversos níveis estruturantes de uma formação social dada (ou seja, no Estado em sentido amplo).

Tal inversão na correlação de forças originaria uma formação social cuja unidade dos diversos níveis estruturantes se daria sob um fator de coesão de novo tipo, um novo Estado em seu sentido amplo, representado por um novo tipo de aparelho burocrático de governo e monopólio da violência. É somente nesse sentido de Estado amplo, ou Estado como *processo* unificador dos diversos níveis de uma formação, que podemos entender, como faz Poulantzas, as diversas “modalidades da função do Estado”, quais sejam técnico-econômica, ideológica e política (POULANTZAS: 1977, p. 48). Desse modo poderíamos considerar, por exemplo, o taylorismo como processo estatal em sentido amplo, já que atende às condições de função técnico-econômica do *processo* Estado, como organizador do processo de trabalho na sociedade num momento histórico dado, para além da função de Estado em sua manifestação estrita, como aparelho burocrático de governo e coerção que, por meio do direito, “fixa as relações de produção como relações de propriedade formal, na medida em que constitui um quadro de coesão das relações de troca, inclusive da compra e da venda da força de trabalho” (POULANTZAS: 1977, p. 51).

Na análise dos momentos da correlação de forças, é necessário considerar a reforma intelectual e moral como a construção de uma nova concepção de mundo por parte dos trabalhadores

organizados na luta de classes, cujas condições envolvem, ao mesmo tempo, a luta por novas condições materiais de classe, tanto econômicas quanto referentes ao poder político. Segundo Dias,

A hegemonia é a elaboração de uma nova civilidade, de uma nova civilização. É uma reforma intelectual e moral. (...) O processo da hegemonia se realiza tanto no plano do movimento quanto no plano das instituições. (...) Trata-se da transformação das condições de existência das classes subalternas. Esta reforma intelectual e moral deve, necessariamente, estar ligada a um programa de reforma econômica que é, exatamente, o seu modo concreto de apresentar-se. Pensar-se a construção de uma nova forma social, uma nova sociabilidade, só é possível se se pensam conjuntamente as formas específicas de sua realização – a um tempo material e simbólica (DIAS: 1996, p.10).

Ainda, de acordo com o próprio Gramsci,

Pode haver reforma cultural, isto é, elevação civil dos estratos deprimidos da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma mudança na posição social e no mundo econômico? Por isso uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica, pelo contrário, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto pelo qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI: 2001, p. 1561).<sup>2</sup>

Parece-nos defensável que aquela construção não pode ser levada muito longe se permanece encerrada nos aparelhos hegemônicos da formação social que se quer superar. Se a construção de novas concepção de mundo e condição material de classe (esta entendida aqui como comando econômico e político da formação social em que se vive), numa sociedade de transição ao socialismo, bem pode se estruturar por meio dos instrumentos de hegemonia da nova classe dominante, ou seja, que estão a serviço do soerguimento da nova formação social, tal não pode ocorrer sob a hegemonia das classes e frações de classes burguesas. Ou seja, uma reforma intelectual e moral que se pretenda voltada para a superação da hegemonia burguesa só consegue encontrar condições férteis de desenvolvimento fora dos aparelhos e instituições funcionais àquela hegemonia. Trata-se de um ponto de vista diferente do de Coutinho, por exemplo, quando, em polêmica com Althusser, sustenta que o filósofo francês

(...) propõe uma estratégia política que – acentuando excessivamente o caráter “separado” do partido operário e sua radical diferença em relação ao Estado – prega uma luta a se travar inteiramente fora do Estado. (...) Perde sentido, então, o núcleo da estratégia gramsciana da “guerra de posições”, ou seja, a idéia de que a conquista do poder de Estado, nas sociedades complexas do capitalismo recente, deve ser precedida por uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, isto é, no interior do próprio Estado em seu sentido amplo. (COUTINHO:1999, p. 134-135, grifos nossos).

Em primeiro lugar, como procuramos indicar por meio de Poulantzas logo acima, o empreendimento político da mudança revolucionária pode ser considerado impossível “no interior do próprio Estado em seu sentido amplo”, dada a estruturação funcional dos aparelhos hegemônicos que aí se encontram. Agir “por fora” deste Estado, por outro lado, não significa buscar uma dimensão metafísica de ação, dado que este Estado, mesmo em sentido amplo (e

<sup>2</sup> Utilizamos neste trabalho a edição crítica organizada por Valentino Gerratana dos *Quaderni del carcere*, embora recorramos com frequência ao cotejamento com a edição brasileira organizada por Carlos Nelson Coutinho, Luís Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira (Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002, 6v.).

é exatamente desse sentido que se trata) não ocupa e nem esgota todos os espaços e possibilidades de iniciativa de luta política das classes enquanto agentes organizados e dotados de vontade política. Encerrar o universo da ação política nos limites estruturais do Estado ampliado passa por desconsiderar a possibilidade das classes trabalhadoras de construir seus próprios aparelhos material-ideológicos paralelamente e em franca oposição àqueles sustentadores da hegemonia burguesa.

#### REFERÊNCIAS

BADALONI, Nicola. *Il marxismo di Gramsci: dal mito alla ricomposizione politica*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1975.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DIAS, Edmundo F. *Gramsci em Turim. A construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci, A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 2001.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

## Regularidade e automatismo sociais em Antonio Gramsci

Henrique Amorim\*

Este artigo tem a intenção de identificar na obra de Antonio Gramsci<sup>1</sup> uma possível apreciação da categoria analítica de regularidade social, tentando articulá-la sobretudo à compreensão dos conceitos de reprodução social e de totalidade social. Com a ressalva de que seria ainda necessário o desenvolvimento de outras categorias como a de revolução passiva, de hegemonia, de correlação de forças, de análise de situação, de *"homo oeconomicos"*, de mercado determinado e, sobretudo, a análise da passagem do movimento corporativo ao momento ético-político para melhor qualificar essa discussão.

Pensar a obra de Gramsci, nesse sentido, pressupõe ter atenção, em primeiro lugar, à questões como a do sentido de uma teoria estratégico-política e do caráter orgânico da teoria e da prática política. Como lembra Gramsci, resgatando Marx, sua teoria não constitui uma nova modalidade científica, ela seria, sobretudo, uma forma de deslocamento analítico para a constituição de uma nova visão de mundo projetada em uma nova sociedade (Gramsci, 1981).

A caracterização destes argumentos nos darão fundamento teórico para discutir algumas questões essenciais à teoria sociológica, tais como, o "lugar da teoria", o posicionamento do pesquisador em relação ao seu objeto e a possibilidade ou não da definição de determinações histórico-sociais.

Desenvolveremos a hipótese de que é possível a apreensão da realidade a partir de certas regularidades, "leis", aqui vistas como leis tendenciais. A tendência exigiria, segundo Gramsci, sempre a necessidade de se pensar a situação, enquanto a "lei" não. Assim, estas regularidades não serão formuladas aqui como estruturas conceituais que determinariam a realidade e/ou seu desenvolvimento; em outras palavras, categorias que atuariam como sujeitos históricos. Pelo contrário, elas serão retidas como uma forma, dentre várias outras, de explicitação das possibilidades de intervenção concreta no "real", isto é, como formas estratégicas para de intervenção política.

O "real" é, assim, caracterizado como um conjunto de formações sociais infinitas, mas que, se pensado a partir da noção de tendência, pode nos qualificar em que medida e como, a cada conjuntura, a estrutura social é reproduzida socialmente. Dessa forma, não definiremos previamente os acontecimentos históricos; eles são conseqüências da "luta de classes", que recompõem a estrutura capitalista.

Desenvolveremos aqui a noção de "determinação social" ao o conceito dentro de um contexto histórico específico, no qual a compreensão do "real" é sempre uma manifestação de um

\* Pós-doutorando em Sociologia pela Unicamp e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp.

<sup>1</sup> As obras de Gramsci utilizadas aqui como referências são: Os Intelectuais e a Organização da Cultura (1978); Concepção Dialética da História (1981) e Maquiavel, a Política e o Estado Moderno (1991).

realidade reelaborada. Pensaremos, assim, a historicidade das categorias de análise, submetendo a ordem lógica à ordem histórica. As questões que serão desenvolvidas aqui estão articuladas, dessa forma, em primeiro lugar, à tese de que não existe uma separação entre as construções dos conceitos e a intervenção histórica na formação de categorias de análise e, em segundo lugar, que o conjunto de conceitos arrolados por essa hipótese contemplada pelo método de Marx tem caráter heurístico, ou seja, são produtos históricos e transitórios que devem ser reeditados a cada nova experiência histórica (Marx, 1976, p. 105).

## O MAPA DO IMPÉRIO OU A TOTALIDADE SOCIAL

*En aquel imperio, el arte de la cartografía logró tal perfección que el mapa de una sola provincia ocupaba toda una ciudad, y el mapa del imperio, toda una provincia. Con el tiempo, esos mapas desmesurados no satisficieron y los colegios de cartógrafos levantaron un mapa del imperio, que tenía el tamaño del Imperio y coincidía putualmente con él. Menos adictas al estudio de la cartografía, las generaciones siguientes entendieron que ese dilatado mapa era inútil y del sol y de los inviernos. En los desiertos del oeste perduraron despedazadas ruinas del mapa, habitadas por animales y por mendigos; en todo el país no hay otra reliquia de las disciplinas geográficas.<sup>2</sup>*

Traçar o mapa do império foi uma metáfora irônica utilizada por Borges para criticar uma ciência que se pensava verdadeira, absoluta, uma ciência que quer tomar o lugar da história. Mas, como então podemos pensar a totalidade social sem que incorramos na utopia desmesurada de um “mapa do império”? A proposta que aqui se desenvolve está em consonância com a crítica presente nas entrelinhas dessa epigrafe.

Em Antonio Gramsci a compreensão da totalidade social é sobretudo revelada a partir da articulação entre o movimento das estruturas e das superestruturas, a saber, dos aparelhos de hegemonia *versus* forças produtivas, expressão da unidade contraditória no capitalismo, e as relações de força de cada conjuntura específica, constituindo, com efeito, racionalidades científicas (formas de subjetividade da história, forças em presença, mercado determinado etc.), ou seja, expressões historiadas da “lutas de classes”. Nesse sentido, seria a partir de uma “racionalidade” que a subjetividade das classes atua pela luta de uma hegemonia social. A racionalização das relações de produção expressa, assim, uma forma da luta ideológico-política, sintetizada em formulações teóricas que se interpõem num confronto histórico e social.

Segundo Gramsci, as forças ocasionais presentes em cada nova conjuntura histórico-política teriam a função de recompor os aparelhos de hegemonia atualizando a estrutura social. Essa recomposição da estrutura social dar-se-ia a partir das forças ocasionais em presença em cada nova conjuntura histórica, elas teriam a função de reeditar relações sociais relativamente permanentes de um modo específico de reprodução da vida social. Assim, articular-se-iam como formas “automáticas” de reedição e reelaboração de velhas relações de dominação. Com efeito, a noção de “automatismo” social (Gramsci, 1981, p. 120) nos permite entender a conservação de relações de uma mesma natureza, na medida em que estabelecem uma conexão entre o novo e o velho, resgatando suas reais semelhanças.

---

<sup>2</sup> Jorge Luis Borges utiliza-se neste texto de um possível pseudônimo, Soares de Miranda (1658), característico do estilo literário chamado por muitos críticos de realismo fantástico.

Anunciando uma discussão com a Economia Política Clássica, Gramsci nos dá uma pista bem interessante ao fundamentar no seu diálogo com David Ricardo, acerca da categoria analítica de *"mercado determinado"*, sua noção de "conceito". Segundo Gramsci, as regularidades sociais que Ricardo percebeu em algumas sociedades capitalistas foram de extrema importância para a construção da teoria do valor. Num primeiro momento, Ricardo desenvolveu um caminho teórico sofisticado. Ao debruçar-se em uma dada sociedade, específica, flagrou os elementos constitutivos e dominantes do social que se repetiam de forma relativamente permanente. A partir daí, estabeleceu um confronto entre estas regularidades, agora determinações sociais, com uma outra realidade social. Ou seja, ele submeteu a experiência de uma sociedade ao conjunto de determinações sociais por ele observadas em uma outra.

Ricardo, dessa forma, desenvolveu categorias de análise que denominou *"regularidades sociais"*; porém, quando se utilizou destas como conceitos analíticos, submeteu a realidade específica de uma sociedade ao conjunto de determinações constitutivas de uma outra realidade. Ao fazê-lo tornou tais categorias eternas, pois deslocou-as da realidade concreta que as constituía, generalizando-as a outras sociedades, tomando-as, assim, "leis" em geral, de uma ciência econômica em geral. Como diz Gramsci: *"A esta construção científica realista e concreta [de Ricardo] foi-se sobrepondo posteriormente uma nova abstração mais generalizada do 'homem' como tal, 'a-histórico', genérico, abstração que passa por ser a 'verdadeira' ciência econômica"* (Gramsci, 1981, p. 120-121).

A partir dessa crítica a Ricardo, Gramsci percebe primeiramente que seria possível construir um conjunto de conceitos úteis à análise de uma outra realidade social. Entretanto, estes conceitos não podem ser pensados como a própria realidade. Na verdade, devem ser historicizados, ou seja, a análise das relações sociais deve balizar-se no sentido de entender quais são os significados de certas regularidades para cada sociedade, como elas estão constituídas e podem ser estruturadas na formação social analisada; ou seja, *"(...) trata-se de compreender como se constituem no desenvolvimento histórico forças relativamente 'permanentes', que operam com certa regularidade e 'automatismo'"*. (Gramsci, 1981, p. 122).

Como já argumentamos, obscurecer o "real" seria debruçar-se sobre uma análise que articule qualquer forma prévia de seu desenvolvimento. Ou seja, submeter o processo histórico a uma construção lógica do pensamento. Resgatando tal impossibilidade, Marx, em outros termos, indica uma interação não evidente entre perspectivas de análise da realidade e intervenções políticas concretas. Ou seja, Marx mostra, a partir da crítica aos economistas políticos clássicos, sobretudo Adam Smith e David Ricardo, a intencionalidade em reproduzir a dominação social, na medida em que tomavam a construção e a reprodução do "social" como momento natural do desenvolvimento do capitalismo, tomando, então, eterno o que foi construído no terreno da história. Em outras palavras, a explicação da construção social e histórica como "natural" legitima uma dominação social, pois faz dela uma dominação "natural" e incontornável; sua crítica, fundamentada em parte pelo marxismo, revela então uma nova forma de intervenção teórico-estratégica e de luta política.

A economia política clássica formulou sua teoria partindo da apreciação de indivíduos isolados, isto, de certa forma, naturalizou o "homem", tornando-o um "homem em geral" (cf. Marx, 1978, p. 25-26). Não obstante, o marxismo apropriou-se de várias categorias de análise dessa linha



teórica; assim, como poderíamos pensar a apropriação de certos elementos da economia política de Ricardo a partir de uma perspectiva crítica? Em outras palavras, como trabalhar com certos elementos do pensamento ricardiano sem incorrer em uma perspectiva naturalizadora do homem?

Gramsci via Marx utiliza as categorias de análise de Ricardo a partir de uma apropriação instrumental. Ricardo desenvolveu tais categorias de análise a partir da noção do "homem" em sentido genérico, faz-se necessário qualificá-las para um novo momento histórico (cf. Gramsci, 1981). As regularidades sociais, nesse sentido, nos forneceriam algumas hipóteses gerais do funcionamento de uma formação social, no qual estaríamos singularmente interessados. Essa recomposição das categorias de análise ricardianas nos indica o caráter não arbitrário da teoria de Gramsci. Ela sintetiza, a partir da construção de conceitos heurísticos (cf. Texier, 1992, p. 113-118), relações sociais que estão colocadas no plano da pesquisa.

Esse tipo de análise seria viabilizado a partir do pressuposto teórico da "abstração determinada" (cf. Negri, 1979, p. 83-111), que fundamentaria a necessidade de entender o "verdadeiro na prática", tentando mostrar que o verdadeiro, o concreto, é o resultado de múltiplas determinações, as quais comporiam uma unidade formada pelo jogo das contradições sociais. Assim, vemos que a categoria de abstração determinada seria um meio de chegada a uma certa realidade, a uma realidade reelaborada. Ela seria a construção de um conjunto de hipóteses que nos auxiliariam a pensar o "real". A "abstração determinada" indica, assim, o concreto como resultado da "luta de classes", como desfecho contínuo de um processo de lutas sociais, pensando a intencionalidade de múltiplos sujeitos sociais como resultado de um processo histórico, como síntese da diversidade social (cf. Negri, 1979). Assim, a importância desse método estaria em pensarmos o "homem" como produtor de sua própria história. O "*método da tendência antagonista*" seria, assim, um instrumento analítico que permitiria politizar o embate entre as classes ao desmistificar elementos históricos que pela pena desses economistas foram disseminados como naturais. Compreender o campo de forças de diferentes conjunturas, momentos históricos, para além do terreno econômico, imediato, pensando, assim, a produção em geral e os momentos históricos que particularizariam tal produção seria o grande ponto de intervenção do marxismo.

Pensar a lógica do capital como uma criação da atividade material dos homens, problematizando-a como uma lógica que estabelece uma reprodução do social, sobretudo a partir da exploração da força de trabalho, seria um primeiro ponto de intervenção da teoria de Marx. Conseguir articular a crítica aos economistas clássicos e compreender o "real" no sentido, primeiro de imobilizar e desconstruir um discurso científico que dava base (e ainda dá) à exploração do trabalho pelo capital; e, segundo, constituir um objeto novo de intervenção teórico-prático que forme uma unidade entre a teoria e a prática, e uma nova visão de mundo que lhe dê sustento seria a grande façanha do marxismo.

Gramsci, ao analisar a produção social a partir da sua totalidade social, não restringe o campo da economia às suas próprias especificidades. Na verdade, a divisão que o autor estabelece é apenas uma divisão para uma exposição didática. A política, a filosofia e a economia não são partes de um todo homogêneo, mas sim expressões sociais constitutivas da própria realidade. Ou ainda, são construções conceituais para o entendimento do "real". Estas construções não seriam a própria realidade, não poderiam confundir-se com o "real", pois

tratam-se de expressões fenomênicas de uma realidade observada.

Pensando, dessa forma, atingimos a questão de que é possível percebermos, através da análise da produção, como o fez Marx, a exploração do trabalho vivo e a fetichização das relações sociais. A totalidade social, nesse sentido, é presenciada na produção quando vemos os campos (didaticamente) expostos por Gramsci interagirem no "real", como formas constitutivas e antagônicas da realização singular da vida na produção. Isto nos informa, por exemplo, como a participação dos aparelhos de hegemonia, principalmente o Estado, atuam no sentido de fragmentar a classe trabalhadora para recompor as bases políticas da exploração do trabalho. O Estado, assim, interfere na organização produtiva quando submete os interesses e as conquistas históricas das classes trabalhadoras ao interesse privado de setores das classes dominantes.

Vimos, assim, trabalhando esta argumentação no sentido de indicarmos a inseparabilidade entre a política e a economia e, além disso, de fundamentar a crítica das análises deterministas e reformistas que subordinam os conflitos de classe e a contradição central presente nas sociedades capitalistas entre capital e trabalho à lógica aparentemente insuperável do "mercado".

Gramsci, desta forma, propõe uma tradutibilidade entre esses campos da análise do "real". Assim, percebemos que esta apropriação fixa a noção de totalidade social ao pensar, a partir das relações de força de uma determinada conjuntura, qual seria o lugar da filosofia, da política e da economia, como atividades sociais que formam em seu conjunto uma unidade social. Ora, se tais dimensões são pensadas a partir de uma categoria que leva em conta o conjunto de seus elementos específicos, torna-se possível pensar também a unidade dessas dimensões como próprias de uma realidade comum, como expressões fundadas em um mesmo "*substrato social*", a saber, como expressão da forma pela qual os homens organizam a produção da sua vida material.

Nesses termos Gramsci pôde justificar a elaboração teórica própria da filosofia da *praxis*, como uma elaboração heurística que, segundo ele, por ter "nascido" sobre o terreno de três movimentos culturais, a saber, a economia clássica inglesa, a filosofia clássica alemã e a literatura e prática política francesa, sintetizou "*os três movimentos, isto é, toda a cultura daquela época, (...) que na nova síntese, em qualquer momento que se a examine, momento teórico, econômico, político, se reencontra como 'momento' preparatório (para) cada um dos três movimentos*" (Gramsci, 1988, p. 110). Essa unidade e, então, seria justificada, no entender de Gramsci, pela relação entre homem e matéria, ou melhor, "*a unidade é determinada pelo desenvolvimento dialético das contradições entre homem e matéria*" (cf. Gramsci, 1981, p. 112), ou seja, natureza - forças materiais de produção. Para trabalhar com o conjunto histórico das relações tipicamente capitalistas é necessário qualificá-las dentro do próprio capitalismo, como relações de produção fundadas e reproduzidas dentro de uma historicidade específica. A separação entre teoria e prática faz com que esse pressuposto seja secundarizado e, assim, a possibilidade de intervenção no "real" por parte da teoria seja relativizada ao seu extremo.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Para Leer el o Capital*. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia e aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Ed. Presença, 1974.
- BRAGA, R. *A Restauração do Capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1997.

- CHÂTELET, F., PISIER-KOUCHER, E. e VICENT, Jean-Marie. *Los Marxistas e la Política*. Madrid: Taurus Ediciones, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O Capital (Livro I) Análise crítica de François Châtelet*. Campinas: Ed. IFCH/UNICAMP, 1991.
- DE FELICE, F. Revolução Passiva, Fascismo, Americanismo em Gramsci. In: *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, Vol. 1, p.189-257.
- ENGELS, F. *La Sainte Famille*. Paris: Éditions Sociales, 1970, p.116.
- GORZ, A. *Adeus ao Proletariado – para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1987.
- \_\_\_\_\_. A nova Agenda. In: BLACKBURN, Robin. *Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p: 235-249.
- GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1991.
- HABERMAS, J. A Revolução e a Necessidade de Revisão na Esquerda – o que significa socialismo?. In: BLACKBURN, Robin. *Depois da Queda: o Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 45-72.
- HIRANO, S. *Castas, Estamentos e Classes Sociais*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1974.
- LISPECTOR, C. *Água Viva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- LÖWITZ, K. Max Weber e Karl Marx. In: *Max Weber e Karl Marx*. Org. GERTZ, R.E. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- MAGALINE, A. D. *Luta De Classes e Desvalorização Capital*. Lisboa: Ed. Moraes, 1997.
- MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976.
- \_\_\_\_\_. Prefácio de 1859. In: *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultura, 1988, vol. I e II.
- \_\_\_\_\_. Para à Crítica da Economia Política. In: *Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo: Ed. Moraes, (sd).
- NEGRI, A. La Méthode de la Tendence Antagoniste. In: *Marx – au – delà de Marx*. Paris: Christian Bourgois, 1979, p. 83-111.
- OFFE, C. Trabalho como Categoria sociológica Fundamental? In: *Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da Sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, Vol. 1, p. 13-41.
- PESSOA, F. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.
- SOARES, M. Del Rigor en la Ciencia: viajes de Varones Prudentes, libro cuarto, cap. XLV, Lérida, 1658, in El Hacedor, de Jorge Luis Borges.
- TEXIER, J. "Éléments de Bibliographie" Note de lecture sur "Marx Weber und Karl Marx" de Karl Lowith (1932)". In: *Marx et Weber*. Actuel Marx n°11. Paris, 1992.
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.
- WEBER, M. A "Objetividade" do Conhecimento nas Ciências Sociais. *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ed. Ática S.A., 1986.
- \_\_\_\_\_. Os Tipos de Dominação. In: *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: Editora da UNB, 1991, p. 139-198.

## Gramsci e educação



## Contribuições do método histórico dialético na pesquisa em educação

Luciana Aparecida de Araújo Penitente\*

Rosane Michelli Castro\*\*

Silvia Regina Barboza Garrossino\*\*\*

Um dos desafios mais cruciais que se encontra nas pesquisas em educação está em estreitar a relação entre as diferentes formas de pensamento e posturas metodológicas evidenciadas atualmente pelo grande número de produções teóricas a respeito da prática da pesquisa na discussão dos problemas de formação de professores, valorizando a pesquisa e estimulando a sua prática nas atividades docentes. Visando corroborar com essa perspectiva, esse estudo busca compreender como a postura materialista histórica pode contribuir na construção do conhecimento, considerando a relevância do conceito de realidade para reconhecer as leis fundamentais que regem um problema pelo qual se investiga, a exposição dos avanços do conhecimento e de sínteses novas no contexto da realidade histórica.

Nos cursos de pós-graduação ou graduação, parece ser muito comum o surgimento de dúvidas e questionamentos ao se discutir as diferentes posturas e métodos decorrentes da investigação educacional, principalmente em relação ao enfoque materialista histórico. Questões do tipo: como se faz possível desenvolver na prática uma pesquisa dialética? Ou como ter presente que a dialética materialista é, ao mesmo tempo, uma visão de mundo, um método de investigação e análise e uma práxis? Em "O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional" publicado em 2006 por Gaudêncio Frigotto, algumas considerações importantes a esse respeito são evidenciadas pelo autor. Com essa dialética materialista ele parece marcar a ruptura entre a ciência da história ou do humanismo social e as análises metafísicas de diferentes matizes e níveis de compreensão do real. O que ele pretende demonstrar é justamente essa dialética materialista histórica enquanto uma postura, ou concepção de mundo e enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai a raiz) da realidade, e enquanto práxis, ou seja, unidade entre teoria e prática na busca de transformação.

Sabe-se que o materialismo histórico fundamenta-se no método dialético e suas bases foram também definidas por Marx e Engels. A produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social. Desse modo, as causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas na transformação dos modos de produção e de seus intercâmbios e não na cabeça dos homens. (GIL, 1999, p. 40). Portanto, adotar o quadro de referência do materialismo histórico, implica em enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua

\* Departamento de Administração e Supervisão Escolar e Didática - Unesp - campus de Marília.

\*\* Departamento de Didática - Unesp - campus de Marília.

\*\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Unesp - campus de Marília.

relação com as superestruturas (políticas, jurídicas, etc.) é que ele permite à interpretação dos fenômenos observados dialeticamente.

Enquanto método de investigação, falar da dialética materialista histórica, segundo Frigotto (2006) significa assumir um conjunto de riscos que podem levar a banalização ou simplificação do termo. Para ser materialista e histórica, a dialética tem que dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. As categorias como a totalidade, a contradição, a mediação e alienação não são apriorísticas, mas construídas historicamente.

A análise histórica do pensamento humano nos indica 2 linhas de construção filosófica acerca do desenvolvimento do mundo: a metafísica e a dialética materialista histórica. A metafísica parte de uma compreensão organicista e fiscalista da realidade social, das idéias do pensamento. A orientação dos métodos de investigação ocorrem de forma linear, a-histórica, lógica e harmônica. Pressupõe que os fenômenos se regem por leis naturais, passíveis de observação neutra e objetiva. Requer a separação entre fatos/valores, ideologia/ciência, sujeito/objeto para que se tenha objetividade. Esta metodologia reduz o objeto de estudo em unidades, individualidades, fatores ou variáveis isoladas, autônomas, mensuráveis. Se fixa na essência, no mundo real, no conceito, na consciência real, na teoria e ciência. A dialética situa-se então, no plano da realidade, histórica, sob forma de trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos. Cabe ao pensamento trazer para o plano do conhecimento essa dialética do real. A concepção do materialismo histórico e da dialética materialista histórica funda-se no imperativo de modo humano de produção social da existência.

Enquanto método de análise, a dialética materialista histórica o vincula a uma concepção da realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. Constitui-se, pois, numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais. Para Gramsci, "uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do 'senso comum'" (GRAMSCI, 1978 apud FRIGOTTO, 2006, p. 77). É preciso romper com o modo de pensar dominante, para se pensar em um método dialético de investigação e reconhecer a importância necessária ao inventário crítico das diferentes concepções de realidade gestadas no mundo cultural.

Pela própria concepção de mundo pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homem-massa ou homens coletivos. O problema é o seguinte: qual o tipo histórico do conformismo e do homem-massa do qual fazemos parte? (...) O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um 'conhece-te a ti mesmo' como um produto histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos em seu benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, esse inventário" (GRAMSCI, 1978 apud FRIGOTTO, 2006, p. 78).

Marx (1983 apud FRIGOTTO, 2006, p. 79) se preocupa em provar mediante pesquisa científica a necessidade de determinados ordenamentos de relações sociais e, tanto quanto possível, de modo irrepreensível os fatos que lhe servem de ponto de partida e de apoio. Nessa perspectiva, percebe-se um movimento de superação e de transformação (crítica – construção do conhecimento

novo – nova síntese no plano do conhecimento e da ação). Essa trajetória de pesquisa requer um esforço e um trabalho de apropriação e exposição dos fatos, já que o conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação crítico, de interpretação e avaliação dos fatos. Portanto, para que o processo de conhecimento seja dialético, a teoria que fornece as categorias de análise, necessita no processo de investigação, ser revisitada e as categorias reconstruídas.

Enquanto práxis, Frigotto (2006, p. 81) afirma que na dialética materialista histórica, o conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis. A práxis expressa a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas no processo de conhecimento: a teoria e a ação. A reflexão teórica sobre a realidade é uma reflexão em função da ação para transformar. A dialética materialista histórica, ao mesmo tempo que se coloca como uma concepção da realidade, como método e como práxis transformadora, apresenta, segundo o autor, alguns pontos no campo educacional que merecem destaque, pois existe uma tendência em tomar o método como um conjunto de estratégias, técnicas e instrumentos. Além disso, as relações de poder e de classe nem aparecem. A teoria, as categorias de análise e o referencial teórico surgem como “camisa de força”. A teoria e as categorias não são construídas, e por isso se tornam vazias de historicidade, abstratas e especulativas. E, por fim, há uma falsa contraposição entre qualidade e quantidade, e uma confusão entre uma leitura empiricista da realidade e realidade empírica. (FRIGOTTO, 2006, p. 83). Com base nas estratégias de condução de uma pesquisa sobre formação do trabalhador, desenvolvida por Frigotto, vejamos como a dialética materialista histórica pode funcionar na prática:

- a) Ao iniciarmos uma pesquisa, temos uma problemática, pois o recorte que se vai fazer encontra-se dentro de uma totalidade. Quando iniciamos uma pesquisa, a começamos a partir de condições já dadas e de uma prática anterior que gerou a necessidade da pesquisa. Portanto, na definição da problemática, é necessário que apareça a postura, ou seja, o inventário provisório do pesquisador. Essa postura é necessária porque vai delinear as questões básicas, a problemática e objetivos da investigação. Nesse momento, já se coloca, as rupturas da concepção do investigador em relação ao que está posto. Ocorre, então o processo de ir a raiz dos problemas, desvendando as leis que os produzem. Não só a problemática investigada deve ser analisada dentro de uma totalidade como também os sujeitos históricos reais da pesquisa.
- b) No trabalho de investigação deve se ter o resgate crítico do conhecimento já produzido sobre a temática. Nesse momento, pode-se identificar as diferentes perspectivas de análise, as conclusões anteriores e as novas que levaram a produção do novo. Esse conhecimento se expressa mediante idéias, conceitos, categorias que precisam ser revisitadas quando revelam insuficiência pela própria dinâmica da realidade histórica. Definindo esses elementos inicia-se a pesquisa dos múltiplos elementos e dimensões do problema. Então, quem conduzirá a investigação será o pesquisador que vai a realidade com uma postura teórica desde o início e não os dados.
- c) Feito o levantamento do material da realidade necessita-se definir um método de organização para a análise e exposição. Trata-se de discutir os conceitos, as categorias que permitem organizar os tópicos e as questões prioritárias e orientar a interpretação e análise do material.
- d) A análise dos dados representa o esforço do investigador de estabelecer as conexões, dos fatos que constituem a problemática pesquisada. É nesse momento que se busca superar a



percepção imediata das impressões primeiras, passando-se do plano pseudoconcreto ao concreto que expressa o conhecimento apreendido da realidade.

- e) Finalmente, busca-se a síntese de investigação que é resultado de uma elaboração. É a exposição orgânica, coerente das múltiplas determinações que explicam a problemática investigada. Aqui não só aparece o avanço em relação ao conhecimento anterior como as questões pendentes e a própria redefinição das categorias a ação concreta. Repõe-se aqui o ciclo da práxis, onde o conhecimento ampliado deve permitir uma ação mais avançada, que vai tornando o conhecimento ampliado como base para uma nova ampliação. Por essa razão a pesquisa não deve ser mantida como "segredo do pesquisador", pois se isso ocorrer ela não questionará e nem permitirá ser questionada e, portanto, acabará não tendo nenhum sentido histórico e político. (FRIGOTTO, 2006, p.87-9).

Conclui-se que a pesquisa no âmbito educacional precisa ser de fato uma preocupação e postura adotada pelo professor, assim como se adota uma postura política. A investigação docente do seu contexto de trabalho e da sua práxis altera a condição de um simples professor a produtor de conhecimento, tendo em vista que é essa produção de conhecimento e de novas sínteses que impede que o professor assuma o papel de mero reproduzidor de discursos e avance no plano da realidade histórica.

#### REFERÊNCIAS

- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da Pesquisa Educacional*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 69- 90.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Seguindo a lógica do capital explicitada por Mészáros (2005), o pensamento dos indivíduos sofre um processo de internalização de valores que dá a impressão de estar a educação e os sistemas de ensino a favor do livre pensar. Entretanto, o que estão a vigorar são processos de interiorização dos aspectos que compõem um determinado quadro de "intercâmbio social", mencionado acima, voltado para a exploração do próprio trabalho intelectual, a fim de induzir os indivíduos a aceitar as condições impostas pelo sistema passivamente.

Quando situado nesse contexto, o ensino politécnico, dificilmente poderia proporcionar a formação de indivíduos com autonomia tecnológica e política. Seria possível afirmar que tais indivíduos poderiam vir a ter uma formação tecnológica e política fruto de uma autonomia construída, caso tal organização de ensino tivesse como base os fundamentos que orientam e explicitam a formação nas diferentes modalidades de trabalho, se é que, então, podemos falar em autonomia, num contexto de internalização dos valores que reiteram a lógica do capital de exploração do trabalho, tanto intelectual quanto manual desses indivíduos.

Mesmo que se alerte para o cuidado com os procedimentos, conteúdos e métodos, as determinações, os aspectos estruturais fundamentais da nossa sociedade como um todo caminham em conformidade com a lógica de determinado sistema de reprodução que é inalterável.

Para Mészáros (2005), existe a possibilidade de se alterar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve conformar com tal lógica ou regra geral, mas nunca extingui-la.

Pensado desse ponto de vista, seria contraditório afirmarmos que qualquer modalidade ou organização do nosso sistema de ensino, sobretudo o ensino politécnico, promoveria uma relação entre a teoria e a prática; a concepção e a execução; a cultura e a técnica; a atividade intelectual e a manual, enfim, o livre pensar em favor de opções conscientes, sem a influência de qualquer processo de reprodução, ao menos que fossem desocultados os aspectos, as regras capitalistas que também dão margem à contradição das relações de reprodução que se estabelece mediante a educação.

De certa maneira, estamos falando sobre esses aspectos, essas regras. Trata-se da atividade mental que ao se dar conta da possibilidade da alienação operada, encaminhar-se-ia num sentido contrário, no sentido da mudança radical.

Mészáros (2005, p. 35) afirma que tal mudança não acontece se não rasgarmos a "[...] 'camisa-de-força' incorrigível do sistema."

Para Mészáros (2005, p. 35), significa, ainda: "[...] perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito."

Mészáros (2005) defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e aos alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma escola e de uma sociedade "para além do capital", as quais exigem a superação da lógica desumanizadora do capital que impregna a vida escolar e cotidiana dos indivíduos, colocando como premissa a necessidade da adequação dos conhecimentos segundo as exigências de um mundo do trabalho onde os indivíduos estarão sempre na condição passiva de executores de tarefas, para a manutenção de uma lógica que os mantém distanciados da riqueza gerada por tais tarefas.

Nesse sentido, é possível considerarmos, finalmente, que um ensino politécnico "para além do capital" sugere que o aluno passe a condição de sujeito ativo que, no processo de produção do conhecimento, produza atividades que lhe sejam essenciais e que funcionem segundo a lógica das suas necessidades, não nos limites impostos pelo sistema de reprodução das relações de nossa sociedade capitalista.

Um ensino politécnico então, privilegiaria as experiências vivenciadas e as atividades de pesquisa que levem o aluno, na prática, a traçar seus próprios objetivos, propor métodos e técnicas, e estabelecer prioridades e condições para a aquisição do conhecimento que lhe assegure a não adoção das metas de reprodução objetivamente possíveis da lógica do capital, como se fossem suas.

#### REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A.J. **A politécnia: uma alternativa para o ensino médio agrícola**. UNESP, 1994.
- BRASIL. Lei nº 9394 de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SAVIANI, D. **A nova lei da educação – LDB: trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2000.

# Educação brasileira e politécnia: implicações de um conceito gramsciano

Thaís Mesquita Favoretto<sup>1</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

O debate acerca da noção gramsciana de politécnia se apresentou como eixo da discussão sobre a democratização do sistema educacional brasileiro no período pós-ditadura militar. Com a ascensão de Lula à presidência, expoentes desse debate tiveram acesso aos quadros governamentais, empreendendo mudanças através de políticas públicas e de medidas programáticas na educação, baseados na apropriação desse conceito de politécnia. Analisar de que forma ocorreu essa apropriação e qual a sua implicação político-educacional, é a proposta dessa pesquisa; seu objetivo mais amplo é refletir sobre a concepção de educação e formação do homem socialista em Gramsci assim como pensar o processo de transição socialista no Brasil contemporâneo.

O processo de redemocratização que caracterizou o cenário político dos anos 1980 foi marcado por diversos debates acerca da reconstrução da cidadania, restringida pela ditadura militar que teve início em 1964. Na área da educação, havia um consenso em torno da necessidade de reestruturar todo o sistema educacional a partir de mudanças que empreenderiam a democratização do ensino. Nesse contexto, o conceito de politécnia da tradição socialista, presente tanto no pensamento de Karl Marx quanto no de Antonio Gramsci, se coloca como cerne da discussão de intelectuais preocupados com a mudança estrutural do sistema educacional brasileiro. A politécnia, resumidamente compreendida enquanto síntese entre trabalho intelectual e trabalho manual, se colocava como possível forma de democratização da educação. Sua aplicação prática na escola, através de leis e programas, deveria promover um ensino ao mesmo tempo humanístico e tecnológico, tal qual propunha a noção gramsciana de escola unitária.

Há diversas discussões acerca do período escolar e da forma pela qual deveria ser implementada a noção de politécnia no ensino, mas o pressuposto do qual partiam os estudiosos da área era consenso: uma escola de igual conteúdo para todos. Se, a partir da década de 1980 se desencadeia o debate da politécnia no Brasil, introduzido por Dermeval Saviani, é apenas em 2002, com a posse de Lula, que esse debate encontra espaço para se concretizar, pois é apenas no governo petista que os defensores do ensino politécnico ascendem aos quadros governamentais.

## 2 - O CONCEITO DE POLITECNIA

A noção de politécnia foi abordada inicialmente por Marx, na temática da formação omnilateral do homem. Esta deveria formar um indivíduo capaz de conceber o trabalho enquanto processo histórico por meio de uma educação ampla, que o possibilitaria a trabalhar tanto intelectual, como manualmente. Essa educação é compreendida pelo autor como composta por três partes, segundo um texto de 1868, muito citado acerca da politécnia:

<sup>1</sup> Graduada de Ciências Sociais pela UNICAMP e pesquisadora do grupo de estudo "Estratégia do contratempo: Uma investigação sobre o conceito gramsciano de hegemonia" ligado ao Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) e coordenado pelo Prof. Dr. Alvaro Bianchi.

1. Educação intelectual; 2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica ou militares; 3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção, e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais. (MARX, 1983, p. 60).

Ainda que o autor de *O Capital* tenha tratado da politecnicidade, não o fez de modo sistemático; outros autores socialistas se colocaram a tarefa de aprofundar essa questão. Dentre eles destacamos Antonio Gramsci, por trabalhar extensamente a questão da educação socialista e também pela importância que seu pensamento teve no meio intelectual brasileiro, tanto na área da educação como da ciência política. O conceito de politecnicidade em Gramsci, assim como nos socialistas em geral, deve ser compreendido enquanto uma concepção de educação que é indissociável de uma concepção política. A politecnicidade é compreendida pelo autor como um meio de formação/construção do homem socialista, por meio da chamada escola unitária:

escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. (GRAMSCI, 2000, p. 33).

Se a escola única é a instituição que deverá formar os indivíduos, a politecnicidade é o meio pelo qual essa formação se dará, formando homens integralmente em sua capacidade de produção manual e intelectual, “como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (GRAMSCI, 2000, p.49).

Para o autor dos *Quaderni*, na modernidade, não basta que o indivíduo domine as ciências humanas e naturais, como intelectual dissociado da vida prática, porém, apenas a prática não é suficiente; deve haver uma composição entre esses dois tipos de conhecimento para que o homem compreenda o mundo não de forma fragmentada, mas como uma totalidade, resultante da relação do homem com a natureza e dos homens entre si. Assim, o conceito de politecnicidade não se restringe a um modo de ensino ou a uma concepção meramente pedagógica; tanto em Marx quanto em Gramsci, a politecnicidade se apresenta como o meio de formação do homem socialista, que é livre por ser seu próprio dirigente e dono do produto de seu próprio trabalho.

### 3 - O DEBATE BRASILEIRO ACERCA DA POLITECNIA

No Brasil, mesmo que a noção de politecnicidade possa ter aparecido em algum texto ou discurso antes dos anos 1980, é apenas a partir dessa data que ela se destaca e toma-se eixo para a discussão da relação trabalho-educação na academia (RODRIGUES, 1998, p.34). O marco inicial desse debate é o texto *Sobre a concepção de politecnicidade* apresentado por Dermeval Saviani no Seminário Choque Teórico, promovido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Neste, ele apresenta o conceito de politecnicidade em Marx, reafirmando a ideia de que “o que define a existência humana, o que caracteriza a realidade humana é exatamente o trabalho. O homem se constitui como tal à medida que necessita produzir continuamente sua própria existência” (SAVIANI, 1989, p.8).

Partindo da noção marxista de politecnicidade, o texto de Saviani dá início a uma série de pesquisas e debates acerca de novos modos para se pensar a reestruturação da educação no Brasil. A aplicação da noção de politecnicidade se apresenta nesse contexto como possibilidade de reestruturação da educação de modo a democratizá-la, uma vez que pressupõe a superação da dualidade estrutural do ensino entendida como separação das escolas em propedéuticas, destinada às

classes dominantes, e profissionalizantes, destinada às classes subalternas. Dentro de um debate mais amplo acerca da educação, destacam-se alguns intelectuais que tratam da politécnica compreendida em sua dimensão socialista.

Gaudêncio Frigotto estuda a relação trabalho-educação procurando desconstruir a Teoria do Capital Humano, pois “o caráter de classe da visão do capital humano estabelece uma redução: do conceito de homem, de trabalho, de classe e de educação” (FRIGOTTO, 1984, p.19). Ao mostrar que essa teoria está vinculada a um interesse de classe, constituindo-se em uma visão reduzida e parcial de mundo, Frigotto aponta a escola como mediadora do processo de acumulação capitalista, ainda que ela não se reduza a isso, posto que a escola é um espaço em disputa pelas diferentes classes. Dessa forma,

A escola que interessa à classe trabalhadora – escola única, politécnica, que prepara o homem desde os primeiros anos de vida para entender e atuar na *societas rerum* e na *societas hominum* – tem como elemento de unidade do político e do técnico e do teórico e do prático as relações sociais de produção da existência historicamente determinadas. (FRIGOTTO, 1984, p.226).

Lucília Machado, em *Politecnia, escola unitária e trabalho*, apresenta o significado da unificação escolar, tendo como preocupação a superação da dualidade estrutural do ensino. Ela constata que no capitalismo atual, “onde a guerra de posições se constitui tática fundamental à consolidação da direção política e à conquista de espaços, a instituição escolar passa a significar importante trincheira de lutas, razão para qual surjam propostas distintas de unificação escolar” (MACHADO, 1989, p.255).

Machado encontra na tradição marxista, da qual destaca Lênin e Gramsci, o meio de unificação escolar que seria capaz de superar a dualidade, enquanto processo a ser construído no capitalismo, ainda que não se concretize nele. Nas palavras da autora:

Todo esforço, ainda no capitalismo, de propaganda e de luta em torno da proposta específica do proletariado, para a questão cultural e escolar, significa, já, o embrião da nova escola, na perspectiva de que o novo surge à medida do esgotamento do velho. (MACHADO, 1989, p.263).

No intuito de verificar de que modo a politécnica poderia se colocar como proposta empírica, Acácia Kuenzer pesquisa onde e como ocorre a educação para o trabalho. Ao longo de sua pesquisa, a autora levanta uma questão de ordem prática e teórica: “até que ponto é possível viabilizar uma proposta de escola única politécnica de 2ª grau em uma sociedade perpassada pela divisão social e técnica de trabalho enquanto fundamento da hegemonia do capital sobre o trabalho?” (KUENZER, 1997, p.148).

Partindo desse debate sobre a politécnica, há de se verificar de que modo esses autores, uma vez em meio aos quadros governamentais sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, procuraram implementar suas idéias acerca da educação através de projetos de leis, decretos, programas e similares. Tendo em vista que muitos deles vêm atuando desde o primeiro mandato de Lula, alguns autores já puderam avaliar de forma crítica essa atuação. José Rodrigues, em um artigo de 2005, constata que as políticas públicas educacionais não apresentaram um avanço significativo em relação ao governo anterior. Analisando essa constatação, o autor verifica que se o desenvolvimento das forças produtivas demanda cada vez mais conhecimento e especialização do trabalhador, a política neoliberal, no entanto, segue em sentido contrário, restringindo direitos e impedindo um desenvolvimento que é inclusive de interesse do próprio capital:

Enfim, a sociedade contemporânea encontra-se diante do seguinte dilema: por um lado, crescem as possibilidades para a dilatação do reino da liberdade; por outro, diminuem os direitos sociais, ampliando o reino da necessidade. (RODRIGUES, 2005, p.277).

No Brasil, devido a essa nova configuração do trabalho, as classes dominantes procuram afirmar a existência de consensos supraclassistas em relação à necessidade de adequação da formação humana aos rápidos movimentos da chamada sociedade pós-industrial. Por trás desse aparente consenso, no entanto, é possível encontrar concepções divergentes; assim, é interessante ressaltar que, mesmo sendo um projeto hegemônico das classes dominantes, essa adequação da formação humana não é contemplada pelas políticas governamentais. Em suma, há um interesse de classe camuflado na forma de consensos supraclassistas sobre uma educação profissional baseada em sólida educação geral e básica e nos conhecimentos técnico-científicos das novas tecnologias; "no entanto", diz Rodrigues, "as políticas educacionais brasileiras - de Collor a Lula - parecem não ir ao encontro daqueles consensos" (RODRIGUES, 2005, p.277).

Afinal, a questão que se coloca é observar de que forma o debate brasileiro acerca da politécnica se traduziu posteriormente em políticas públicas, e se essa tradução implicou em uma continuidade ou uma ruptura com o discurso anterior. Por meio dessa questão principal pretendemos refletir sobre a concepção marxista e gramsciana de educação enquanto formação do homem socialista, assim como sobre os limites estruturais existentes para a implantação dessa formação e do próprio socialismo no Brasil contemporâneo. Nossa proposta, então, é analisar o debate brasileiro acerca da politécnica, reconstituído desde os anos 1980, confrontando-o com o conceito gramsciano de politécnica encontrado nos *Quaderni*; num segundo momento, problematizar a concretização deste debate por meio de leis e programas na área da educação, através da análise das medidas do PROEP – Programa de Extensão da Educação Profissional – sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

## REFERÊNCIAS

- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutivo*. São Paulo: Cortez, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2000.
- KUENZER, Acácia. *Ensino de 2º Grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1997.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. *Politécnica, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MARX, Karl. Instruções aos delegados do Conselho Central Provisório, AIT, 1868. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Moraes, 1983.
- NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- RODRIGUES, José. *A educação politécnica no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural*. Trabalho, Educação e Saúde, v.3 n.2, p.259-282, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Qual cidadania, qual democracia, qual educação?* Trabalho, Educação e Saúde, v.4 n. 2, p. 417-430, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Educação politécnica*. In: EPSJV (org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV-FIOCRUZ, PP.112-119, 2006.
- SAVIANI, Demerval. *Sobre a concepção de politécnica*. Rio de Janeiro: FioCruz, Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

## O conceito de intelectuais orgânicos de Gramsci aplicado aos profissionais de educação de ONGS

Cintia Pereira Dozono de Almeida\*  
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

O movimento de aumento não somente do número, mas, sobretudo, da influência das ONGs nas políticas sociais não é restrito ao Estado brasileiro, mas é real em todo o mundo. Publicações internacionais recentes (HUMPHREYS, 2004; MARTENS, 2003) procuram refletir sobre a qualidade, intensidade e implicações dessa crescente participação das ONGs em ações sociais nos mais diferentes Estados Nacionais, especialmente nos considerados “em desenvolvimento”. Abarcam as mais diversas áreas sociais, desde a educação, saúde, moradia, ambiente, alimentação e segurança a direito de minorias, entre muitas outras. Nossa defesa é que se as ONGs alcançam mais espaço de atuação, ou mais poder, há pessoas, indivíduos “identificáveis” agindo para que cada uma e todas essas instituições sociais sejam reconhecidas. O presente trabalho representa uma contribuição a mais ao esforço de compreensão deste fenômeno social no Brasil a partir de uma análise micro. Nosso objetivo é refletir sobre a tipologia de profissionais ligados à educação que têm atuado nas ONGs. Como pensá-los frente aos desafios da sociedade contemporânea? Que papel social têm desempenhado? Quais as características de sua atuação? Escolhemos o conceito de intelectual orgânico de Gramsci como especialmente clarificador desta realidade. Expomos a seguir parte de sua elaboração teórica.

Gramsci introduz a exposição de suas idéias sobre os intelectuais inquirindo sobre o processo de formação dos mesmos. Em outras palavras, sua questão é: tendo em mente a sociedade como um todo, como pensar a categoria “intelectuais”? Como algo à parte, que existe de forma autônoma, ou como uma categoria inserida de maneira orgânica em todos os diferentes grupos sociais que a compõem? (GRAMSCI, 2000, p. 15). Gramsci consegue distinguir duas formas principais de formação de intelectuais na sociedade. A primeira delas parte da premissa de que todo grupo social, inserido no mundo da produção econômica, “[...] cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]” (GRAMSCI, 2000, p.15). Além de serem criados por uma classe nova e por ela elaborados durante o seu “desenvolvimento progressivo”, os intelectuais orgânicos são descritos pelo autor como “[...] ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz” (GRAMSCI, 2000, p.16). Em outras palavras poderíamos explicar: diante de uma nova classe, tem-se a produção de novas idéias, novas formas de conceber o mundo. Ora, a ideologia nascente precisa ser elaborada por alguém. Os que se responsabilizam por essa função são os intelectuais orgânicos. Diante disso, estende-se a compreensão: os intelectuais orgânicos surgem quando os problemas surgem. De forma bastante sintética: o intelectual orgânico é alguém que

\* Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. UNESP. Faculdade de Ciências e Letras. Campus Araraquara. Agência Financiadora: CAPES. cidozono@yahoo.com.br.



ajuda a organizar a ideologia de uma classe, entendida ideologia como “visão de mundo” e não como falsa consciência.

O que pode definir a categoria de intelectuais como tal, ou seja, o que a distingue das demais? Na tentativa de solucionar essa questão, um erro tem obstruído o percurso intelectual. De acordo com Gramsci, esse é de caráter metodológico e está relacionado à fonte de pesquisa. Ao invés de continuar buscando “[...] no que é intrínseco às atividades intelectuais” (GRAMSCI, 2000, p.18), a fonte de estudos deve ser o “[...] conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais” (GRAMSCI, 2000, p.18). A resposta está na relação. Não no indivíduo ou no grupo, mas na relação entre eles. Assim, o operário não deve ser identificado por desempenhar um trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho se dar “[...] em determinadas condições e em determinadas relações sociais” (GRAMSCI, 2000, p.18). Não existe nenhuma atividade que possa ser caracterizada como integralmente física. Por mais alienada e aviltante que seja, toda ação humana é carregada de “[...] um mínimo de atividade intelectual criadora” (GRAMSCI, 2000, p.18). O empresário é um exemplo: sua figura social não é determinada pelos qualitativos intelectuais em si, mas pelas relações sociais que moldam o ser empresário em seu lócus de trabalho. Essa descrição condiz *ipsis litteris* com a proposta de Gramsci para resolver o erro metodológico acima apontado: levamos em conta não os indivíduos, mas as relações.

O raciocínio desenvolvido até aqui conduz Gramsci a uma grande máxima, que se torna premissa na pesquisa desenvolvida junto às ONGs: “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. Em nota de rodapé, Gramsci explica que, assim, como qualquer pessoa pode, em uma circunstância cotidiana fritar ovos ou coser uma roupa, sem necessariamente ser um cozinheiro ou alfaiate, assim também se dá com a função de intelectual.

#### OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DE ONGs COMO INTELECTUAIS ORGÂNICOS

A primeira ONG pesquisada, o EMCANTAR, localiza-se no município de Uberlândia, MG e desenvolve atividades enquanto um projeto social desde 1996. Tem como público-alvo tanto a comunidade em geral, como escolas públicas de Uberlândia e Araguari. Para o ano de 2007, a ONG se estruturou em 10 diferentes projetos, todos de uma forma ou de outra relacionados com os temas de Educação, Cultura e Meio Ambiente, que constituem seus eixos centrais de atuação. Seu quadro de recursos humanos é composto por dezessete profissionais que trabalham com exclusividade para a ONG. São jovens, cujos cursos de formação universitária são filosofia, ciências sociais, administração de empresas, letras, música, geografia, história e artes cênicas. Por mais que haja uma especificidade profissional, esse aspecto não é primordial para os gestores da ONG, como a fala de M.A.F.C., fundador do EMCANTAR, expressa:

É, e eu diria assim que vai mais além da profissão, porque a nossa vida é praticamente vinte e quatro horas a gente pensando, sonhando, planejando e realizando o EMCANTAR. Porque quando você coloca a coisa em termos de profissão você limita [...] e não é possível levar o EMCANTAR se a gente for olhar desse prisma, do horário de trabalho. (depoimento verbal, M.A.F.C., transcrição de entrevista realizada em 11/mai/2005).

A Ação Educativa, com sede na capital do Estado de São Paulo é instituída enquanto ONG em 1994, com a motivação inicial de suprir carências no trabalho de alfabetização de jovens e adultos.

Atualmente mantém esse enfoque, mas abrange também a proposição de políticas públicas para a infância e juventude. Seu público-alvo extrapola limites geográficos definidos, alcançando grande parte dos atores envolvidos com a educação nacional. Para compreensão do perfil profissional da ONG foram entrevistadas a coordenadora geral e co-fundadora da Ação Educativa, V. M. R. e a coordenadora do Programa de Educação de Jovens e Adultos, C. V. Logo de início, a formação acadêmica das duas educadoras nos chama a atenção: ambas são pedagogas com titulação de doutorado pela Universidade de São Paulo. Por que a Ação Educativa? Que diferencial a possibilidade de trabalho na ONG oferece, a ponto de se tornar opção mais atrativa que outras ligadas à educação convencional?

Ambas entrevistadas, apesar de trajetórias diferentes, assemelham-se por se considerarem “ser Ação Educativa” e não um simples “estar na Ação” como um momento a mais da carreira profissional. Característica em comum com a experiência da ONG mineira e que pode ser considerada uma das fundamentais em termos da tipologia profissional que constituem. Os mais diversos depoimentos coletados entre os participantes da Ação Educativa e do EMCANTAR confirmam esse ser parte da vida – muito mais que mero emprego, a ONG se transforma no projeto existencial daqueles que nelas atuam profissionalmente. Como desconsiderar o impacto sob o trabalho educativo de profissionais, cujas vidas se tornam o próprio projeto da organização em que atuam, comparado ao existente sob a educação escolar de responsabilidade de professores mal-remunerados, sem formação e orientação adequadas, sobrecarregados, frustrados?

Diante disso, o questionamento: por que não considerar os profissionais das ONGs como intelectuais orgânicos? Talvez não da “sociedade civil organizada” porque é uma dimensão ampla demais, mas por que não de cada grupo ao qual se ligam? Os limites estão na condição de classe. Não no conceito. Uma pessoa de uma determinada classe, ao se colocar como intelectual orgânico de uma ONG, faz desaparecer os limites e interesses de cada classe. Temos, assim, pedreiros e engenheiros, catadores de lixo e professores, médicos e donas de casa, unidos em defesa do meio ambiente, no combate à violência, em busca de uma educação de qualidade, enfim, em causas que suplantam diferenças materiais e não são anuviadas pelas tradicionais barreiras que impedem a união entre as classes. O que é uma ONG: senão intelectuais orgânicos ligados a uma problemática social? Uns vão pensar mais como pedagogos, outros como artistas, mas todos desempenham essa função. Pensam uma realidade comum, mas contribuem de maneiras diferentes, de acordo com sua especificidade intelectual.

Consideramos que uma das principais contribuições de Gramsci foi haver detectado a organicidade entre o intelectual e a massa/ classe/ grupo - organicidade esta que se expressa na impossibilidade de autonomia do intelectual, ou diante de raros florescimentos da mesma, sua não absolutização. O intelectual é aquele cujo salário é justificado por seus pensamentos. Este é o serviço prestado pelo intelectual: pensar a realidade que o cerca. As ONGs são um foco de intelectuais à medida que se colocam na elaboração de um tipo de ideologia (visão de mundo) em defesa de causas sociais negligenciadas ou não satisfatoriamente supridas pelo Estado. O cidadão comum pode agir. Não é necessário recorrer apenas à luta de classe. É uma outra proposta, que, como tal, precisa de seus intelectuais.

A dinâmica de organização das ONGs em território brasileiro, não somente as aqui analisadas (EMCANTAR e Ação Educativa), mas a categoria como um todo, tem como peculiaridade a meta-reflexão, isto é, foram os próprios “trabalhadores” das ONGs que pioneiramente se lançaram à tarefa de refletir sobre a função social, características, desafios, enfim, de registrar criticamente a

existência das mesmas enquanto um grupo social diferenciado. O que isso representa senão a consagração destes como os intelectuais orgânicos de uma nova categoria social no Brasil? Ora, se no início da elaboração científica das ONGs preponderou a iniciativa dos intelectuais orgânicos (LANDIM, 1993), em pouco mais de uma década (1993-2007) já são incontáveis os intelectuais que têm se agregado ao grupo e se colocado como intelectuais do mesmo. Interpretamos este movimento como a conquista de intelectuais que já atuavam em outros agrupamentos para o praticamente virgem e fértil terreno da produção cultural do âmbito das ONGs. Produção cultural não apenas sobre as ONGs, mas também proveniente delas e que tem vinculação com a idéia, já exposta, de que “a formação do grupo, ou sua emergência é que suscita a necessidade dos intelectuais”. Quando M.A.F.C. explica todo o processo de criação dos projetos da ONG por ele fundada e dirigida, a dinâmica de trabalho, a composição do quadro de recursos humanos, etc, percebemos claramente o agir de um intelectual orgânico, conforme definido sinteticamente: alguém que ajuda a organizar a ideologia de uma classe, entendida ideologia como “visão de mundo” e não como falsa consciência.

Outro argumento em defesa do título de intelectuais orgânicos aos profissionais de educação das ONGs está na vinculação social: “não se começa a pensar como intelectual sem se estar ligado a algum projeto. Não se elaboram pensamentos no vazio”. Antes de C.V. participar da Ação Educativa ela já refletia sobre a realidade educacional de seus alunos de classes de alfabetização e de educação de jovens e adultos. Seu pensamento possuía uma vinculação social, cultural e, por que não? Econômica. Como Gramsci coloca, o nascimento de cada grupo social se dá a partir de uma função a ser desempenhada no mundo da produção econômica. E, ainda que não seja este o propósito desta pesquisa, não podemos deixar de referir à função econômica das ONGs na contemporaneidade, inclusive, segundo alguns teóricos, em adequação aos princípios neoliberais (SILVA, 2004). A crescente ocupação de espaços públicos pelas ONGs têm motivações e conseqüências econômicas certamente.

Para finalizar, a importância das relações. As considerações acima só têm sentido quando analisadas nas relações sociais a que pertencem. Reiterando a afirmação da primeira parte do texto, a proposta metodológica a ser aproveitada reside em não se levar em conta os indivíduos, mas as relações. É por fazer parte da Ação Educativa que V.M.R. e C.V. são intelectuais orgânicos. É pelo trabalho desenvolvido junto ao EMCANTAR que todos os profissionais que ali trabalham são, não apenas profissionais ou militantes, mas intelectuais orgânicos de um grupo: representantes de um espectro de influência crescente não somente no cenário educacional do país, como social, político e cultural.

## REFERÊNCIA

- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- HUMPHREYS, David. *Redefining the Issues: NGO Influence on International Forest Negotiations*. In: *Global Environmental Politics - Volume 4, Number 2, May 2004*, pp. 51-74.
- LANDIM, Leilah. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível*. Tese de doutoramento, UFRJ, 1993.
- MARTENS, Kerstin. *Examining the (Non-)Status of NGOs in International Law*. *Indiana Journal of Global Legal Studies - Volume 10, Issue 2, Summer 2003*, pp. 1-24.
- SILVA, Maria Vieira. *A Participação do Terceiro Setor na Escola Pública*. Anais da 27ª Reunião Anual da Anped, 2004.

# Gramsci & o “americanismo e o fordismo”: elementos para o entendimento da política educacional na atualidade

Elione Maria Nogueira Diógenes\*

## 1. INTRODUÇÃO

Escrevi este texto com um propósito bem delimitado: estudar a análise que Gramsci fez em 1934 sobre o “Americanismo e o fordismo”, no sentido de abalizar a validade de seus argumentos, desenvolvidos há exatos 73 anos, na análise de fenômenos típicos da chamada pós-modernidade. O interesse é pertinente porque desenvolvo uma investigação, como aluna do Doutorado do Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, que tem como tema *As mutações atuais na formação da classe trabalhadora no contexto da reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo: o caso da reforma do ensino médio no estado do Ceará de 1996 a 2006*.

Ao confrontar o pensamento gramsciano com a realidade atual, percebi que a totalidade de seus argumentos é válida para pensar a questão da política de formação básica da classe trabalhadora no contexto da reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo. Assim, esta é a tese que desenvolvo neste artigo a partir do texto “Americanismo e fordismo”.

## 2. “AMERICANISMO E FORDISMO” EM GRAMSCI

O que Gramsci chama de Americanismo? O que é fordismo? Quais as características que ele enumera para o Americanismo? Quais as do fordismo? São movimentos similares? Convergentes? Antagônicos? Facetas de uma mesma moeda? De início, Gramsci entende que *Americanismo e fordismo* fazem parte de uma mesma realidade, complexa e contraditória: Pode-se dizer de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática (...). (Gramsci, 2001, p. 241). O pensamento do autor vai sendo construído de tal forma a permitir a nascente de suas preocupações: identificar as razões obscuras do desenvolvimento e do crescimento da economia norte-americana a partir do domínio de uma nova forma de produção de mercadorias, cuja lógica está encerrada em três características determinantes: 1) racionalidade extrema na tentativa de ‘programar’ uma economia; 2) cooptação do trabalhador ao sistema de produção por conta dos “altos salários” e, 3) engenhosidade da classe dominante de criar estratégias, cuja finalidade é driblar a queda tendencial de lucro, isto é, incrementar a acumulação capitalista.

Está clara para Gramsci a chave múltipla do sucesso da economia norte-americana: composição demográfica racional + inexistência de tradição + organização de uma cultura de massa + utilização

\*Aluna do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, nível Doutorado. Bolsista do CNPq.

extrema da racionalidade no processo de produção + utilização dos aparelhos tradicionais de coerção e repressão + o uso criativo da persuasão e coação que não deixa de ser uma espécie de racionalização de domínio ideológico das massas. Em outras palavras, combinação entre formação cultural da classe trabalhadora, cujo princípio educativo é o conformismo mecânico com a ciência da produtividade da classe trabalhadora: o fordismo/taylorismo. Este tem, pois, como objetivo a criação de um novo homem (leia-se novo trabalhador) com o propósito de incrementar a produtividade ilimitada das mercadorias.

O regime de acumulação capitalista fundado com o fordismo formou uma dada classe trabalhadora para uma dada estratégia de produção de mercadorias. Só que ao fazer isto faz mais do que isto – instaura um princípio educativo em que a base filosófica é destituir o ser humano de sua essência mais humana, é levar ao extremo a sua “segunda natureza”. Não no sentido de fazer a superação, mas de aliená-lo de si. Na verdade é a exacerbação da condição da classe trabalhadora em-si e a negação da possibilidade do salto dialético no para-si. Ao conformar o ritmo vital do trabalhador ao ritmo mecânico vital da máquina, o fordismo uniformiza a vida, já não há espaço de existência para além da fábrica, é o próprio canto da sereia: (...) os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. (Gramsci, 2001, p. 266).

### 3. O PENSAMENTO GRAMSCIANO: CHAVE DE LEITURA NO CONTEXTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Nesta seção defendo a atualidade do pensamento de Antônio Gramsci (1891-1937) para a análise das políticas educacionais no cenário de mundialização da economia. A formulação, implantação e implementação das políticas sociais não ocorrem isoladas das relações sociais e econômicas, políticas e culturais daí que as novas estratégias de formação da classe trabalhadora, inseridas com as reformas do ensino da década de 1990 são inevitavelmente partes da totalidade concreta, numa perspectiva dialética.

Quando Gramsci realiza a análise sobre o novo trabalhador do regime de acumulação fordista no capitalismo estava preocupado em encontrar respostas para o fracasso da revolução proletária na Europa, ao mesmo tempo em que era vítima da ofensiva dos capitalistas em seu país de origem. O seu “olho” de jornalista é sagaz o suficiente para enxergar a conjuntura internacional do presente em que vivia. Quando formulou suas teorias sobre o conformismo mecanicista tinha em mente que a hegemonia cultural da classe dominante era à base de dominação ideológica da classe trabalhadora fazendo-a integrar-se passivamente aos imperativos da lógica de acumulação capitalista. O agravamento da condição de sobrevivência da classe trabalhadora é evidente num quadro de reestruturação produtiva em que a tecnologia reduz a necessidade da força de trabalho humana nas fábricas através da automatização e robotização no processo de produção de mercadorias.

O princípio educativo do toyotismo é diverso do fordismo. Em um, o operário é a extensão da máquina, em outro o operário é suplantado pela máquina. Daí que Gramsci continua atual, e daí que suas reflexões são imprescindíveis para o entendimento das características das políticas sociais de corte educacional na atualidade. Ao assumir a referência analítica gramsciana, coloque na outra margem do rio, compreendendo que esta é uma possibilidade de “(...) construção de respostas teórico-práticas aos problemas criados pela crise estrutural do capital que se aprofunda desde os anos 70 do recém findo século XX”. (Cardoso e Lopes, 2002, p. 15).

#### 4. CONCLUSÃO

Na formação social econômica capitalista há uma classe que domina (dona dos meios de produção) e a classe dominada (destituída dos meios de produção). Considerando que essa realidade (generalidade) não foi modificada na sua essência, o mundo contemporâneo é a expressão histórica das diversas lutas entre os capitalistas e os trabalhadores. Tais lutas tomaram, também, diferentes configurações históricas desde os primeiros embates ideológicos nos países de capitalismo avançado até a deflagração da revolução socialista russa passando pelas variadas formas de enfrentamento da questão social pelo Estado burguês.

As idéias de Gramsci continuam atuais para a análise das políticas de educação porque é um pensador marxista preocupado acima de tudo com a formação escolar em suas variadas formas históricas. A década de 1990 é o marco cronológico das reformas no Brasil (Reforma do estado de matiz neoliberal, implantação do Sistema Único de Saúde, Educação) a partir desta outras se seguiram. Mas nenhuma foi tão radical quanto a da educação, podemos dizer que foi um verdadeiro marco divisor entre o sistema educacional antes vigente e o que a reforma se propunha a tornar materialidade. O antigo princípio educativo tradicional foi substituído pelo das competências e habilidades, cujo maior ideólogo é Philippe Perrenoud. Entendo que as mudanças instauradas inserem-se nesse contexto da acumulação capitalista toyotista que não mais comporta o velho trabalhador mecanizado, na verdade quase máquina, ou pior do que a própria máquina já que hoje se têm máquinas mais inteligentes do que homens de carne e osso.

#### REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. *Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. – São Paulo: Cortez, 2002.
- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. "Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos Anos Noventa" in: TEIXEIRA, Francisco (org) e OLIVEIRA, Manfred (org) *Neoliberalismo e a reestruturação produtiva – As novas determinações do mundo do trabalho*, São Paulo, Cortez/UECE, 1995.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_. Americanismo e fordismo in *Cadernos do Cárcere*, v. 4; edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MARX, K. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos e outros textos escolhidos*. Trad. de José Carlos Bruni... [et al]. 5a. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Col. Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. *O Método da Economia Política*. (3a parte). Trad. Fausto Castilho. São Paulo: IFCH/ UNICAMP, 1997.
- MARX e ENGELS. *A Ideologia Alemã I*. S. Paulo: Ed. Hucitec, 1987.



## Estado educador e reforma administrativa em Minas Gerais

Lorene Figueiredo\*

Este artigo resulta de algumas sínteses provenientes da pesquisa realizada no mestrado, caracteriza o processo de trabalho docente em Minas Gerais, sua função na realização da hegemonia a partir do aparelho de Estado e o que se apresenta como uma abordagem inicial quanto ao seu impacto sobre os trabalhadores.

O Estado em Gramsci não é restrito ao âmbito da realização administrativa, burocrática<sup>1</sup>. Na condição de sua realização estrita desempenha duas funções básicas: a manutenção da ordem através da coerção (dos mecanismos de controle através dos quais o Estado se realiza como força repressiva e evidencia sua natureza de classe) e a busca do consenso, do consentimento da classe trabalhadora para a realização das políticas da classe que detém o controle do Estado e dos meios de produção. A administração dos interesses dos capitalistas através do consenso, se dá via aparelhos de hegemonia. Estes mecanismos operam no seio da sociedade civil, a arena na qual as classes sociais, através dos aparelhos de hegemonia, realizam seus embates para universalizar determinada concepção de mundo, certa ideologia.

O Estado realiza para Gramsci uma tarefa crucial na reprodução de qualquer modelo de sociedade: educar para a sociabilidade da classe que representa. Os elementos diretamente ligados à esfera produtiva são mantidos pelas elaborações culturais que expressam e organizam a sociedade, ambos modelando a existência. O elemento de mediação deste processo que permeia as superestruturas é a ideologia.<sup>2</sup>

O equilíbrio contraditório conseguido pela construção do consenso, exercido pelos intelectuais e posto em prática a partir dos aparelhos de hegemonia, é o campo dinâmico das lutas onde as classes elaboram seus intelectuais e suas concepções de mundo e buscam conquistar a hegemonia. A hegemonia é, assim, ideologia objetivada, realizada.

Na realização da hegemonia, Gramsci nos apresenta a burocracia como essencial na manutenção das relações do Estado com a sociedade civil, como uma força social mediadora das relações que se reafirmam ou das novas que se estabelecem. Ainda de acordo com Gramsci, a burocracia deve ser entendida não apenas como o corpo efetivo de funcionários do Estado, mas como as camadas sociais nas quais esses elementos são recrutados tradicionalmente. A pequena burguesia urbana constitui a base social de recrutamento da burocracia.<sup>3</sup>

\* NETEC/UFJF.

<sup>1</sup> GRAMSCI (2000b); GLUCKSMAN (1960).

<sup>2</sup> GRAMSCI. (2000b); KONDER (2002).

<sup>3</sup> Prefiro a noção de faixas intermediárias pois conserva a dinâmica das frações de classe que a compõe. Ver SINGER (1988) e, uma abordagem inicial com pequena revisão da literatura RIDENTI (1995).



Para Gramsci, a burocracia do Estado também pode ser identificada como intelectuais e nesta função, organizam e dirigem os setores sociais onde atuam, contribuindo para a hegemonia de classe da burguesia ou para sua desagregação. Para os trabalhadores em educação, a condição de participar da burocracia do Estado, impõe inúmeras contradições. A elaboração dessas contradições no sentido da ruptura, depende, em parte, da mediação dos intelectuais elaborados pela própria fração de classe em questão. A educação é a arena imediata na luta de classes do docente e propicia experiências fundamentais que modelam a relação com o trabalho e a visão de mundo, sendo decisiva na formação deste sujeito histórico.

#### **A REORGANIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DO ESTADO EXPRESSA NAS REFORMAS ADMINISTRATIVAS.**

Ante as condições objetivas colocadas pela crise de acumulação, a burguesia em suas experiências nacionais tratou de reestruturar sua principal ferramenta de organização da sociedade: o Estado. As reformas administrativas e educacionais são expressão desse reordenamento e correspondem à reestruturação produtiva. O Estado realiza um importante papel na co-administração do processo ampliado de acumulação, organizando a forma de produção e apropriação da riqueza social, bem como pelos recursos que aloca de acordo com a necessidade da valorização do capital.<sup>4</sup>

Da crise do sistema capitalista no Brasil decorre o esgotamento da ditadura empresarial e militar como instrumento de coerção; no âmbito da produção o fim do milagre econômico é sua expressão. Um de seus efeitos foi o êxodo rural, tornando a população brasileira mais urbana. A carência dos serviços essenciais como saneamento, fornecimento de água e educação pública assume uma proporção mais dramática. A existência de um regime de exceção permitiu a leitura da crise como decorrente da ditadura e do peso que sua estrutura burocrática tinha sobre as relações sociais de produção. O discurso da ineficiência do Estado ganhou espaço, surgiram novos projetos de gestão aliados às 'políticas sociais' conformando os trabalhadores à sociabilidade capitalista.<sup>5</sup>

O Estado, cumprindo seu papel de representação de classe, gerencia o funcionamento da sociabilidade, realizando sua tarefa educativa, adequando a sociedade ao aparelho econômico. Ao longo da década de noventa, a proletarianização<sup>6</sup> avança sobre os trabalhadores ligados às áreas voltadas para as políticas sociais e prossegue na década seguinte.

#### **O GOVERNO AÉCIO, O AVANÇO NA REFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO**

O governo Aécio partiu do estabelecimento de prioridades, dentre elas: alcançar o equilíbrio fiscal e o controle orçamentário e solucionar a questão previdenciária. Para tanto defendeu um trabalho de modernização e de inovação da gestão pública com: máxima informatização de processos e de produtos, ênfase no desenvolvimento do "governo eletrônico", incorporação de modernos métodos

<sup>4</sup> Crise de Acumulação: fruto da dinâmica do Capitalismo elas são cíclicas e expressam as contradições do regime produtor de mercadorias. O neoliberalismo é sua saída "pela direita" instalou-se a partir dos anos setenta para a economia mundial. Para alguns autores esta crise, por suas especificidades, expõe o limite de manutenção do próprio sistema. Crise e reestruturação produtiva como saída conservadora ANTUNES (2005).

<sup>5</sup> Sociabilidade: como pertencimento a um determinado grupo, no qual todos os elementos sociais compartilham um mesmo modo de pensar e agir. GRAMSCI (2000a).

<sup>6</sup> Avanço dos mecanismos de controle sobre o trabalho, subsunção real. BRINGTHON (1991)

de planejamento, organização e gestão à rotina da administração; implementação e gerenciamento de projetos e de programas focados em resultados; modernização da infra-estrutura física, tecnológica e organizacional.<sup>7</sup> O Diário Oficial do Estado de Minas Gerais publicou, em 15 de maio de 2003, as mudanças em questão.<sup>8</sup>

O governo alterou as relações de trabalho dos servidores. Não há mais o aumento dos salários por tempo de serviço e a promoção será feita por critérios de desempenho do órgão e do indivíduo com a criação do Adicional de Desempenho (ADE). Além disso, a referência para o percentual de reajuste dos servidores passou a ser a arrecadação de tributos no estado. O regime de previdência entrou em fase de transição para se ajustar à Reforma Previdenciária do Governo Federal.

Através do decreto nº 43.576 o governo apresentou o modelo padrão dos planos de carreira dos servidores. Em seu artigo sexto o decreto apresenta a principal restrição que o norteia e revela a função da reforma: "A instituição dos Planos de Carreira de que trata este decreto e o enquadramento dos atuais servidores públicos civis na estrutura da carreira deverão ocorrer sem impacto financeiro" (p. 3).

No gerenciamento da força de trabalho previa: "Desenvolvimento com base no mérito, na qualificação profissional e no esforço pessoal; avaliação de desempenho individual como requisito necessário para o desenvolvimento na carreira; sistema permanente de formação e aperfeiçoamento para fins de promoção; maior mobilidade institucional, setorial e intersetorial do servidor". (ibidem)

A realização regular de concursos não está assegurada caracterizando a precarização do trabalho no serviço público estadual. O plano permitiu o avanço da flexibilização sobre os efetivos e aprofundou a expropriação em geral. Observamos, igualmente, a justificativa ideológica que responsabiliza individualmente o servidor pelo mau funcionamento da máquina administrativa.<sup>9</sup>

A avaliação de desempenho como espinha dorsal do plano de carreira estrutura as possibilidades de ascensão ou de demissão. A demissão ocorre quando o trabalhador recebe de seus superiores hierárquicos duas avaliações negativas consecutivas ou cinco intercaladas. Fica evidente o papel disciplinador desse instrumento e a perda de autonomia e controle sobre o processo de trabalho sendo que o estado não precisa utilizá-la para que atinja os efeitos desejados. A avaliação está prevista para implantação desde o Pró-Qualidade (1991). A mudança de nível deixa de ser automática e fica sujeita a avaliação do pedido por uma comissão e só será concedida se houver disponibilidade orçamentária.<sup>10</sup>

A ascensão na carreira foi extremamente dificultada. O quadro foi fragmentado em cinco níveis e vinte graus, totalizando cem possibilidades de enquadramento, sem levarmos em consideração a

<sup>7</sup> O 'Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado' sintetiza o planejamento e as ações do Governo Aécio Neves. Acervo da Fundação João Pinheiro. Acessível também em: [www.planejamento.mg.gov.br](http://www.planejamento.mg.gov.br).

<sup>8</sup> Os princípios empresariais que inspiraram a reforma do Estado no Brasil estão presentes na argumentação do governo de Minas Gerais desde a abertura democrática. Apenas a partir do Pró-Qualidade (1991) ganham maior incidência.

<sup>9</sup> A Lei 15.293 de 05/08/2004 corresponde à mensagem nº135.

<sup>10</sup> O subcontratado perdeu os ganhos salariais por tempo de serviço, permanecendo estacionado no piso inicial.

diferenciação pela avaliação de desempenho individual. O menor e o maior valor de vencimento básico também demonstram o grau de deterioração que foi institucionalizado.<sup>11</sup>

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O trabalho da burguesia à frente do Estado em Minas Gerais, conforme os planos de governo desde 1990 nos permitiram avaliar, foi empreender a reorganização da economia no estado de forma a capitalizar os recursos estrangeiros através do Banco Interamericano e do Banco Mundial. Este papel que historicamente o estado desempenha na administração dos interesses da burguesia e o conflito decorrente com a classe trabalhadora materializa-se nas reformas administrativas. O redirecionamento dos investimentos para os setores com produtos de baixo valor agregado e a relação com os investimentos estrangeiros restringem o uso de recursos nas políticas sociais.

O fenômeno mais imediato observado nesta categoria é a 'desidentificação' tanto com o trabalho quanto com as formas organizativas de sua fração de classe. O resultado do rebaixamento das condições de trabalho e subsistência é interpretado como ausência de possibilidade de mudança, naturalizando a exploração. A percepção permanece circunscrita à lógica que informa a reforma do Estado. Suponho que, nesse momento, esse trabalhador da rede estadual sucumbiu à alienação, tendo uma percepção fetichizada.<sup>12</sup> A hegemonia burguesa tem sido bem sucedida em Minas Gerais.

#### REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho. Cortez editora, Campinas, 1995.
- BRIGHON, Labour Process Group. *O Processo de Trabalho Capitalista em:* Da Silva, T.T. (org) Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.
- GLUCKSMAN, Christine Bucí: A Problemática da Ampliação do Estado. Em *Gramsci e o Estado*, RJ, Paz e Terra, 1980.
- GRAMSCI, Antônio: *Cadernos do Cárcere* - Vol.2 Os Intelectuais; O Princípio Educativo; 2000a
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*- Vol.3: Notas sobre o Estado, 2000b
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere* - Vol.4: Americanismo e Fordismo; Carlos Nelson Coutinho (org), RJ; Civilização Brasileira, 2000c

<sup>11</sup> Para um professor da educação básica em início de carreira o menor valor de vencimento é de R\$ 305,00. Se este servidor obtiver só avaliações positivas, fizer cursos de pós-graduação até o doutorado, chegar aos 30 anos de serviço sem nenhum pedido de mudança de nível recusado e sem o Estado alegue falta de capacidade financeira, encerrará a carreira com um vencimento básico de R\$ 1.246,86. O governo faz questão de demonstrar a variação em pontos percentuais: 308%.

<sup>12</sup> Fetichismo no sentido gramsciano: "Um organismo coletivo é constituído de indivíduos, os quais o formam na medida em que se deram, e aceitam ativamente, uma hierarquia e uma direção determinada. Se cada um dos componentes pensa o organismo coletivo como uma entidade estranha a si mesmo, é evidente que este organismo não existe mais de fato, mas se transforma num fantasma do intelecto, num fetiche". (2000:332).

LEHER, Roberto. *Reforma do Estado: O Privado Contra o Público*, Revista Educação, Saúde e Trabalho, 2003.

MARX, Karl. *Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia*. [www.dominiopublico.com.br](http://www.dominiopublico.com.br). Acesso em 10/05/2005.

RIDENTI, Marcelo. *Professores e Ativistas da Esfera Pública*, Questões da Nossa Época, SP, Cortez, 1995.

SINGER, Paul: *A Formação da Classe Operária*, SP, Atual, UNICAMP, 1988.

#### DOCUMENTOS DO GOVERNO.

\_\_\_\_\_. *Minas Séc. XXI: Progresso Econômico e Melhoria da Qualidade de Vida. Diretrizes para o Plano de Governo Hélio Garcia*. 1991-1994.

Governo de Minas Gerais: *Plano de Ação do Governo Eduardo Azeredo: Minas para Todos: à democratização do Desenvolvimento*. 1994.

\_\_\_\_\_. *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - Governo Aécio Neves*, 2004.

Decreto nº 43.576 de 09/09/2003 Diretrizes para elaboração dos anteprojetos de planos de carreira..

Plano de Carreira dos servidores da Educação do Estado de Minas Gerais: lei 15.293 de 05 de agosto de 2004.

Lei 15.784, sancionada em 28 de outubro de 2005, Vencimentos básicos.

Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 15 de maio de 2003, 'Choque de Gestão moderniza o Estado'.

Resolução Conjunta nº. 5645 de 13 de agosto de 2004. Avaliação de Desempenho

Manual da avaliação de desempenho individual: (ADI) dos servidores da Secretaria de Estado da Educação. SRH/SEE/MG, 2004.



## Pós-modernidade e crise da educação

Roberto Carlos Simões Galvão<sup>1</sup>

A expressão *pós-modernidade* foi bastante difundida a partir da obra de Jean-François Lyotard, denominada *A condição pós-moderna*. Para Lyotard (1999), a pós-modernidade representa uma crítica aos antigos modos de pensar a sociedade e seus valores. A condição pós-moderna é pois aquela em que as meta-narrativas modernas foram desacreditadas, e o conhecimento científico não mais pode ser considerado como a fonte definitiva da verdade.

Os avanços da ciência e as novas tecnologias vieram acompanhados de novas concepções de mundo; foram propostos novos valores, mais abertos e flexíveis, distantes daquilo que se convencionou entender como os dogmas da modernidade (a verdade científica, objetiva e universal; a produção industrial em massa; o fordismo/taylorismo; o Estado-nação; a oposição entre capitalismo e socialismo).

Para os teóricos da pós-modernidade muitas questões ainda continuam sem resposta. Questiona-se, por exemplo: "onde e como a pós-modernidade se situa na história? Considera-se como um novo período? Anuncia o surgimento de uma nova sociedade ou civilização? O que significa o "pós" de pós-modernidade? Que tipo é esse de aldeia global? Que tipo de comunidade é essa, onde as pessoas só se comunicam eletronicamente?" (KUMAR, *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*, 1997).

Sanfelice (2005), fundamentado em Jameson, indaga ainda: "qual é a atitude adequada ante a pós-modernidade? Lamentar-se porque seria uma corrupção do modernismo? Celebrá-la como uma emancipação? Ou evitar uma postura moralista? (...) De que modo podemos relacionar as faces deste fenômeno com a educação?". Com efeito, resta configurar os diferentes significados da postura pós-moderna no campo epistemológico e político-pedagógico.

Considerando o individualismo exacerbado que conduz à despolitização e à indiferença, outros autores insistem em perguntar: "quem se preocupa hoje com a verdade? Quem busca a salvação eterna? Por que multidões viraram carneiros indo para o trabalho, o exército, o estádio?".

Há, sobretudo, inúmeros paradoxos que se sobrepõem, tais como o extraordinário progresso científico e tecnológico ao lado da crescente miséria e da desigualdade sócio-econômica que se alastra pelo mundo.

A pós-modernidade parece ter início com a passagem das relações de produção industriais para as pós-industriais, e está associada à decadência das grandes idéias, valores e instituições ocidentais. Com ela tem início a destruição dos referenciais históricos que vinham norteando o pensamento social. A história deixou de ter um sentido específico e contínuo, que pudesse ser captado pela razão. Ao mesmo tempo, ganhou força a tese de que todos os discursos são válidos, gerando uma total ausência de parâmetros éticos, delimitadores da realidade social.

<sup>1</sup>uem.aluno@ibest.com

Houve, sobretudo, uma espécie de rompimento com o antigo duelo teórico-político entre o marxismo e o liberalismo; deu-se algo como a marca de uma nova fase que se pretendia inovadora e - ao mesmo tempo - consolidadora do modo de produção capitalista liberal.

Partindo de um suposto fim da história, o pós-modernismo passou a ser uma sentença contra as alternativas não-liberais. Não por acaso, a base material da pós-modernidade é a globalização econômica com todas as suas implicações, demonstrando a forte relação desse ciclo histórico com a lógica de mercado.

Na esteira do relativismo e da flexibilização de valores – símbolos da pós-modernidade - vem ganhando espaço no Brasil e no mundo a redução ou flexibilização das leis do trabalho. Negociações sobre salários e condições de trabalho passaram a ser feitas entre patrões e empregados, visando possibilitar o crescimento econômico e a saída para o desemprego. Continua prevalecendo a lógica perversa do não intervencionismo estatal.

É inegável que a pós-modernidade está relacionada a tendências políticas neoconservadoras, determinadas a combater posicionamentos socialistas que se oponham ao império do capital. Justamente por isso, os defensores do pós-modernismo atribuem à educação a tarefa de inculcar no aluno o senso de cidadania burguesa, adaptando-o à sociedade em que vive.

Hobsbawm, em *Era dos Extremos* (1995), defende que o pós-modernismo "deve ser entendido na sua relação com a conjuntura atual do capitalismo, ao mesmo tempo global e fragmentário, e como conseqüência da derrocada de movimentos sociais e regimes políticos que falavam em nome do marxismo". Pós-modernismo é, sem dúvida, um sinal cultural de um novo estágio na história do modo de produção reinante.

Sob o ideário pós-moderno, o conhecimento deixa de ser entendido como apropriação da realidade objetiva ou como reprodução dessa realidade no pensamento. A verdade passa a ser relativizada a partir da subjetividade do indivíduo e o conhecimento – entendido como um processo de interpretação subjetiva - torna-se a principal força econômica de produção. Nas palavras de Giddens (*Sociologia*, 2005), "atualmente, são muitos os que acreditam que estamos testemunhando a mudança de uma economia industrial para uma economia do conhecimento, na qual as idéias, as informações e as formas de conhecimento sustentam o crescimento econômico".

Com efeito, agora as correntes e escolas de pensamento, não são mais que ficções arbitrárias e passageiras, articuladoras de interesses não mais universais. No plano teórico o pós-modernismo configura mesmo a crise da razão. A objetividade negada será, portanto, um mito da razão; prevalece assim a subjetividade. De tal modo, o conhecimento - em crise - não passará de processos de interpretação validados a partir da subjetividade do indivíduo.

A sociedade pós-moderna e pós-industrial passou a ser denominada de "sociedade do conhecimento". Newton Duarte (*Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?*, 2004), não obstante, adverte que "(...) a assim chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo". Vale lembrar que no âmbito neoliberal o sistema ideológico socialmente estabelecido, funciona de modo a apresentar suas regras de dominação e conveniência como se fossem imparcialmente definidas.

A educação formal segue direcionada aos ditames da competitividade, da produção mercantil e da empregabilidade. Educação e trabalho são fatores que interagem no contexto de uma realidade

sócio-econômica capitalista, que é, necessariamente, excludente e opressora. Assim, parece haver um reducionismo na idéia de se atribuir à educação formal o papel de promover empregabilidade, distribuição de renda e desenvolvimento social.

As relações entre educação e trabalho foram se estabelecendo para operar no imaginário social uma inversão por meio da qual os problemas econômicos são atribuídos à falta de preparo educacional. A crise educacional em vez de decorrência histórica, transformou-se em causa, em responsável pela exclusão social.

Sob a perspectiva do materialismo histórico dialético, não existe o relativismo social e epistemológico sobre o qual se fundamenta a pós-modernidade. O mesmo vale para a negação da validade universal e objetiva do conhecimento. Longe das influências do pós-modernismo, a transmissão do conhecimento e da verdade histórica dos acontecimentos tende a ser um importante instrumento de luta social.

Partindo de uma concepção crítica da realidade, os excluídos devem refletir sobre sua situação de miséria e pobreza, identificando os mecanismos sócio-econômicos responsáveis pela marginalização e buscando caminhos para mudar as situações de opressão.

A pós-modernidade - fundamentada no ceticismo e no relativismo - tende a abafar a realidade da luta de classes, impedindo a crítica ao neoliberalismo vigente no mundo contemporâneo.

O pensamento fundamentado no método dialético exige compreender a pós-modernidade no contexto histórico-social, ou seja, como um estágio do modo de produção capitalista. A crise do capitalismo contemporâneo postula o fim das alternativas válidas. Na verdade, não existe e nunca existirá o triunfo final e definitivo do capitalismo. Tampouco há que se falar em fim da história. A idéia de um capitalismo eterno busca construir nada além de que a resignação nos homens. Sendo o capitalismo um modo de produção, então está certamente determinado a ser transitório, passageiro.

Relativamente à pós-modernidade, pergunta-se: "será que o que está acontecendo é fundamentalmente um novo jogo ou somente uma mudança de direção na história do capitalismo?".

A pós-modernidade não é uma ruptura com outras teorias precedentes, tal como se apregoa. É sim uma expressão teórica da barbárie produzida pelo capitalismo imperialista. Nega-se a possibilidade de conhecermos cientificamente a realidade social e ao mesmo tempo se pretende destruir a educação escolar por meio da negação da existência de um conhecimento objetivo a ser transmitido para as novas gerações.





## Gramsci e a formação humana

Dileno Dustan Lucas de Souza<sup>1</sup>  
 Maria das Graças Soares Floresta<sup>2</sup>  
 Simone da Silva Ribeiro<sup>3</sup>

Nas palavras de Antonio Gramsci, é preciso recuperar o valor do pensamento marxista, que supera o de uma teoria do conhecimento, e que é, antes de mais nada, uma procura filosófica, uma tomada de posição, ou seja, o pensamento marxiano/marxista não se limita a uma elite intelectual, mas se traduz numa filosofia diretamente ligada a luta dos trabalhadores, uma ideologia que tem como pressuposto a organização da classe a fim de conquistar e exercitar a hegemonia da classe trabalhadora. Ou seja, é preciso entender que o marxismo não, como muitos querem fazer crer, um pensamento limitado a pequenos grupos de intelectuais: ele é a filosofia da classe operária, a ideologia que organiza esta classe para a conquista e exercício da hegemonia. Em outras palavras, como diz Gramsci, o marxismo é como uma religião, ou seja, uma concepção atuante do mundo, com uma moral que lhe é adequada. Por isso, tem, como pressuposto, organizar a vontade coletiva dos trabalhadores, que concretiza esta moral por meio da subversão da práxis. Essa é a tarefa política do marxismo.<sup>4</sup>

Considerando a diversidade e a profundidade dos temas abordados por Gramsci em seus escritos optamos por uma análise e discussão sobre a formação do homem, considerando a desmistificação da formação humana a partir da afirmação que todos os homens são “filósofos” e do conceito de homem para compreender o processo de formação humana.

### A FORMAÇÃO HUMANA EM GRAMSCI

Para propor uma nova formação humana seria preciso que Gramsci rompesse com alguns paradigmas estabelecidos anteriormente, como o de que a filosofia é algo muito difícil, e que deve ser desenvolvida por cientistas especializados, por filósofos profissionais ou sistemáticos. Gramsci, então, propõe uma completa inversão dos conceitos estabelecidos, o que nos remete a Marx no livro, *A Ideologia Alemã*, quando inverte o pensamento hegeliano e afirma que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”<sup>5</sup>, é essa inversão que o leva a afirmar que todo homem é “filósofo” ao mesmo tempo que não se esquece de resguardar a diversidade contida na peculiaridade de cada homem, ou seja, de cada filósofo.

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa e membros do grupo de pesquisa de políticas públicas e educação (NUPP). Contato: [dilenodustan@gmail.com](mailto:dilenodustan@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa e membros do grupo de pesquisa de políticas públicas e educação (NUPP). Contato: [floresta@ufv.br](mailto:floresta@ufv.br)

<sup>3</sup> Pedagoga, mestre em educação. Contato [simonerib@gmail.com](mailto:simonerib@gmail.com)

<sup>4</sup> Gramsci, A. *Concepção dialética da história*. ed. Civilização brasileira, edição 2ª, 1978, p. 5.

<sup>5</sup> Marx, K. e Engels, F. *A ideologia alemã*. ed. Hucitec, edição 9ª, 1993, p.37.

Para isso, é necessário desmistificar alguns preconceitos difundidos de que, por ser um ato eminentemente intelectual a filosofia é algo muito difícil e que só alguns cientistas têm a capacidade de entendê-la. Gramsci, então, chama a atenção para o fato de que os homens são filósofos e procura demonstrar a diversidade da intervenção filosófica peculiar a 'todo mundo', isto é, da filosofia que está contida: na própria linguagem e no conjunto de noções e de conceitos da própria linguagem; no senso comum, no bom-senso e na religião popular e conseqüentemente em todos o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece, geralmente, de forma preconceituosa como 'folclore'.<sup>6</sup>

Gramsci parte do pressuposto de que todo homem é filósofo, exatamente por compreender, que toda atividade humana corresponde a uma determinada concepção de mundo. Porém, Gramsci formula algumas hipóteses para se chegar ao que chama de "momento da crítica e da consciência", e indaga: é preferível "pensar" sem ter consciência crítica, ou seja, "participar" de uma concepção de mundo imposta por outros grupos sociais ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente, participando da construção histórica do mundo? Dessa forma, Gramsci, aponta para uma construção humana que possa criticar sua própria concepção de mundo a fim de torná-la unitária e coerente para iniciar uma elaboração crítica e consciente daquilo que somos. Por isso, Gramsci se apressa em dizer que "se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar da maior ou menor complexidade da sua concepção de mundo"<sup>7</sup>, assim, insiste no fato de que, é mais coerente uma multidão de homens pensar de forma unitária uma determinada realidade, do que a descoberta de uma nova verdade por um "gênio filosófico" que deterá tal verdade como patrimônio de pequenos grupos intelectuais privilegiados.

A diferente posição de classe e, portanto, a diversa concatenação entre vida e responsabilidade (prática social) e vida de formação (escola), levam Gramsci a fazer uma avaliação diferenciada dos limites e defeitos da formação escolar proletária e da do burguês. É claro que é defeito da escola suscitar nos alunos entusiasmos presunçosos, autoconvencimento exagerado que não corresponde a uma efetiva e proporcional aprendizagem científica; entretanto, esse defeito é mais perigoso para o jovem burguês que sai da escola sem conteúdo e pensando que sabe tudo torna-se um perigo objetivo para a hegemonia burguesa; sua classe sabe disso e providencia escolas adequadas. O trabalhador, ao contrário, cujo conteúdo de certa maneira já lhe foram oferecidos informalmente pela própria prática produtivo-política, mas que foi sistematicamente afastado das ciências gerais, criou de si uma baixíssima auto-estima. Para este caso, o defeito da escola que eleve 'exageradamente' sua auto-estima, mesmo através dos métodos um tanto dogmáticos, não é tão grave como seria para o burguês: O operário acredita sempre ser mais ignorante e mais incapaz de quanto efetivamente é; o operário tem sempre medo de expressar suas opiniões porque acredita que elas tem pouco valor uma vez que foi acostumado a pensar que a sua função na vida não é produzir idéias, dar a direção, ter opiniões, mas, ao contrário, é seguir as idéias dos outros, executar a direção estabelecida pelos outros e escutar de boca aberta as opiniões alheias. Não devemos, por tanto, nos apavorar demais diante do perigo dos alunos da nossa escola creditarem ser grandes e sábios e terem esgotado o universo só porque decoraram as dispensas e conseguiram repetir mecanicamente as noções aprendidas.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Gramsci, A. Op. Cit. p. 11.

<sup>7</sup> Idem, p.13.

<sup>8</sup> Nosella, P. Op. Cit. p. 63.

Aqui, se estabelece a dicotomia no processo educativo onde Gramsci denuncia que há um tipo de educação para a classe trabalhadora e um para a burguesia. “Só faltava essa. Um Estado que sempre criou escolas de cultura humanistas para os ricos e uma outra escola pobre para os filhos dos trabalhadores, apela agora de repente para uma renovação da escola do trabalho. Algo de podre se escondia atrás dessa retórica”.<sup>9</sup> Porém Gramsci aponta a grande diferença da escola do trabalho proposta pelo Estado e pelo movimento socialista: a escola do trabalho proposta pelo Estado é interessada, para que pudessem imediatamente dar conta das demandas do Estado, que eram naquele momento, suprimentos para a guerra<sup>10</sup>, a escola do emprego, por outro lado, a escola do trabalho proposta pelo movimento socialista era desinteressada, ou seja, uma escola que propunha uma formação integral, considerando a parte técnica-filosófico-política, através da escola unitária.

Dessa forma, Gramsci, prossegue a desmistificação do que seria a filosofia para afirmar o homem fazendo uma conexão entre: o senso comum, a religião e a filosofia, afirmando que a filosofia é a crítica da religião e do senso comum, o que ao seu ver se confunde com o “bom senso” e que se contrapõe ao senso comum, em seguida reflete nas relações entre ciência-religião-senso comum, onde afirma que não existe uma filosofia geral e sim diversas filosofias, ou seja, diversas concepções de mundo, sendo assim, a intelectualidade parte da atividade real de cada um, isso porque o homem de formação prática nem sempre tem uma clara consciência teórica desta sua ação, podendo em alguns momentos ser contraditória a sua prática teórica e o seu agir.

Esse processo de formação humana em Gramsci é fundamental, pois é a partir dessa formação que será forjado um novo homem, ou seja, o homem socialista, daí a importância em ressaltar a presença do partido político que contribuirá na elaboração e difusão das concepções do mundo, bem como lembrar da importância da passagem de uma concepção mecanicista para uma concepção ativista, onde dar-se-á uma justa compreensão da unidade entre teoria e prática. Por isso, Gramsci acreditava ser importante nesse processo de construção humana compreender a igreja e a escola, já que, a seu ver:

A escola - em todos os seus níveis - e a igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoal que utilizam. Os jornais, as revistas e a atividade editorial, as instituições escolares privadas tanto quanto integram a escola de Estado, como enquanto instituições de cultura do tipo das universidades populares.<sup>11</sup>

Sendo assim, Gramsci compreende que o processo educativo é decisivo na formação humana, pois avalia que a escola é tão importante quanto a igreja. Isso, porque as duas são as maiores

<sup>9</sup> Idem, p.16.

<sup>10</sup> A retórica governamental é de que: os jovens alunos que circularão, entre os operários, em contato com uma vida menos artificiosa, menos mole das que levam nas famílias, se transformarão e seguirá assim a geração que se espera para se renovar a vida italiana tornando-a mais realista e saborosa(...) E os professores, para não parecerem anti-práticos, deverão baixar a cabeça. E os pais de família, para não parecerem sabotadores da guerra, deverão permitir que seus filhos deixem de estudar para produzir munição, sem que porém, ao mesmo tempo se especializem no trabalho, sem que se exagerem tornar-se operários demais, porque afinal terão que se tornar alguém pela escola e não pela oficina. A costureira retórica esta construindo a malha de prejuízos e oportunismos na qual será sufocada a escola e com ela uma quantidade de jovens.(NOSELLA, 1992: P. 16/17)

<sup>11</sup> Gramsci, A. Op. Cit. p. 29.

organizações culturais de seu tempo, não podendo a seu ver, serem dicotomizadas<sup>12</sup> as práticas culturais da teoria, é preciso integrá-las e lembrar que “antes do operário existe o homem que não deve ser impedido de percorrer os mais amplos horizontes do espírito, subjugado às máquinas”<sup>13</sup>. Já naquele momento, Gramsci alertava para o divórcio entre os grupos intelectuais e as camadas populares, e insistia na necessidade de conformá-las como parte integrante do processo educativo, onde o espaço escolar não pode ser um espaço de segregação e sim um local de integração:

A escola, mediante o que ensina, luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepção de mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, bem como de leis civis e estatais que são produto de uma atividade humana estabelecida pelo homem e podem ser por elas modificadas visando o seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens de modo historicamente mais adequado à dominação de leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente da vida da natureza visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente.<sup>14</sup>

Isso, porque, esses aspectos trazem noções científicas que se apresentam contrárias às absorvidas nos ambientes comunitários, o que reflete relações diferenciadas daquelas em que o processo educativo tenta imprimir, o que demonstra um certo anacronismo, já que, “não existe unidade entre escola e vida e, por isso, não existe unidade entre instrução e educação”<sup>15</sup>

A violenta dicotomia em que esbarra desde seus primeiros anos de vida, até os anos do cárcere, ritimiza-se dolorosamente entre a contraposição do continente explorador e a sua província explorada (regionalismo); entre os ricos que podiam estudar e os pobres que não podiam; entre o campo atrasado e estagnado e a cidade moderna e em desenvolvimento; entre o intelectual que pensa e o trabalhador que faz; entre a mão e a cabeça; entre a prática e a teoria; entre a escola e a oficina; entre o dirigente e o dirigido; entre a cultura ‘desinteressada’ do intelectual tradicional e a cultura ‘interessada’ ou estreitamente profissionalizante do operador, do funcionário ou do orgânico; entre as direções políticas e as massas; entre o sujeito (espírito) e o objeto (matéria); entre a filosofia política e a economia; enfim entre o reino da liberdade e o reino da necessidade.<sup>16</sup>

O que nos leva a refletir acerca do processo educativo diretamente:

Dai é possível dizer que, na escola, o nexa educação-instrução somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa pelos alunos, sendo também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e em disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior de luta com o tipo inferior. Se o corpo docente é deficiente e o nexa educação-instrução é relaxado, visando resolver a questão do ensino de acordo

<sup>12</sup> Nesse momento, na Itália, a câmara municipal de Turim discutia a formação curricular do instituto profissional operário, quando um vereador liberal defendeu que naquela escola fosse ministrado um ensino profissional útil e acessível aos operários, defendia o ensino da prática profissional e não filosófico como queriam os socialistas (Nosella, P. p.19)

<sup>13</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>14</sup> Gramsci, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. ed. Civilização brasileira, edição 7ª, 1989, p. 130.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>16</sup> Nosella, P. Op. Cit. p. 121.

com os esquemas de papel nos quais se exalta a educatividade, a obra do professor se torna ainda mais deficiente: ter-se-á uma escola retórica, sem seriedade, pois faltará a corporeidade material do certo, e o verdadeiro será verdadeiro de palavra, ou seja, retórica.<sup>17</sup>

É partindo dessa concepção de formação humana que Gramsci forja o aparecimento de um novo tipo de filósofo, ou seja, o “filósofo democrático”, que consciente de seu papel social unifica na prática a ciência e a vida e a transforma numa unidade ativa, onde afirma ser ela a responsável pela liberdade de pensamento, o que relaciona o homem dialeticamente com a natureza.

Nesse sentido, o ensino passa a ser encarado como um ato de libertação, afirmando a sua eficiência no trato com as camadas mais oprimidas da sociedade, facilitando o aparecimento da solidariedade desinteressada, o desejo de buscar a verdade, porém esse ensino, defende Gramsci, deve ser um pouco acima da média, para que se possa estimular o progresso intelectual, para que os trabalhadores saiam da simples reprodução de palavras panfletárias e consolidem uma visão crítica do mundo onde se vive e se luta, dessa forma, o ambiente escolar tende a ser mais rico e orgânico nas suas relações<sup>18</sup>.

### O HOMEM E SUA FORMAÇÃO

Para Gramsci, o homem deve ser encarado como um processo de seus atos, como uma série de relações e, é partindo dessa compreensão que pergunta, quem é o homem? e tenta defini-lo afirmando que a resposta se encontra no próprio homem. Porém essa pergunta representa a compreensão do que o homem pode se tornar, ou seja, o próprio definidor de seu destino, por isso, na sua definição conceitual, Gramsci se preocupa em desvelar se esse homem é criador de si mesmo ou se é criatura da imposição social.

Creio que em cada um deles existam todas as tendências, assim como em todas as crianças quer para a prática quer para a teoria ou para a fantasia e que seria correto guiá-las, nesse sentido, para uma harmoniosa e orgânica mistura de todas as faculdades intelectuais e práticas que a seu tempo terão oportunidade de se especializarem, com base numa personalidade vigorosa formada, total e integralmente. O homem moderno deveria ser a síntese dos caracteres que são tipicizados como caráter nacionais: o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando por assim se dizer, o homem italiano do renascimento, o tipo moderno de Leonardo Da Vinci que se tornou homem coletivo mesmo mantendo a sua forte personalidade e originalidade individual.(...)<sup>19</sup>

O conceito de homem em Gramsci vem exatamente contestar a definição dada pela igreja católica, que o colocava como indivíduo bem definido e limitado, isto é, concebia o homem como indivíduo limitado a sua individualidade e o espírito como sendo essa individualidade. É nesse ponto que Gramsci ressalta que o conceito de homem deve ser reformulado:

Deve-se se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é toda via o único elemento a ser considerado, a humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro

<sup>17</sup> Gramsci, A. Op. Cit, p. 131-132.

<sup>18</sup> Nesse sentido, Gramsci toma como exemplo de formação Leonardo Da Vinci, que é apresentado como um símbolo da unidade entre tecnologia e cultura humanística, entre rigor científico e dimensão estética, entre disciplina produtiva e liberdade. (Nosella, 1992: p. 94)

<sup>19</sup> Ibidem, p. 90.

elemento não são tão simples quanto poderiam parecer. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justa posição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relação com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: essas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, corresponde a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenham o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo conjunto de relações do qual ele é o ponto central. Nesse sentido o verdadeiro filósofo é - e não pode deixar de ser - nada mais que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto de relações que o indivíduo faz parte.<sup>20</sup>

E partindo da análise desse tipo de relação social, é que o conhecimento será analisado enquanto instrumento de poder, pois "na verdade, esse principio pedagógico originário do mundo do trabalho e que procura a escola para melhor identificar-se, explica-se, reforçar-se e atuar-se, nada mais é do que o próprio principio da liberdade concreta e da autonomia universal do homem"<sup>21</sup>, o que provoca a necessidade de elaborar uma doutrina onde essas relações devam estar bem claras a partir da consciência individual de cada homem que conhece, que admira na medida em que desenvolve o saber, saber esse que não se constrói isoladamente mas dialeticamente através das possibilidades oferecidas pelos outros e no contato com as coisas que refletem um conhecimento social, o que gera a perspectiva em Gramsci de afirmar, não mais que todo "homem é um filósofo" e sim, que nesse momento, todo homem além de ser um filósofo é também um cientista.

Partido dessa concepção de formação do homem Gramsci afirma, a saber:

Essas orientações didático-pedagógicas expressam, sem dúvida, a sua concepção de vida mais geral segundo a qual o ser humano deve educar-se científica e culturalmente até os níveis mais complexos, sofisticados e modernos, partindo (e mantendo), porém, uma forte e vital ligação com sua base popular e com o seu senso comum.<sup>22</sup> Essa base constitui-se na fonte perene de inspiração, sentimento, fantasia e solidariedade de todo homem culto, caso contrário teremos um técnico abstrato, um intelectual desenraizado e não orgânico (...)<sup>23</sup>

Nesse processo de conceituação do homem que entendo ser primordial o aspecto educativo que Gramsci desenvolve, pois ao tomar o homem como potencialidade de uma unidade, trabalha com uma concepção de educação/escola que vise essa formação completa do homem, que é denominada *Escola Unitária*, que propõe abolir as escolas do tipo interessada, ou seja, instrumental que estejam preocupadas com o imediato, partindo para a formulação de uma escola que propicie equanimemente a capacidade de se trabalhar a parte manual (técnica e industrial) ao mesmo tempo que é desenvolvida a sua capacidade de trabalho intelectual.

Eis porque, na escola unitária, a ultima fase deve ser concebida e organizada como a fase decisiva, na qual se tende criar os valores fundamentais do 'humanismo', a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessária a uma posterior especialização, seja ela de

<sup>20</sup> Gramsci, A. Op. Cit. p. 39-40.

<sup>21</sup> Nosella, P. Op. Cit. p. 38.

<sup>22</sup> Gramsci caracteriza como senso comum a síntese mecânica de como pensam as moléculas sociais, isto é, é o pensar difuso do ambiente social. Ibidem, p. 79.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 73.

caráter científico (estudos universitários), seja de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, organização das trocas, etc.). O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida deve começar nesta última fase da escola, e não deve ser mais um monopólio da universidade ou ser deixado ao acaso da vida prática; essa fase escolar já deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos, deve ser uma escola criadora.<sup>24</sup>

Assim, a escola unitária dá suporte a essa concepção de homem através da construção de um conhecimento que pressupõe um método autônomo e espontâneo a partir da criação coletiva, o que não significa uma escola – como ressalta Gramsci – de “inventores e descobridores”, mas sim que a aprendizagem se desenvolva naturalmente a partir da postura amigável do professor para com o aluno, de modo que este possa autonomamente descobrir as verdades que, mesmo que sejam velhas, demonstrem a absorção do método, demonstrando uma certa maturidade intelectual no processo de descoberta de novas verdades. Com isso, a escola unitária significa não só um novo tipo de relacionamento entre o campo intelectual e o manual, como também um novo tipo de relação social de produção, fomentando um novo homem<sup>25</sup>.

Essa formação educativa, voltada a uma concepção de educação diferenciada é imprescindível na consolidação social da classe trabalhadora para estabelecer o seu potencial no processo de aquisição de conhecimento, é preciso considerar as mudanças pelas quais o mundo vem passando, para que o homem não tenha uma formação aquém dos avanços tecnológicos e sociais tornando-se abstrato. Pois, a escola regular do sistema de ensino vigente além de não atender as necessidades educacionais dos trabalhadores é excludente e elitista, organizada de acordo com os interesses de uma minoria privilegiada, promovendo a ideologia de que a escola é um espaço democrático de aquisição do saber historicamente acumulado.

A tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada 'cidadão' possa se tornar governante e que a sociedade o coloque, ainda que 'abstratamente', nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar. Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais nem sequer a conservar a ilusão, já que ela cada vez mais se organiza de modo a restringir a base da camada governante tecnicamente preparada, num ambiente social político que restringe ainda mais a 'iniciativa privada' no sentido de fornecer esta capacidade e preparação técnico-política, de modo que, na realidade, retorna-se às divisões em ordens “juridicamente” fixadas e cristalizadas ao invés de superar as divisões em grupos: a multiplicação das

<sup>24</sup> Gramsci, A. Op. Cit. p. 124.

<sup>25</sup> Em relação ao homem Gramsci faz o seguinte alerta após a derrota dos operários da FIAT, no seu artigo intitulado *homens de carne e osso*: “os operários da FIAT são homens de carne e osso, resistiram por um mês, completamente ilhados da nação(...) não há vergonha nessa derrota(...) não abusem demais da resistência e da virtude de sacrifício do proletariado; trata-se de homens, de homens reais, submetidos às mesmas fraquezas de todos os homens comuns que passam pelas ruas, que bebem nos bares, que conversam em grupinhos nas praças, que se cansam, que tem fome e sentem frio, que se comovem quando ouvem o choro de suas crianças e o lamento de suas mulheres. Nosso otimismo revolucionário foi sempre substanciado por essa visão cruelmente pessimista quanto a realidade humana. Precisamos inexoravelmente mudar essa visão. (Gramsci, apud Nosella, 1992: p. 51.) O operário que voltou a trabalhar porque não agüentou de fome, não deixou de ser revolucionário. (Ibidem, p. 52.)



escolas profissionais, cada vez mais especializadas desde o início da carreira escolar, é uma das mais evidentes manifestações deste tendência<sup>26</sup>.

Sendo assim, é preciso que se repense o espaço educativo, pois “o ambiente não-educado e rústico dominou o educador, o vulgar senso comum se impôs à ciência e não vice-versa; se o ambiente é o educador, ele deve ser por sua vez o educado”.<sup>27</sup> Sendo assim, Gramsci apontava naquele momento que:

A luta contra a velha escola era justa, mas a reforma não era uma coisa tão simples como parecia, não se tratava de esquemas programáticos, mas de homens, e não imediatamente de homens que são professores, mas de todo o complexo social do qual os homens são expressão. Na verdade um professor mediocre pode conseguir que os alunos se tornem mais instruídos, mas não conseguirá que sejam mais cultos(...)<sup>28</sup>

A propósito:

A multiplicação de tipos de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática. (...) Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir em que apenas um operário manual se torna qualificado, mas em que cada 'cidadão' possa se tornar 'governante' e que a sociedade o coloque, ainda que 'abstratamente', nas condições gerais de fazê-lo: A democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados) assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessária ao fim de governar. Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais nem sequer a conservar a ilusão, já que ela cada vez mais se organiza de modo a restringir a base da camada governante tecnicamente preparada, num ambiente social político que restringe ainda mais a 'iniciativa privada' no sentido de fornecer esta capacidade de preparação técnico-político, de modo que, na realidade, retorna-se às divisões em ordens 'juridicamente' fixadas e cristalizadas ao invés de superar as divisões em grupo: a multiplicação das escolas profissionais cada vez mais especializadas desde o início da carreira escolar, é uma das mais evidentes manifestações desta tendência.<sup>29</sup>

Por isso, um ponto importante ao qual deve-se estar atento na organização da prática escolar, no pensamento gramsciano, é de que uma escola unitária ou de formação humanista, que busca uma formação *omnilateral* do homem, que considere a práxis educativa e a relação educador-educando, dê suporte a uma concepção formação das novas gerações de acordo com a ótica do trabalho, isto é, deve ser um dos elementos fundamentais do projeto social da classe trabalhadora. Nesse sentido, em tempos neoliberais, Gramsci não poderia ser mais oportuno ao afirmar que:

A escola unitária deveria corresponder ao período representado hoje pelas escolas primárias e médias, reorganizadas não somente no que diz respeito ao conteúdo e ao método de ensino, como também no que toca à disposição dos vários graus da carreira escolar. O primeiro grau elementar não deveria ultrapassar três-quatro anos e, ao lado do ensino das primeiras noções 'instrumentais' da instrução (ler, escrever, contar, geografia e história), deveria desenvolver notadamente a parte relativa aos 'direitos e deveres', atualmente negligenciados, isto é, as primeiras noções do Estado e sociedade, como elementos

<sup>26</sup> Gramsci, A. Op. Cit. p. 137.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 122.

primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra as concepções que poderíamos chamar de folclóricas. O problema didático a resolver é o de temperar e fecundar a orientação dogmática que não pode deixar de existir nestes primeiros anos. O resto do curso não poderia deixar de durar por mais de seis anos, de modo que aos quinze-dezesseis anos, dever-se-ia concluir todos os graus da escola unitária.<sup>30</sup>

Depois de ter desmistificado a formação humana definindo o homem como um conjunto das relações sociais, Gramsci revela que toda comparação entre os homens é impossível devido ao conjunto de suas condições de vida e de relação com a natureza e com a sociedade. O homem, então, passa a ser visto como bloco histórico, ou seja:

O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa - objetivos ou materiais - com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo. É uma ilusão, e um erro, supor que o 'melhoramento' ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é 'individual', mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para o exterior, atividade transformadora das atividades externas, desde as com a natureza e com os outros homens - em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive - até a relação máxima, que abraça todo o gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente 'político', já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua 'humanidade', a sua 'natureza humana'.<sup>31</sup>

Considerando esse processo pelo qual o homem passa e o compreendendo, enquanto bloco histórico, que Gramsci nos alerta para o momento caracterizado de *catarsis*, no momento da passagem do *egoísmo individualizado* (onde o homem busca uma forma de propriedade), a um momento de *consciência humana*. "A fixação do momento 'catártico' torna-se assim, creio, o ponto de partida de toda filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de síntese que resulta do movimento dialético".<sup>32</sup>

Sendo assim, não bastaria Gramsci simplesmente propor uma nova concepção de homem. Era preciso que houvesse uma formulação concebendo esse novo homem, era preciso desfazer o fetiche imposto socialmente de que a cada homem caberiam certas atribuições; por isso, Gramsci condena e caracteriza como preconceituosa tal concepção e afirma dizendo que:

A questão é sempre a mesma: o que é o homem? o que é a natureza humana? Se divide o homem como indivíduo, psicológica ou especulativamente, estes problemas do processo ou do devenir são insolúveis e puramente verbais. Se se concebe o homem como um conjunto de relações sociais entretanto revela-se que toda comparação no tempo entre homem é impossível, já que se trata de coisas diversas se não mesmo heterogêneas. Por outro lado, dado que também o homem é o conjunto de suas condições de vida, pode-se medir quantitativamente a diferença entre o passado e o presente, já que é possível medir a proporção na qual o homem domina a natureza e o acaso.<sup>33</sup>

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 122.

<sup>31</sup> Gramsci, A. Op. Cit. p. 47/48.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 43.

Deve-se considerar, segundo ele então que:

A 'natureza humana' é o 'conjunto das relações sociais' é a resposta mais satisfatória porque inclui a idéia do devenir: o homem 'devém' transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o 'homem em geral': de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõe uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal(...) Por isso, a 'natureza humana' não pode ser encontrada em nenhum homem particular, mas em toda história do gênero humano.<sup>34</sup>

É partindo dessa compreensão que Gramsci afirma a sua forma de construir a consciência humana:

O fato de que uma multidão de homens seja levada a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato "filosófico" bem mais importante e "original" do que a descoberta, por parte de um 'gênio filosófico', de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais<sup>35</sup>

Assim não basta fazer grandes descobertas ou buscar originalidade é preciso socializá-las para que ao tomar contato com essa nova verdade o homem possa incorporá-las e transformá-las a medida de suas peculiaridades individuais e coletivas.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante ressaltar que no pensamento gramsciano os aspectos teóricos não são trabalhados isoladamente, mas articulados de forma intrínseca, numa relação de mútua determinação, sendo impossível estabelecer o determinante e o determinado, são partes de um "todo" orgânico. Ao discutir o processo educacional, por exemplo, são utilizados todos os conceitos formulados, seja de cultura, de homem, educação, etc. E em se tratando do homem, ele é visto como um conjunto de relações sociais dos mais diversos níveis.

O homem conhece objetivamente na medida em que o conhecimento é real para todos os gêneros humano, historicamente unificado em um sistema educacional unitário, mas este processo de unificação histórica ocorre com o desaparecimento, contradições internas de que dilaceram a sociedade humana, contradições que são condições da formação dos grupos e do nascimento da ideologia não universal-concretas, mas que envelhecem imediatamente, graças à origem de prática da sua substância. Trata-se, portanto, de uma luta pela objetividade (para liberta-se da ideologia parciais e falazes) e está luta é própria pela luta unificação cultural do gênero humano, o que os idealistas chamam de 'espírito' não é um ponto de prática, mas na chegada: o conjunto das superestruturas em devenirs para a unificação concreta e objetivamente universal, e não mais um pressuposto unitário, etc.(..) conhecemos a realidade apenas em relação ao homem, e como o homem é um devenir histórico, também o conhecimento e a realidade são um devenir, também a realidade é um devenir, etc<sup>36</sup>.

Com isso, as críticas de Gramsci continuam bastante atuais na medida em que levamos em consideração a formação humana e a educação instrumental/interessada, bem como os conceitos de escola desinteressada/interessada no processo de construção educacional do homem. Isso porque, quando Gramsci trabalha com o conceito de escola interessada/desinteressada é

<sup>34</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>35</sup> Gramsci, A. Op. Cit. p. 13-14.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 170.

exatamente para apontar o tipo de educação que está sendo aplicado para os filhos da classe trabalhadora, pois interessada é aquela educação que tem a imediata preocupação com a formação do trabalhador e não a possibilidade de uma formação ampla, omnilateral sem vínculo imediato com o mercado de trabalho.

#### REFERÊNCIAS

- GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. 7ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 7ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- MANACORDA, Mário. A. *O Princípio Educativo em Gramsci*. Porto Alegre, Artes Medicas, 1990.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, ed. Hucitec, 1993.
- MOCHCOVITCH, Luna. G. *Gramsci e a Escola*. São Paulo, ed. Ática, 1988.
- NOSELLA, Paolo. *A Escola de Gramsci*. Porto Alegre, Artes Medicas Sul, 1992.
- UFF. MESTRADO EM EDUCAÇÃO. TEXTOS PARA DISCUSSÃO. *Pensando (com) Gramsci*. Niterói, UFF, 1995.
- SOUZA, José. S. *A Escola Unitária de Gramsci*. Rio de Janeiro, Mimeo. 1995.



## O ensino politécnico como alternativa ao sistema educacional brasileiro

Rachel Aguiar Estevam do Carmo\*

Como materializaremos um ensino voltado para os conteúdos do materialismo histórico dialético? Essa foi uma das preocupações de Antônio Gramsci, grande pensador que produziu largos escritos a cerca do sentido pedagógico e político dos espaços formativos, sobretudo a escola.

Este trabalho pretende fazer a articulação entre o ensino mencionado por Karl Marx, chamado de politécnico, e a escola unitária 'desinteressada' de Antonio Gramsci, afirmando que independente do título teórico dado, às idéias de ambos os autores estão coadunadas a favor da ruptura do Modo de Produção Socialista. Por isso, os conteúdos pedagógicos aprofundados pelo Gramsci potencializam as iminências da reestruturação educacional do ensino brasileiro, principalmente nos cursos profissionalizantes, seja nível médio, seja nível superior. Todavia, as propostas de mudanças revolucionárias não têm haver com as "sugestões" do atual governo em instituir políticas para o ensino profissional e para o superior que, implicitamente, servem para moldar o sistema educacional às necessidades do atual padrão de acumulação flexível.

Trabalhar na organização da literatura pedagógica socialista significa dar continuidade na formação de intelectuais capazes de implantar efetivamente um ensino desinteressado voltado para a formação onilateral do homem. As discussões a respeito desses conteúdos são os primeiros passos na politização crítica dos sujeitos e o nosso trabalho permanente de participação nos movimentos sociais favorece a construção de alternativas educacionais que vai de encontro à lógica da dualidade estrutural.

O trabalho estende-se mais no ensino profissionalizante de nível médio, pois os escritos marxianos e gramscianos aprofundam as suas análises na formação do trabalhador no campo da linha industrial. Detém esse estudo os últimos dispositivos normativos (decretos, leis, pareceres, portarias, etc.) para o referido ensino afirmando a manutenção da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, tão criticado pelos eminentes escritores que consubstanciam essa reflexão.

Campos sociais tais como, a saúde, o meio ambiente, dentre outros, devem ter políticas com vistas socialistas na edificação da totalidade propositiva revolucionária. Sabemos que só no campo da educação o processo de transformação social não será iniciado. Não obstante, o primeiro passo deve ser dado, ou melhor, formado. E a educação pode ser a grande alavanca na concretização dos nossos almejos de cada vez mais melhorara a qualidade de vida da classe trabalhadora ou como dizia Marx, atingir a plena articulação entre o reino da necessidade com o reino da liberdade.

A concepção politécnica é uma preferência semântica da autora, não obstante dialoga-se com o princípio da escola unitária de Gramsci. A proposta politécnica ou ensino desinteressado vem para preservar a tradição socialista no que tange a visão da educação estar ligada às diversas

\* Pós-graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense.

manifestações dos potenciais humanos em criar e transformar as bases materiais que constituem o trabalho, seu processo de produção e de acumulação provenientes das forças que atuam na construção do produto final ou mercadoria.

A iniciativa por uma nova concepção de educação parte do pressuposto da iminente e permanente superação da concepção burguesa sobre educação. Até porque, as contradições internas que sustentam o capitalismo favorecem as elaborações de outras práticas históricas diferentes das hegemônicas.

A tentativa de superar a ordem capitalista nos coloca em reflexão da própria existência do homem. Marx já afirmava que o trabalho caracteriza a realidade humana na medida em que produz continuamente sua própria existência. A noção de politecnicidade deriva exatamente dessa dialética do trabalho, este sendo visto como um princípio educativo fundante na ligação indissociável entre trabalho intelectual e trabalho manual.

O Decreto 5.154/04 pelo qual regulamenta a educação profissional representa um retrocesso histórico-político, já que no viés econômico fora necessário para a reestruturação das forças produtivas na manutenção do *status quo*. Esse novo profissional consistiria em realizar de forma polivalente, as qualidades e as competências necessárias para a conquista e a permanência do emprego. As competências assumir-se-iam como categoria de representação que permitiria adequar os requisitos dos empregos às exigências do capital em termos de profissionalização, sempre com vistas à adaptabilidade do trabalhador. Para isso, o profissional exigido tem que ter uma responsabilidade, comprometida e autônoma, ao lado de posturas flexíveis frente às favoráveis incertezas.

Essa lógica de competências denominada "gestão de competências" intensifica a precarização das relações de trabalho na medida em que abre margem da empresa ou organização adotar de forma flexível a disponibilidade salarial. O processo destinado à individualização preconizado pelo modelo de competências tem como objetivo tornar socialmente aceitável as diferenças salariais, fazendo com que o trabalhador concorde com essas diferenças que são provenientes de ações e esforços individuais.

Essa nova conjuntura (re)modelou a educação profissional, transformando-se numa "aposta incerta", o desenvolvimento de atributos individuais, como precípua condição de se obter um emprego, pois se volta para o aprimoramento de competências individuais, visando possibilitar atualizações e reorientações profissionais como alternativas de permanência ou re-inserção no mercado de trabalho. Pelo visto, o sistema de ensino brasileiro continua a delinear a dualidade estrutural entre o ensino de segundo grau e o ensino profissional.

Essa flexibilização, fruto das mudanças nas 'leis do capital', adequa a Educação Profissional no atual padrão de acumulação chamado flexível, colocando o trabalhador apto, competente às substâncias e rápidas mudanças do mercado de trabalho. Essa adaptabilidade coloca o trabalhador vulnerável e a mercê de empregos precarizados e possivelmente sem os seus direitos trabalhistas cumpridos.

Por isso, necessidade de modificarmos a *forma*, sem alterar o *conteúdo* é vital para darmos continuidade no tão sonhado processo revolucionário. Até lá, temos que trabalhar no sentido de aproximarmos a população civil do debate sobre mobilização, organização política, leituras,

pesquisas para que todos produzam conhecimento criando uma efetiva e audaciosa organização popular. Para isso, a *forma* deve ser a mais, digamos, pedagógica possível. Aos poucos, podemos mostrar a partir da realidade objetiva as contradições que fundam a lógica do capital. É possível. Basta ter um movimento que efetive isso.

Esse Seminário Internacional Gramsci é o espaço mister nas edificações, discussões e reuniões dos nossos ideais revolucionários.

Gramsci sempre se preocupou com formação de intelectuais. É nela que subjaz todo o conteúdo e o preparo para a materialização da atividade criativa do homem. Dessa maneira, os espaços onde formam os sujeitos, devem ser, por excelência, os espaços transformadores dos homens. A escola é um desses espaços formativos. Por isso Gramsci dá continuidade ao que Marx começou a elaborar a respeito de um ensino que transforme os estudantes.

A manifestação de todas as potencialidades favorece o engrandecimento do homem tornando homem total, pleno, dominador de si e das etapas dos processos consciente e criativo do trabalho. É nesse sentido que a escola politécnica deve surgir como uma alternativa ao sistema de ensino brasileiro, abrindo margem para a produção de conhecimento pautado na transformação da nossa sociedade. A organização do *como fazer* uma escola nos moldes socialistas ganha respaldo se todos mantiverem a posição de compromisso com a classe trabalhadora. Feito isso, inúmeras reuniões abertas nas escolas e usando-as como espaço de formação de intelectuais ampliaremos o leque de militantes, profissionais, pesquisadores e comunidades ao redor das escolas que apoiem um ensino construído por todos.

Portanto, a necessidade de aprofundarmos conteúdos e estudarmos os dispositivos normativos no campo educacional<sup>1</sup> dar-nos-á a plena satisfação do trabalho materializado, analisando suas contradições e avançando em nossos ideais revolucionários. Depende da mobilização dos defensores da ruptura do capital o aprofundamento teórico no que tange a constituição qualitativa dos movimentos sociais e as materializações das pautas socialistas nos espaços formativos educacionais brasileiros.

Vejo a relação entre o tema exposto e o GP Cultura e Política do mundo do trabalho, pois o ensino profissional para muitos brasileiros é a única fonte de qualificação para o trabalho. Pelo fato de existir a dicotomia entre capital/trabalho, os espaços formativos não potencializam o ensino voltado para a formação onilateral. A nossa discussão deve trilhar pelo crescimento total dos sujeitos. Com isso, estaremos com outras posturas a favor da sociedade de novo tipo.

---

<sup>1</sup> Não só nesse campo. Apenas detenho a minha análise nele.





## Formação de professores e trabalho docente e a contribuição do pensamento de Antônio Gramsci para o cotidiano escolar

Iraci de Souza Macedo\*

João Ferreira Filho\*\*

Maria Lúcia Alves Vilela\*\*\*

Este trabalho tem como objetivo discutir as relações de trabalho e a influência do pensamento de Gramsci na construção de um novo modelo educativo, ocorrido na E.E. Francisco Pessoa, na cidade de Presidente Prudente – SP, pois se trata de um trabalho inovador, o qual conta com o apoio técnico pedagógico das universidades localizadas na mesma cidade, e possui relevância significativa na organização das relações de trabalho que estão sendo estabelecidas a partir do ano de 2005.

Esta prática vem demonstrando resultados positivos, cujos reflexos já podem ser sentidos no trato da escola com a comunidade de seu entorno e nos remete a inferir que é a partir da desconstrução/reconstrução das relações de trabalho que permeiam o cotidiano escolar, que uma nova organização pedagógica e de trabalho vem se delineando.

Este trabalho tem apontando para o estabelecimento de uma relação produtiva que não dissocie a prática pedagógica, que é concebida como trabalho intelectual, da necessidade de se compreender o mundo do trabalho e sua interação com o contexto escolar.

Dessa forma, o saber e o fazer encontram sua razão de ser a partir do chão da escola como espaço de luta e de construção para a transformação social.

Fundamentados nos valores da pedagogia histórico crítica, os trabalhos desenvolvidos na E. E. Francisco Pessoa, nos últimos três anos, tem procurado estabelecer uma relação mais direta entre a prática docente e a busca do significado do trabalho, da educação e da sociedade.

De acordo com Bertan, 1994, p. 96, a pedagogia histórico crítica se fundamenta nos ideais de Antonio Gramsci, que vêem a escola como local de libertação social na medida em que:

Cabe à escola pública a responsabilidade da direção e orientação na transmissão dos conteúdos, do saber sistematizado e acumulado historicamente pela apropriação das camadas populares, enquanto mecanismos de poder e de luta pela igualdade social. Somente a partir da apropriação do conhecimento pelas camadas populares é que se processa a prática da liberdade. Isso não se faz com qualquer tipo de conteúdo.

\* Professora Coordenadora da E. E. Francisco Pessoa – Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista.

\*\* Professor Coordenador do Colégio Anglo Prudentino e Diretor da E. E. Francisco Pessoa, pós-graduado e Educação pela Universidade de Campinas.

\*\*\* Professora Coordenadora da E. E. Francisco Pessoa – Especialista em Educação em Avaliação Escolar.

Partindo destes pressupostos e entendendo a escola pública como espaço de resistência e de construção das relações de trabalho, os projetos de trabalhos pedagógicos desenvolvidos nesta Unidade Escolar tem enfatizado a construção de parcerias com as universidades localizadas na cidade de Presidente Prudente, dentre elas, a FCT/UNESP, a Universidade do Oeste Paulista e a UNIESP – União das Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo.

Estas parcerias têm permitido que os professores, funcionários, direção, coordenação e a comunidade do entorno escolar participem de palestras, seminários, trabalhos de campo e, a partir destes espaços, organizem-se de maneira a construir um espaço de diálogo e de transformação sócio-espacial.

Como exemplos, podem ser citados os trabalhos de campo realizados em parceria com a FCT/UNESP, que por meio do Centro de Ciências, fornece pessoal qualificado para acompanhar as pesquisas realizadas nos córregos localizados no entorno escolar.

Outro exemplo trata-se da parceria que ocorre entre a E. E. Francisco Pessoa e o Departamento de Educação da FCT/UNESP e do Departamento de Pós Graduação – Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista, os quais oferecem treinamento e acompanhamento com a equipe escolar, visando fortalecer um modelo de formação em serviço, voltado para reflexão sobre a prática docente e a influência do trabalho pedagógico na formação da equipe escolar como um todo, bem como para a comunidade do entorno escolar.

É por este motivo que nestes últimos três anos, 2005/2007, a escola pesquisada vem demonstrando salto qualitativo na organização de um projeto de trabalho emancipador, o qual permite que as discussões travadas a partir do chão da escola venham contribuir para o estabelecimento de ações significativas para o mundo do trabalho técnico e intelectual.

Dessa forma, percebe-se que a dissociação, que antes predominava no cerne do fazer pedagógico, gradativamente vai cedendo espaço a um novo modelo de construção do trabalho, menos alienado e mais participativo. Trata-se de uma visão de sociedade, de trabalho e de educação para a transformação social, na qual a contribuição do pensamento gramsciano, que ainda de acordo com Bertan, 1994, p. 99:

O que fica claro é que não é suficiente apenas distribuir o saber igualmente, mas deve-se levar em consideração a distribuição de renda. A aquisição do saber remete à distribuição de renda.

Na pedagogia histórico-crítica, a libertação do sujeito se dá pela apropriação dos mecanismos que venham possibilitar a sua ação, de forma voluntária, capaz, autônoma, e, a partir do momento em que o domínio e a incorporação de conhecimentos e habilidades não se dê mecanicamente, mas de maneira consciente, compreensiva e pensada, quando se dá a superação da sua condição inicial.

De acordo com estes princípios, as atividades desenvolvidas em parcerias, e tomadas como instrumento de organização social a partir do espaço escolar, entende-se, que um novo saber e uma nova concepção de educação estão sendo construídos e esta construção se coaduna com os ideais de libertação propostos por Antônio Gramsci, 1975, p. 82, que diz que a classe dominada necessita de uma escola transformadora, uma escola mais humanista, entendida como;

Uma escola que não hipoteque o futuro do jovem e não constanja a sua vontade, a sua inteligência, a sua consciência em formação a mover-se dentro de um trilho com direção

pré-fixada. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade.

Além das parcerias voltadas para o trabalho de campo e da formação da equipe escolar, outra parceria de suma relevância, trata-se da parceria firmada entre a E. E. Francisco Pessoa e a UNIESP, campus de Presidente Prudente, na qual são desenvolvidos trabalhos alternativos de inclusão, com prática de leitura alternativa, na qual é inserido o teatro, a poesia, a construção de um saber literário voltado para a emancipação, a exemplo, tomemos os resultados dos trabalhos desenvolvidos no primeiro semestre do ano de 2007, os quais apontam para o atendimento de uma demanda de mais de dez grupos de reforço, que a partir do segundo semestre conta com recuperação satisfatória de mais de 80% dos alunos.

Além disso, o vínculo afetivo e o resgate de valores e auto-estima de: professores, alunos, pais, coordenadores e direção da escola, têm contribuído para a organização de eventos como: o I Festival de Música Arte e Literatura ocorrida no primeiro bimestre do corrente ano, a qual contou com a organização dos alunos do Ensino Médio que participaram com suas bandas "suas ferramentas de trabalho", convertendo sua força de trabalho em arte e educação, contextualizadas no tempo e no espaço, resgatando valores que, de acordo com Gramsci, 1978, p. 118, a questão educativa é resgatada a partir da categoria trabalho, e, por isso, enfatiza o princípio formativo da proposta escolar "escola unitária", trata-se de uma:

[...] escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

Diante deste contexto, entende-se que é a partir do chão da escola que as novas organizações do entorno vão se delineando, pois, na escola unitária o fazer e o pensar, o trabalho e a teoria não se dissociam, visto que a escola está voltada para educar as classes dominadas e a partir daí, instrumentá-las para assumirem papel diretivo na sociedade.

Tal fato ocorre, porque escola unitária se funda na filosofia da igualdade, partindo da categoria trabalho e da relação entre a teoria e a prática na atividade humana.

## REFERÊNCIAS

- BERTAN, L. *Aspectos da trajetória do ideal de liberdade na educação brasileira – 1930 – 1990*. 1994. 122 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas.
- GRAMSCI, A. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- GRAMSCI, A. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.



Trabalho e marxismo no Brasil  
(e América Latina)



## Olhares sobre a relação PCB e “campesinato”

Airton Souza de Lima\*

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) precisa entrar para a história como pioneiro dos movimentos rurais organizados no país. Pioneiro em incluir o tema do “campesinato” em seu programa já na segunda metade da década de vinte, do século passado, através da concepção do Bloco Operário Camponês (BOC), bem como em fundar as primeiras associações, ligas e células de trabalhadores rurais no interior de São Paulo em 1945, quando teve início sua legalidade. Mesmo de volta a ilegalidade, já em 1947, ao longo da década de cinquenta a participação do PCB nos movimentos populares no campo foi decisiva, como em Formoso e Trombas (GO), por exemplo. Desenrola-se abaixo em linhas gerais, o debate sobre a relação “campesinato” e “agentes externos”, com destaque para o caso brasileiro, e a subseqüente compreensão das contradições enfrentadas e vividas pelo PCB na sua militância no meio rural. Ao final, destaca-se a importância do conceito gramsciano de “revolução passiva” no sentido de compreender as condições históricas do processo histórico brasileiro, impostas ao Partido em sua investida no campo.

A discussão sobre a relação “campesinato” e “agentes externos” é ampla e bastante complexa. Na corrente marxista surge desde o início uma dificuldade: ocorre que Marx tem como objeto a formação da sociedade burguesa, sendo pouco sistemáticas as análises que tangenciaram o campesinato, como acontece, por exemplo, em “*O 18 de Brumário de Luis Felipe Bonaparte*”. O historiador Eric Hobsbawm, ortodoxo na leitura deste texto, considera determinante ou fundamental a ação do partido político para que os movimentos sociais no campo deixem o seu isolamento e avancem das formas pré-políticas (messianismo, banditismo) às formas políticas (associações, sindicatos, etc.). Para Hobsbawm, no máximo, “os camponeses são perfeitamente capazes de julgar a situação política local, mas sua verdadeira dificuldade reside em discernir os movimentos políticos mais amplos”. (Hobsbawm, 1978, p.51) De sua perspectiva, o isolamento do camponês e “*sua conseqüente ignorância*” torna impossíveis formas de ação camponesa sem liderança nem organização.

Sem invalidar a distinção entre político e pré-político, José de Souza Martins, sociólogo estudioso dos movimentos sociais no Brasil, pretende tornar relativos estes conceitos no que toca o papel dos agentes externos. Primeiramente porque tal idéia restringida por puro esquematismo poderia sugerir que deixaram de existir messianismo, banditismo, etc. e, em segundo lugar, porque os “próprios partidos têm boa dose de responsabilidade na orientação pré-política dos movimentos camponeses no Brasil”. (Martins, p.30) A sua tese geral, ao contrário da de Hobsbawm, mostra que no caso brasileiro as lutas populares no campo avançaram mais depressa do que os partidos políticos na interpretação e incorporação do problema “camponês” e da questão agrária.

\* LINHA 3 DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS –UNESP –MARÍLIA ORIENTADOR: PAULO R. RODRIGUES DA CUNHA.. (airtonsocial@yahoo.com.br)



Chega a um resultado semelhante Isabel Faleiros ao analisar a militância comunista no interior paulista e o caso de Porecatu (PR) no início dos anos cinquenta. Essa autora contrapõe as concepções e doutrinas do PCB sobre a relação da classe operária e os "camponeses", as interpretações da realidade brasileira do Partidão e a prática da militância, de onde resultava uma dupla orientação dos comunistas: uma que implicava na "ação revolucionária" e outra, na atuação dentro dos limites legais, fruto do entrechoque, na militância, das palavras de ordem com as demandas imediatas. (Faleiros, 1989, p. 147-157) A constante auto-crítica à subestimação do trabalho do Partido no campo indicaria a disjunção das linhas políticas adotadas, "a teoria, na prática é outra". O Partido teria feito uma adequação mecânica das teses da III Internacional Comunista, não realizando o princípio leninista da prerrogativa da elaboração da teoria revolucionária, adotando uma teoria acabada, pronta. Com isso, a tese "anti-feudal e antiimperialista" lançou o PCB nas diferentes estratégias de luta no campo e não tolheu sua presença no campo. Seus limites seriam de outra ordem, quais sejam: o de não conferir à luta econômica um caráter político, mantendo as demandas econômicas solucionáveis no interior do capitalismo e o não engendramento de novas formas de luta e compreensão da realidade concreta capaz de superá-la. (Faleiros, 1989, p. 236-238)

O antropólogo marxista Eric Wolf fica no meio termo das duas posições anteriores, pois reconhece que os mediadores entre os camponeses e a sociedade mais ampla desempenharam "um papel significativo no envolvimento do camponês nas sublevações políticas". (p.12), todavia, após uma releitura das Revoluções Camponesas do Século XX, primando pela análise dos comportamentos e perspectivas, dos sistemas de comunicação e etc., conclui que: "Não há provas que confirmem a opinião segundo a qual os camponeses continuariam tranquilos, se não fossem os agitadores externos." (Wolf, 1984, p.360) Para esse autor, se determinada classe da sociedade mais ampla vai agir à favor ou contra o campesinato, depende das circunstâncias históricas próprias e dos interesses suscitados por essas mesmas circunstâncias. (Wolf, 1984, p.13)

Já o cientista social, Paulo R. R. da Cunha, no bojo da discussão sobre o papel dos mediadores, considera que o amadurecimento de um partido e de seus militantes na tentativa de elaborar uma estratégia revolucionária no campo não deve ser lido apenas como uma proposta interveniente e deliberada de contenção dos impulsos sociais no campo. (Cunha, 1994, p.28)

Sendo assim, antes de nos perguntarmos se o PCB impede ou impulsiona os movimentos populares no campo brasileiro, há que se verificar as "circunstâncias históricas" que o condicionam. No que se refere ao período de 1945 até 1956 as tais circunstancias foram decisivas para a militância vermelha no meio rural como um todo, com episódios marcantes como o de Porecatu (PR) e Formoso e Trombas (GO), onde a luta pela terra passou pelo crivo das armas. A legalidade vivida pelo Partido Comunista entre 1945 e 1947 o projetou na organização de associações e ligas camponesas no interior de São Paulo, dentro de uma linha diretiva de acumulação de forças. No entanto, com a Guerra Fria em 1947 e o seu retorno à ilegalidade, o Partidão assume uma postura sectária se afastando das organizações legais e criando sindicatos paralelos. A radicalização do discurso dos Manifestos de 1948 e de 1950 leva a um esvaziamento do PCB, esse fator somado a repressão, encolhem o avanço da organização dos trabalhadores rurais. Somente após a Resolução de 1952 e a autocrítica de 1953 e 1954 é que se inicia uma nova etapa no campo e, segundo Luiz Flávio C. Costa, o que propiciaria uma reversão do quadro de marginalidade das populações do campo do jogo político.

(Costa, 1996, p. 28) Outra contribuição importante para esse debate é a de Medeiros, uma vez que em sua tese de doutoramento<sup>1</sup> ela enxerga os limites nas análises como a de Faleiros e de Luiz Flávio C. Costa, na pouca compreensão da natureza da atuação do PCB, não deixando perceber que tipo de questões colocou para a conformação do "campesinato". Isso desse modo, pois, toma-se como ponto de referência os erros e os acertos das diretrizes e da prática do Partidão, sendo "a não correspondência entre as propostas e a realidade a indicação de suas incapacidades ou limitações, tanto maiores quanto mais a análise tinha por referência a cúpula partidária." (Medeiros, 1995, p. 35)

Desde suas primeiras abordagens,<sup>2</sup> Leonilde S. de Medeiros parte do pressuposto de que a origem das lutas deve ser buscada no interior do processo de contradições vividas pelos trabalhadores rurais, devido ao rompimento de determinadas normas costumeiras, de uma ameaça às condições de reprodução de um grupo de trabalhadores. Os partidos, especialmente o PCB, a Igreja e os sindicatos não aparecem como "causadores" dos movimentos rurais e sim como tendo um papel de projeção, no sentido de levar essas lutas para fora delas mesmas. (Medeiros, 1989, p.13) Essa sua leitura amadureceu na direção da interdisciplinaridade entre sociologia, ciência política, história e antropologia, visando superar interpretações que considera "lineares" e compreender a formação da categoria de trabalhador agrícola, camponês a partir do conceito de "classe social" do inglês E. P. Thompson. Para esse pensador as classes são um vir a ser no tempo, um processo inacabado de relações e conflitos (Thompson, 1987, pp. 10-12), daí decorre que o eixo analítico de Medeiros gira em torno da produção de uma linguagem específica e de uma imagem de classe para e pelos trabalhadores do campo. (Medeiros, 1995, p.46) Pois, é a partir da categoria "campesinato", resgatada de uma dada compreensão do desenvolvimento do capitalismo na Europa, que o PCB tentaria forjar uma identidade que englobasse a diversidade de situações presentes no campo e uma bandeira que lhe daria sentido histórico: a reforma agrária. (Medeiros, 1989, p.28)

Resulta dessa discussão o cuidado em escapar do tipo de abordagem que procura acertos ou erros das diretrizes do PCB e entender a trajetória da militância comunista na luta pela terra como um processo de amadurecimento, dentro de determinadas "circunstâncias históricas" ou condições de possibilidade que irão aproximá-lo ou não do homem do campo. Nesse sentido, não abrir mão da idéia de processo histórico permite relacionar política e história, vida e política, a partir do conceito de Gramsci de "bloco histórico", isto é, a unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos. (Gramsci, 1968, p.12)

A terminologia de Gramsci não nos permite falar em classe "camponesa", ou mesmo em classe operária, que não tenha consciência de si e de seus fins programáticos, tal como torna possível o conceito mais flexível de Thompson. Todavia, não há dúvida de que é possível fazer a contextualização necessária da relação entre o PCB e as massas rurais, ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir de seu conceito de "revolução passiva", onde as transformações exigidas pelas forças produtivas sobre as relações de produção, são conduzidas pelas classes dominantes, interessadas em manter o *status quo*. Isso implica no bloqueio àquilo que Vianna chamou de "modernização vinda de baixo", num sistema de classes

<sup>1</sup> Tese defendida em 1995 na Universidade Estadual de Campinas, com o título: Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.

<sup>2</sup> Trata-se, no caso, de sua obra publicada em 1989, pela editora Fase, *História dos movimentos sociais no campo*.

urbanas que combinasse a burguesia urbana e/ou demais classes urbanas com a propriedade camponesa, o que seria possível caso o Estado não amparasse politicamente a manutenção do latifúndio. (Vianna, 1976, p. 134) É a partir desse prisma que a história do PCB no campo brasileiro precisa ser compreendida e criticada, afim de reconhecer sua contribuição na luta pelo protagonismo político das classes subalternas do meio rural, bem como suas limitações.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, Luís Flávio C. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRJ, 1996.
- CUNHA, Paulo R. O PCB e a Questão Agrária – 1950-64. In: *Aconteceu Longe Demais*: A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964. Tese (mestrado em sociologia). PUC – São Paulo. São Paulo, 1996.
- FALEIROS, Maria Isabel L. *Percursos e Percalços do PCB no Campo (1922-1964)*. São Paulo, 1989. 243p. Tese (doutoramento em sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. O Moderno Príncipe. In: *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 3-102
- HOBBSAWM, Eric. “Os camponeses e a política”. *Ensaios de Opinião*. Rio de Janeiro, 1978
- IANNI, Octavio. Revoluções camponesas na América Latina. In: *Revoluções camponesas na América Latina*. José Vicente Tavares dos Santos (org.). São Paulo: editora Ícone Ltda, 1985
- LIMA, Airton S. *Vitimas do ódio: a luta pela terra em Tupã, a repressão e a militância comunista no interior paulista*. Trabalho de Conclusão de Curso (de graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, Marília, 2005
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O poder do atraso, ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo, Hucitec, 1994
- MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989
- \_\_\_\_\_. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995
- POMAR, P. E. da R. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002
- SILVA, Lyndolpho. *O camponês e a história: a construção da Ulta e a construção da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. CUNHA, Paulo R. (org.) São Paulo:
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. I – A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- WELCH, Cliff; GERALDO, Sebastião. *Lutas Camponesas no Interior Paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WOLF, Eric. R. *Guerras Camponesas no século XX*. São Paulo: global, 1984.
- VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

## A formação da burguesia no Brasil na perspectiva de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodrê

Anderson Deo\*

A produção teórica de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodrê está diretamente vinculada à atividade política que ambos exerceram. Durante suas trajetórias, buscaram compreender a realidade histórico-social de seu tempo, com o objetivo de orientar sua *praxis* de militantes – individual e coletiva – no campo da esquerda comunista brasileira.

No prefácio de *História da Burguesia Brasileira*, Werneck Sodrê deixa claro que todo esforço de interpretação por ele elaborado tem como objetivo contribuir para a compreensão e o desenvolvimento da “Revolução Brasileira”. Assim também o faz Caio Prado em *A Revolução Brasileira*, quando aponta a necessidade de uma real interpretação da conjuntura atual e do processo histórico que a engendrou, para que se possa dar respostas às questões que se colocam na atualidade histórico-social brasileira.

Sendo assim, a análise e a compreensão da gênese histórica que produziu o complexo sociometabólico brasileiro em sua particularidade, será um dos pontos de partida para a teoria social dos autores.

Como bem nos esclarece Luciano Gruppi, Lênin é o responsável pela teorização das vias nacionais de desenvolvimento do capitalismo. Ao analisar o desenvolvimento capitalista na Rússia, Lênin constata que esse desenvolvimento se articula com o modo de produção feudal, ainda presente no país, com a economia rural “(...) de um modo que é apenas russo e que constitui a originalidade daquela situação”. A partir dessa análise, compreende que a forma como o modo de produção universal do capital se efetiva na realidade concreta, vai depender da articulação deste com as particularidades nacionais onde se efetiva, originando novas singularidades. Dessa análise resulta o conceito de “via prussiana”.

Percorrendo o mesmo escopo teórico, é a partir da análise concreta de nossa gênese histórica que, tanto Caio Prado, como Werneck Sodrê, buscam compreender a particularidade do *complexo de complexos* que constitui a totalidade econômico-social brasileira. Ambos afirmam que vários elementos presentes na forma de organização de nossa sociedade são heranças de nosso processo histórico, e que para compreender tal realidade, necessitamos voltar os esforços analíticos para nossas origens.

Para apreendemos o caráter da Burguesia Brasileira, bem como seus contornos atuais, temos de nos debruçar sobre o processo histórico que deu origem a esta classe social, no interior da malha de relações econômico-sociais desenvolvidas no processo de objetivação do capitalismo no país – via nacional/particular.

\* Doutorando em Ciências Sociais – FFC – UNESP – Marília.

Segundo Werneck Sodré a história econômica do Brasil pode ser dividida em quatro fases conexas: a primeira fase, denominada *Economia Colonial*, compreende o momento inicial da ocupação efetiva do território por Portugal, se estendendo até o momento de estagnação da mineração (1550-1780); a fase seguinte é denominada *Integração da Economia Mundial* (1780-1850), momento de grave crise que gerou um retrocesso na forma de organização sociometabólica brasileira; a terceira fase diz respeito à *Elaboração da Economia Nacional*, momento em que o café passa a ser o maior gerador de riquezas no Brasil (1850-1920); na quarta fase temos a *Estruturação da Economia Nacional*, onde a burguesia, progressivamente, alcança o poder político e econômico no país (1920-...).

Para Sodré, a primeira fase se caracteriza como uma "sociedade transplantada". As estruturas aqui criadas pelos colonizadores lançam as bases de uma forma de organização social totalmente diversa das existentes até então. A implementação da cana-de-açúcar, da mão-de-obra escrava e da produção em larga escala voltada ao consumo no mercado externo, dão origem ao Sistema Escravista, próprio dessa etapa inicial. O autor aponta para as diferenças dessa forma de escravismo em relação as formas clássicas (Roma Antiga, por exemplo), inserindo a discussão no contexto histórico da constituição do mercado mundial.

Já na segunda fase há um "retrocesso" do ponto de vista da organização social e econômica internas. A forma feudal de organização econômica ganha força. Na fase anterior esta se faz presente nas "franjas" do sistema escravista, ou seja, nas regiões interioranas, onde a produção açucareira não encontra espaço, seja por condições ecológicas, ou por questões de logística (transporte, por exemplo), encontramos núcleos de povoamentos que podem ser analisados, segundo o autor, a partir da lógica feudal (principalmente as áreas onde se desenvolve a pecuária – denominadas genericamente "sertão").

No entanto, essa forma de organização passa a se expandir pelo interior do país devido à estagnação da produção açucareira, na segunda metade do século XVII e, também, à crise da economia mineradora, na segunda metade do século XVIII. Um dos efeitos da estagnação seria esta "regressão feudal", que passou a se desenvolver na região vicentina, na área amazônica, na região pastoril sulina, na própria região mineradora (pós-crise), além do antigo sertão nordestino. Porém, o autor esclarece que este processo de passagem para o feudalismo se diferenciou substancialmente do processo europeu.

A terceira fase corresponde ao período em que as relações capitalistas de produção passaram a se desenvolver no país. Como o próprio Sodré afirma, estas novas relações são produzidas a partir das reformas do final do século XIX (*Encilhamento e Funding Loan*), onde teremos os "primeiros vagidos" de um capitalismo nascido de "parto difícilíssimo". É no contexto da Proclamação da República e da Abolição da Escravatura, que as condições para uma acumulação interna de caráter capitalista vão ser produzidas. O período denominado de "República Velha" corresponde à infância desse modo de produção, onde a constituição de um mercado interno, e sua respectiva mão-de-obra assalariada, serão as condições essenciais para tais transformações.

É a partir da "Revolução de 1930" que a burguesia passa a assumir o comando definitivo da nação, afastando os antigos grupos rurais do poder. Essa opção da burguesia brasileira se consolida em 1937, com o Estado Novo, onde um novo projeto econômico para o Brasil será

implementado, tendo como mote principal a industrialização de nossa economia. Esse período corresponde à quarta fase da evolução econômica apontada por Werneck Sodré. Seria esse o momento da Revolução Burguesa no Brasil.

Sendo assim, o autor conclui que o capitalismo começa a ser gerado no Brasil a partir da terceira fase de desenvolvimento econômico, onde passamos por um processo de "acumulação primitiva", e de criação da mão-de-obra assalariada. Essa etapa se consolidaria com o Golpe de Estado de 1930. É nesse momento que a Classe Burguesa passa a se constituir e se consolidar internamente, trazendo consigo todas as contradições de uma ordem econômico-social pautada no desenvolvimento agrícola, ao mesmo tempo que apresenta novos elementos, constituindo um "mosaico" social próprio da particularidade brasileira. Segundo Sodré, essa heterogeneidade é uma marca que persiste na sociedade brasileira:

[...] o Brasil arcaico nos cerca por todos os lados; o latifúndio persiste, resiste, abalado mas sobrevivendo a tudo. As alterações agrárias processam-se pela duríssima **via prussiana**<sup>2</sup>: todos os dias estamos assistindo episódios, choques e escândalos dessa via tortuosa, que inflige sofrimento e miséria às massas camponesas, mantidas em secular atraso [...].

O autor aponta criticamente os equívocos das análises que consideram as relações econômico-sociais do período colonial como autenticamente capitalistas (*capitalismo colonial*), assim como o erro de tomar o sistema escravista como um modo de produção exclusivamente original.

A análise de Caio Prado Júnior parte do pressuposto que a economia colonial nasce como um prolongamento, uma extensão da economia metropolitana. Nesse sentido, o Brasil "surge" economicamente como um apêndice produtor de mercadorias, no contexto da criação do mercado mundial e da expansão do comércio. Ou em outras palavras, o território colonial está totalmente integrado à lógica do capitalismo comercial (fase da acumulação primitiva) que se estende do século XV ao XVIII, cumprindo a função de apêndice econômico, fornecedor de gêneros tropicais e produtos agrícolas às economias metropolitanas.

Essa lógica passaria por algumas mudanças no período da emancipação política. A partir da chegada da Família Real, em 1808, as estruturas político-administrativas são modificadas, dando feições de autonomia à colônia brasileira, autonomia esta que se consolidaria politicamente em 1822.

As mudanças implementadas não afetaram a estrutura do país, ou seja, foram mudanças na forma, na aparência, e não no conteúdo, na essência. A partir dessa constatação, Caio Prado conclui que o *Sentido da Colonização* permanece o mesmo. A economia permanece vinculada aos mercados externos, como um apêndice produtor, subordinado às variações e fluxos das economias centrais.

No que diz respeito a formação da burguesia, aponta que os proprietários rurais que aqui se estabelecem, já na fase colonial, desempenham a função econômica de uma burguesia ligada à fase mercantil do capitalismo. Afirma que, no Brasil, não houve distinções sócio-econômicas entre burguesia e grandes proprietários de terras. Pelo contrário, em muitas das vezes são, inclusive, as mesmas pessoas. Ou seja, se constituem como indivíduos sociais pertencentes

<sup>2</sup> O grifo é nosso. É importante salientar que, Nelson Werneck Sodré é o primeiro a utilizar o conceito de via prussiana, na tentativa de compreensão da questão agrária no Brasil.

a uma mesma classe econômica, fracionada em setores produtivos específicos; a burguesia. Como nos aponta Caio Prado:

Nada há, em conclusão, nos grandes proprietários brasileiros, e isso tanto mais acentuadamente quanto seu nível financeiro é mais elevado, que os distinga e caracterize como categoria econômica e social à parte. E assim nada autoriza separar, e muito menos extremar e isolar na estrutura sócio-econômica brasileira, uma classe característica e bem diferenciada de "latifundiários" contrastantes com a burguesia e ligada a relações de produção de natureza distinta e específica. Trata-se num e noutro caso de igual categoria social, e no mais das vezes até nos mesmos indivíduos, homens de negócio que aplicam seus recursos e iniciativas tanto em empreendimentos agropecuários como em outros setores, ao sabor unicamente das oportunidades ensejadas e da lucratividade esperada.

Sendo assim, podemos afirmar que Caio Prado nega enfaticamente a existência de um modo de produção escravista, assim como possíveis formas feudais, na organização histórico-social do Brasil.

Diante do exposto, podemos concluir que existem diferenças cruciais na forma como estes dois autores compreendem o processo histórico brasileiro, e o nascimento da burguesia que este gerou. No entanto, ambos apontam – através de caminhos teóricos distintos – o caráter tardio no desenvolvimento do modo de produção capitalista brasileiro. Como dito acima, Wernick Sodré é o primeiro a destacar o caráter prussiano no qual se insere o desenvolvimento agrário em nosso território, bem como, a permanência de antigos contornos histórico-sociais na atualidade de seu tempo. Já Caio Prado, afirma que apesar da autonomia política, o *Sentido da Colonização* permanece, os fundamentos estruturais de nossa formação não se alteram, reafirmando-se no presente.

É nesse contexto que se insere a discussão do conceito e do caráter da Revolução Burguesa no Brasil. Segundo Florestan Fernandes, existe uma variação muito grande entre dominação burguesa e transformação capitalista, sendo que no caso brasileiro, este processo teria se efetivado a partir de um modelo "autocrático-burguês". Este teria como características básicas: a via passiva de transformação, a ausência da participação dos trabalhadores no processo e uma articulação entre as classes economicamente dominantes – no caso brasileiro os antigos representantes do setor agrário e os novos representantes do setor urbano-industrial.

Não temos a pretensão de estabelecer pontos finais à discussão.<sup>2</sup> Nesse sentido buscaremos a contribuição de autores que discutiram – e discutem – as mesmas questões ao longo do século XX. É nesse século que o capitalismo se consolida no país, e o caráter da burguesia brasileira assume contornos que podem contribuir para a compreensão de sua gênese histórica. Sendo assim, os elementos mais desenvolvidos do processo histórico, podem nos oferecer a "chave da compreensão" dos elementos menos desenvolvidos.

O diálogo teórico entre os autores, a respeito da temática apontada por nosso trabalho, tem a finalidade de contribuir para o debate, no sentido da compreensão de antigas polêmicas, suscitando novas dúvidas e futuros esclarecimentos.

<sup>2</sup> Como bem aponta Sodré a questão dos modos de produção no processo de desenvolvimento histórico do Brasil: "[...] constituem questões abertas, que só poderão ser assim encaradas e que exigem o debate e a crítica. O resultado mais próximo da verdade histórica será alcançado pelo somatório das contribuições; não será, certamente, resultado de intuição genial de um estudioso ou de um pequeno grupo de estudiosos [...]".

## Concepções da democracia e do socialismo no Partido dos Trabalhadores

Paula Berbert\*

### INTRODUÇÃO

Desde a sua fundação, em 1980, o debate sobre o vínculo entre democracia e socialismo aparece como uma questão fundamental para o Partido dos Trabalhadores (PT). Afirmando-se como uma alternativa às tradições autoritárias da política brasileira, o PT propunha um novo modelo para a construção do socialismo no País, no qual a democracia seria o seu caminho e fundamento; e, assim, passa a ser entendida pelo partido como um valor universal, em si e para si.

No decorrer dessa discussão, o conceito de hegemonia, que ocupa um lugar central na reflexão marxista de Antonio Gramsci, foi absorvido pelo discurso petista. Contrariando a noção liberal de democracia, na qual esta é percebida como um sinônimo de pluralismo, a concepção socialista deveria colocar claramente a questão da hegemonia e da dominação de classe, como questão central de todo o poder. Nesse sentido, a proposta petista, nos primeiros anos de partido, era de construir uma democracia socialista, pluralista e de massas, em que a hegemonia caberia ao conjunto dos trabalhadores, representados através da diversidade de suas organizações de massa e sob a direção política do(s) partido(s) de vanguarda da classe operária. (Cf. COELHO, 2004)

Esta pesquisa pretende problematizar as conseqüências políticas da apropriação petista da noção de democracia como um valor universal, bem como discutir de que maneira a instrumentalização do conceito de hegemonia contribuiu para a sua transformação programática, no período de 1979 a 2004. A obra de Carlos Nelson Coutinho (1980, 1992 e 2000) de Francisco Weffort (1984 e 1989) será usada como fundamento teórico dessa discussão, pois ambos se incluíram nesse debate, principalmente, através de seus livros: *A democracia como um valor universal* e *Democracia e Socialismo*, de Coutinho, e *Por que democracia?*, de Weffort.

### DEBATE

Em meados da década de 1980, quando o processo de redemocratização estava em curso, muitas questões políticas passaram a ser amplamente discutidas. Entre elas destaca-se a questão da democracia e seu vínculo com o socialismo, ponto chave para a esquerda que propunha uma renovação política no cenário brasileiro. É nesse debate que se inclui o ensaio de Carlos Nelson Coutinho – *A democracia como um valor universal* – no qual ele argumenta a favor da democracia política como o caminho para a construção do projeto socialista no Brasil.

\* Graduada de Ciências Sociais, pela UNICAMP e pesquisadora do grupo de estudo "Estratégia do contratempo: Uma investigação sobre o conceito gramsciano de hegemonia" ligado ao Centro de Estudos Marxistas (CEMARX). Contato: paulaberbert@gmail.com



Os argumentos do autor são sofisticados. Para demonstrar por que a democracia deve ser entendida como um valor, Coutinho se apropriou da definição lukácsiana a esse respeito: valor é “tudo o que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou indiretamente, para a explicitação desse ser genérico. [...]. As componentes da essência genérica do homem são, para Marx, o trabalho (a objetivação), a sociabilidade, a consciência e a liberdade. [...]. Pode-se considerar ‘valor’ tudo o que, em qualquer das esferas [do ser social] e em relação à situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daquelas componentes essenciais” (LUKÁCS, 1989, p.86 e ss.). Portanto, à medida que contribuiria para explicitar essas componentes, a democracia deveria ser um valor; e tornar-se-ia universal por ser capaz de fazê-lo tanto no interior do capitalismo quanto no do socialismo. Ele ainda afirma que a teoria liberal moderna entenderia democracia como um sinônimo de pluralismo e a defesa da hegemonia ou da dominação de uma classe sobre outras como sinônimo de totalitarismo e despotismo. Essa linha de pensamento disfarçaria ideologicamente a sua dominação por meio da “neutralidade” do Estado. A teoria socialista, ao contrário, deveria colocar claramente a questão da hegemonia e da dominação classista como questão central de todo poder. Nesse sentido, uma vez que a discussão sobre a democracia e socialismo se dá nesse contexto, a democracia socialista deveria ser pluralista e de massas, em que a hegemonia caberia ao conjunto dos trabalhadores, representados através da pluralidade de seus organismos de massa e sob a direção política do(s) partido(s) de vanguarda da classe operária. Essa democracia fundaria sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia. “A relação entre a democracia socialista com a liberal é uma relação de superação: a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda”. (COUTINHO, 1980, p. 31).

Francisco Weffort argumenta no mesmo sentido. Segundo ele, a democracia perdeu o seu fundamento burguês na medida em que aconteceu a conquista popular do sufrágio universal, o fortalecimento dos sindicatos e o surgimento dos partidos operários. Weffort estabelece que as democracias da atualidade estariam sob hegemonia burguesa, hegemonia essa que estaria em constante disputa por parte dos trabalhadores. Logo, a proposição da corrente marxista que entende a democracia política como a forma, por excelência, de dominação burguesa, estaria errada. É o que podemos concluir a partir deste trecho de Por que democracia?:

“Chamar as modernas democracias européias atuais de burguesas só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise e, por consequência, da perspectiva política. Seria mais correto dizer que são democracias sob hegemonia burguesa, aliás hegemonia em permanente disputa por parte dos trabalhadores. O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua. E é assim, de fato. Não se pode falar de democracia no sentido moderno da palavra se esquecermos as lutas dos trabalhadores para que ela viesse a ser o que é.” (WEFFORT, 1985, p.38n)

É o que se conclui também a partir desses escritos de Coutinho (1980, p. 26):

Como se sabe, elemento essencial da democracia liberal é a afirmação da soberania popular, de que todos são cidadãos e participam igualmente na formação da vontade política geral; contudo, nos primeiros regimes liberais, tal afirmação não tinha correspondência na realidade. Basta pensar no fato de que o sufrágio universal, uma medida essencial para tornar viável a efetivação daquele princípio igualitário no plano formal, só foi conquistado na maioria dos países desenvolvidos – e graças às lutas da classe operária – em final do século XIX ou início do XX.

Segundo os críticos de Coutinho e Weffort, ambos teriam perdido de vista que o Estado organiza a dominação de classe e se define pela função social que exerce, qual seja, a de defender os interesses da classe dominante na perpetuação do capitalismo (Cf. p. ex. MORAES, 2001). Assim, ainda que os trabalhadores gozem do direito de expressar suas opiniões e posições no debate político, é importante ressaltar que o acesso a ele se dá de maneira desigual, e essa desigualdade é constituída por meio da separação entre classes sociais. Dessa forma, mesmo que a democracia possibilite o embate político regulamentado entre as classes, o Estado, maior instituição política e única capaz de exercer coerção sobre todas as pessoas, serve, em última instância, aos interesses burgueses, que são diametralmente opostos aos interesses do proletariado. Por isso, ainda que o Estado capitalista sofra um intenso processo de democratização, o acesso e o controle de núcleos estratégicos do poder político por parte dos trabalhadores sempre será parcial e restrito.

É nesse sentido que Caio Navarro de Toledo fundamenta sua crítica. Toledo levantou quatro teses características a chamada "esquerda democrática": a democracia estaria acima das classes; atualmente a democracia é, fundamentalmente, um poder exclusivo das classes trabalhadoras; a conquista da hegemonia é essencial para a classe trabalhadora; e o socialismo democrático deve ser construído por meios consensuais, ou seja, democráticos. Desse modo, esse autor concluiu que a relação que o pensamento socialista tinha com a questão democrática na plena vigência do capitalismo era paradoxal, pois, mesmo que radicalmente democráticos, os socialistas não fizeram da democracia uma nova panacéia, nas suas palavras:

Os socialistas se batem resolutamente pela democracia; não pela democracia em si ou abstrata. Lutam por uma democracia de maioria, com liberdade e igualdade social, e um Estado sob controle popular. A democracia é um valor no processo da construção do socialismo. Uma forma política e social a ser permanentemente transformada e aperfeiçoada. (TOLEDO, 1994, p. 136)

Em sentido semelhante argumenta João Quartim de Moraes (2001). Já Eurelino Coelho considera necessário problematizar a apropriação petista da categoria gramsciana de hegemonia. Esse autor demonstra que o partido sofreu um processo de mudanças teóricas e programáticas, e que este já estava avançado desde de a década de 1990. A hipótese geral levantada por Coelho é de que para que essa mudança foi fundamentada em um deslocamento de significado sobre certos conceitos gramscianos, especialmente no de hegemonia (Cf. COELHO, 2005

Depois de reconstruído o debate teórico em que essa problemática se localiza, convém apresentarmos e desenvolvermos as perguntas centrais que esta pesquisa pretende responder. Quais sejam:

- 1) A noção de democracia como um valor universal, de acordo com a argumentação de Coutinho e Weffort, coloca-se além da concepção liberal de democracia?
- 2) De que maneira a noção de hegemonia se relaciona com a concepção de democracia como um valor universal? Como essa hegemonia deveria se realizar no seio das massas de acordo com as propostas petistas? Houve mudanças no discurso do PT a esse respeito no período de 1979 a 2005?
- 3) Como essa noção de democracia como um valor universal se articula com uma estratégia socialista? Pensando nisso, até que ponto o Partido dos Trabalhadores se configurou como uma opção socialista eficaz?

O estudo preliminar dessas questões nos permitiu levantar as seguintes hipóteses, que serão colocadas à prova no decorrer da pesquisa:

- 1) A maneira como Coutinho e Weffort se apropriam da democracia como um valor universal inviabiliza, do ponto de vista teórico, a construção da estratégia do socialismo. Isso acontece porque no decorrer da análise de ambos a concepção marxista de ruptura é diluída, e o socialismo aparece como continuidade do modelo capitalista.
- 2) A democracia de massas – enquanto caminho real para o socialismo – pressupõe que a conquista da hegemonia se faça por meio do consenso majoritário das correntes políticas e das classes e camadas sociais subalternas; seria, portanto, uma unidade dentro da diversidade. Entretanto, a posição petista em relação a isso parece ser ambígua. Em um primeiro momento, a hegemonia deveria ser da classe operária junto ao povo, e em um segundo momento o discurso do PT estabeleceria que a hegemonia deveria ser do próprio partido, passando a entendê-la como uma simples maioria eleitoral.

Ainda que a retórica do PT fosse permeada de maneira muito evidente, sobretudo nos seus primeiros anos de existência, pelo vocabulário marxista, as suas propostas práticas apontam para um outro rumo. Do ponto de vista teórico é inviabilizada a construção de uma estratégia socialista de superação da ordem do capital. Isso acontece porque com o passar do tempo a idéia ruptura é abandonada pelo PT. As noções sobre como as mudanças políticas e econômicas deveriam se dar, no sentido de possibilitar a construção do socialismo, parecem ser de caráter limitado, implicando em uma diluição do antagonismo social e em uma redução da estratégia socialista a um programa de reformas do modelo capitalista. Por isso, o Partido dos Trabalhadores poderia ser encarado como uma opção inovadora, dentro do cenário político da década de 1980. Entretanto, é preciso analisar suas propostas e seus discursos de maneira mais cuidadosa, antes de afirmarmos que essa opção inovadora pretendia trilhar os caminhos do socialismo.

## REFERÊNCIAS

- COELHO, Eurelino. Outras hegemonias: sobre algumas leituras petistas de Gramsci e suas reviravoltas. Outubro, São Paulo, n. 12, p. 123-141, 2005.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- \_\_\_\_\_. Democracia e Socialismo. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo Cortez, 2000.
- MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. Crítica Marxista, São Paulo, n. 12, p. 9-40, 2001.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- SADER, Emir (Org.). E agora PT? Caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, s/ data.
- SINGER, André. O PT, São Paulo: Publifolha, 2001. – (Folha Explica)
- TOLEDO, Caio Navarro de. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In: DAGNINO, Evelina. Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 127-136.
- WEFFORT, Francisco. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. (Org.). PT: um projeto para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. Qual democracia? São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

## A reforma intelectual e moral gramsciana: observações sobre a trajetória do MST

Maria Socorro Ramos Militão<sup>1</sup>

O objetivo dessa pesquisa em andamento é averiguar se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra brasileiro contribuiu para a promoção de uma reforma intelectual e moral no Estado de São Paulo entre os anos 1985-1990. E, por conseguinte, se exerceu a função de Partido Educador das massas com vistas à obtenção da hegemonia da classe trabalhadora, de acordo com a teoria política proposta por Antonio Gramsci. Tendo como objetivos específicos: (i) investigar como o MST colaborou para a construção da reforma intelectual e moral; (ii) analisar a luta camponesa brasileira à luz das categorias gramscianas, averiguando quais os limites de suas propostas para encaminhar a hegemonia da classe trabalhadora; (iii) compreender a contribuição do MST na construção da democracia no Brasil, como Partido de esquerda.

A hipótese de que o MST contribuiu para a construção de uma reforma intelectual e moral em sua trajetória de luta se deve ao fato desse apresentar-se como movimento de resistência, que se modifica e se recria nas suas ações políticas e que luta por mudanças sociais amplas, não se limitando à simples divisão de terra, e cuja forma de organização tem mostrado resultados práticos, tanto na estratégia da ocupação de terras quanto nas negociações por recursos para os assentamentos. Soma-se a isso o fato do MST ter se tornado um movimento social autônomo, sem, contudo, ter deixado de receber apoio de outras instituições ou de participar dos grandes movimentos sociais ocorridos no País nos últimos vinte anos.

A fundamentação teórica que orientará esse estudo será aquela referente à trajetória política do MST, ou seja, o conjunto da sua literatura, especialmente aquela disponível na Fundação Florestan Fernandes, e ainda, o universo categorial de Antonio Gramsci e de seus principais comentadores: Antonio A. Santucci, Christine Bucí-Glucksmann, Valentino Gerratana, Guido Liguori, Paolo Spriano, entre outros, além da teoria marxiana da qual Gramsci é herdeiro. O exercício de leitura analítica será executado mediante a análise do material selecionado e interpretado. A forma de análise dos resultados será feita a partir do material colhido na literatura disponível, os quais serão analisados sob a ótica da teoria política gramsciana e do método histórico materialista-dialético.

As mudanças estruturais decorrentes do novo padrão de relações industriais e de acumulação no mundo capitalista, das necessidades abertas pela Revolução de Outubro e da construção do socialismo na Europa do Leste, levaram Gramsci a pensar em como se poderia operar a construção da hegemonia proletária no Ocidente e em como se conduziria a ampliação do movimento comunista no plano internacional dada a correlação de forças delineadas por aquelas mudanças. Gramsci entendia que no próprio desenvolvimento do capitalismo, em estágio avançado, existia a possibilidade de reelaboração da estrutura e superestrutura de uma sociedade.

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia-Unesp/Araraquara-SP Bolsista CAPES.

Em função disso, pensava em maneiras e táticas para a conquista do poder pelos trabalhadores apoiando-se em Marx, nos acontecimentos do seu tempo e nas peculiaridades da realidade italiana. Assim, elegeu a Filosofia da *Práxis*, o Materialismo Histórico Dialético como o método capaz de possibilitar às massas a concepção de mundo que lhes era peculiar. Tratava-se de uma ortodoxia do método adotado por ele para enfrentar com a mesma diretriz metodológica as novas questões que a nova situação histórica vinha delineando. Assim propôs como estratégia para a tomada do poder estatal no sistema capitalista em estágio avançado a guerra de posições, que em sua opinião seria a única possível nesse estágio de desenvolvimento do sistema.

Tal estratégia deveria ser empreendida nos períodos de crise orgânica no sistema, isto é, de contradição social, em que um mundo novo já tivesse nascido, com suas forças produtivas, e o velho ainda persistisse, com suas relações de produção estabelecidas. Essa guerra se daria entre classes opostas que tivessem concepções de mundo diferentes e buscassem se manter hegemônicas: aquele que defendia o estado de coisas existentes e aquele que buscava superá-lo, pois é quando as condições materiais estão dadas contraditoriamente que os homens tomam consciência da crise e das formas ideológicas que permitem entender o processo histórico. Com efeito, esses grupos antagonísticos poderão manter ou superar o capitalismo. Essa é uma luta constante que se expressa também em termos culturais, por envolver todos os âmbitos sociais, e ocorre para que cada um permaneça ou ganhe a hegemonia e, com isso, o poder.

Contudo, os trabalhadores podem iniciar a promoção da guerra de posições sem que haja uma crise orgânica no sistema por meio da tática gramsciana da reforma intelectual e moral, que seria a preparação da sociedade para um novo mundo, partindo da práxis dos homens e que "representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológica e cultural" (Gruppi, 1978, p. 2). Essa reforma intelectual deve ser promovida pelo o agente da vontade coletiva transformadora, o Partido político.

O objetivo dessa reforma intelectual e moral é criar uma *nuova Civiltà* contrária à capitalista, uma nova ordem civilizatória que possibilite a liberdade dos homens, a autonomia para agir e se apropriar do valor produzido por seu trabalho, promovendo assim uma emancipação política e humana. Com isso, surgiu a proposta de construção de uma nova hegemonia ligada ao processo educacional em sentido mais amplo cujos educadores seriam o Partido e instâncias culturais como a escola, a imprensa, o sindicato, a arte, isto é, todos os aparelhos privados de hegemonia no interior da sociedade civil.

Com essa nova função atribuída ao Partido político Gramsci amplia o seu conceito, não apenas por atribuir-lhe novo papel, mas também por defini-lo como um sujeito coletivo. Assim, podem ser considerados partidos políticos ou frações desses, os movimentos sociais, as associações de bairro, os meios de comunicação, tais como jornais e revistas, as escolas de cultura, entre outros, desde que assumam a tarefa de Educador, a de tornar homogênea a classe a que pertença sobre o conjunto de seus aliados ao qual estão organicamente ligados e lhe dão coesão. Porém, os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, podendo reagir sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las.

Nesse contexto, o partido político gramsciano não pode ser confundido com o conceito corrente de partido, que ocorreu-se uma instituição corporativa, hierarquizada, economicista e sindicalista, permeada por egoísmos passionais, composta por um grupo de homens superiores e uma massa de subordinados e ignorantes. Mas deve ser considerado como um sujeito coletivo, capaz de superar esse momento *trade unionista*. Desse modo, o novo Príncipe aparece como objetivação do “momento catártico”, que transforma a necessidade em liberdade. Como um organismo universalizante, pois nele os elementos de um grupo social econômico superam o corporativismo e se tornam agentes de atividades gerais de caráter nacional ou internacional.

É a partir da trajetória do MST e das funções que desempenha como organizador da luta pela terra no Brasil, que podemos compreendê-lo como um Partido político no sentido gramsciano, entendendo-o como intelectual orgânico que aglutina a vontade coletiva dos trabalhadores rurais brasileiros. Essa análise nos permitirá compreender se o MST pretendeu construir uma reforma intelectual e moral no Estado de São Paulo a partir dos anos 1980.

Em consonância com o modelo gramsciano de reforma intelectual e moral, o Americanismo e o Fordismo<sup>1</sup> representaram a criação de uma nova cultura, porque causaram mudanças no modo de agir, pensar e de viver das pessoas, criando uma nova moral para garantir a eficiência e a produtividade dos trabalhadores nas indústrias. Em razão disso, criou-se o estímulo ao consumo, de acordo com o objetivo de Ford de aliar o crescimento do poder de compra de seus funcionários ao incremento da sua produção fabril. Esses modelos representaram um progresso civilizatório, porque promoveram avanços na forma de produzir e na cultura estadunidense, ao criar uma nova maneira de pensar e ser coerente com o trabalho fabril.

O entendimento desse processo levou Gramsci a afirmar que é na oficina moderna que se moldam e se forjam o novo homem e a sociedade socialista futura, ainda que hoje sua direção pertença aos capitalistas, o trabalhador ainda se forma na indústria. E, depois, no sindicato e, sobretudo, no partido, o qual seria antes de tudo, uma grande escola que não deveria se descolar da prática produtivo-organizativa de base, ao contrário, nesta base deveria ancorar-se, alimentar-se, inspirar-se, informar-se, pois é ele que funde e amalgama os elementos de organização política extraídos da prática produtiva para forjar o perfil da estrutura política-administrativa do Estado socialista. Por conseguinte, buscar uma nova relação entre cultura e política permitiria pensar também em um novo intelectual, que estivesse profundamente ligado às questões culturais e políticas do seu País e que, por isso, poderia envolver-se com sua transformação.

Esse intelectual orgânico seria o responsável pela difusão da cultura, pelo direcionamento da massa para esse novo mundo e pela valorização da massa ou do senso comum na criação dessa nova *Civiltà*, superando, desse modo, a hierarquia entre intelectuais, pois não se trata de educar no sentido idealista, mas da organização dos trabalhadores, já que a autoridade do partido não pode ser inculcada nas grandes massas como métodos de pedagogias escolásticas. Em função disso Gramsci defende um método que parte das experiências concretas de todos, valorizando-as e estudando-as coletivamente, de forma que o grupo todo se torne o educador de si mesmo, organicamente, elevando o nível cultural de cada um e do conjunto.

<sup>1</sup> Correspondente à maneira americana de viver peculiar ao novo modo de produzir implantado nas indústrias automobilísticas de Henri Ford a partir da década de 1920 nos EUA.

Como resultado, podemos afirmar que o objetivo da tática e da estratégia propostas por Gramsci, ou seja, da reforma intelectual e moral e da guerra de posições é a emancipação dos homens, para que possam agir coerentemente e transformar o mundo segundo seus preceitos e desejos. É a valorização da práxis, do papel do homem na construção consciente do mundo, não apenas para interpretar o mundo, mas transformá-lo, pois é através da crítica da civilização capitalista que se forma a consciência unitária do trabalhador, e a crítica quer dizer cultura e não evolução espontânea e naturalista. Esta consciência, porém, não se forma pela força brutal das necessidades físicas, e sim, pela reflexão inteligente, primeiro de alguns e, em seguida, de toda uma classe, sobre as razões de certos fatos e sobre os meios para transformá-los de condição de servidão em bandeira de revolta e de reconstrução social. Logo, toda revolução seria precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de difusão de idéias.

Portanto, a reforma intelectual e moral inicia-se com uma crítica ao capitalismo no sentido de transformar a cultura, partindo de uma nova forma de produzir, que manifesta uma revolução econômica, pois se ela reorganiza a vida material é constitutiva de uma profunda transformação social. É uma revolução. É a construção de um novo bloco histórico, de uma nova *Civiltà*, uma nova forma de organização de todas as dimensões da vida humana. Por meio dessa reforma seria difundido entre as massas o marxismo como o novo senso comum para superar a dicotomia entre intelectual e massa. Logo, o intelectual deve ser entendido em sentido amplo, como aquele que organiza o processo produtivo, não da maneira burguesa, mas trabalhadora. Essa transformação intelectual e moral deveria juntar a altíssima cultura renascentista com sua respectiva difusão entre as massas (do tipo feito pelo protestantismo) cujo modelo ideal é o homem integral, de conhecimento extraordinário, como foi Leonardo Da Vinci.

O MST vem estabelecendo essa crítica, difundindo idéias e enfrentando as forças políticas dominantes por meio da estratégia da ocupação e da resistência, buscando elaborar a própria concepção de mundo de modo crítico e consciente, construindo a história de luta dos sem-terra brasileiros, além de adquirir autonomia tornando-se seu próprio guia e produtor de um mundo novo. A cultura torna-se, então, elemento decisivo na construção de uma nova forma de pensar e de agir dos sem-terra na obtenção da hegemonia desses trabalhadores.

É em razão disso que pretendemos investigar se o MST exerceu o papel de Educador das massas no Estado de São Paulo, entre os anos de 1985-1990, amparando-se no ideário de Antonio Gramsci, para promover uma revolução no modo de pensar e de viver dos homens para construir um novo bloco histórico, uma *nuova Civiltà*, uma nova forma de organização da vida humana em todas as dimensões.

## Comparações inevitáveis a parti do “educador” Antonio Gramsci

Josuel Stenio P. Riberio\*

Leandro Rosa Rodrigues\*

Anie Caroline Paixão\*

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que consiste em análise de teses e discussões de obras de Gramsci sobre a questão meridional. É bem verdade que se formos compreender Gramsci é preciso antes interpretar a época referente e suas complicações, nesse sentido também se torna interessante desde já colocar que embora exista algumas particularidades que diferenciam o nordeste brasileiro do Sul da Itália, ainda assim existem semelhanças, e que mesmo o tempo não fizeram com que as mesmas deixassem de ser tão fortes.

Embora o texto tenha ficado inacabado por causa de sua prisão, *“Alguns temas da questão meridional”* fora o mais importante de seus textos sobre a questão meridional, Gramsci nos deixou uma enorme contribuição com o mesmo, sendo, que além de ser ainda muito atual se confunde com a realidade brasileira.

Para Gramsci a burguesia setentrional subjugou a Itália meridional, reduzindo a colônia de exploração, assim, para ele os bancos e o industrialismo parasitário do Norte “escravizavam” o camponês do Sul. No entanto, aqui no Brasil há apenas uma inversão, onde o Norte é explorado pelo Sul. O intelectual do Sul da Itália e do Norte do Brasil é o burguês rural que forja uma educação que tende a uma naturalização da ordem vigente, então, pensa Gramsci em uma emancipação do camponês e do proletariado através da educação e aliança entre si, ele vê no intelectual orgânico advindo do proletariado e do camponês a possibilidade de mudar a história futura.

A região do Sul da Itália tornou-se um “grande problema” com a unificação da mesma, pois, por ser uma região pobre dificultava os crescimentos sociais, econômicos e político, estes são os argumentos de alguns historiadores mais desavisados, vez que, se mostra falso quando efetuada uma análise mais rigorosa.

Na verdade a questão agrária era “geográfica”, mas no entanto o tema central da “questão meridional” era a questão dos intelectuais, ou seja, as relações dos intelectuais com a massa; no sul a massa camponesa estava “as traças” em detrimento de uma pequena burguesia rural que forma os intelectuais daquele espaço.

Daí, as junções de algumas questões como a social, a política, a econômica e até mesmo a geográfica deram arcabouço para a criação de algo maior, ou seja, a questão meridional como um todo, pois, estes elementos mencionados corroboram para uma identificação da

---

\* Universidade Estadual Paulista - UNESP/ CNPq - jo@marilia.unesp.br, hidro@marilia.unesp.br, anie\_604@yahoo.com.br



região sul da Itália; verificamos nesse momento mais que igualdades comparativas com o nordeste brasileiro, o que temos são os mesmos objetivos de dominação endossados pelas mesmas causas geográficas, políticas, sociais e econômicas, se quiséssemos talvez poderíamos "simplificar" a ordem dos fatores e dizer que são questões todas de cunho econômico no campo do real.

Temos no nordeste uma grande quantidade de pessoas que são como um todo, uma massa, desprovida de recursos advindos pelo capital, assim, como havia a grande massa camponesa no sul da Itália, sendo que as semelhanças não acabam nessa instância, vez que, os intelectuais de lá também tinham a mesma origem que os intelectuais daqui, sendo eles originários dos grandes proprietários, que por si só já são outra semelhança entre o nordeste brasileiro e o sul da Itália que Gramsci escreve com tanta perspicácia, lá assim como aqui, política, a ordem religiosa, e a educação estão nas mãos dos mais abastados que vivem em detrimento do povo.

Ainda temos que, se lá na Itália existia uma política protecionista em relação ao Norte, aqui no Brasil existe uma política extremamente protecionista do sul industrial em detrimento do nordeste agrícola, e isso ocorre por diversos motivos, sendo alguns deles a manutenção do poder pelos próprios representantes políticos tanto do sul (brasileiro) que tem em suas indústrias a fonte de riquezas e do político do Norte (brasileiro) que tem no latifúndio e agricultura sua fonte monetária, assim para eles não seria interessante haver a concorrência de indústrias, ou uma disseminação da agricultura familiar.

Sendo o objetivo deste trabalho compreender como se dá a semelhança do Norte do Brasil e Sul da Itália segundo Gramsci, para assim verificar as possibilidades de superação que foram indicadas por este autor que além de muito competente politicamente fora um estrategista reconhecidamente incontestável até por que ao se falar em Gramsci se tem como referências Lênin e Maquiavel.

Gramsci rompe com as interpretações mais usadas para a questão meridional e coloca uma visão nova, com determinantes ainda não pensados, pois, Gramsci não isolou o sul em uma análise de caso confinada a suas aparências, ele buscou na complexidade do Conjunto das regiões da Itália o porque do Sul menos "desenvolvido" e a quem interessava tal feito, assim ele busca uma transformação de um país como um todo para a transformação da parte meridional.

O que acontecia na Itália era duas constituições da economia, uma econômica capitalista industrial, vinculada aos indústrias do Norte e uma de poupança vinculada ao Sul, aqui no Brasil o que ocorre é a inversão do Sul e Norte.

Ao longo dos estudos sempre se coloca que a faixa meridional da Itália nunca representou uma significância para a mesma, colocando culpa no clima, no solo improdutivo e na falta de água ou ainda na falta de dinamismo da população, principalmente suas origens, vez que, na época dos impérios romanos muitos eram mandados para lá como exilados e assim por diante, nesse sentido qualquer semelhança com o Nordeste do Brasil não é mera coincidência, aqui muito se fala na indisposição ao trabalho (sobre tudo do baiano) na falta de água, no clima desfavorável e na formação étnica da população, havendo até piadas geralmente degenerativas com os mesmos, alimentando um sentimento de xenofobismo do Sul para com o Norte, no

entanto, assim como Gramsci provou está errada essas idéias em relação à Itália, também fica provado que aqui no Brasil se faz falca essas afirmações, pois, há "culturas" de plantações extremamente atapetáveis ao clima nordestino, e quanto a indisponibilidade ao trabalho deste já se provou igualmente falsa ao longo da história nacional, o etnocentrismo é por sua vez inaceitável, no entanto, não é pretensão deste trabalho tratar do etnocentrismo enquanto conceito, mas há diversas outros que tratam da questão e já deixou claro as inverdades que alimentam está prática. Então, o que temos é um país desarticulado em que as forças economicamente superiores manipulam a constituição da ordem vigente.

Outra comparação que podemos fazer com o Sul da Itália e nordeste do Brasil é que tanto lá como aqui a base da sociedade civil fora forjada em uma extrema violência, nascida da corrupção política e do clero, o que deu início a um banditismo organizado, aqui no Brasil, a história de Lampião e seu grupo de bandidos do cangaço nordestino até virou roteiro de filmes, mas mais que isso esse acontecido nos dá condição de repensar a história de formas diferentes.

Desse modo o latifúndio do norte do Brasil aumentou cada vez mais, em detrimento da pobreza da população rural.

Gramsci coloca como elemento de superação a essa dicotomia Norte-Sul a aliança do camponês ao proletariado forjando um projeto revolucionário de mudanças de concepção.

Daí a grande contribuição de Gramsci não fora (embora importante) a modificação da concepção da "questão meridional" no sentido de transformar em questão política, mas de demonstrar que não está vinculado a clima, a solo, e principalmente a questões étnicas o problema da faixa meridional, colocando as possibilidades de mudanças na perspectiva da cultura, daí, tem a educação em um âmbito privilegiado.

Gramsci tem todas suas obras dedicadas ao partido, sendo um dos maiores militantes do socialismo, em uma perspectiva revolucionaria. E como ele pensava de forma muito integrada com a educação, ele coloca que o partido é a parte "melhor" da classe operaria por que se organizam e educam as classes, assim como, são educados pelas massas, ou seja, "pela rebeldia das massas" de uma forma dialética, por isso a necessidade de auto-gestão.

Gramsci pensa como alternativa o intelectual orgânico que é esse advindo da própria massa, assim como ele, e nesse sentido a preocupação de Gramsci enquanto dirigente era educar o partido.

Gramsci ainda critica o papel do sindicato e do clérigo quando vinculado às forças capitalistas e fala das possibilidades de superação. Nossa tarefa neste presente trabalho é assim como Gramsci, pensar formas de modificar a orientação política e ideológica do proletariado e do camponês, que sofreu e sofre inconscientemente influência burguesa da escola, do jornal e etc. Para Gramsci a previsão não é objetiva, mas pode se ter uma idéia a partir do programa empregado, nesse aspecto ele se aproxima de Marx e Feuerbach. Daí salientaremos o aspecto educativo da obra de Gramsci, até por que para ele muitas "correntes" revolucionarias acreditavam que a partir da tomada do poder (como se fosse uma coisa) se organizaria uma nova ordem burocrática, mas para ele o problema é que a classe subalterna não tem pessoal qualificado, então, em um momento de crise é muito mais fácil se restabelecer a ordem dominante, ou seja, a classe dominante se apóia na burocracia, por que tem o pessoal treinado é por isso que Lênin dizia que fazer a revolução é fácil, difícil é manter a nova ordem vigente.

O que tentamos compreender neste trabalho a partir dos escritos de Gramsci é como ele direciona as possíveis soluções para a questão meridional, e o que podemos apreender é que não existe formulas que possam mudar a situação sem mexer nas estruturas, ou seja, não é isolando ainda mais o norte-nordeste brasileiro que chegaremos a um país mais equitativo. Nem mesmo levando a industrialização para lá de modo desenfreado como imaginam alguns neoliberais, o caso é muito mais grave e isso não só desestabilizaria o mundo do trabalho como submeteriam os nordestinos a condições de trabalhos ainda mais ingratas. Gramsci tem a todo o momento a revolução enquanto meta, no entanto, não se esquecendo das questões mas imediatas, então o processo já é em si uma transformação, e nesse sentido durante o processo deve haver uma reforma econômico política em que vise oferecer condições dignas de trabalho ao camponês, onde este tenha possibilidades de proximidades com a educação, para assim, poder ter de direito e de fato autonomia e liberdade o que geraria uma auto-gestão política, que seria ainda mais significativa quando integrada ao proletariado formando uma aliança camponês do norte-proletariado do sul. Considerando que os representantes surgiriam das classes trabalhadoras não se pode deixar “de lado” o papel da educação em um modelo dialético no que tange a revolução.

Aqui a nossa pretensão é pensar as teorias gramscianas trazendo para a realidade brasileira, sendo essas os nossos elementos de discussão.

## Uma reflexão a partir de Gramsci sobre Imprensa

Carla Luciana Silva\*

Propomos uma reflexão no campo do marxismo sobre o papel da imprensa e da mídia no processo histórico. Quando falamos em papel queremos indagar sobre a complexidade de agentes que estão presentes nesse objeto, entre outros elementos: o texto; o autor; o destinatário; os anunciantes; os empresários; a sociedade em que o texto é produzido.

Essa questão não tem recebido a atenção devida, especialmente dos historiadores. O debate realizado ao longo dos anos 1980 no campo da comunicação social precisa ser retomado para que se avance no conhecimento sobre o tema e sobre a capacidade de intervenção. Partindo do debate da Teoria Crítica, é necessário trazer novas análises que permitam inserir o objeto mídia / jornalismo no seu todo. É necessário perceber as múltiplas relações que permeiam um jornal: econômicas / empresariais / capitalistas; pedagógicas / ideológicas / hegemônicas; políticas / sociais. O marxismo é o referencial que nos permite pensar sob todos esses aspectos como parte de um mesmo processo, ainda que possam ser analisados separadamente. Mais propriamente faz-se necessário conhecer alguns dos conceitos de Gramsci, que desenvolveu atividade jornalística durante parte de sua vida. E como político, militante comunista, utilizou-se do jornal como arma na luta de classes do lado dos trabalhadores. Daí deriva a concepção de *imprensa como partido*, o que se articula com a de *aparelho privado de hegemonia*.

Das leituras críticas mais difundidas, a concepção da indústria cultural como produtora de mercadorias permitiu avançar com relação à reflexão. Ela permite pensar que a "notícia" não é necessariamente expressão da verdade, mas algo produzido com um fim precípuo, o de ser vendido como qualquer outro produto. O resultado do jornal é vendido pelo preço de capa ao mesmo tempo em que é previamente vendido para os anunciantes. É no campo da recepção que há maiores restrições à tese frankfurtiana, pois a mensagem que é enviada aos leitores não é recebida necessariamente de forma passiva. No entanto, trazer o caráter ideológico do texto produzido (pelo jornalismo, pela publicidade, etc) é um legado inabalável para estudar a imprensa. A ideologia faz parte da compreensão do mundo e, portanto, da sua interpretação pelos sujeitos da própria ideologia. Isso significa que não basta apontar para uma suposta imobilidade do sujeito, como se ele fosse um ser apático na frente de um aparelho de televisão. Aquele discurso que ele recebe faz sentido para ele de alguma forma, ele o aceita por uma série de informações e de desinformações (ocultação, distorções) que o próprio meio midiático produziu e passa a fazer parte da sua capacidade de interagir com sua realidade.

---

\* Doutora em História. Professora Adjunta do Curso de História e do Mestrado em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Linha de Pesquisa Estado e Poder. carlaluciana@uol.com.br

Por outro lado, não permite que se faça uma leitura pós-moderna que negaria qualquer efeito de sentido previamente pensado no criador do discurso. Há uma unidade de formação discursiva que vai sendo incorporada de formas distintas às interpretações de mundo dos distintos sujeitos. O sujeito não está criando uma forma de agir no mundo a partir do nada, mas a partir de relações sociais que em alguma medida modifica mas que em outras não se propõe a modificar.

Importante ressaltar que esse debate não se restringe ao campo do jornalismo. Não se trata de uma questão de auto-crítica dos próprios jornalistas e menos ainda de como fazer um jornalismo "menos ruim" ou "mais imparcial" como se vê em alguns espaços de debates, como no Observatório da Imprensa.

O problema abrange toda a sociedade. O jornal, a revista, a televisão, são meios de difusão ideológica mas são também espaços de reprodução de projetos sociais concretos. Os produtores dos discursos são sujeitos reais, posicionados de alguma forma no campo da luta de classes e produzindo seu discurso a partir daí.

É por isso que Gramsci propõe a leitura do jornal (revista, etc), como um verdadeiro partido. Ele chega de forma privilegiada onde outros partidos não logram alcançar, pois possuem o estigma de ser "político", enquanto que o jornal não carrega esse mesmo peso aparente. Os grupos que compõem o corpo editorial do jornal seguem uma linha que é a da empresa jornalística e que se vincula a outras associações de classe.

Ampliar a visão total das formas da dominação não significa excluir a existência de manipulação. Esse é o sentido do pequeno e indispensável trabalho de Perseu Abramo. (ABRAMO, 2003) O texto contribui de forma indiscutível para a compreensão das formas da manipulação usadas pela imprensa: fragmentação, ocultação, inversão, indução. Esse livro enriquece o estudo se vir acompanhado de outros que se referem especificamente às formas discursivas da dominação, contribuições vindas de formas distintas ligadas ao próprio marxismo, como a análise do discurso e a semiótica. (MARIANI, 1998, HERNANDES, 2004)

Os meios de comunicação não refletem a realidade - como se fosse sobre ela um espelho - mas têm algum tipo de relação com a realidade, que acaba por distorcê-la, apresentando outra realidade que passa a ser base para a compreensão do real daqueles que os ouvem/assistem/lêem. Trata-se de uma realidade artificial, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa: apresentada no lugar da "realidade real". É uma imagem de outro objeto, que não corresponde ao objeto real (ABRAMO, 24). Isso faz com que o público esteja diante de uma "realidade que não é real", antagonica à realidade. Ou seja, os indivíduos movem-se num mundo que "não existe", mas que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal. Portanto, alerta o autor, manipular as informações é uma forma eficiente de manipular a realidade.

Existem padrões claros de manipulação. Eles são uma importante pista metodológica para quem vai utilizar a mídia como fonte histórica. Ressalve-se no entanto que nem sempre a mídia faz isso o tempo todo. Mas é uma "*marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa*". (25). (ocultação, fragmentação, inversão, indução) A "*distorção da realidade pela manipulação da informação é deliberada, tem um significado e um propósito*". (42) Não se exclui outro elemento indissociável que é o sentido político da manipulação. Esse sentido expressa a verdadeira ação *partidária* da imprensa, que tem sido muito mais eficiente do ponto de vista da dominação que os partidos políticos formais.

A partir de Gramsci, percebemos que a atuação programática da imprensa está em relação direta a um programa de ação, vinculada a um projeto político e econômico. A função precípua da imprensa não é, como ela mesmo diz sobre si, estar "a serviço" da população, mas ter uma inserção de forma indissociável do processo de dominação e reprodução do capital: pela criação de visão de mundo, pela busca de convencimento pedagógico, pelos ensinamentos sobre as formas de gerenciar o capital e "pensar como o capital" que a imprensa faz cotidianamente. (SILVA, 2005)

Em que pese a grande imprensa buscar o tempo todo se legitimar como defensora de valores como "democracia", "liberdade de opinião", e "quarto poder", sua ação está sempre em relação com seus próprios interesses, e não com algo difuso como a "sociedade". (SILVA, 2006) As reflexões de Gramsci permitem avançar com relação à questão da organicidade dos órgãos de imprensa e seu caráter partidário. Ao construir hegemonia, buscar convencimento e criar visão de mundo os jornais (em conjunto com os demais instrumentos de mídia) são um fundamental instrumento da dominação no final do século XX e início do XXI. Exercem a função educativa, educando para o capital. (NEVES, 2005)

Essas questões precisam ser levadas em conta para a construção de uma nova hegemonia e rompimento com o sistema de dominação vigente. É necessário ainda aprofundarmos a relação da imprensa como parte da sociedade civil e conseqüentemente, espaço de ampliação do Estado (FONTES, 2005). Instrumentos contra-hegemônicos não devem apenas inverter os sinais no sentido de disputar uma "verdade", mas ser algo que se coloque claramente como parte de um programa de ação.

A filosofia da práxis nos leva para a emergência desse debate, pois o jornalismo, a comunicação, a mídia, têm se colocado como agentes políticos e econômicos concretos e efetivos da reprodução capitalista e da dominação. É necessário Apontamos para a necessidade de abarcar elementos para compreender a totalidade do papel da imprensa e da mídia na reprodução do capitalismo atual. Será o conjunto de todas essas reflexões, embasadas em estudos empíricos, que poderá nos ajudar a traçar as linhas gerais de uma teoria marxista sobre a imprensa.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo, Boitempo, 1997.
- FONTES, Virginia. *Reflexões (im)pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. VI. 3. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. VI. 2. Caderno 24 (1934). Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Salvador, Edufba; Maceió, UFAL, 2004.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais. 1922-1989*. São Paulo, Revan, 1998.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. (Org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2005.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

SILVA, Carla. *Veja: mais um partido neoliberal. História e luta de classes*. ADIA, fevereiro de 2006, ed.2.

SILVA, Carla. *VEJA: o indispensável partido neoliberal*. Tese de Doutorado. UFF, Niterói, 2005.

## A influência do marxismo no movimento estudantil (1960)

Jordana de Souza Santos\*

Este trabalho pretende analisar o desenvolvimento do marxismo entre os estudantes nos anos 60 e verificar quais as influências desta corrente teórica na atuação dos mesmos frente ao regime militar.

Foi nos anos 50 que o marxismo adentrou a universidade deixando de restringir-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao movimento operário. Os cursos de humanidades passaram a atrair os estudantes devido à agitação política e social dos anos seguintes. O avanço das lutas sociais nos anos 60 trouxe também o avanço dos ideais marxistas. A classe trabalhadora tinha sofrido várias mudanças e os filhos de operários também passaram a frequentar a universidade apesar de ainda serem minoria. Em meio a essas mudanças, propunha-se uma revisão das formas de combate à repressão que agregou muitos estudantes descontentes com os rumos que os comunistas, que eram o maior partido marxista na época, estavam tomando na condução do movimento revolucionário.

O PCB possuía muitos militantes no Movimento Estudantil. Porém, a derrota ao golpe de 1964 resultou em várias cisões para este partido que não conseguiu recuperar a hegemonia entre os revolucionários. Estas cisões como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Aliança Libertadora Nacional (ALN) – juntamente com outras organizações como a Ação Popular (AP) e a POLOP que não eram cisões comunistas - formaram o que chamamos de Nova Esquerda ou Esquerda Revolucionária. Os ideais desta "nova" esquerda eram contrários aos do PCB que pregava o caminho pacífico à revolução, a idéia de revolução em etapas, seguindo o modelo marxista soviético. Estas discordâncias entre os novos grupos formados e o Partido se agravaram após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956, quando foram denunciados por Nikita Kruchev os crimes de Stálin. Após este acontecimento, o PCB formulou um documento intitulado Declaração de Março de 1958 tentando amenizar os efeitos negativos da repercussão de tal congresso. Porém, este documento possuía um caráter conservador em alguns pontos e não demonstrava inovações quanto às influências do PC soviético, como a política de coexistência pacífica. A Nova Esquerda afirmava que somente pelo viés armado é que se conseguiria chegar à revolução e as novas referências, os novos modelos a serem seguidos seriam o da Revolução Cubana e da Revolução Cultural Chinesa.

Dentro do ME também surgiram as Dissidências Comunistas Estudantis representativas em cada estado e que se enquadravam nos moldes da Esquerda Revolucionária. As Dissidências que se destacaram neste período foi a DI-SP e a DI-GB. A DI-SP tinha como líder José

---

\* Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Universidade Estadual Paulista – Unesp-Marília. jordana@marilia.unesp.br



Dirceu, presidente da UEE-SP e no comando da DI-GB estava Vladimir Palmeira da UME-RJ. Estas duas dissidências disputavam a hegemonia no ME com a AP que possuía maior número de militantes no movimento. Os embates teóricos entre estes grupos dividiram o ME em duas posições em 1968, de acordo com nossos autores. A AP defendia o engajamento dos estudantes na luta de todo povo atribuindo-lhe um papel maior no contexto revolucionário; as DIs reivindicavam que as pautas estudantis deveriam estar em primeiro plano e que o ME apoiaria as causas populares, mas sem tomar o papel de vanguarda. Estas divergências, de certo modo, enfraqueceram a organização do ME apesar de enriquecerem o debate. Em 1968, estava marcado o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna. Este evento foi fortemente reprimido: os líderes estudantis foram presos (entre eles, José Dirceu e Vladimir Palmeira) e o movimento se desarticulou, sendo a UNE extinta algum tempo depois.

No período anterior a 1968, as influências teóricas entre a AP e as DIs não refletiam muitas divergências; a raiz destas estava nos modos de ação. Com a promulgação do AI-5 e o fim das poucas liberdades que ainda restavam, o ME sofreu uma radicalização em que os ideais de luta armada começaram a se tornar presentes em suas investidas contra a ditadura. A Batalha da Rua Maria Antonia mostra que a ALN auxiliou militarmente os estudantes da USP no enfrentamento contra os estudantes do Mackenzie. Depois deste episódio e do fracasso do Congresso de Ibiúna, os estudantes deixaram o ME para militar nas organizações armadas clandestinas; a AP se aproximaria do PC do B, a DI-SP se fundiria com a ALN e a DI-GB assumiria o nome MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro).

Embora a AP e as DIs tenham conseguido maior expressão entre os estudantes, o PC do B, o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e a POLOP também possuíam alguns quadros no ME. As posições da POLOP se aproximavam do guevarismo e das concepções das DIs, tanto que a DI-GB assumiu essas influências teóricas ao tornar-se MR-8 concebendo o caráter da revolução imediatamente socialista. Já o PC do B atraiu os militantes da AP quando esta adotou a vertente maoísta.

Dentre as vertentes teóricas, o foquismo e o maoísmo nortearam os horizontes revolucionários nos anos 60, bem como a concepção de guerrilha urbana e rural. Através da guerrilha os revolucionários seriam treinados para luta armada. Seria realizado também um processo de educação da população trabalhadora (camponeses e operários) que receberia orientações para a revolução. No entanto, os militantes também precisavam criar uma consciência revolucionária, pois pertenciam à pequena-burguesia e, de acordo com estas organizações, isso era uma limitação, um "defeito" que seria sanado com o processo de integração na produção. Este processo era conhecido também como processo de proletarianização e consistia no envio dos militantes para o campo ou para as fábricas a fim de que trabalhassem com os operários e camponeses. Mas isto não trouxe bons resultados uma vez que sendo a maioria dos militantes composta por estudantes e intelectuais que nunca haviam se exposto ao trabalho pesado, houve um desgaste muito grande que abalou as estruturas do movimento terminando em fracasso. Além do que o propósito de atingir as classes trabalhadoras não foi concretizado, pois os trabalhadores não concebiam a idéia de que um estudante, muito mais novo pudesse lhe "educar" ou "ditar as regras".

Nossa hipótese refere-se ao fato de que embora o Movimento Estudantil e os demais militantes da Nova Esquerda tivessem a pretensão de chegar às camadas populares, isso não aconteceu.

Havia certa dificuldade entre esses jovens intelectuais de estabelecer contatos com o povo colocando em prática o marxismo sem banalizá-lo. O processo de proletarização não conseguiu solucionar este problema evidenciando ainda mais a distância que realmente existia entre os partidos e a população trabalhadora. Havia uma carência também na interpretação dos modelos revolucionários. Autores como Jacob Gorender fazem referência ao chamado espontaneísmo de esquerda que é justamente a simples transposição de modelos estrangeiros sem uma análise detida das condições da situação revolucionária no Brasil. A maior parte dos grupos que formavam a Esquerda Revolucionária não havia se desvinculado totalmente dos ideais pecebistas. O etapismo da revolução permaneceria porque, de certa forma, esses grupos tinham dificuldade em elaborar novas teorias para a revolução. Além disso, o maoísmo, por exemplo, concebia também a revolução em etapas diferindo do PCB apenas em relação a quais seriam essas etapas.

Com relação ao Movimento Estudantil, levantamos a seguinte questão: as divergências entre os grupos atuantes no movimento prejudicaram suas ações de enfrentamento à ditadura militar?

O nosso objetivo, portanto é acompanhar o desenvolvimento do marxismo no ME identificando as diversas influências de partidos e ideais. Nossa metodologia consiste na leitura bibliográfica sobre o tema, bem como análise de documentos da época. Cogitamos também a hipótese de entrevistas a ex-líderes estudantis para maior compreensão sobre o período e o tema estudado. Esta pesquisa é importante para a Academia na medida que seus desdobramentos são recentes e o ME é participante ativo dos acontecimentos atuais como a ocupação da USP no primeiro semestre deste ano. Assim, nosso estudo ajudará a entendermos esses desdobramentos e verificar se o marxismo possui ainda influência considerável entre os estudantes.

#### REFERÊNCIAS

- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed., São Paulo. Editora Ática, 1987.
- HOBSBAWN, Eric. O marxismo hoje: um balanço aberto. In: HOBSBAWN, Eric (org.), *História do Marxismo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. vol. 11.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-68*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; Ferreira de Sá, Jair (Orgs.). *Imagens da Revolução: Documentos Políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Ed: Marco Zero, 1985.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *68: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. Inclui ensaio fotográfico de Pedro Moraes.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência; Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil – Campinas*, SP: Editora da Unicamp, 1999.



## Teoria marxista e *práxis* revolucionária: Mariátegui e o marxismo na América Latina

Gilberto Grassi Calil\*

O peruano José Carlos Mariátegui é correntemente mencionado como primeiro intelectual marxista latino-americano, produtor de uma reflexão original sobre a realidade do subcontinente, para além da transposição mecânica do “marxismo europeu”. Qualificado, muitas vezes como “Gramsci da América Latina”, sua vigorosa reflexão permanece, ainda assim, pouco conhecida.

Como o revolucionário italiano, Mariátegui faleceu precocemente (em 1930, aos 36 anos). Como Gramsci, ainda, buscou obstinadamente compreender as determinações concretas de seu país, aliando a interpretação teórica da realidade à *práxis* revolucionária, intervindo na luta de classes sob inequívoca perspectiva revolucionária. Seus principais textos foram produzidos em seus últimos anos de vida, após retornar de uma estada de quatro anos na Europa, em 1923, pois sua produção anterior era considerada pelo próprio Mariátegui como marcadamente romântica e juvenil. Como Gramsci, ainda, Mariátegui dedicou-se à atividade jornalística militante, participou da fundação do Partido Comunista em seu país e dedicou-se à difusão de uma visão de mundo socialista. Após sua morte, teve sua imagem difundida, sob os auspícios da Internacional Comunista, desvinculada de algumas das teses que constituíram o núcleo central de sua reflexão – como a reivindicação da autonomia organizativa da classe trabalhadora e a veemente recusa da necessidade de uma “revolução burguesa” na América Latina. De maneira análoga ao que ocorreu com Gramsci (reduzido por muitos a precursor do “eurocomunismo” e apresentado como defensor de alianças interclassistas), já em 1933 o Partido Comunista Peruano qualificava os seguidores de Mariátegui como “agentes do bloco feudal-burguês”, aos mesmo tempo que o apresentava como abnegado e disciplinado soldado da Internacional Comunista (Apud ALIMONDA: 1983, 76-77).

A maturidade intelectual de Mariátegui pode ser situada entre seu retorno da Europa (1923) e seu falecimento (1930). Este período foi suficiente para que produzisse, efetivamente, a primeira reflexão original e sistemática sobre a realidade da América Latina a partir do método marxista.

A reflexão de Mariátegui é permanentemente orientada pela temática da Revolução Latinoamericana e, em particular, peruana. A partir dela, coloca em questão a formação histórica de seu país, sua base material, a questão da terra e a questão indígena, elementos centrais e indissociáveis para a configuração de uma perspectiva revolucionária naquele país. Em sua principal obra – *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* –, Mariátegui investiga a formação histórica peruana e os processos econômicos que a sustentaram em suas distintas etapas. Em sua análise histórica, avaliava as estruturas pré-coloniais, o processo de colonização, a constituição de uma economia oligárquica no período pós-independência – estruturada inicialmente em torno do salitre e do guano, e posteriormente, do latifúndio agro-exportador baseado em trabalho semi-servil.

\*Professor Adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em História Social (UFF). gilbertocalil@uo1.com.br.

Sua preocupação com as determinações materiais está presente, também, em sua análise da questão indígena: *"Todas as teses sobre o problema indígena, que ignoram ou omitem a este como problema econômico social, são apenas estéreis exercícios teóricos – e as vezes exclusivamente verbais – condenados a um descrédito absoluto"* (MARIÁTEGUI, 1958: 29) Para Mariátegui, ao contrário, *"a questão indígena parte de nossa economia. Tem raízes no regime de propriedade da terra"* (Idem, p. 31) Assim, caberia aos revolucionários conferir concretude aos anseios indígenas: *"A reivindicação indígena carece de concretude histórica enquanto se mantiver em um plano filosófico ou cultural. Para adquiri-la - ou seja, para adquirir realidade, corporiedade – necessita converter-se em reivindicação econômica e política"* (Idem, p. 32). Mais do que apenas propor uma "contextualização" econômica de sua problemática, Mariátegui buscava dialeticamente construir uma interpretação da totalidade social. Assim, compreendia a problemática indígena como fundamentalmente vinculada à estrutura agrária: *"Nosso primeiro esforço tende a estabelecer seu caráter de problema fundamentalmente econômico. (...) Com certeza, a mais absurda das refutações que se podem nos dirigir é a de lirismo ou literarismo. Colocando em primeiro plano o problema econômico-social, assumimos a atitude menos lírica e menos literária possível"* (Idem, p. 40, grifos meus).. Mais ainda, Mariátegui indicava que *"o regime de propriedade da terra determina o regime político e administrativo de toda nação. (...) Sobre uma economia semifeudal não podem prosperar nem funcionar instituições democráticas e liberais"* (Idem, p. 43, grifo meu). Assim, muito distante do "voluntarismo idealista" correntemente atribuído à Mariátegui, ele tinha clareza de que *"a atividade do sujeito tem que se dar em certas condições objetivas que, definitivamente consistem na realização de possibilidades criadas nestas condições"* (Apud SANCHEZ-VÁSQUEZ, 1998: p. 51). Sua posição reafirmava continuamente a perspectiva de que os homens fazem sua própria história, mas o fazem em condições determinadas: *"A imaginação, geralmente, é menos livre e menos arbitrária do que se supõe. (...) Em todos os homens, tanto nos mais geniais quanto nos mais estúpidos, encontra-se condicionada por circunstâncias de tempo e de espaço. (...) Logo, só são válidas aquelas utopias que se poderiam chamar de realistas. Aquelas utopias que nascem das próprias entranhas da realidade"* (MARIÁTEGUI, 2005b: 48). Posição que explicitava ainda mais ao reivindicar a dialética marxista: *"O marxismo, do qual todos falam mas muito poucos conhecem e, sobretudo, compreendem, é um método fundamentalmente dialético. Ou seja, é um método que se apóia inteiramente na realidade, nos fatos"* (Idem, 119). Foi esta compreensão que conduziu Mariátegui à análise concreta de uma situação concreta, método que por mais estranho que fosse ao stalinismo, nada tem de "heterodoxo" ou *sui generis* no campo marxista.

A questão da suposta "heterodoxia" de Mariátegui parece-nos requerer maior cuidado. A reflexão de Mariátegui contemplou diversas temáticas desqualificadas pelo esquematismo stalinista: cultura, literatura, questão indígena, identidade nacional, etc. Isto leva alguns autores. Sem dúvidas, foi um autor original e criativo, atento condições próprias da realidade latino-americana. Entendemos, no entanto, que não nos autoriza a considerá-lo como "heterodoxo", e, menos ainda, como fazem alguns autores, "romântico", "voluntarista" e "anti-determinista". Michel Lowy, por exemplo, vê em Mariátegui *"um núcleo irredutivelmente romântico"* (LOWY In MARIÁTEGUI, 2005b: 8). Para este autor, a visão "romântico-revolucionária" de Mariátegui se evidenciaria no culto em especial da adoção do "mito revolucionário" proposto por Sorel, através do qual buscaria o *"reencantamento do mundo pela ação revolucionária"* (Idem, 17). Segundo Lowy, a expressão máxima do

romantismo de Mariátegui seria sua “ousada” e “herética” *“estratégia política que situava nas comunidades indígenas o ponto de partida para uma via socialista própria aos países indo-americanos”*. (Idem, 21-22). O “romantismo” seria o eixo articulador da obra mariáteguiana: *“Concluindo: seja no terreno da filosofia ou da estratégia política, da cultura ou da questão agrária, da história ou da ética, a obra de Mariátegui está atravessada, de ponta a ponta, por um poderoso impulso romântico-revolucionário, que empresta à sua concepção marxista do mundo sua qualidade única e sua força visionária”*. (Idem, 24). Também Raúl Fonet-Betancourt, considerando Mariátegui como *“defensor de um marxismo antideterminista”* (FORNET-BETANCOURT, 1995: 154), enfatiza sua “heterodoxia”, que se expressaria sobretudo em seu voluntarismo portador de uma *“função religiosa metafísica, que, num mundo que se precipita na falta de orientação o marxismo deve assumir e cumprir”* (Idem, 143). “Função” que seria capaz inclusive de erigir as determinações: *“[Mariátegui] afirma no marxismo a novidade imprevisível, que o ímpeto criativo daquele fator subjetivo cujo nome é liberdade humana, pode provocar em qualquer situação histórica”*. (Idem, 154, grifos meus). O autor sustenta a tese do “voluntarismo” mariáteguiano a partir de um texto de 1925 no qual Mariátegui afirmava que *“a força dos revolucionários não se encontra na sua ciência; ela está na crença, em sua paixão, em sua vontade. Ela é uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do mito, É a emoção revolucionária... é uma emoção religiosa”* (apud FORNET-BETANCOURT, 1995: 153). Entendemos que não é possível avaliar tal afirmação sem cotejá-la com as reflexões de Mariátegui acima indicadas, que claramente situam a ação do sujeito revolucionário em suas devidas determinações. Além disso, tais determinações permanecem decisivas no tratamento dado por Mariátegui à Revolução Latino-Americana, temática central de sua produção intelectual e sua práxis política.

Mariátegui opunha-se veementemente à perspectiva de uma revolução burguesa na América Latina, que considerava ilusória e equivocada, tendo em vista que as burguesias latino-americanas mantinham-se estruturalmente vinculadas ao imperialismo e ao latifúndio, do que concluía que a revolução latino-americana necessariamente teria que ter caráter socialista, articulada à revolução mundial: *“A revolução latino-americana será uma etapa, uma fase da revolução mundial, nada mais, nada menos. Será, pura e simplesmente, a revolução socialista. A esta palavra acrescentem, segundo os casos, todos os adjetivos que quiserem: “antiimperialista”, “agrarista”, “nacionalista-revolucionária”*. O socialismo os supõe, os antecede, abrange a todos. (MARIÁTEGUI, 2005b: 119). Seu ponto de partida era a análise do estágio imperialista de desenvolvimento do capitalismo e da Divisão Internacional do Trabalho: *“A época da livre concorrência, na economia capitalista, terminou em todos os campos e em todos os aspectos. Estamos na época dos monopólios, isto é, dos impérios. Os países latino-americanos chegam atrasados à concorrência capitalista. Os primeiros lugares já foram definitivamente atribuídos. O destino desses países, na ordem capitalista, é o de simples colônias”* (MARIÁTEGUI, 1999b: 112). Com base nessa referência concluía que *“o socialismo aparece em nossa história não por uma razão de acaso, de imitação ou de moda, como espíritos superficiais supõem, mas como uma fatalidade histórica* (MARIÁTEGUI, 1958: 34). O caráter socialista da revolução proposta é inequívoco: *“Na luta entre dois sistemas, entre duas idéias, não passa pela nossa cabeça sentirmo-nos espectadores nem inventar um terceiro termo. A originalidade a qualquer custo é uma preocupação literária e anárquica. Na nossa bandeira inscrevemos esta única, simples e grande palavra: socialismo”* (MARIÁTEGUI, 2005b:

118). Rejeitando as proposições do reformismo, Mariátegui propunha a constituição de um bloco classista, no qual tivessem lugar tanto a vanguarda operária como os camponeses, em sua maioria de procedência indígena, manifestando suas reservas quanto à incorporação da classe média, considerando que *“um governo da classe média não pode desenvolver senão uma política capitalista. A classe média necessita incorporar-se na classe capitalista ou na classe assalariada. Não cabe para ela uma posição intermediária nem independente”* (MARIÁTEGUI, 1964: 102). Os desdobramentos políticos desta posição são claros, e vinculam-se à conhecida polêmica travada com Haya de la Torre: para Mariátegui, a incorporação dos setores médios no bloco classista revolucionário só seria admissível sob direção da classe trabalhadora, e jamais ao custo da perda de autonomia da classe trabalhadora.

A morte de Mariátegui, em 1930, coincidiu com o ápice do mecanicismo da Internacional Comunista e sua intervenção nos partidos comunistas. No mesmo ano, Eudocio Ravines retornou de Moscou, impondo intervenção no PCP, dedicada a extirpar meticulosamente os resquícios de “mariateguismo”. Por décadas, Mariátegui permaneceu reduzido a slogan, esvaziado de seu conteúdo. Foram os desdobramentos concretos da luta de classes que o retiraram de seu ostracismo, a começar pela Revolução Cubana – desmentido concreto da suposta impossibilidade de uma Revolução Socialista na América Latina -, passando pela revolução nicaragüense e reavivando-se no protagonismo indígena nas lutas sociais recentes em diversos países, como México, Bolívia, Equador e Peru.

## REFERÊNCIAS

- ALIMONDA, Héctor. *José Carlos Mariátegui*. São Paulo: Brasiliense 1986.
- FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina*. São Leopoldo: Unisinos, 1995.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretacion de la realidade peruana*. Lima: Amauta, 1958. Biblioteca Amauta. 2ª Edición Popular de 50.000 exemplares.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005b.

## O movimento armado comunista na Colômbia: dialogando com Gramsci

Ana Carolina Silva Ramos e Silva<sup>1</sup>

Neste estudo propomos a continuidade com a pesquisa realizada sobre a gênese do movimento armado comunista na Colômbia e apresentada como Monografia para a obtenção de título de Bacharel em Ciências Políticas.

A continuidade com esse estudo será feita a partir da utilização de algumas das categorias fundamentais da obra de Gramsci no intuito de explicar as formas políticas assumidas pelas lutas desencadeadas na formação social colombiana e que se desdobrariam na ação das FARC.

Particularmente a conceituação dada por Gramsci sobre guerra de movimento e guerra de posição, buscando nesse autor elementos que ajudem a elucidar as formas políticas assumida pela luta de classes na Colômbia e as razões de seu caráter extremamente violento num momento histórico no qual, segundo muitos autores, seria o da prevalência da guerra de posição.

As FARC foram fundadas em 1964, sob a condução do legendário comandante Manuel Marulanda Vélez após o ataque à região de Marquetalia. Desde então decidiram, na Sétima Conferência Guerrilheira, se levantarem em armas para defenderem suas vidas, contra o Estado e um regime político que seguia um plano de extermínio contra os camponeses desta região.

Atualmente as FARC-EP são um exército revolucionário que, segundo o comandante Raul Reyes (2006), têm a missão histórica de conquistar a verdadeira paz com justiça social através de uma luta revolucionária prolongada, pelos interesses do povo, até a conquista plena do poder.

Esta luta revolucionária permanente está baseada em princípios marxistas-leninistas e continua a desafiar vitoriosamente todo um sistema que pretende aniquilá-la. Uma guerrilha de 47 combatentes transformou-se hoje em um núcleo com mais de 18.000 homens que lutam atualmente contra um Estado oligárquico sustentado militar e financeiramente pelos EUA. As ações desta ofensiva contra as FARC-EP foram elaboradas através do Plano Patriota, lançado em junho de 2004, como uma vasta operação de ataque às áreas controladas pelas FARC-EP, abrangendo uma área de 260 mil Km<sup>2</sup> no sul da Colômbia. Ele envolve 17 mil soldados colombianos e equatorianos, com um aparato tecnológico fornecido pelos EUA. Com isso, a presença militar estadunidense destina-se a combater a resistência guerrilheira, envolvendo-se claramente nos conflitos civis colombianos e colocando seus soldados na Amazônia, o que segue uma constante da prática estadunidense: instalação de bases em locais militarmente estratégicos no continente latino americano. Em 1999 foi instalada em Manta, área litorânea do Equador, a maior pista de pouso da América do Sul, a 20 minutos de vôo das principais zonas de conflito da Colômbia, e situa-se numa posição estratégica que permite o controle militar do Pacífico Sul, Canal do Panamá e América Central; entre outras.

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Políticas pela Unesp de Marília. ramos\_unesp@yahoo.com.br



Diante disso, um fator inquietante é que mesmo após os ataques do Plano Patriota, a guerrilha ofereceu uma imensa resistência, sendo que a ofensiva militar contra ela foi incapaz de produzir qualquer baixa visível nas forças guerrilheiras. Atualmente, a história oficial, contada pelo governo e pela mídia, não considera esta resistência da luta guerrilheira colombiana - profundamente arraigada no movimento popular e indígena e que só por isso consegue desafiar um exército nacional de 150 mil homens - e busca mostrar a guerrilha como uma vertente armada do narcotráfico ou "*narcoterrorismo*" (expressão criada por Lewis Tams, embaixador de Ronald Reagan na Colômbia).

Assim, sem necessariamente ter as FARC como objeto central, a pesquisa apresentada sob a forma de monografia buscou analisar a gênese deste movimento guerrilheiro nos movimentos de luta que o precederam, fornecendo as bases para o entendimento de como se originou esta particular força de resistência ao imperialismo estadunidense.

Naquele estudo procuramos mostrar como a luta armada deve ser entendida como uma resposta vinda dos próprios camponeses diante dos resultados de um árduo processo de lutas situado entre o início da década de 20 e o final da década de 50 do século XX. A hipótese principal que orientou o estudo sobre as transformações de fundo pela qual passava a sociedade colombiana foi a de que no período assinado dois projetos de revolução social foram confrontados.

Embora não tenhamos avançado sobre a questão da particularidade do capitalismo na Colômbia, o que não era nossa meta no trabalho monográfico, sugerimos que ele seguiu, por opção política das classes dominantes que foram vitoriosas nos constantes embates políticos gerados na crise da velha ordem, um caminho similar ao que Lênin conceituava como *via prussiana*, principalmente no que diz respeito à questão agrária. No entanto, por se tratar de uma de uma formação histórico-social subordinada desde o início aos interesses dos centros hegemônicos do capitalismo, conceituamos o caso colombiano como um quadro de desenvolvimento ao estilo "prussiano colonial". Levando estas colocações em consideração, sugerimos que a alternativa oposta, ou seja, de um desenvolvimento baseado na economia camponesa, semelhante à "*via-americana*" analisada por Lênin, abriu-se com as lutas camponesas nos finais dos anos 20 e se encerrou com a derrota do movimento democrático colombiano, durante os anos 50. As conseqüências sociais do desenvolvimento capitalista pela "*via prussiano-colonial*" foram graves: o regime político nacional e local continuou apoiado nas velhas classes dominantes e também nos métodos arbitrários de submissão da população camponesa. A barbárie que caracterizou as velhas formas de sujeição camponesa na história colombiana se reproduziu em níveis econômicos, políticos e sociais, dando ensejo a um violento processo de concentração de terra pela expulsão dos camponeses e formação de uma mão-de-obra disponível para vender sua força de trabalho no mercado. Devido a esta forma de revolução burguesa, assumindo aspectos violentos e trágicos, muitos autores colombianos irão acentuar a violência como fator marcante e característico da história colombiana.

Dois aspectos dessa violência, enquanto prática político-social, estão interligados na história colombiana: por um lado ela foi um método de imposição e construção da nova ordem capitalista pelo caminho "prussiano-colonial", o fator extra-econômico de concentração de terra para expulsão dos camponeses e formação de uma mão-de-obra disponível para vender sua força de trabalho no mercado, procurando enterrar as reivindicações camponesas pela reforma agrária, em geral por um desenvolvimento econômico democrático; por outro, foi a própria forma pela qual viria a

principal resposta dos explorados a este processo, o que culminará na formação das FARC na década de 1960.

Sobre o primeiro aspecto apontado acima, o bipartidarismo é um dos elementos políticos que o explicam. Existente desde o século XIX, o bipartidarismo liberal-conservador constituía uma estrutura política de poder em torno da qual gravitavam praticamente todas as forças sociais e políticas do país, servindo como meio para as classes dominantes conterem e controlarem quaisquer movimentos que apontassem para uma ruptura da ordem social. Embora bastante pressionado durante as décadas de 1920 e 1950, o bipartidarismo liberal-conservador permaneceu um elemento importante na contenção da luta de classes na Colômbia, não servindo como meio institucional para absorver as demandas que vinham das classes exploradas e dominadas, especialmente os camponeses. Nesse sentido, favoreceu fundamentalmente àqueles que formularam um projeto de desenvolvimento capitalista conservador para o país.

Diante desses aspectos, procuramos demonstrar na monografia que a luta armada na Colômbia deve ser entendida como uma resposta vinda dos próprios camponeses e da leitura que fizeram da realidade de seu país, pois perceberam claramente que a nova ordem que se construíria seria em oposição aos seus interesses e desejos fundamentais. Particularmente no campo, a resposta veio em duas tendências fundamentais: de inspiração liberal e de inspiração marxista-leninista.

A guerrilha de orientação liberal, segundo alguns pesquisadores colombianos, teve um caráter predominantemente espontaneísta, envolvendo uma combinação entre autodefesa e luta guerrilheira. A trajetória das guerrilhas liberais na Colômbia, cujo ponto culminante foi no início dos anos 1950, é expressiva da derrota de um projeto democrático semelhante à via americana, à medida que foram reincorporadas pelo Partido Liberal ao sistema de poder das classes dominantes colombianas.

Por outro lado, a guerrilha que seguiria o caminho do marxismo-leninismo iria se constituir no pólo de oposição à ordem política e social que se definia por uma via prussiano-colonial. A oposição seria feita por uma luta política expressa na forma de uma guerra de posição. Precisamente nesse momento que propomos um diálogo com o pensamento de Gramsci.

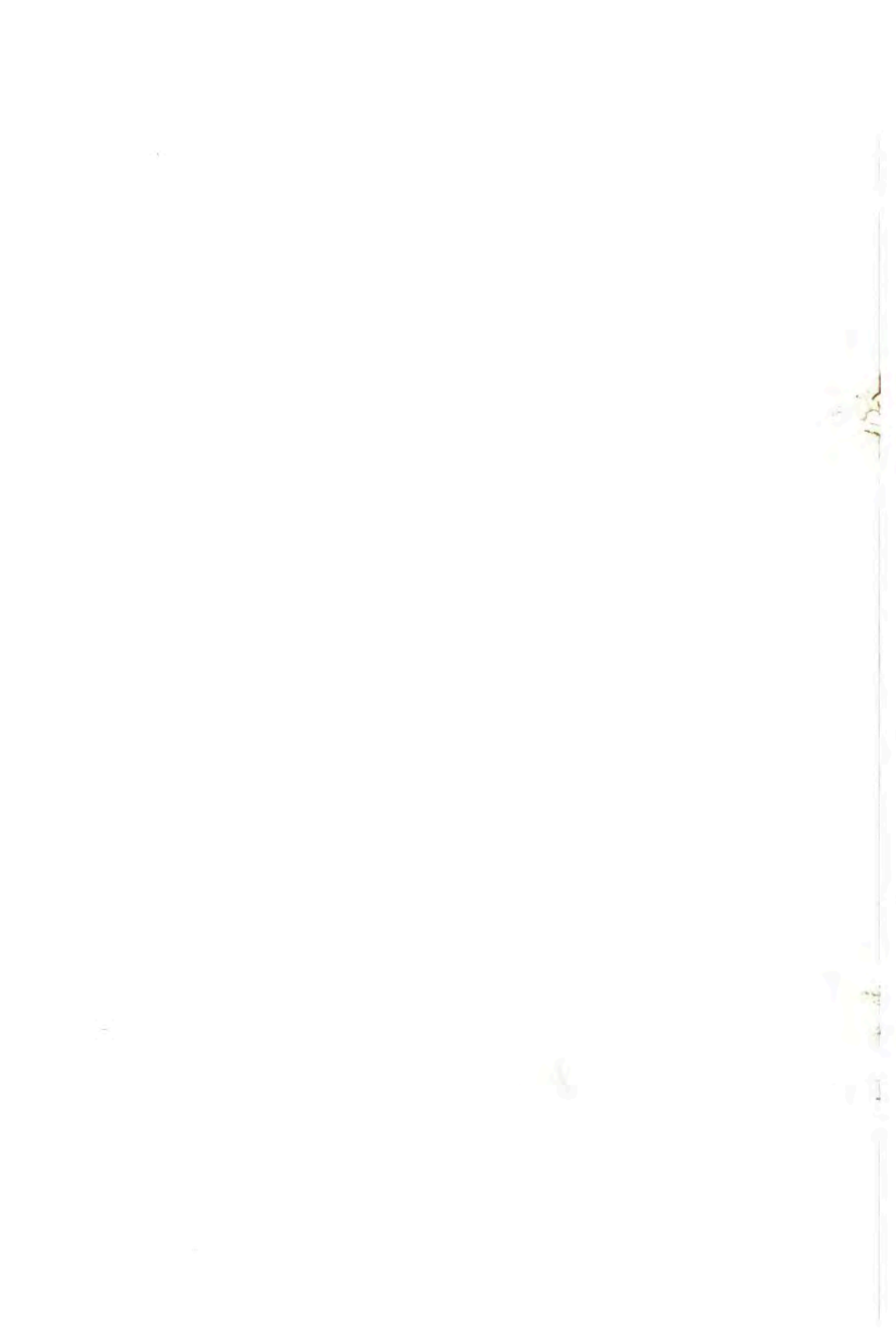
Segundo apontamentos de Gramsci nos Cadernos do Cárcere, no Estado moderno os elementos internos e externos da luta política assumem tal complexidade que a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição, o que já estaria configurado desde de 1870. No entanto, faz a ressalva de que a "questão se apresenta para os Estados modernos, não para os países atrasados e as colônias, onde ainda vigoram as formas que, em outros lugares, já foram superadas e se tornaram anacrônicas".

A observação é sugestiva e serve como um ponto de partida para um novo momento da nossa pesquisa. A opção pela guerrilha como forma de luta política seria decorrente do anacronismo da formação social colombiana? Ou seria esta uma forma de luta equivocada, tendo em vista que no final dos anos 50 a Colômbia, ainda que por um caminho autoritário e excludente, assumia a feição de um país capitalista moderno, com um caráter mais "ocidental" que propriamente "oriental"?

Desse modo, acreditamos contribuir para a reflexão não apenas sobre as formas políticas da luta de classes assumida na Colômbia, mas também sobre os desafios postos pela realidade daquele país para o ator que propõe transformá-la a partir de uma orientação marxista.







ISBN 978-85-60810-06-2



9 788560 810062

